

idn cadernos

A DIPLOMACIA MILITAR DA CHINA: TIPOLOGIA, OBJETIVOS E DESAFIOS

ALEXANDRE CARRIÇO

A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios

Alexandre Carriço

Lisboa
Fevereiro de 2015

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspetivas são da responsabilidade dos autores não refletindo uma posição institucional do Instituto de Defesa Nacional sobre as mesmas.

Diretor

Vitor Rodrigues Viana

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Núcleo de Edições

António Baranita e Cristina Cardoso

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt

www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA

Av. António José de Almeida – 1000-042 Lisboa

Tel.: 217 810 700

E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt

www.incм.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-1994-0

Depósito Legal 344513/12

Tiragem 250 exemplares

© Instituto da Defesa Nacional, 2015

ÍNDICE

Introdução	9
Diplomacia de Defesa e Diplomacia Militar	14
O ‘Edifício Estratégico’ da China	17
Cultura Estratégica e Transparência Militar	23
A ‘Guerra Política’ e a Doutrina das ‘Três Guerras’	48
A Promulgação da Lei Antissecessão de Taiwan em 2005	54
A Utilização do Espaço com Fins Militares	55
As Disputas Territoriais no Mar do Sul da China	58
A Declaração de Zona de Identificação de Defesa Aérea sobre as Ilhas Diaoyu/Senkaku	66
Observações Conclusivas sobre a Aplicação da Doutrina das ‘Três Guerras’	70
A Operacionalização da Diplomacia Militar	73
Atividades ao Nível Político-Estratégico	83
Atividades ao Nível Operacional	89
Intercâmbio no Âmbito da Formação e Qualificação de Militares	102
Operações de Não-Guerra	105
Conclusões	116
Bibliografia Seleccionada	122

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – O Dualismo da Cultura Estratégica e de Segurança da China	40
Quadro 2 – Duas Tipologias de Estratégias Nacionais: <i>Shi</i> vs <i>Li</i>	41
Quadro 3 - Parcerias Estratégicas da China em 2014	85
Quadro 4 - Exercícios Multilaterais do EPL entre 2009 e dezembro de 2014	91
Quadro 5 - Exercícios Bilaterais do EPL entre 2008 e dezembro de 2014	93
Quadro 6 - Participação do EPL em Fóruns Internacionais de Segurança e Defesa	96
Quadro 7 - Missões e Escalas em Portos do Navio-Hospital ‘ <i>Peace Ark</i> ’	99
Quadro 8 - Participação da China em Missões de Manutenção da Paz da ONU (1990 - dezembro de 2014)	106

Quadro 9 – Participação do EPL em Missões Internacionais Humanitárias e de Busca e Salvamento (2010 - dezembro 2014)	115
--	-----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Inserção da Doutrina das ‘Três Guerras’ na ‘Guerra Política’	49
Figura 2 – A Estrutura de Comando e de Organização do Exército Popular de Libertação sob o Partido Comunista Chinês e o Conselho de Estado da China	78
Figura 3 - Organização do Ministério da Defesa Nacional	80

Alexandre Carriço é tenente-coronel de Infantaria. Assessor de estudos e investigador do Instituto da Defesa Nacional. Tem investigado e publicado extensivamente sobre questões de segurança e defesa da República Popular da China.

Este estudo é uma versão condensada de um capítulo do livro a publicar brevemente pelo autor e pela editora Letras Itinerantes, sob o título *'Harmonizando' o Poder: Imagem, Diplomacia Pública e Diplomacia Militar da China*. O autor agradece à editora a autorização concedida.

Resumo

Este estudo, tendo como macroenquadrante a cultura estratégica chinesa, analisa quantitativa e qualitativamente o espectro da diplomacia militar da República Popular da China e o seu impacto externo em termos de poder representacional e poder reputacional, relativamente ao desiderato de construção e reforço da sua imagem como uma ‘potência pacífica mas não pacifista’.

Parte-se dos pressupostos conceituais da ‘escola política chinesa de *soft power*’, articulando-os com a visão de ‘mundo harmonioso’, a grande estratégia de ‘desenvolvimento pacífico’, o ‘Novo Conceito de Segurança’ e as ‘Novas Missões Históricas do Exército Popular de Libertação’, para se aferir a consonância com a narrativa de ‘paz, harmonia e cooperação internacional’, bem como o impacto a médio prazo das ações da diplomacia militar no desenvolvimento de capacidades expedicionárias das suas forças armadas.

Abstract

Taking Chinese strategic culture as a framework, this paper analyzes quantitatively and qualitatively the spectrum of People’s Republic of China’s military diplomacy activities, and their impact on its representational and reputational power - regarding the goal of constructing an international image as a ‘pacific power, but not a pacifist one’.

Based on conceptualizations of the ‘Chinese political school of soft power’ and articulating them with Beijing’s vision of constructing an ‘harmonious world’, its grand strategy of ‘peaceful development’, ‘New Security Concept’, and ‘People’s Liberation Army New Historic Missions’, the study evaluates the congruence between the narrative of ‘peace, harmony and international cooperation’, current military diplomacy activities, and their respective impact on its armed forces power projection capabilities.

Introdução

O governo chinês continua a enfrentar, como responsabilidade primária e desafio fulcral, romper a incompreensão e a suspeita na forma como se continua a olhar para a China (*i.e.* militante, obstrucionista, revisionista, autoritária), procurando em contraponto revelá-la como quer que ela seja vista (*i.e.* um país em desenvolvimento, defensor da paz, vítima no passado de agressões imperialistas e como tal opositor da hegemonia, cooperativo mas autónomo, cheio de contrastes e paradoxos, excecionalista, capaz de gerir os grandes riscos do seu processo de modernização, e que com a sua instabilidade e fracasso ninguém beneficiará)¹.

Esta omnipresente dicotomia imagética interna/externa pauta um debate autóctone sobre a construção e consolidação de uma imagem adequada do país, através do reforço do seu *soft power*, da sua projeção e respetiva articulação com o *hard power*, assente em três pilares: valores; legitimidade da política externa e de segurança e defesa; e exportação de produtos culturais e comerciais.

Para a comunidade diplomática, militar e académica chinesa, é consensual a necessidade de estabelecer uma agenda de comunicação mediática capaz de reforçar um discurso estratégico associado a uma imagem externa mais positiva, complementando-o com um correspondente leque de ações no plano político, diplomático, económico e militar, passíveis de reduzirem as ansiedades regionais e globais quanto aos objetivos da sua grande estratégia de ‘desenvolvimento pacífico’, em prol da consecução do conceito de ‘sonho da China/chinês’ e da grande visão de um ‘mundo harmonioso’ e, decorrente deste processo, maximizar e recolher os dividendos em termos da política externa dos outros países face à China e da China face a estes².

Em sintonia com a narrativa externa de ‘paz e desenvolvimento pacífico’ e a narrativa interna de ‘rejuvenescimento nacional’, Pequim tem vindo a aumentar de forma substantiva o orçamento dedicado à projeção do seu *soft power* e das ações de diplomacia pública – denominadas popularmente no Ocidente como ‘*charm offensives*’³. Ao potenciar o alargamento do espetro de projeção do seu *soft power* e as ações de diplomacia pública, Pequim tem dois objetivos em prol da consecução do ‘sonho da China/chinês’ e da sua grande estratégia de ‘desenvolvimento pacífico’: (1) o emprego de instrumentos passíveis de melhorarem a sua imagem externa, facilitando a criação e aprofundamento de relações económicas, a sua interação, preponderância e influência com e nas organizações internacionais; (2) o fomentar do diálogo e da compreensão

1 Ver Xia Min e Lu Chun-long (2012). “How do Chinese People View the World: Intensity and Source?”. *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences* n.º 3, pp. 46-63.

2 Sobre a estreita ligação entre os *media* e o estabelecimento de agendas de política externa dos países de acordo com a leitura que fazem da informação recolhida, projetando determinadas imagens, ver o presciente e notável estudo de Bernard Cohen (1963). *The Press and Foreign Policy*. Princeton: Princeton University Press e William Davison (1974). “News Media and International Negotiation”. *The Public Opinion Quarterly* n.º 2, pp. 174-191.

3 Ver Joshua Kurlantzick (2007). *Charm Offensive: How China's Soft Power is Transforming the World*. New Haven: Princeton University Press.

mútuos, influenciando positivamente os processos de decisão política dos outros Estados face à China, incrementando na recorrência, o seu estatuto, reputação, prestígio e poder relativo no sistema internacional.

Neste estudo entende-se o poder não apenas como uma variável independente (na componente de *hard power*) mas, fundamentalmente, como um processo do qual derivam questões que carecem de investigação adicional, nomeadamente na forma como diferentes Estados exercem diferentes formas de poder (autoridade, força, influência, etc.) através de diferentes expressões (linguísticas, simbólicas, materiais, etc.), para produzirem e gerirem determinadas imagens.

O conceito de poder é um dos mais debatidos no âmbito das relações internacionais e da sociologia política, pelo que o seu emprego e contextualização gera por vezes mais confusão e ambivalência que objetividade⁴. O termo ‘poder’ assume de forma consensual uma interligação estreita entre coerção e influência dos Estados, mas esta díade não facilita – antes pelo contrário – a operacionalização precisa e universalmente aceite de uma definição.

No âmbito das relações internacionais a escola realista pode ser considerada como a *alma mater* das teorias de poder, tendo como *doyens* Tucídides, Maquiavel e Hans Morgenthau, este último com a sua definição abrangente de poder como “qualquer mecanismo que estabelece e mantém o controlo do homem sobre o homem” e o estabelecimento dos ‘seis princípios do realismo político’⁵, assegurou que a mesma continue a ser profusamente citada, ainda que não isenta de críticas no seio da própria escola realista clássica e da escola neorrealista⁶. Na mesma linha, mas numa definição de banda estreita, Robert Dahl, define poder como “a capacidade de A fazer com que B faça algo que de outra forma não faria”⁷.

No entanto quando se caracteriza o poder, a primeira e primordial noção que se deve ter é a de que “ele depende do contexto em que é gerado, dos meios que emprega (coercivos, remuneradores ou normativos) e de como é empregue”⁸, pelo que deve existir uma distinção entre o poder entendido como uma capacidade e o poder no contexto relacional, algo que Klaus Knorr definiu como “‘poder putativo’ (capacidade potencial em ameaçar) *vs* ‘poder atualizado’ (capacidade de coagir de forma efetiva)”⁹. Subjacente a este debate está a noção tradicional da coercividade na aplicação do poder (*i.e.* *hard power* - recurso a instrumentos militares e económicos para condicionar positivamente a favor de quem coage, o comportamento ou os interesses de outros atores políticos).

4 Sobre este debate ver o excelente compêndio analítico de Felix Berenskoetter e Michael Williams (eds.) (2007). *Power in World Politics*. London: Routledge. Robert Powell (1999). *In the Shadow of Power: States and Strategies in International Relations*. Princeton: Princeton University Press.

5 Hans Morgenthau (1978 [1949]). *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace* (5th edition). New York: Alfred A. Knopf, pp. 4-15.

6 Sobre este debate ver por exemplo, Michael Williams (2005). *The Realist Tradition and the Limits of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

7 Robert Dahl (1957). “The Concept of Power”. *Behavioral Science* n.º 3, p. 201.

8 Amitai Etzioni (1975). *A Comparative Analysis of Complex Organizations*. New York: Free Press, p. 5.

9 Klaus Knorr (1973). *Power and Wealth: The Political Economy of International Power*. New York: Basic Books, p. 23.

O poder pode assim também ser definido como a capacidade de um ator em influenciar assimetricamente as decisões de outros atores de forma a favorecer e a incrementar a sua posição, vontade, interesses e valores no seio do sistema internacional (*i.e.* domínio). “Este domínio implica um certo grau de aceitação da parte destes, sendo inviabilizado quando passa a existir uma rejeição ou resistência”¹⁰.

A influência pode ser exercida de forma coerciva, persuasiva (atrativa), cooperativa ou competitiva através de três tipos de políticas externas dos Estados: *statu quo* ou de manutenção do equilíbrio vigente de poderes; imperialista ou de aquisição de poder; e de prestígio ou de demonstração de poder¹¹.

A acumulação de poder é um dos objetivos dos Estados, podendo ser medido em termos da influência atrás mencionada, do controlo e emprego de recursos e capacidades disponíveis bem como da sua aplicação, de acordo com um estatuto autopercionado ou percicionado por outros. Concomitantemente, que não haja ilusões: os Estados procuram sempre incrementar o seu poder, prestígio e estatuto (*i.e.* imagem) em defesa do respetivo interesse nacional e “a capacidade de exercerem e assumirem o poder articula-se em três pilares: violência, dinheiro e prestígio”¹².

Parte-se desta definição de poder como referencial concetual para em conjugação com a definição de *soft power* de Joseph Nye¹³ e a formulação da ‘escola política chinesa de *soft power*’, aferir-se o impacto imagético externo da diplomacia militar chinesa.

A ‘escola política chinesa de *soft power*’ assenta numa visão abrangente do conceito, incorporando para além da dimensão cultural, a dimensão diplomática, a dimensão ideológica (valores e ideias) e a dimensão económica de ajuda ao desenvolvimento (esta última em anteposição ao definido por Nye) – “todas sob a coordenação de um poder político que deve ser competente, moral e legítimo”¹⁴. Para os seus defensores, estas componentes são o *software* potenciador da política, da sociedade e do poder de um país,

10 Jurgen Habermas (1996). *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge: MIT Press, p. 360. Para argumentos similares ver ainda Max Weber (1978 [1922]). *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press, p. 53. John Galbraith define “poder condigno como a obtenção da submissão pela promessa ou realidade de uma punição”, “poder compensatório, como a promessa ou realidade de um benefício” e “poder condicionado como subjetivo porque nem os que o exercem nem aqueles que a ele se sujeitam estão necessariamente sempre cientes de que está a ser exercido”. John Kenneth Galbraith (1983). *A Anatomia do Poder* (2.ª edição). Lisboa: Difel, p. 30 e p. 40.

11 Ver Hans J. Morgenthau (1978). Op. Cit., especialmente capítulos 4 a 6.

12 Geoff Mulgan (2007). *Good and Bad Power: The Ideals and Betrayals of Government* (2nd edition). London: Penguin, p. 27.

13 Descrito como uma forma de poder cooptativa/alternativa relativamente ao *hard power*. É definido como “a capacidade de um país influenciar o comportamento de outros, ou ‘aquilo que estes querem’ sem recurso ao *hard power* (poder militar e poder económico)”, que por sua vez é entendido como “a capacidade de alterar aquilo que os outros Estados fazem”. Joseph Nye (1990). “Soft Power”. *Foreign Policy* n.º 80, pp. 153-171. Disponível em <http://faculty.maxwell.syr.edu/rdenever/PPA-730-27/Nye%201990.pdf> [acedido em 2 de agosto de 2013]. Joseph Nye (1990). “The Changing Nature of World Power”. *Political Science Quarterly* n.º 2, pp. 177-192. Disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2151022?uid=3738880&uid=2&uid=4&sid=21102127544413> [acedido em 2 de agosto de 2013].

14 Yan Xuetong (2006). “The Rise of China and its Power Status”. *The Chinese Journal of International Politics* n.º 1, p. 11.

assente: “(1) num sistema aberto, estável, com capacidade de absorção e exportação de ideias políticas, económicas e sociais; (2) numa poderosa coesão interna, política e ética; (3) numa orientação teórica (*i.e.* ideológica); (4) numa visão abrangente e de longo prazo da grande estratégia a seguir; (5) na gestão eficaz tanto no plano interno como internacional da projeção de meios militares e não-militares; (6) numa população educada e culturalmente consciente; e (7) num nível de vida elevado”¹⁵.

Para a ‘escola política’ o essencial não é o que se emprega, mas como e quando se emprega. Não é a ‘maciez’ dos recursos mas o *soft use* destes, sendo esta a chave para distinguir se uma determinada fonte de poder se torna *hard* ou *soft*, mais ou menos eficaz. Por outras palavras, tudo depende do contexto (*i.e. shi*) e da forma de projeção, como modeladores da ação política.

A dimensão cultural do país e a sua projeção externa é um dos vetores a explorar na potenciação do *soft power*, mas não exclusivamente. A diplomacia económica (através de programas de ajuda ao desenvolvimento), a diplomacia tradicional e a diplomacia militar (recorrendo cada uma delas a ações de propaganda e diplomacia pública) são outros dos instrumentos contemplados por esta escola.

Os conceitos de poder e de *soft power* são ainda articulados com os conceitos de poder representacional de Janice Bially Mattern¹⁶, poder reputacional de Jonathan Mercer¹⁷ e poder institucional de Theda Skocpol¹⁸, como modeladores da perceção e da imagem externa da China¹⁹.

Da mesma forma que o reforço das interações entre Estados leva à definição de identidades e interesses coletivos podendo influenciar a cultura estratégica, as normas de comportamento e as conceções de identidade nacional; estas podem, em resultado de imagens negativas preconcebidas, alimentar suspeitas, hostilidade e conflitos, mesmo que

15 Pan Yihe e Yu Xiaofeng (2003). “China’s Cultural and Ethical Orientation in International Organizations” em Wang Yizhou (ed.), *Construction within Contradiction: Multiple Perspectives on the Relationship between China and International Organizations*. Beijing: China Development Publishing Press, p. 312.

16 Entendido como uma forma de poder não coercivo, exercido através da linguagem e do modo como esta constrói narrativas e cria imagens (*i.e.* de como um Estado se vê e de como se pretende que seja visto). Janice Bially Mattern (2005). “Why ‘Soft Power’ Isn’t So Soft: Representational Force and Sociolinguistic Construction of Attraction in World Politics”. *Millennium* n.º 3, pp. 583-612.

17 Formado pela exploração do comportamento de outros - via teoria da atribuição da psicologia social - em função da disposição para agir dentro de um determinado contexto. Ver Jonathan Mercer (1996). *Reputation and International Politics*. Ithaca: Cornell University Press. Ver também Tang Shiping (2005). “Reputation, Cult of Reputation, and International Conflict”. *Security Studies* n.º 1, pp. 34-62.

18 A perspetiva institucionalista política focaliza-se na análise das diferenças institucionais entre países, argumentando que as instituições ao nível estatal (*i.e.* Partido Comunista Chinês e Exército Popular de Libertação) funcionam como mediadores da influência entre atores políticos internos e os processos de interação externa global dos Estados, segundo uma perspetiva weberiana dos mesmos, ao abrigo da qual estes têm a capacidade de definir e conduzir linhas de ação de política interna e externa no âmbito legislativo, económico, informativo e de segurança e defesa. Ver Theda Skocpol (1979). *States and Social Revolutions: a Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press.

19 Ver Todd Hall (2010). “An Unclear Attraction: A Critical Examination of Soft Power as an Analytical Category”. *The Chinese Journal of Contemporary Politics* n.º 2, p. 206. Disponível em <http://cjip.oxfordjournals.org/content/3/2/189.full.pdf> [accedido em 9 de agosto de 2013].

os factos do relacionamento entre os Estados não o justifiquem. A imagem e o comportamento destes acabam assim por ser o resultado da combinação permissiva entre poder material, poder institucional, poder representacional e poder reputacional, numa dialética ‘realista-construtivista’ entre poder e ideias, assente em normas, identidade e moralidade (estas duas últimas com uma forte ancoragem filosófico-cultural muito preponderante na narrativa chinesa).

A crescente importância conferida pelo Partido Comunista Chinês (PCC) à ligação entre a diplomacia pública e a diplomacia militar como instrumentos de *soft power* e ao controlo dos *media* na uniformização da narrativa interna e externa do país, espelham a especial atenção dada à criação e projeção de uma imagem associada a uma dinâmica ascensional do seu estatuto, reputação e prestígio internacional, sob uma envolvente social interna de permanente tensão entre as ‘forças da globalização e as forças da nativização’. Estas tendem a gerar ambiguidades percetivas e distorções imagéticas²⁰ de acordo com quatro tipos de diferenciais percetivos: (1) a autoperceção *vs* perceção externa/imagem atual; (2) a imagem construída *vs* imagem atual; (3) a imagem projetada *vs* imagem atual; e (4) a imagem atual *vs* imagem futura²¹.

Daqui deriva que é importante analisar internamente a forma como a cultura estratégica e as atividades de diplomacia militar da China são vistas respetivamente como enformadoras e reforçadoras do seu poder representacional e reputacional internacional (*i.e.* imagem), como uma ‘potência pacífica, mas não pacifista’, visando moldar as perceções e a imagem externa do país e articular-se sinergicamente de forma a potenciarem a gestão eficaz da envolvente (ou da ‘propensão natural das coisas’ - *shi*) em prol da defesa do superior interesse nacional, de acordo com o que é o seu ‘edifício estratégico’.

No entanto, e a montante do que é a diplomacia militar chinesa, devemos também atender a um conjunto de particularismos filosóficos, culturais, ideológicos e organizacionais que modelam a identidade da China como Estado-nação-civilização - nomeadamente a sua cultura estratégica. Desta resultam alguns *spinoffs* ao nível da operacionalização das intenções e das capacidades, através da sua noção particularista de transparência militar ou da aplicação da doutrina das ‘três guerras’, as quais condicionam a sua diplomacia militar e a imagem externa do país.

20 Como sublinha David Lampton, citando um académico chinês sob anonimato: “a primeira geração de líderes chineses [Mao Zedong] deu mais atenção ao poder militar; a segunda geração [Deng Xiaoping] colocou a ênfase no desenvolvimento do poder nacional abrangente; a terceira geração [Jiang Zemin] começou a prestar mais atenção ao *soft power*”. David Lampton (2008). *The Three Faces of Chinese Power: Might, Money and Minds*. Berkeley: University of California Press, p. 11. Ao que se acrescenta que a quarta geração (Hu Jintao) iniciou o processo de desenvolvimento do *soft power*, que a quinta geração (Xi Jinping) irá consolidar e aprofundar. Para uma análise da dicotomia ‘globalização-nativização’ chinesa, ver Samuel Kim (2006). “Chinese Foreign Policy Faces Globalization Challenges” em Alastair Iain Johnston e Robert Ross (eds.), *New Directions in the Study of China's Foreign Policy*. Stanford: Stanford University Press, pp. 276- 306.

21 Yin Fan (2008). *Key Perspectives in Nation Image: a Conceptual Framework for Nation Branding*. Working Paper, Brunel University Research Archive. Disponível em <http://bura.brunel.ac.uk/bitstream/2438/1872/4/Key%20perspectives%20bin%20nation%20bimage.pdf> [acedido em 2 de agosto de 2013], p. 9.

A diplomacia militar como instrumento da ‘escola política chinesa de *soft power*’ deve pois ser analisada ao abrigo do definido como sendo as ‘Novas Missões Históricas do Exército Popular de Libertação’ em prol da visão de ‘mundo harmonioso’, da grande estratégia de ‘desenvolvimento pacífico’ e do ‘Novo Conceito de Segurança’, tendo como macroenquadramento a cultura estratégica chinesa.

Neste estudo, afere-se quantitativa e qualitativamente o espectro da diplomacia militar da China, o seu impacto em termos de poder representacional e poder reputacional do país, a sua coadunação ou não com a narrativa de ‘paz, harmonia e cooperação internacional’ e o seu potencial impacto a médio prazo em termos de desenvolvimento de capacidades expedicionárias.

Diplomacia de Defesa e Diplomacia Militar

Tal como a diplomacia pública, também a diplomacia de defesa (ou militar no caso da China²²) é credora de confiança e credibilidade da sua mensagem, se quiser ser eficaz na gestão positiva das perceções externas, na persuasão e na atração, e materializar-se como um ‘desarmamento da mente’²³.

Ainda que não exista uma definição universalmente aceite sobre diplomacia de defesa, a conceção do Ministério da Defesa do Reino Unido, na sua *Strategic Defense Review* de 1998, caracteriza-a como sendo “a aplicação com fins pacíficos por parte de um país dos recursos de defesa nacional com o objetivo de desenvolver relações bilaterais e multilaterais estrategicamente vantajosas para o interesse nacional”²⁴. Por recursos de defesa nacional entendem-se os recursos humanos e materiais não exclusivamente militares como os do Ministério da Defesa, institutos de investigação e desenvolvimento de tecnologias de segurança e defesa, universidades e academias militares, etc.

A diplomacia de defesa tem como objetivo contribuir para a prevenção e resolução de conflitos através da criação e desenvolvimento de relações de confiança mútua e de cooperação, da introdução de uma maior transparência nas relações militares e de defesa, da construção e reforço de perceções positivas em torno de interesses comuns, e da moderação da predisposição dos parceiros e competidores²⁵.

Os seus princípios operacionais devem ser: unidade de ação com a política externa; respeito pelos acordos e compromissos assumidos pelo país com as organizações in-

22 O conceito de diplomacia militar (*junshi wajiao*) é empregue interativamente com o de diplomacia de defesa (*guofang wajiao*) pelo que a China não faz uma diferenciação entre as duas, ao contrário do que sucede nos países ocidentais. Peng Guangqian, Zhao Zhiyin e Luo Yong (2010). *China's National Defense*. Singapore: Cengage Learning Asia, p. 119.

23 United Kingdom Ministry of Defence (2000). “Defence Diplomacy”. *MoD Policy Paper* n.º 1. Disponível em <http://www.mod.uk/DefenceInternet/AboutDefence/CorporatePublications/PolicyStrategyandPlanning/PolicyPapers/PolicyPaperN.º1DefenceDiplomacy.htm>, p. 4 [acedido em 26 de junho de 2013].

24 Wolfgang Koerner (1998). *Security Sector Reform: Defense Diplomacy*. London: Library of Parliament, Parliamentary Information and Research Services PRB 06-12E, p. 2.

25 Ka Muthanna (2011). “Military Diplomacy”. *Journal of Defense Studies* n.º 1, p. 3. Disponível em http://www.widsa.in/system/files/jds_5_1_kamuthanna.pdf [acedido em 2 de junho de 2012].

ternacionais; integração e coordenação de esforços; e eficácia na gestão e economia de meios²⁶.

A diplomacia de defesa incorpora como atividades: os diálogos políticos e estratégicos de segurança e defesa; os acordos de cooperação militar e memorandos de entendimento; o incremento da transparência das intenções associadas à estratégia militar nacional; a representação diplomática e intercâmbios; as visitas (de alto nível, a unidades militares, as escalas de navios em portos e de aviões em bases aéreas); a reforma do setor de segurança; o *capacity building*; a educação e treino; a participação em exercícios militares bi e multilaterais; a participação em missões de paz da ONU, em coligações e missões humanitárias em casos de desastres naturais; os encontros bilaterais formais e informais (*track II e track III*) para avaliação de percepções; e a cooperação industrial e tecnológica para reforçar a capacidade de defesa e de investigação e desenvolvimento²⁷.

A diplomacia militar “está integrada na diplomacia de defesa e restringe-se às atividades desenvolvidas pelos adidos de defesa e pelos Ramos das Forças Armadas em ‘*major operations other than war*’” (operações de não-guerra)²⁸.

Da maior ou menor concatenação entre as ações da diplomacia pública e da diplomacia de defesa, bem como da forma de emprego dos respetivos recursos (eficiência) na modelação positiva da percepção e imagem externa de um país - quer individual, quer coletivamente - resulta um maior ou menor grau de eficácia dos seus contributos para a concretização dos objetivos nacionais em termos de segurança e defesa. A atuação de ambas deve ser desenvolvida e coordenada entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e os Ministérios da Defesa Nacional e, quando aplicável, com os Ministérios da Economia e os Ministérios da Educação do país. Em suma, a diplomacia de defesa visa complementar e consolidar a criação de percepções e imagens positivas associadas ao desenvolvimento e condução de atividades de diplomacia pública por parte dos Estados integradas nas suas políticas externas²⁹.

O crescente reconhecimento da importância da diplomacia de defesa e da necessidade da sua articulação com a política externa e a diplomacia pública dos Estados é expresso na elaboração de ‘Planos de Diplomacia de Defesa’ pelos respetivos Ministérios da Defesa, que sublinham a necessidade de melhorar a eficácia da sua comunicação com

26 Ministerio de Defensa (2012). *Defense Diplomacy Plan*. Disponível em <http://www.defensa.gob.es/Galerias/politica/seguridad-defensa/ficheros/DGL-20120130-Defence-Diplomacy-Plan.pdf> [acedido em 20 de setembro de 2013], pp. 24-26.

27 Idem, pp. 28-32.

28 Wolfgang Koemer (1998). *Op. Cit.*, p. 2. Para uma definição norte-americana ver James Willard (2006). *Military Diplomacy: an Essential Tool of Foreign Policy at the Theater Strategic Level*. Fort Leavenworth: School of Advanced Military Studies, pp. 6-7. Disponível em <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA450837> [acedido em 20 de setembro de 2013]. Para uma definição espanhola ver Ministerio de Defensa (2012). *Op. Cit.*, p. 18.

29 Goran Swistek (2012). “The Nexus between Public Diplomacy and Military Diplomacy in Foreign Affairs and Defense Policy”. *Connections* n.º 2, pp. 79-86. Disponível em <http://www.defencemanagement.org/node/4717> [acedido em 20 de setembro de 2013].

os diversos públicos-alvo³⁰. Para Jim Murphy, a diplomacia de defesa, se quiser ser eficaz, deve cumprir os seguintes quesitos:

- “Deter uma boa capacidade de comunicação com o público-alvo tanto no plano interno como externo ao país, assente na transparência das intenções por detrás das ações militares;
- Compreender que uma boa comunicação requer também uma boa audição, porque a diplomacia pública é muito mais que relações públicas e também não é mais eficaz por ter mais adidos de defesa nas embaixadas – é necessário um *engagement* genuíno que transforme uma cultura de segredo numa de abertura (ainda que salvaguardando o segredo de Estado);
- Ter um conhecimento profundo por parte do *staff* diplomático e militar das realidades e idiosincrasias socioculturais dos países onde ela é conduzida; que este possua competências linguísticas adequadas e experiência na interação com a população local; e por fim,
- Recorrer à internet como instrumento gerador de conhecimento e como *interface* entre o plano interno e o plano externo do país”³¹.

Para o Departamento de Defesa dos EUA a comunicação dos militares com as audiências de outros países deve contemplar a condução de operações de informação, operações psicológicas e de relações públicas, as quais se inserem no conceito de ‘comunicação estratégica’, definida como “ações destinadas a compreender e a interagir com públicos-alvo de forma a criar, fortalecer e preservar as condições favoráveis à prossecução dos interesses, políticas e objetivos dos EUA”³².

A diplomacia de defesa no contexto de um mundo globalizado pejado de ameaças e riscos à segurança dos Estados, e que são cada vez mais dinâmicos e imprevisíveis, requer uma abordagem cooperativa internacional e multilateral entre os governos e no no seu seio, bem como a redução de perceções negativas e a potenciação de interesses conjuntos, respetivamente entre as opiniões públicas e esses mesmos governos.

Para concluir, a diplomacia de defesa deve coordenar sinergicamente - para não dizer integrar, sempre que possível e desejável - as suas ações com as da política externa e as da diplomacia pública. As relações entre governos no plano da defesa devem ser complementadas e reforçadas pela sensibilização e envolvimento da opinião pública sobre

30 Como a Espanha, por exemplo. Ver Ministerio de Defensa (2012). *Op. Cit.* O Reino Unido: UK Government (2010). *International Defence Engagement Strategy*. Disponível em https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/73171/defence_engagement_strategy.pdf [acedido em 20 de setembro de 2013], os Estados Unidos: Richard Kugler (2011). *New Directions in U.S. National Security Strategy, Defense Plans, and Diplomacy: A Review of Official Documents*. Washington: National Defense University. Disponível em <http://www.ndu.edu/CTNSP/docUploaded/New%20Directions.pdf> [acedido em 20 de setembro de 2013]. O Ministério da Defesa Nacional não divulga documentos dedicados ao planeamento, condução e avaliação quantitativa e qualitativa da ‘diplomacia de defesa’ portuguesa.

31 Jim Murphy (2012). “The Need for Defence Diplomacy”. *RUSI Analysis* n.º 3. Disponível em <http://www.rusi.org/analysis/commentary/ref:C4FA251046DCE9/> [acedido em 20 de setembro de 2013].

32 U.S. Joint Chiefs of Staff (2006). *Information Operations, Joint Publication 3-13*. Disponível em www.fas.org/irp/doddir/dod/jp3_13.pdf [acedido em 20 de setembro de 2013].

questões de segurança e defesa com recurso aos *media*, conferindo ao público em geral um papel informado sobre as decisões de política externa dos respetivos governos. Políticos, diplomatas e militares devem planear e conduzir de forma integrada uma estratégia de diplomacia de defesa como parte da diplomacia pública do Estado, ao serviço dos objetivos da respetiva política externa e da defesa dos interesses nacionais.

Neste contexto, compete à diplomacia pública do Estado conseguir criar discursos e narrativas enformadoras e de projeção de uma imagem que se quer clara e positiva, através de ações de informação pública (externa e interna) conjugada com as de propaganda (se aplicável e sancionável).

Em sintonia com esta formulação, para o almirante Yang Yi, um adepto da ‘escola política chinesa do *soft power*’, o Exército Popular de Libertação (EPL) - enquanto instrumento primordial de *hard power* - “deverá ser também empregue como um instrumento de *soft power* ao serviço dos crescentes interesses internacionais do Estado chinês, da defesa da sua cultura, da segurança da ‘comunidade chinesa a viver no estrangeiro’ (*huaqiao*), do comércio e do acesso a matérias-primas, e em prol das Nações Unidas e da governação global”³³. Na mesma linha de pensamento, um artigo de 2007 realça a importância de o EPL criar um aparelho de propaganda externa assente num planeamento metucioso, capaz de cobrir todo o espectro das atividades da diplomacia militar chinesa, divulgando o seu impacto em prol do *soft power* nacional e de um mundo que deseja estável e harmonioso³⁴.

O ‘Edifício Estratégico’ da China³⁵

A construção de um ‘mundo harmonioso’ é visto pela China como uma escolha estratégica e uma responsabilidade histórica, sendo um objetivo de longo prazo e uma tarefa pragmática, que por ser uma aspiração de todos os povos se transforma num ‘sonho mundial’.

Esta visão tem como base ‘três dimensões de harmonia’: ‘harmonia institucional’ (*zhibixu hexie*) através da prossecução de um multilateralismo regional e global, capaz de aprofundar uma ‘visão holística o mundo’ (*shijie zhengtiguan*); ‘harmonia do poder’ (*liliang hexie*) através da preservação sincera de um *balance of power* entre Estados; e ‘harmonia dos valores’ (*jianzhi hexie*) assente na unidade na diversidade e na liberdade de cada Estado poder escolher e seguir o seu próprio modelo de desenvolvimento sem interferências de

33 Yang Yi (2006). “Peaceful Development and Strategic Opportunity”. *Contemporary International Relations*, September. Disponível em <http://www.cicir.ac.cn/english/ArticleView.aspx?nid=777> [acedido em 15 de novembro de 2013]. Yang Yi (2007). “Zhongguo Jundui Conglai shi Zhengyi Zhishi Heping Zhishi” (Os Militares Chineses São Sempre uma Força de Justiça e uma Força de Paz). *Renmin Ribao* (Diário do Povo), 8 de janeiro, p. 1.

34 Wang Xingsheng e Wu Zhizhong (2007), citados em Kenneth Allen (2014). “Trends in People’s Liberation Army International Initiatives under Hu Jintao” em Roy Kamphausen, David Lai e Travis Tanner (eds.), *Assessing the People’s Liberation Army in the Hu Jintao Era*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, p. 489.

35 Esta secção é uma versão resumida de Alexandre Carriço (2014). “O ‘Edifício Estratégico’ da China: Concetualização, Articulação e Objetivos” em Luís Barroso e Luís Escorrega (eds.), *Estudos de Homenagem ao General Abel Cabral Couto*. Lisboa: IESM, pp. 79-107.

terceiros, numa ‘harmonia entre culturas’ (*butong wenhua zhexie* de *hexie*) ou ‘globalização harmoniosa’ (*hexie de quanqinhua*)³⁶.

O contributo do país para o desenvolvimento e consolidação da visão de ‘mundo harmonioso’ é enfatizado pelo facto de dar preferência a arranjos de natureza multilateral através de organizações internacionais globais como a ONU, e fóruns e iniciativas regionais; de implementar programas de apoio ao desenvolvimento em vários países com o respeito pelas respetivas culturas e sistemas económicos; de defender o princípio da soberania nacional; e de desenvolver as relações com outros Estados de acordo com a Carta da ONU e os ‘Cinco Princípios da Coexistência Pacífica’.

De acordo com o ‘*China’s Peaceful Development Road*’ de 2005 e o ‘*White Paper on China’s Peaceful Development*’ publicado em 2011, o desenvolvimento pacífico da China parte de uma sedimentação ideológica de raízes históricas denominada de ‘socialismo com características chinesas’, que se desdobra em seis pilares operacionais de desenvolvimento nacional: científico; independente; aberto; pacífico; cooperativo; e comum.

Estes visam a obtenção por meios pacíficos de capital, tecnologia e recursos essenciais à continuidade do seu desenvolvimento e à prossecução do objetivo de em 2021 (ano do centenário da fundação do PCC) a China poder vir a ser uma sociedade moderadamente próspera e um país próspero em 2049 (ano do centenário da proclamação da República Popular da China)³⁷.

A grande estratégia da China parte de um pressuposto fundamental que interliga as dimensões de política interna e externa referidas, expressa na imperiosidade da salvaguarda da estabilidade interna e externa do/ao país, que permitirá alargar progressivamente o seu espaço de influência estratégica e diplomática, facilitando o acesso aos mercados, a capitais e a recursos naturais, potenciando o seu modelo de desenvolvimento económico e social, mas evitando uma confrontação direta com os Estados Unidos ou outros países durante uma ‘janela de oportunidade’ (*jibui zhi chuang*) que Jiang Zemin definiu em novembro de 2002 como correspondendo às duas primeiras décadas deste século, finda a qual o país terá quadruplicado o seu PIB relativamente a 2000³⁸. “A China será dentro desta ‘janela’ uma potência defensora do *statu quo* na ordem internacional, ainda que tal não impeça que possa ou deva procurar corrigir alguns dos seus défices”³⁹.

36 Ver Alexandre Carriço (2013). “Cinco Debates, uma Grande Estratégia”. *Nação e Defesa* n.º 134, pp. 148-151.

37 Information Office of the State Council of the People’s Republic of China (2011). *White Paper on China’s Peaceful Development*. Disponível em http://www.gov.cn/english/official/2011-09/06/content_1941354.htm [acedido em 22 de abril 2013]. Information Office of the State Council of the People’s Republic of China (2005). *China’s Peaceful Development Road*. Disponível em <http://www.gov.cn/english/2005/Dec/152669.htm> [acedido em 8 de janeiro de 2014].

38 Jiang Zemin (2002). “Full Text of Jiang Zemin’s Report at 16th Party Congress”, Section 9, “On the International Situation and Our External Work”. Disponível em http://english.people.com.cn/200211/18/eng20021118_106985.shtml [acedido em 8 de janeiro de 2014]. Chen Peiyao e Xia Liping (2004). *Xin Shiji Jiyuqi yu Zhongguo Guoji Zhanlue* (O Período de Oportunidade no Novo Século e a Estratégia Internacional da China). Beijing: Shijian chubanshe.

39 Avery Goldstein (2005). *Rising to the Challenge: China’s Grand Strategy and International Security*. Stanford: Stanford University Press, p. 213.

O ‘desenvolvimento pacífico’ da China deve ser efetuado em três fases sequenciais: “fase preparatória’ (*ying zao jiedan*), onde o país contribuirá para preservação de uma periferia pacífica e estável, prevenindo ações separatistas e garantindo a estabilidade interna; ‘fase de modelação’ (*suzao jieduan*), quando iniciar o processo de recuperação de todos os ‘territórios perdidos’; e ‘fase económica-estratégica’, na qual “*a comunidade internacional aceitará a justiça e igualdade da nova ordem política e económica*”⁴⁰, concretizando-se o ‘sonho da China/chinês’ de ser uma ‘superpotência’⁴¹.

O ‘Novo Conceito de Segurança’ da China foi apresentado por Jiang Zemin e Qian Qichen em 1996 e 1997, respetivamente aquando da reunião da ASEAN Regional Forum, e com os seus homólogos russos e da ASEAN.

Em 2000, o conceito foi oficialmente incorporado na ‘Estratégia de Segurança e Defesa Nacional’ que assenta em três pilares interdependentes. “O primeiro é a preservação da estabilidade interna, sem a qual não haverá desenvolvimento nacional e potenciação da influência internacional do país. O segundo é o reforço da construção do ‘poder nacional abrangente’ (*zhonghe guoli*), como garante da segurança e defesa nacional nas dimensões política, económica, tecnológica, social e militar. O terceiro é o da ação diplomática abrangente capaz de criar uma envolvente internacional estável

40 Itálico do autor a partir de Guo Shuyong (2013). *Daguo Jueqi Yanjiu de Luoji Qidian* (A Lógica da Investigação sobre a Ascensão das Grandes Potências). Disponível em <http://www.tecn.cn/data/detail.php?id=6233> [acedido em 15 de fevereiro de 2014]. Sobre a ‘fase económica-estratégica’ da China assente na sua participação ativa nos regimes internacionais apesar de muitos dos seus valores, estruturas, processos de decisão e de atuação não serem necessariamente consistentes com os objetivos estratégicos de Pequim; bem como da necessidade de explorar o seu crescente poder e influência no sentido de as reformar internamente compatibilizando-as com alguns dos seus valores e interesses, ver Yang Jiemian (2005). *Da Hezuo: Bianhuazhong de Shijie he Zhongguo Guoji Zhanlue* (Grande Cooperação: o Mundo em Mudança e a Estratégia Global da China). Tianjin: Renmin chubanshe, pp. 73-74. Liu Jie (2004). *Jizhibhua Shengcun: Zhongguo Heping Jueqi de Zhanlue Juece* (Vivendo sob Regimes: A Escolha Estratégica da China no seu Percurso de Ascensão Pacífica). Beijing: Shishi chubanshe. Estas três fases são também categorizadas por académicos ocidentais como hegemonia básica, hegemonia regional e hegemonia global. Ver Donald Gross (2012). *The China Fallacy: How the U.S. Can Benefit from China's Rise and Avoid Another Cold War*. New York: Bloomsbury. No nosso entendimento a expressão mais adequada é a de ‘preponderância’, não ‘hegemonia’.

41 Luo Shou e Wang Guifang (2005). “Zhongguo Heping Jueqi de Neihan ji qi Tujing” (O Significado Intrínseco do Percurso de Ascensão da China) em Yan Xuetong e Sun Xuefeng (eds.), *Zhongguo Jueqi Jiqi Zhanlue* (A Ascensão da China e a sua Estratégia). Beijing: Beijing Renmin chubanshe, pp. 155-157. Men Honghua (2007). “Zhongguo Ruan Shili Pinggu Baogao, Xia” (Relatório de Análise sobre o *Soft Power* da China, parte 2). *Guoji Guancha* n.º 3 (Observador Internacional), p. 43. Edward Luttwak alerta para o facto de apesar de a grande estratégia de ‘desenvolvimento pacífico’ oferecer seis garantias (não criação de uma ordem alternativa; refutação de uma hegemonia regional ou global; opção por soluções diplomáticas nas disputas territoriais; não emprego do seu poder económico para fortalecer o poder militar; não desestabilizar as economias de outros países para expandir a sua economia; e reunificação pacífica de Hong Kong, Macau e Taiwan), Pequim já violou as três primeiras. Edward Luttwak (2012). *The Rise of China vs the Logic of Strategy*. Harvard: Belknap Press of Harvard University, pp. 274-276. Na página 28 Luttwak refere três vetores do ‘revisonismo calculista’ de Pequim, mas na página 47 manifesta-se otimista quanto à preservação da ordem internacional porque na página 69 vaticina o fracasso da grande estratégia da China com base num défice de fatores materiais e imateriais.

essencial para a estabilidade interna da China e a consecução dos seus objetivos de desenvolvimento”⁴².

Pode ser sumarizado como apoiado em ‘quatro nãos’: (1) não à hegemonia; (2) às políticas de poder; (3) à corrida ao armamento; e (4) às alianças militares - sendo operacionalizado através da confiança mútua, do mútuo benefício, da igualdade e coordenação entre os Estados em prol de uma segurança abrangente, comum e cooperativa⁴³.

Em vez desta rede de alianças e de uma ‘política de blocos’ (*jitian zhengzhi*) o ‘Novo Conceito de Segurança’ propõe a criação progressiva de uma ordem de segurança na qual as relações bilaterais e com instituições multilaterais são pautadas pela confiança e benefício mútuos, igualdade, e cooperação – uma referência aos perenes ‘Cinco Princípios da Coexistência Pacífica’ - por forma “a reduzir a insegurança e salvaguardar a estabilidade e o equilíbrio estratégico global”⁴⁴, de acordo com as seguintes linhas de força:

- Privilegiar o papel de liderança da ONU;
- Resolver de forma pacífica as disputas através do diálogo e da negociação;
- Reformular a atual ordem económica e financeira internacional de modo a promover a prosperidade e o desenvolvimento comuns;
- Combater as ameaças de segurança não-tradicionais e tradicionais;
- Proceder a um desarmamento efetivo, evitando corridas ao armamento⁴⁵.

No plano especificamente militar esta formulação concetual foi vista pelo EPL como um incentivo a um papel mais participativo na implementação, condução e desenvolvimento de operações de manutenção da paz da ONU, de diálogos de segurança, da implementação de medidas criadoras de confiança, de consultas de segurança, e da assinatura de acordos de segurança com base no mútuo benefício das partes signatárias.

Em 2010 o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China definiu genericamente como interesses vitais (*hexin liyi*) as “áreas relacionadas com a soberania nacional, a segurança e integridade territorial e os interesses de desenvolvimento da China”⁴⁶. No final

42 Ge Dongsheng (ed.) (2006). *Guojia Anquan Zhanlue Lun* (Sobre a Estratégia de Segurança Nacional). Beijing: Jiefangjun chubanshe, p. 62 e Liu Jingbo (2006). *21 Shiji chu Zhongguo Guojia Anquan Zhanlue* (A Estratégia de Segurança Nacional da China no Início do Século 21). Beijing: Shishi chubanshe, p. 47.

43 Zhu Tiangchang (2000). “Xin Shiji Zhongguo Anquan Zhanlue Gouxiang” (A Estratégia de Segurança da China para o Novo Século). *Shijie Jingji yu Zhengzhi* n.º 1 (Economia e Política Internacional), pp. 11-15. Information Office of the State Council (2013). *China's National Defense 2012*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/special-reports/node_59506.htm [acedido em 15 de fevereiro de 2014]. Para uma elaboração e proposta de operacionalização do conceito ver Tang Jiaxuan (2002). “Statement by H.E. Tang Jiaxuan, Minister of Foreign Affairs of The People's Republic of China and Head of the Chinese Delegation, at the General Debate of the 57th Session of The United Nations General Assembly”. United Nations. Disponível em <http://www.un.org/webcast/ga/57/statements/020913chinaE.htm> [acedido em 15 de fevereiro de 2014].

44 Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China (2002). “China's Position Paper on the New Security Concept”. Disponível em <http://www.mfa.gov.cn/eng/wjwb/zjzg/gjs/gjzzyhy/2612/2614/t15319.htm> [acedido em 15 de fevereiro de 2014].

45 Idem.

46 Sem Autor (2010). “Foreign Ministry Clarifies Parameters of China's Core Interests”. *Global Times*. Disponível em <http://news.qq.com/a/20100714/001265.htm> [acedido em 20 de agosto de 2010].

do mesmo ano a ‘Estratégia de Segurança e Defesa Nacional’ descreveu-os de uma forma mais concreta como sendo: a preservação da estabilidade política do país; a defesa da sua soberania, segurança, integridade territorial e unidade nacional; e a garantia da continuidade de um desenvolvimento económico e social sustentável⁴⁷.

Segundo as oito edições dos ‘Livros Brancos da Defesa Nacional’⁴⁸, o ‘Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico’⁴⁹, bem como outros Livros Brancos de cariz setorial⁵⁰, os interesses nacionais (diferentes dos vitais) são cinco: (1) continuação do desenvolvimento económico; (2) reunificação nacional; (3) promoção da paz mundial e do desenvolvimento comum; (4) defesa da integridade territorial terrestre, marítima e aérea; e (5) segurança e proteção dos interesses marítimos, espaciais e do ‘espectro eletromagnético’ (*dianzhi kongjian*) da China⁵¹.

Se compararmos os interesses vitais face aos interesses nacionais, notamos que estes, por definirem de uma forma geograficamente mais ampla a área de potencial atuação do EPL, acabam por reforçar suspeitas regionais quanto às intenções associadas ao programa de modernização militar em curso, centrado primordialmente nas capacidades de projeção de poder aéreo e naval e em sistemas C4ISR (comando, controlo, comunicações,

47 Ver U.S. Department of Defense (2011). *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2011*. Disponível em http://www.defense.gov/pubs/pdfs/2011_cmpr_final.pdf [acedido em 15 de fevereiro de 2014]. Bonnie Glaser (2011). *A Shifting Balance: Chinese Assessments of U.S. Power*. Center for Strategic and International Studies. Disponível em http://csis.org/files/publication/110613_glaser_CapacityResolve_web.pdf [acedido em 15 de fevereiro de 2014].

48 People's Republic of China Ministry of National Defense (1998). *China's National Defense in 1998*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/1998.htm>. People's Republic of China Ministry of National Defense (2000). *China's National Defense in 2000*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2000.htm>. People's Republic of China Ministry of National Defense (2002). *China's National Defense in 2002*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2002.htm>. People's Republic of China Ministry of National Defense (2004). *China's National Defense in 2004*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2004.htm>. People's Republic of China Ministry of National Defense (2006). *China's National Defense in 2006*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2006.htm>. People's Republic of China Ministry of National Defense (2008). *China's National Defense in 2008*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2008.htm>. People's Republic of China Ministry of National Defense (2011). *China's National Defense in 2010*. Beijing. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-03/31/c_13806851.htm. People's Republic of China Ministry of National Defense (2013). *The Diversified Employment of China's Armed Forces*. Disponível em http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7181425.htm [todos acessados em 28 de março de 2014]. Ver ainda Peng Guangqian, Zhao Zhiyin e Luo Yong (2010). *Op. Cit.*

49 Information Office of the State Council of the People's Republic of China (2011). *White Paper on China's Peaceful Development*. Disponível em http://www.gov.cn/english/official/2011-09/06/content_1941354.htm [acedido em 15 de fevereiro de 2014]. Information Office of the State Council of the People's Republic of China (2005). *China's Peaceful Development Road*. Disponível em <http://www.gov.cn/english/2005/Dec/152669.htm> [acedido em 15 de fevereiro de 2014].

50 Information Office of the State Council of the People's Republic of China (1993). *The Taiwan Question and Reunification of China*. Disponível em <http://www.china.org.cn/e-white/taiwan/index.htm> [acedido em 15 de fevereiro de 2014].

51 Huang Yingxu (2009). “Lun Zhongguo Gongchandang red de Guojia Liyi Guan” (Sobre a Visão do Interesse Nacional pelos Membros do PCC). *Zhongguo Junshi Kexue* n.º 6 (Ciência Militar da China), p. 4.

computadores, informações, vigilância e reconhecimento). Este programa tem gerado um debate interno entre os apologistas da noção expansiva dos interesses nacionais e os defensores de uma noção mais seletiva e menos ampla dos mesmos, havendo militares em ambos os campos argumentativos⁵².

A defesa dos interesses vitais e nacionais é efetuada de acordo com a estratégia de segurança e defesa nacional, que se apoia nas ‘Novas Missões Históricas das Forças Armadas Chinesas na Nova Etapa do Século XXI’ (*Xin Shiji xin Jieduan Wojun Lishi Shiming*) que foram promulgadas em 2004 por Hu Jintao e espelham uma justificação ideológica formal do PCC para o emprego do EPL no contexto regional e global, incentivando-o a prosseguir quatro inovações (na teoria militar, na tecnologia, na organização e na gestão de recursos)⁵³.

As ‘Novas Missões Históricas’ são uma alteração do conceito tradicional de defesa territorial em prol de um de proteção do interesse nacional, que tende agora a incorporar novos e velhos riscos e ameaças (disputas territoriais com países vizinhos, movimentos separatistas em Taiwan e dentro do território nacional e instabilidade social interna) e a abranger áreas geográficas distantes do seu território. Também denominadas por ‘uma missão, quatro tarefas’ (*yige shiming, renwu san*), são respetivamente: (1) reforço da lealdade do EPL ao Partido Comunista Chinês; (2) garantir a defesa da soberania, integridade territorial e segurança interna de forma a salvaguardar a continuidade do desenvolvimento nacional durante o importante período de oportunidade estratégica; (3) apoiar a salvaguarda dos interesses nacionais que se estão a expandir; e (4) promover a paz mundial e o desenvolvimento⁵⁴.

A consecução desta última tarefa por parte do EPL é efetuada através de cinco tipos de atividades: (1) participação em operações de paz da ONU; (2) ‘condução de operações de não-guerra’ (*bi zhanzheng deng zhongda xingdong*) como as de socorro de emergência,

52 Ver Willy Wo-Lap Lam (2012). “China Wages Quasi-Superpower Diplomacy” em Joseph Cheng (ed.), *China: a New Stage of Development for an Emerging Superpower*. Hong Kong: City University of Hong Kong Press, pp. 202-203.

53 Tal como o pensamento político dos líderes de cada uma das gerações é cristalizado semanticamente, também o é o pensamento militar. O acúmen continua a ser o ‘Pensamento Militar de Mao Zedong’ (*Mao Zedong Junsbi Sixiang*), seguindo-se o ‘Pensamento de Deng Xiaoping sobre a Construção do Exército no Novo Período’ (*Deng Xiaoping Lilun dui Jundui Jianshexin Shiqi*), o ‘Pensamento de Jiang Zemin sobre a Defesa Nacional e a Construção do Exército’ (*Jiang Zemin Sixiang dui Guofanghe Jundui Jianshe*), o ‘Pensamento de Hu Jintao sobre as Novas Missões Históricas do EPL’; e o ‘Importante Pensamento Estratégico de Xi Jinping sobre o Sonho de uma Forças Armadas Fortes’. A cristalização dogmática do pensamento militar do líder mais recente é expressa na incorporação na última versão do manual de doutrinação político do EPL feita pelo seu Departamento Geral de Política (revista de dez em dez anos e após a cessação das suas funções na presidência da CMC).

54 Hu Jintao (2004). “Renqingxin Shijixin Jieduan Wojun Lishi Shiming” (Compreender as Novas Missões Históricas dos Nossos Militares no Novo Período do Novo Século). Discurso perante a Comissão Militar Central do PCC. Disponível em <http://gfjy.jinagxi.gov.cn/thmnew/11349.htm> [acedido em 4 de março de 2012]. Ver também James Mulvenon (2009). “Chairman Hu and the PLA ‘New Historic Missions’”. *China Leadership Monitor* n.º 27. Disponível em <http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/CLM27JM.pdf> [acedido em 4 de março de 2014]. Peng Guangqian, Zhao Zhiyin e Luo Yong (2010). *Op. Cit.*, pp. 67-68.

busca e salvamento, etc.; (3) exercícios conjuntos com forças militares de outros países; (4) prevenção e contenção da possibilidade de ocorrência de uma guerra; e (5) vencer a guerra, caso esta seja inevitável⁵⁵.

Cultura Estratégica e Transparência Militar

As envolventes de segurança aos Estados são tanto culturais como institucionais e não apenas materiais.

O conceito de cultura deve ser abordado com as devidas cautelas, dadas as diferentes perspectivas que dela têm antropologistas, sociólogos, filósofos, etnógrafos e cientistas políticos. A cultura consubstancia uma desmaterialização da estratégia, se atentarmos no discurso civilizacional e particularista da China, empregue na condução da sua política externa, diplomacia pública e diplomacia militar.

A cultura e a sua influência na modelação do pensamento humano foram analisadas por Michael Mazarr (na forma como a cultura afeta o comportamento humano), Max Weber (sobre os benefícios económicos relativos das culturas protestantes e católicas), Lucien Pye e Sydney Verba (sobre a ligação entre cultura nacional e desenvolvimento) e Samuel Huntington (na cultura como a fator modelador fundamental das relações internacionais e da conflitualidade futura entre sete ou oito grandes civilizações – ocidental, eslava-ortodoxa, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, latino-americana e eventualmente africana -, que não a ideologia e a economia)⁵⁶.

Joseph Nye define cultura como “um conjunto de valores e práticas que dão sentido a uma sociedade”⁵⁷. Clifford Geertz vê-a como “um sistema de concepções herdadas, expressas de forma simbólica através de meios que comunicam, desenvolvem e perpetuam o conhecimento e a atitude face à vida”⁵⁸; uma definição similar à de Jack Snyder que a entende como “um conjunto semipermanente de crenças, atitudes e padrões de comportamento socializados numa forma distinta de pensamento”⁵⁹. Raymond Cohen considera-a como ‘uma dimensão escondida’ que exerce uma influência determinante no comportamento dos indivíduos, dos grupos e da sociedade⁶⁰. Peng Guangqian e

55 Ver Daniel Hartnett (2014). “The ‘New Historic Missions’: Reflections on Hu Jintao’s Military Legacy” em Roy Kamphausen, David Lai e Travis Tanner (eds.), *Assessing the People’s Liberation Army in the Hu Jintao Era*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/PUB1201.pdf>, pp. 31-80 [acedido em 3 de maio de 2014].

56 Ver respetivamente Michael Mazarr (1996). “Culture and International Relations: a Review Essay”. *The Washington Quarterly* n.º 2, pp. 177-197. Max Weber (2010 [1920]). *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press. Lucien Pye e Sydney Verba (eds.) (1965). *Political Culture and Political Development*. Princeton: Princeton University Press. Samuel Huntington (1998). *The Clash of Civilization and the Remaking of the World Order*. New York: Simon & Schuster.

57 Joseph Nye (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, p. 11. Joseph Nye (2006). “Soft Power: Think Again”. *Foreign Policy*. Disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/02/22/think_again_soft_power [acedido em 9 de agosto de 2013].

58 Clifford Geertz (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, p. 89.

59 Jack Snyder (1977). *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*. Santa Monica: RAND, p. 8.

60 Ver Raymond Cohen (2004). *Negotiating Across Cultures: International Communication in an Interdependent World*. Washington: United States Institute of Peace Press.

Yao Youzhi são mais generalistas na sua definição, entendendo-a como “o conjunto da acumulação de precipitados espirituais e materiais de um Estado ou nação durante um longo período de tempo de acordo com as circunstâncias naturais, padrão social e nível económico, modelando a atitude de vida e as ações dos homens face aos outros e à natureza”⁶¹. A cultura é assim entendida como um dos elementos modeladores da identidade de um Estado-nação e formulação de uma imagem e reputação, coadunante com as suas ações no sistema internacional ao longo do tempo. Como sublinha Masaru Tamamoto “a geocultura é tão importante quanto a geopolítica e a geoeconomia... a cultura e a identidade sempre contribuíram para a moldagem da história das relações internacionais”⁶².

A identidade nacional de um Estado é uma *mélange* de ideias, tradições e memórias históricas que são transmitidas por doutrinação intergeracional, pelos *media*, pelos sistemas de educação ou por experiências em conflitos militares⁶³. Por outras palavras, a identidade nacional é composta por fatores intelectuais e emocionais que em certas ocasiões podem coexistir em tensão ou mesmo contradizerem-se entre si, com impacto na atuação dos Estados no sistema internacional.

Mas esta identidade não é imutável, porque tal como a cultura - como argumenta Charles Kupchan - pode estar sujeita a manipulações por parte das elites governantes, que se socorrem de determinado tipo de linguagem, associando-a à memória histórica com o intuito de alterarem ou justificarem as escolhas e ações estratégicas do país (*i.e.* cultura estratégica) face a outros atores⁶⁴.

Quando transposta para o plano estratégico e militar a valoração dada à cultura é bastante ambivalente entre a comunidade académica, política, diplomática e militar.

Para racionalistas da ‘teoria dos jogos’ como Thomas Schelling, ‘apenas o jogo interessa’, porque é a natureza da distribuição de poder entre os Estados - quando estes se confrontam - que dita a melhor jogada, não o seu *background* cultural, assumindo que existe uma racionalidade estratégica universal que pauta a ação de todo e qualquer jogador que queira ganhar o jogo estratégico⁶⁵. Na mesma linha, neorrealistas como Kenneth Waltz, argumentam que “a cultura é irrelevante quando se pretende explicar a interação

61 Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *The Science of Military Strategy*. Beijing: Military Science Press, p. 31.

62 Masaru Tamamoto, citado em David Scott (2009). *China and the International System, 1840-1949: Power, Presence, and Perceptions in a Century of Humiliation*. New York: State University of New York Press, p. 4. Ver também Friedrich Kratochwill e Yoseph Lapid (1996). *The Return of Culture and Identity in International Relations Theory*. Boulder: Lynne Rienner.

63 Zheng Wang (2012). *Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations*. New York: Columbia University Press, p. 23.

64 Ver Charles Kupchan (1994). *The Vulnerability of Empire*. Ithaca: Cornell University Press, pp. 1-32.

65 Ver Thomas Schelling (1980). *The Strategy of Conflict*. Cambridge: Harvard University Press. Este seu determinismo racionalista seria mais tarde mitigado quando declarou que “*most game theory considers such things as commitments, threats, promises, contracts, etc., to be either enforceable or not enforceable; i have been mainly concerned with how and where and by whom in what institutional environments threats, promises, and commitments can be successfully incurred, or successfully bluffed, or successfully countered. I am more social scientists than logician.*” Vincent Hendricks e Pelle Guldborg Hansen (2006). “Game Theory: 5 Questions”. Disponível em <http://www.gametheorists.com/Interviews/schelling.html> [acedido em 10 de maio de 2014].

entre os Estados, numa ordem internacional anárquica, pejada de unidades que lutam pela sua sobrevivência, sob uma dinâmica de *balance of power*⁶⁶.

Patrick Porter discorda de Schelling e Waltz, ao afirmar que “os atores, quando em conflito, não são bolas de bilhar que operam de acordo com pressões exógenas, pelo que a doutrina [e a montante cultura estratégica] não é um casaco [racionalista] que se veste”⁶⁷. Ou seja, os povos não são como um ‘cão de Pavlov’ que no jogo estratégico respondem mecanicamente a estímulos externos. Tem de se saber alguma coisa sobre ‘a cosmovisão do cão’ de forma a se poder predizer o seu comportamento. Para tal é necessário procurar umnexo entre cultura, identidade, memória histórica, percepção e ação – “uma tarefa nada fácil”⁶⁸.

Daqui resulta que existem três escolas valorativas e interpretativas da cultura estratégica. A escola de primeira geração (do início da década de 80 do século XX) centra-se na análise do pensamento estratégico soviético aplicado às armas nucleares, defendendo como corolário que a cultura não pode ser separada da ação. Tendo como referencial Colin Gray, para esta escola a “cultura estratégica é o somatório das ideias e comportamentos, incontornável para qualquer um de nós, pois todos somos culturalmente educados e programados”⁶⁹.

Mas esta é uma concetualização demasiado genérica que não permite que a influência da cultura possa ser devidamente testada, como aponta a escola de terceira geração de Jack Snyder - autor do conceito de cultura estratégica em 1977.

Para Snyder não existe um ‘*homo strategicus universalis*’ pois fatores materiais e imateriais específicos de um determinado Estado modelam o pensamento e a ação dos seus decisores políticos⁷⁰. Ou seja a cultura pode ter um poder causal e explanatório parcelar, mas não é o único fator ou a variável determinante da cultura estratégica, como sublinha Elizabeth Kier (*e.g.* geografia, distribuição de poder, tecnologia também o são)⁷¹.

De acordo com a escola de terceira geração (só consolidada nos meados dos anos noventa do século passado), o conceito de cultura estratégica quando associado ao emprego da força militar e projetado retrospectivamente no tempo, pode materializar um padrão de comportamento definidor de uma estratégia militar conduzida ao serviço da consecução dos objetivos políticos de um Estado, como advoga Alastair Iain Johnston⁷²,

66 Kenneth Waltz (1979). *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill, p. 121.

67 Patrick Porter (2009). *Military Orientalism: Eastern War through Western Eyes*. London: Hurst & Company, p. 56.

68 Wang Jianwei (1999). *Limited Adversaries: Post-Cold War Sino-American Mutual Images*. New York: Oxford University Press, p. 28. Ver também Alexander George (1979). “The Causal Nexus between Cognitive Beliefs and Decision-Making Behavior: The ‘Operational Code’ Belief System” em Lawrence Flakowski (ed.), *Psychological Models in International Relations*. Boulder: Westview Press, pp. 95-124.

69 Colin Gray (1999). *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press, p. 129.

70 Michael Handel desvaloriza esta diferenciação estratégica com base na cultura argumentando que ‘a estratégia tem uma lógica e objetivos globais’ (*i.e. homo strategicus universalis*) colocando-se no extremo oposto ao de Jack Snyder e Ken Booth. Ver Michael Handel (1996). *Masters of War: Classical Strategic Thought*. London: Routledge, p. 3.

71 Elizabeth Kier (1997). *Imagining War: French and British Military Doctrine between the Wars*. Princeton: Princeton University Press, p. 5.

72 Ver Alastair Iain Johnston (1998). *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. New Jersey: Princeton University Press.

algo que Ken Booth e Russell Trood, ainda que da mesma escola, reconhecem como sendo de “difícil quantificação [mas não qualificação] uma vez que resulta da concatenação de duas dimensões: de uma lógica militar estatal e das tradições estratégicas nacionais, unindo fatores materiais (segurança) e imateriais (cultura) na sua definição”.

Por fim, enquanto as escolas de primeira e terceira geração argumentam sobre *como* - ou melhor *se* - a cultura influencia a ação, a escola de segunda geração (surgida em meados dos anos oitenta do século XX) centra-se na forma como a cultura estratégica é produzida. O seu enfoque é a análise das disjunções entre o discurso estratégico-cultural, as doutrinas operacionais e as ações dos Estados, onde o discurso das elites é empregue para criar, moldar e reforçar a doutrina⁷³. Como membros da sociedade, as elites governativas são influenciadas pela cultura estratégica prevalecente; usam conceitos derivados da cultura nacional para moldar as atitudes da opinião pública; e, no processo, tornam-se reféns da envolvente e das limitações dessa mesma cultura estratégica que elas próprias ajudaram a criar, em nome de uma visão distinta da identidade do seu Estado-nação no sistema internacional. Ou seja, para esta ‘escola geracional’, sendo a cultura um conjunto de práticas em interação com discursos, estabelece-se inevitavelmente uma relação biunívoca na qual a cultura influencia a ação e a ação influencia a cultura.

Sobre este ponto a escola de segunda geração é particularmente relevante, porque permite aferir a produção da cultura estratégica, onde a cultura é um pilar da política, da sociedade, e da História, desempenhando um papel de relevo na formulação das estratégias de segurança e defesa de um Estado e nas doutrinas delas derivadas, ainda que tal não signifique que a cultura estratégica - e por inerência a doutrina militar - sejam códigos formativos rígidos não adaptáveis a todas as circunstâncias. Ou seja, e como corolário, a cultura contribui para determinar mas não é, por si só, determinante da cultura estratégica.

O que é então a cultura estratégica?

Para Ken Booth, é “o conjunto das tradições, valores, atitudes, padrões de comportamento, hábitos, símbolos, êxitos e métodos nacionais de adaptação à envolvente e de resolução de problemas no que concerne à decisão política de ameaça de emprego da força ou do seu uso efetivo”⁷⁴. Charles Kupchan assume-a como sendo o âmago da identidade e da autoimagem nacional⁷⁵. Uma definição igualmente interessante é a de Patrick Porter que a considera como “um reportório ambíguo de ideias que competem entre si e que podem ser selecionadas, instrumentalizadas, e manipuladas, não sendo um guião claro e dogmático para a ação [militar]”⁷⁶.

A conceptualização da *Defense Threat Reduction Agency* parece-nos bastante adequada sendo “um conjunto de crenças partilhadas, assunções e modos de comportamento

73 Ver Edward Lock (2010). “Refining Strategic Culture: Return of the Second Generation”. *Review of International Studies* n.º 3, pp. 685-708.

74 Ken Booth (1990). “The Concept of Strategic Culture Affirmed” em Carl Jacobsen (ed.), *Strategic Power: USA/USSR*. London: Macmillan, p. 121.

75 Charles Kupchan (1994). *Op. Cit.*, pp. 5-6.

76 Patrick Porter (2009). *Op. Cit.*, p. 15.

derivados de experiências comuns e narrativas aceitas (tanto orais como escritas), que moldam a identidade coletiva e a relação com outros grupos, determinando os meios apropriados à consecução dos fins de segurança nacional”⁷⁷.

David Jones argumenta que no mesmo plano estatal existem três níveis que se articulam sinergicamente na cultura estratégica: (1) os elementos básicos originados a partir de variáveis geográficas, étnico-culturais, e históricas; (2) as características socioeconômicas e a sua estrutura política; e (3) mais estritamente, a natureza contemporânea da interação entre as instituições políticas e militares⁷⁸.

Similarmente para Andrew Scobell, a cultura estratégica deve ser vista como um bolo de três camadas, onde na base está a ‘cultura política’, no meio a ‘cultura estratégica’ e no topo a ‘cultura de relacionamento entre civis e militares’, sendo que “da prova de uma das camadas não se pode retirar conclusões abrangentes e extensíveis a todo o bolo”⁷⁹. Ou seja este *background* interagente de camadas pode variar de Estado para Estado, condicionando diferentes experiências e *modus operandi*. Logo, diferentes Estados poderão exibir diferentes culturas estratégicas, ilustradas pelo aforismo de que ‘o poder e a sua aplicação é aquilo que um povo pensa’, consubstanciando uma desmaterialização da estratégia que abre espaço para o discurso civilizacional e particularista da China.

A leitura de obras e declarações dos líderes políticos e militares, e de estrategistas clássicos e contemporâneos chineses, deixa transparecer uma correspondência com os preceitos da escola de segunda geração da cultura estratégica, ainda que com alguns laivos associados à da primeira geração. Estes são notórios nas omnipresentes referências à sua herança histórico-cultural milenar para explicar e justificar os particularismos da cultura estratégica e da identidade civilizacional da China.

Existe uma ligação entre um dogmatismo cultural e civilizacional discursivo e evolutivo à prática/ação do Estado, segundo a melhor tradição maoísta e denguísta de ‘aprender com a prática’, que é também ela consubstanciada terminológica e discursivamente na expressão ‘características chinesas’ ou numa formulação mais direta na frase de Lin Biao de que “você combatem à vossa maneira, e nós à nossa”⁸⁰.

Esta ligação tem dois pontos implícitos: (1) a cultura estratégica tem relevância doutrinária porque tem poder causal - ou pelo menos efeitos instrumentais - de uma forma ou de outra (de outro modo seria meramente decorativa); e (2) a cultura chinesa é adap-

77 Jeffrey Lantis (2006). “Strategic Culture: From Clausewitz to Constructivism”. Defense Threat Reduction Agency, p. 39. Ver ainda Darryl Howlett (2006). *The Future of Strategic Culture*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-future.pdf> [acedido em 2 de março de 2013]. Colin Gray (2006). *Out of the Wilderness: Prime Time for Strategic Culture*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-out.pdf> [acedido em 2 de março de 2013].

78 David Jones (1990). “Soviet Strategic Culture” em Carl G. Jacobsen (ed.), *Op. Cit.*, p. 7.

79 Andrew Scobell (2003). *China’s Military and the Use of Force: beyond the Great Wall and the Long March*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3.

80 Lin Biao (1965). “Long Live the Victory of People’s War!”. Disponível em http://www.marxists.org/reference/archive/lin-biao/1965/09/peoples_war/ch05.htm [acedido em 3 de outubro de 2013].

tativa, pelo que a sua cultura estratégica e doutrina têm vindo a evoluir de acordo com a envolvente interna e externa ao país⁸¹.

A dimensão etnocêntrica de cariz filosófico-cultural molda a perceção e o pensamento sobre a envolvente, notória no plano da avaliação das ameaças e riscos à segurança nacional e ao cálculo estratégico. Quando políticos e estrategistas chineses empregam a expressão ‘caraterísticas chinesas’ relativamente à ideologia, política económica, pensamento estratégico e militar da China, estão a recuperar uma ancoragem excecionalista cultural e civilizacional autojustificativa, pela qual a nossa análise deve começar, ainda que com uma ressalva prévia: a de que a abordagem ao pensamento estratégico não é um exclusivo do campo cultural e filosófico, assumindo uma dimensão mental resultante do facto de aquilo a que as pessoas prestam atenção poder afetar as suas crenças e perceções sobre a forma como o mundo funciona bem como os respetivos nexos de causalidade.

De acordo com Richard Nisbett existe entre chineses e ocidentais um quadro mental distinto que acaba por enformar de forma distinta o respetivo pensamento [estratégico]:

“Os chineses acreditam na mudança constante, com avanços e recuos. Têm em atenção um conjunto de eventos e procuram inter-relações entre os objetos [físicos, animais, e humanos], defendendo que não se consegue entender uma parte sem se compreender o todo, que por si é mais complexo do que parece. Os ocidentais vivem num mundo mais simples e determinista, focando a sua atenção nos objetos e nos indivíduos em detrimento da envolvente, julgando que podem controlar os acontecimentos porque conhecem as regras que governam o comportamento desses objetos”⁸².

Estas diferenças são consequência do emprego diferenciado de instrumentos relativos ao entendimento do mundo. Com efeito, enquanto os chineses desenvolveram um pensamento filosófico dialético para compreenderem as relações entre objetos e acontecimentos, contextualizando-o, o pensamento lógico da herança ocidental grega privilegiou os nexos causais, onde o importante são os objetivos/fins e não os processos. Como tal o pensamento estratégico chinês tende a ser mais orgânico, flexível, menos mecanicista e determinista que o ocidental, reconhecendo que existe um conjunto alargado de forças que estarão sempre fora do controlo absoluto do mais arguto e resoluto estrategista, cabendo-lhe a este a tarefa de as tentar gerir favoravelmente e da melhor forma possível. Assim o génio do estrategista resultará da sua capacidade em percecionar corretamente a situação ou a ‘propensão das coisas’ e em dominar as técnicas de identificação e manipulação da ‘envolvente’ (*shì*) ou das tendências, projetando-as para o futuro e explorando-

81 Para uma descrição da evolução da doutrina militar do EPL desde 1949 ver Alexandre Carriço (2006). *De Cima da Grande Muralha: Política e Estratégia de Defesa Territorial da China, 1949-2010*. Lisboa: Prefácio, pp. 507-517.

82 Richard Nisbett (2003). *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently and Why*. New York: Free Press, p. xiii.

-as em proveito próprio⁸³. Na melhor tradição daoísta, o estrategista deve deixar que a ‘propensão das coisas’ ocorra naturalmente, porque estas têm uma força própria. Ele não deve projetar no *shi* valores ou visões próprias, mas adaptar-se constantemente à sua dinâmica e como tal tentar geri-lo de forma eficaz. Em consonância, Peng Guangqian e Yao Youzhi defendem que o pensamento estratégico chinês tem seis características: (1) abrangência; (2) dialética [dos opostos]; (3) certeza; (4) prospetiva; (5) criatividade; e (6) memória histórica⁸⁴.

Partindo destas características o estrategista chinês não elabora um plano minucioso de projeção do futuro que leve a fins pré-determinados para posteriormente definir a melhor aplicação dos meios que considere adequados para atingir tal desiderato. Ao invés, começa por efetuar uma avaliação das forças em presença, de modo a poder retirar o máximo proveito dos fatores favoráveis à situação, explorando-os constantemente independentemente das circunstâncias e obstáculos que possa ter de enfrentar, privilegiando a macroanálise - ao contrário do seu congénere ocidental que se centra na microanálise. Focaliza a sua atenção nas fraquezas do adversário para poder atacar a sua estratégia, ao contrário do enfoque ocidental dado aos pontos fortes desse mesmo adversário. Para o estrategista chinês a sua competência não está centrada na força e na decisão, mas na sabedoria e na perspicácia. Um excelente estrategista faz com que as suas virtudes não sejam reconhecidas, porque o seu pensamento e planeamento permitir-lhe-ão obter ‘vitórias fáceis’, e sê-lo-ão porque não requereram o emprego de competências táticas e o empenhamento de demasiados recursos humanos, resultado de ter conseguido minimizar ao máximo os riscos de um conflito armado.

Este entendimento quanto à secundarização dos fatores materiais em favor dos imateriais é característica indelével da cultura estratégica chinesa, sendo expressa na referência e aplicação de princípios e aforismos de obras emblemáticas como os ‘Sete Clássicos Militares’ ou o ‘Pensamento Militar de Mao Zedong’⁸⁵. Mas note-se que a dimensão moral é secundarizada porque o que é fundamental é moldar a orientação adequada dos acontecimentos na fase inicial de desenvolvimento das tendências, por forma a garantir

83 Para uma brilhante conclusão sobre esta dicotomia ver François Jullien (1995). *Op. Cit.*, pp. 259-265. Sintomático deste entendimento do *shi* é o conceito de crise. Enquanto os métodos ocidentais de gestão de crises estão direcionados para a sua resolução de forma determinística, a perspetiva chinesa é diferente. Os primeiros levam frequentemente à suspensão unilateral das negociações diplomáticas em prol da opção militar, a segunda tende a enfatizar a exploração paciente de áreas promissoras passíveis de entendimento entre as partes. John Wilson Lewis e Xue Litai (2006). *Imagined Enemies: China Prepares for Uncertain War*. Stanford: Stanford University Press, p. 24. A palavra ‘crise’ (*weiji*) descreve uma ‘envolvente’ (*shi*) que significa simultaneamente ‘perigo’ (*wei*) e ‘oportunidade’ (*ji*) numa “dialética entre desvantagens e vantagens que em determinadas circunstâncias podem ser transformadas nos seus opostos através da exploração das contradições e da definição objetiva de uma prioridade de atuação estratégica”. Shu Guang Zhang (1992). *Deterrence and Strategic Culture: Chinese-American Confrontations, 1949-1958*. Ithaca: Cornell University Press, p. 279.

84 Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 132-133.

85 Ainda que não se deixe de referir a influência ocidental de Marx e Engels na posterior consolidação do conceito de ‘guerra popular’ de Mao Zedong. Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 100-101. Ver ainda Wang Pufeng (eds.) (1993). *Mao Zedong Junshi Zhanlue Lun* (Sobre a Estratégia Militar de Mao Zedong). Beijing: Junshi Kexue chubanshe.

o sucesso, dando a ilusão de que este estava à partida predeterminado. A exploração da justificação e da virtude moral da ação surgirá em resultado do sucesso.

Mas se a força tiver de vir a ser empregue as diferenças são também notórias. Na perspetiva dos estrategistas ocidentais, e de acordo com a tradição grega, os meios (*eidōs*) e os fins (*telos*) são determinantes para o sucesso. Para os estrategistas chineses continua a ser o domínio do *shi* em prol do *li* (padrão de boa governação) que é primordial. Assim a prudência é essencial na batalha inicial tal como a preservação da flexibilidade estratégica⁸⁶. A arte e a ciência do bom governante e de um bom conselheiro e estrategista está no emprego ou na ameaça de emprego da força para persuadir, dissuadir ou forçar o adversário a ceder, não para o destruir numa primeira batalha - ainda que esta seja considerada como muito importante.

Este é um claro contraste face à perspetiva determinista ocidental clausewitziana de maximização do emprego da força e aniquilação do adversário numa batalha decisiva e direta (o objetivo) que refere o ‘nevoeiro da guerra’ e o ‘atrito’ como um mecanismo justificativo, ainda que não devidamente explanado, para a diferença entre a teoria (planos) e a prática (combate), insinuando uma maior predileção ocidental pelo risco⁸⁷.

Quando transposto para o sistema internacional e para a relação entre os Estados, o corolário é o de que quem compreender realmente a forma como o *shi* funciona, despende menos tempo a planear e mais a efetuar sistematizações sobre as tendências e os desenvolvimentos delas resultantes (*assessments*)⁸⁸. Assim pode-se justificar, ainda que parcelarmente, porque é que os estrategistas chineses enfatizam os estudos de avaliação da situação e posição do seu país, em detrimento da prescrição de políticas a seguir, e o porquê desde Deng Xiaoping da liderança chinesa ter optado por uma linha pragmática expressa na frase de Chen Yun (mas atribuída a Deng) de ‘atravessar o rio tateando as pedras do leito’ (*mōzhe shítou guōhe*).

86 Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 241 e pp. 245-250.

87 Por exemplo, a diferença entre o objetivo do jogo de xadrez e do jogo de *weiqi* (ou *go* em japonês) é ilustrativa deste ponto. Enquanto o xadrez está orientado para a concentração das forças num ponto do tabuleiro e a aniquilação das peças do adversário através de um *checkmate*, onde um erro tático pode significar a derrota; no *wei chi* procura-se a vitória através da posição das peças de um jogador relativamente ao adversário, onde os inúmeros movimentos destas destinam-se a alargar o controlo do território, evitando confrontações diretas com o intuito final de cercar o adversário. Vence quem conseguir imobilizar completamente o oponente. Em termos práticos, um principiante no jogo irá concentrar as suas peças direta e visivelmente nas interseções mais próximas (estratégia de *li*) enquanto um jogador experiente irá optar por espalhá-las de uma forma mais indireta e insidiosa por todo o tabuleiro (estratégia de *shi*) por forma a maximizar a sua influência e a reduzir o espaço de manobra do adversário. Assim o objetivo deste jogo é consonante com a máxima de Sun Zi de que “na guerra a prioridade deve ser dada ao ataque à estratégia do adversário, de seguida à disrupção das suas alianças através da diplomacia e só por fim o ataque às suas forças militares”. Como refere o poema ‘Escrito num Sonho’ de Ouyang Xiu (1007-1072 d.C.): “o jogo de *weiqi* chega ao fim, e entretanto não nos apercebemos que o mundo mudou”. Citado em Tao Hanzhang (1987). *Sun Tze’s Art of War: the Modern Chinese Interpretation*. New York: Sterling Publishing, p. 100. Para uma aplicação da lógica do *weiqi* à guerra sino-japonesa durante a Segunda Guerra Mundial e à subsequente guerra civil chinesa por Mao Zedong, ver a original e gráfica análise de Scott Boorman (1969). *The Protracted Game: a Wei-chi Interpretation of Maoist Revolutionary Strategy*. Oxford: Oxford University Press.

88 Como se deduz de Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 33.

Em suma, um estrategista chinês procura responder a três questões: Quais são as tendências dominantes da atualidade? Qual é a distribuição de poder no sistema internacional? Quais são as fontes dos maiores riscos e ameaças à China?

Para obter as respostas, o estudo e a sistemática referência discursiva oficial e acadêmica a passagens dos ‘Sete Clássicos Militares Chineses’, mas também de outros textos da herança filosófica clássica chinesa, tornam-se emblemáticos da persistência de uma narrativa sublimadora de uma cultura estratégica especial, sedimentada milenarmente, que realça a preponderância dada à defesa da paz, mas que valida o recurso à força em última instância em duas situações: para restaurar a ordem interna e a integridade territorial; e para restabelecer a harmonia universal – controlando o *shi* em prol do *li*⁸⁹.

A relevância e a aplicabilidade destes textos clássicos são ainda mais sublimadas porque para muitos estrategistas chineses o atual sistema internacional apresenta cinco

89 Os “Sete Clássicos Militares Chineses” são por ordem cronológica: ‘Métodos do Ministro da Guerra’ (anônimo); o ‘*Wuzi*’ de Wu Tzu, ‘A Arte da Guerra’ de Sun Zi, ‘Os Métodos Militares de Sima, Wei Liao Zi e Wo Ji Jing’, ‘Os Seis Ensinos Secretos’ (anônimo), ‘As Três Estratégias’ de Huang Shi Gong e ‘Questões e Respostas entre Tang Taisong e Li Weigong’ de Li Jing. Dos ‘Sete Clássicos’ os cinco primeiros são tidos como canônicos quanto à criação de um pensamento estratégico e à modelação de uma cultura estratégica, sendo obrigatoriamente estudados aos mais diversos níveis por políticos, diplomatas e militares chineses. Esta referência bibliográfica é obrigatória em todos os cursos organizados pela Universidade de Defesa Nacional e pela Academia de Ciências Militares, mesmo para aqueles frequentados por militares estrangeiros, como aconteceu com o autor. A ‘Arte da Guerra’ de Sun Zi foi um dos que mais influenciou o pensamento estratégico e militar de Mao Zedong levando-o a encorajar ativamente a liderança militar do EPL a lê-lo criticamente e a dele retirar os devidos ensinamentos. Em resultado, o marechal Liu Bocheng, Presidente da Academia Militar Chinesa na década de cinquenta do século XX, estipulou que os escritos de Sun Zi deveriam ser de estudo obrigatório em todos os cursos da Academia Militar. A melhor edição chinesa anotada dos ‘Sete Clássicos’ é a de Zhu Yong (ed.) (1990). ‘*Dui Tushu de yu jingqi shu Bianzhi Yijian*’ (Comentários Compilados sobre os Sete Clássicos Militares) em *Junshi Tiaoyue Zhongguo Zhengqi Zuopin* (Trabalhos Coligidos sobre ‘Tratados Militares Chineses’). Beijing: Jianfangjun chubanshe, especialmente os volumes 42 e 43. As duas melhores edições anotadas em inglês são as de Tao Hanzhang (1987). *Sun Tze’s Art of War: the Modern Chinese Interpretation*. New York: Sterling Publishing e de Ralph Sawyer (ed.) (1993). *The Seven Military Classics of Ancient China*. Boulder: Westview Press. Outros textos também citados profusamente são o ‘Livro do Positivo e Negativo’ de Li Quan, a ‘Monografia de Planeamento de Defesa Costeira’ de Zheng Ruozeng, o ‘Treino Militar e Operações’ de He Liangcheng, ‘O Essencial dos Clássicos Militares’ de Zeng Gongliang, os ‘Tratados Militares’ de Xu Dong, as ‘Cem Estratégias Não Ortodoxas’ de Xie Fangde, o ‘Novo Livro sobre Treino Militar’ e o ‘Manual de Treino Militar’ ambos de Qi Jiguang, a ‘Compilação Classificada de Escritos Militares’ de Mao Yuanyi e os ‘36 Estratagemas’. Ver Ralph Sawyer (1996). *One Hundred Unorthodox Strategies: Battle and Tactics of Chinese Warfare*. Cambridge: Westview Press e Gianluca Magi (ed.) (2010). *Os 36 Estratagemas Chineses*. Lisboa: Esfera dos Livros. Uma aplicação mais contemporânea e polémica de muitos destes preceitos políticos e militares clássicos chineses é a obra dos então coronéis-superiores do EPL, Qiao Liang e Wang Xiangsui (1999). *Chao Xian Zhan: Dui Quanqubna Shidai Zhangheng yu Zhanfa de Xiangding* (Guerra Sem Limites: Pensamento e Regras da Guerra numa Era Globalizada). Beijing: Jiefangjun chubanshe. Versão em inglês disponível em <http://www.missilethreat.com/repository/doclib/19990200-LiangXiangsui-unrestrictedwar.pdf> [acedido em 17 de abril de 2011]. Os autores estabelecem três tipologias de guerras (militares, transmilitares e não-militares, cada uma com oito subtípologias). A obra foi inserida numa linha editorial intitulada ‘Educação de Nível Nacional em Tópicos-Chave’ (*Guojiaji Zhongdian Jiaocai*) e a sua distribuição inicial muito limitada (‘restrita aos militares’ - *junmei faxing*) tendo no entanto sido empregue como obra de consulta nos vários cursos ministrados a militares e civis na Universidade de Defesa Nacional (notas do autor aquando da frequência do *International Symposium on Asian Security, College of Defense Studies, National Defense University, PLA, Changping*, outubro-novembro de 2007).

similaridades com o ‘Período dos Estados Guerreiros’ que enformaram a sua escrita: (1) por não existir nenhuma autoridade superior à do Estado; (2) as autoridades que existem possuem mais forma do que substância (*e.g.* Zhou, o ‘Filho do Céu’ no ‘Período dos Estados Guerreiros’ e a Organização das Nações Unidas na atualidade); em caso de conflito, o interesse nacional continua a ser o princípio que se sobrepõe a todos os outros; (4) o princípio dominante das relações internacionais é o da ‘anarquia’; e (5) os princípios morais universais são evocados como pretextos para concretizar os interesses dos Estados⁹⁰.

Da análise dos cinco textos mais importantes dos ‘Sete Clássicos’ é ponto assente que por princípio filosófico e *praxis* para a China ‘a paz deve ter precedência’ (*be wei gui*) numa ‘harmonia entre homem e natureza’, sendo que o emprego da força militar deve ser feito apenas em último recurso, porque a guerra é onerosa, destrutiva e conduz à instabilidade interna⁹¹. Esta formulação tem as suas origens no ordenamento moral confucionista, daoísta e moísta que enfatiza um *ethos* pacífico mas não pacifista, assente respetivamente: na autoridade moral, que não apenas na força; na reconciliação do homem consigo próprio e com a natureza (harmonização, equilíbrio e paz com o *Dao* – a força transversal a todas as formas de vida); e na prossecução de uma doutrina não-ofensiva de emprego da força, como forma de evitar o germinar de sementes potenciadoras de conflitos mais amplos e graves⁹².

Confúcio (551-479 a.C.?) ainda que avesso à guerra por esta colocar em causa a harmonia, justificou-a em quatro situações: (1) guerras justas de líderes virtuosos para derrubarem imperadores amorais; (2) guerras defensivas de proteção da cultura chinesa; (3) guerras de defesa do país; e (4) guerras para evitar que Estados fracos fossem instrumentalizados por outras potências para colocarem em causa a segurança do país. Mencio (372-289 a.C.?) defendeu um governo moralmente superior e benevolente; se o fosse, a guerra e os conflitos seriam abolidos da face da Terra. A ênfase deveria ser conferida ao homem, à sua educação e ao cotejamento da virtude em prol da harmonia entre os homens e não ao conflito.

Os daoístas eram também na sua maioria contra a guerra. Lao Zi (nascido 604 a.C.?) em ‘Caminho e Poder’ (*Tao Te Ching*) sublinhou que as armas eram instrumentos maléficis indignos de homens moralmente superiores e que só deveriam ser empregues em caso de absoluta necessidade. O ‘caminho’ (*tao*) tinha como padrão o ciclo de expansão e contração, de vitória e derrota. Esta dialética de opostos (*yin* e *yang*) só era devidamente

90 Ni Lexiong (2001). “*Zhongguo Gudai Junshi Wenhua Guannian dou Shijie Heping de Yiyi*” (Implicações da Cultura Militar Tradicional Chinesa na Paz Mundial) em *Junshi Lishi Yanjiu* (Investigação da História Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe. Para uma brilhante análise do sancionamento filosófico e social da violência durante o período dos ‘Estados guerreiros’ e que acabaria por ser racionalizado através de teorias proto-científicas enformadoras do império chinês ver Mark Edward Lewis (1990). *Sanctioned Violence in Early China*. New York: State University of New York Press.

91 Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 31.

92 O próprio caractere de ‘força’ (*wu*) expressa esta ambivalência cultural relativamente ao seu emprego: o componente definidor do caractere é *zhi*, que significa parar, enquanto o segundo componente, *ge*, é um tipo de machado. Estas contradições são recorrentes no mandarim e exemplificam de forma subtil a por vezes inescrutabilidade do discurso chinês.

dirimida em prol de um desiderato positivo (*i.e.* expansão e vitória) se a força motriz fosse a virtude e a moral⁹³.

Sun Zi (541-482 a.C.?) apesar de ter escrito a ‘Arte da Guerra’ argumentou que esta quando travada punha em causa a sobrevivência de um Estado. Se o *tao* fosse moralmente justificável, o caos seria evitado e a sobrevivência do Estado assegurada, pois a guerra estando fora do *tao* não o poderia influenciar negativamente (fazendo uma ponte entre confucionismo e daoísmo). Por fim Mozi (479-381 a.C.?) advogou a teoria da não-agressão em prol da maximização da autodefesa do país⁹⁴.

Em conclusão, expressões axiomáticas de Sun Zi de ‘vencer o inimigo sem o combater’ (*bu zhan er qu ren zhi bing*) e de Lao Zi ‘emprego da subtileza para obstar à brutalidade’ (*yi ruo ke gang* - literalmente ‘a suavidade vence a dureza’), aliadas à necessidade de um governo assente em virtudes morais como base para a segurança e prosperidade do Estado, enfatizaram desde cedo a predileção chinesa e apenas em último recurso por conduzirem ‘guerras justas e limitadas no tempo e no espaço’, sendo comum às três escolas de pensamento filosófico o reconhecimento de que por vezes ‘a guerra é inevitável, independentemente da grande harmonia centrípeta de um líder ou de um governo’, como sublinhou Mencio⁹⁵. Nestes casos todas concordam que a ser empregue a força, deve sê-lo de forma limitada e controlada e em ‘harmonia com o povo’⁹⁶. Apesar desta narrativa de ‘paz e harmonia’ quando ela é confrontada com a ‘inevitabilidade’ do emprego da força constatamos que este foi mais frequente do que se possa pensar, pois entre 2070 a.C e 1912 d.C. foram travadas na e pela China 3806 batalhas e guerras (uma média de 1,4 ao ano) e entre 250 d.C. e 1911 assinados 4221 tratados militares⁹⁷.

93 Ver Ralph Sawyer (1999). *The Tao of War: The Martial Tao Te Ching*. Cambridge: Westview Press.

94 Recomendação que o general Chiang Pai-Li - estrategista eminente de Chiang Kai-shek - expandiu ao argumentar que “o carácter nacional do povo chinês está talhado para a defesa e não para o ataque”. Ver Jan-Chi Wang (2004). *General Chiang Pai-Li and His Military Thought*. Bloomington: Author’s House, p. 80.

95 John King Fairbank (1974). “Varieties of the Chinese Military Experience” em Frank Kierman e John King Fairbank (eds.), *Chinese Ways of Warfare*. Cambridge: Harvard University Press, p. 7.

96 Ver Dennis Bloodworth e Ching Ping Bloodworth (1976). *The Chinese Machiavelli: 3,000 Years of Chinese Statecraft*. New York: Farrar, Straus and Giroux, pp. 9-84. Chen-Ya Tien (1992). *Chinese Military Theory: Ancient and Modern*. Oakville: Mosaic Press, pp. 31-38. Ver o conjunto de excelentes análises de Summer Twiss e Jonathan Chan (2012). “Classical Confucianism, Punitive Expeditions, and Humanitarian Intervention”. *Journal of Military Ethics* n.º 2, pp. 81-96. Ping-cheung Lo (2012). “Warfare Ethics in Sunzi’s Art of War? Historical Controversies and Contemporary Perspectives”. *Journal of Military Ethics* n.º 2, pp. 114-135. Aaron Stalnaker (2012). “Xunzi’s Moral Analysis of War and Some of Its Contemporary Implications”. *Journal of Military Ethics* n.º 2, pp. 97-112. Ver Ellen Zhang (2012). “Weapons Are Nothing but Ominous Instruments: The *Daodejing*’s View on War and Peace”. *Journal of Religious Ethics* n.º 3, pp. 473-502. Ping-cheung Lo (2012). “The *Art of War* Corpus and Chinese Just War Ethics Past and Present”. *Journal of Military Ethics* n.º 4, pp. 404-446.

97 Fu Zhongxia (ed.) (2002). *Zhongguo Lidai Zhanzheng Nianbiao* (Cronologia Histórica da Guerra na China). Beijing: Jiefangjun chubanshe, p. 17. Peng Guanqian e Yao Youzhi referem mais de 6 mil batalhas em 4 mil anos de história da China, as quais perfazem um terço do total mundial durante o mesmo período. Peng Guanqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 3. Ver também Dui Zhongguo de Junshi Lishi Gongzuo zu (Grupo de Trabalho sobre a História Militar da China) (2003). *Zhanzheng zai Zhongguo, Wangchao Monian de Wanzheng Nian Biao* (Cronologia Completa da Guerra na China, Dinastia a Dinastia). Beijing: Jiefangjun

Posto isto, o que é a cultura estratégica chinesa e quais as suas características?

Allastair Iain Johnston define-a como “um sistema integrado de símbolos (argumentos, estruturas, linguagens, analogias, metáforas, etc.) que atuam de forma a estabelecerem preferências estratégicas duradouras através da formulação do papel e da eficácia da força militar nos conflitos interestatais da China, envolvendo estas conceções numa tal aura de facticidade que as opções estratégicas parecem singularmente realísticas e eficazes”⁹⁸.

No estudo por si elaborado a partir da análise do período subjacente que levou à compilação dos ‘Sete Clássicos Militares’, Johnston conclui que quando se esgotam todas as opções de resolução pacífica das crises, a cultura estratégica chinesa revela uma preferência por ações militares ofensivas associadas a uma grande flexibilidade no emprego das forças e a um moralismo normativo autojustificativo, designado de ‘paradigma *parabellum*’⁹⁹. A defesa do interesse nacional da China acaba sempre, e em última instância, por prevalecer sobre a dimensão puramente moral, ainda que esta seja instrumentalizada com fins ideológicos autojustificativos, como ilustrou Mao Zedong que caracterizou “as guerras justas como as guerras revolucionárias e as injustas como guerras antirrevolucionárias, ainda que só a guerra possa eliminar a guerra”¹⁰⁰.

Gerald Segal, sem deixar de chamar a atenção para os perigos de uma análise excessivamente etnocêntrica (onde as influências histórico-culturais na formulação da cultura estratégica são consideradas como irrelevantes) ou etnodifusa (onde as influências histórico-culturais são consideradas como predominantes), caracteriza-a como um “prisma através do qual as questões políticas chinesas são filtradas e refratadas, consubstanciando uma perceção histórica das tradições da sua política de segurança”¹⁰¹.

Andrew Scobell tentando conciliar o *yin* e *yang* da cultura estratégica chinesa, argumenta que existe um ‘culto de defesa chinês’, resultado da concatenação de duas influências: uma confucionista e outra realista. Estas são conectadas entre si pela defesa da soberania territorial, da unidade nacional, e pela perceção de ameaças, as quais dão origem a uma permanente ‘mentalidade de cerco’¹⁰².

A primeira influência decompõe-se em três elementos filosóficos: (1) os chineses são um povo pacífico, porque acreditam que ‘a paz tem precedência’ (*he wei gui*); (2) não são agressivos nem expansionistas, porque se ‘opõem à hegemonia’ (*fundui baquanzhuyi*); e (3)

chubanshe. Liu Shenming (1990). *Junshi Tiaoyue Zhongguo Yige Xiangjin de Cankao Shumu* (Uma Bibliografia Exaustiva sobre Tratados Militares Chineses). Beijing: Guofang Daxue chubanshe. Ver ainda Mu Zhongyue e Guoqing Wu (1992). *Zhongguo Zhanzheng Shi* (História das Guerras na China) (2 vols). Beijing: Jinchun chubanshe.

98 Allastair Iain Johnston (1995). *Op. Cit.*, p. 36.

99 O autor vê o emprego do poder militar como um instrumento neutral da política. O que lhe confere autoridade moral é o emprego que se faz dele, afirmando que a cultura estratégia da China é moralista, avessa ao conflito, e pacifista é branquear o seu registo histórico de conflitos. Idem, p. 243.

100 Mao Tse-tung (1964). *Selected Works of Mao Tse-tung* (4 vols.). Peking: Foreign Languages Press (vol. 1), p. 511.

101 Gerald Segal (1985). *Defending China*. London: Routledge, p. 180.

102 Andrew Scobell (2003). *Op. Cit.*, pp. 27-38. No nosso entender ela é na verdade mais confucionista-daoísta e realista-legalista.

apenas recorrem ao emprego da força em autodefesa, como afirmou Mao Zedong “se ninguém nos atacar, não atacaremos; no entanto se alguém nos atacar, iremos garantidamente [contra] atacar” (*ren bu fan wo, wo bu fan ren; ren fan wo, wo bi fan ren*)¹⁰³.

A influência realista desdobra-se em seis princípios estratégicos orientadores: (1) primazia dada à unificação nacional; (2) percepção aguda de ameaças à segurança nacional; (3) autoridade moral no recurso à força; (4) operações ofensivas como parte da estratégia militar de ‘defesa ativa’; (5) fobia à instabilidade e ao caos; e (6) prevalência da comunidade sobre o indivíduo.

Christopher Towmey vai mais longe e estabelece cinco pilares caracterizadores da cultura estratégica chinesa: (1) unidade interna; (2) entendimento hierárquico das relações internacionais; (3) predisposição tanto para atacar como para defender; (4) uma diplomacia coerciva não avessa ao risco; e (5) propensão para atacar primeiro que o adversário¹⁰⁴.

Mais recentemente, Thomas Mahnken identificou quatro preceitos enformadores dessa mesma cultura estratégica: (1) autopercepção da China como culturalmente superior; (2) noção de posicionamento geográfico como ‘Reino do Meio’; (3) imperiosidade da unidade interna e livre de interferências externas; e (4) reconhecimento de que a guerra é onerosa, destrutiva e leva à instabilidade interna¹⁰⁵.

Huiyun Feng subscreve esta interpretação quanto à natureza defensiva da cultura estratégica chinesa, que se espelha na preferência dos seus líderes por estratégias de negociação. Partindo de uma construção psicocultural de análise do código operacional de Mao Zedong e Deng Xiaoping durante a Guerra da Coreia (1950-1953), a Guerra com a Índia (1962) e a Guerra com o Vietname (1979) - que define como um sistema de crenças filosóficas e instrumentais que modelam a decisão e comportamento dos indivíduos -, Huiyun releva a influência dos preceitos confucionistas na tomada de decisão de Mao e de Deng¹⁰⁶.

Peng Guangqian e Yao Youzhi descrevem a cultura estratégica chinesa como a concatenação de três elementos: (1) a continuidade histórica e cultural; (2) a relevância civilizacional; e (3) a orientação para valores morais ligados à paz e à harmonia¹⁰⁷. Para Ba Zhongtan “a herança filosófica chinesa criou uma cultura estratégica caracterizada por um forte secularismo e uma fraca religiosidade, uma forte inclusão e uma fraca exclusão, um forte conservadorismo e uma fraca agressividade, que ao longo de cinco milénios se

103 Sobre estes elementos ver People’s Republic of China Ministry of National Defense (1998). *China’s National Defense in 1998*. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/1998.htm> [acedido em 23 de abril de 2014].

104 Christopher Towmey (2006). *Chinese Strategic Culture: Survey and Critique*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/chinese.pdf> [acedido em 15 de julho de 2008].

105 Thomas Mahnken (2011). *Secrecy & Stratagem: Understanding Chinese Strategic Culture*. Lowy Institute for International Policy, p. 9. Disponível em http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Mahnken%2C_Secrecy_and_stratagem.pdf [acedido em 3 de maio de 2012].

106 Ver Huiyun, Feng (2007). *Chinese Strategic Culture and Foreign Policy Decision-Making: Confucianism, Leadership and War*. London: Routledge.

107 Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 73-74.

foram alternando ciclicamente quanto à sua preponderância”¹⁰⁸. Por fim Zhang Tiejun realça que a cultura estratégica chinesa sempre teve como objetivo primordial “ao longo de mais de dois milênios a defesa do *heartland* económico, político, social e cultural da China”¹⁰⁹.

Apesar destas tentativas em consolidar uma moldura estratégico-cultural da China assente na sua base civilizacional, continua a não ser consensual no seio da comunidade de estrategistas chineses o que é a cultura estratégica nacional em sentido lato, bem como se pode ou não influenciar a tomada de decisão.

As propostas formuladas têm ido desde uma ‘cultura militar’ (*junshi wenhua*) dividida em três níveis (conceitual, institucional e material) como uma continuidade operacional e estratégica desenvolvida pela etnia *Han* e que é de tal forma abrangente que inclui áreas não contempladas pela concetualização ocidental¹¹⁰, até uma visão mais holística e dinâmica do pensamento estratégico chinês, que cria uma noção de limite natural e moral ao emprego da força com intuítos expansionistas (uma vez atingido este limite dá-se um declínio na dimensão e validade moral do seu emprego, nas capacidades e nos recursos disponíveis)¹¹¹.

Para os estrategistas militares a cultura estratégica militar é caracterizada por quatro pilares: (1) defesa da integridade territorial nacional; (2) exploração da ‘propensão das coisas’ (*i.e. shi*) para atingir os objetivos; (3) a guerra como um processo científico onde a vitória pode ser alcançada antecipada e totalmente e com o menor dos custos possíveis (resultante da exploração eficaz do *shi* e do estudo da história militar); e (4) através da potenciação do segredo e do recurso a estratagemas ser possível vencer um adversário mais poderoso¹¹². Estes ‘estratagemas’ (*mou, ji, ou ce*) são definidores do “carácter artístico do seu pensamento estratégico”¹¹³, compaginando “uma reduzida surpresa aos mais

108 Ba Zhongtan (ed.) 2003). *Zhongguo Guojia Anquan Zhanlue Wenti Yanjiu* (Estudo Estratégico das Questões de Segurança da China). Beijing: Jianfanjun chubanshe, pp. 3-5. Sobre o impacto económico interno destes ciclos de alternância ver Mark Elvin (1973). *The Pattern of China Past*. London: Eyre Methuen.

109 Zhang Tiejun (2002). “Chinese Strategic Culture: Traditional and Present Features”. *Comparative Strategy* n.º 21, p. 74. Ver também Li Lijun (1997). “Lun Zhanlue Wenhua” (Sobre a Cultura Estratégica). *Zhongguo Junshi Kexue* n.º 1 (Ciência Militar da China), p. 9.

110 Xu Changan (1998). “Junshi Wenhua yu Shehui Wenhua” (Cultura Militar e Cultura Social). *Zhongguo Junshi Kexue* n.º 3 (Ciência Militar da China), p. 52.

111 Desta forma para se evitar o declínio estratégico, o emprego da força militar “deve ser incrementado judiciosamente mas nunca até ao ponto em que ultrapasse limites morais e materiais” como é advogado por Gu Zhiming (1997). *Junshi Lunli yu Zhongguo Wenhua de Lishi* (História da Ética e da Cultura Militar Chinesa). Beijing: Haichao chubanshe, p. 12. Ye Zicheng aconselha os estrategistas chineses a lerem o *I Ching* (Livro das Mutações) pela natureza dialéctica do seu conteúdo mais coadunante com a própria essência da estratégia. Ye, Zicheng (2011). *Inside China’s Grand Strategy: the Perspective from the People’s Republic*. Lexington: University of Kentucky Press, p. 263.

112 Como é deduzido da leitura de Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.* e de Zhang Yuliang (ed.) (2006). *Zhanyi Tijiao* (Ciência das Campanhas Militares). Beijing: Jiefangjun chubanshe. Nestas obras é referido que a criatividade é a alma para a dissimulação das intenções e a essência do pensamento estratégico chinês.

113 Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 28 e p. 141. Ver ainda Xu Zeping (2010). “Cong Zhongxi Fang Junshi Wenhua zhi Bijiao Kanxian Shaoshu Minzu Junshi Wenhua” (Comparando a Cultura Militar Chinesa e Ocidental e Compreendendo a Cultura Militar das Minorias Étnicas do Sudoeste). *Jiaoyu Wenhua*

baixos escalões com uma elevada deceção ao nível operacional e estratégico através da implementação de estratégias assimétricas”¹¹⁴. Para estes estrategistas não há cultura estratégica sem cultura estratégica militar (*i.e.* linha militar, doutrina militar, ciência militar, pensamento militar e arte militar)¹¹⁵.

Independentemente destas questões que orbitam uma definição mais consensual sobre a cultura estratégica chinesa, a perceção dominante no seio da comunidade de analistas de segurança tanto chineses como ocidentais é a de que historicamente a China sempre privilegiou o emprego limitado - mas não isento de riscos - da diplomacia coerciva. Em último recurso e quando esta não logrou alcançar os objetivos desejados, as ‘guerras de cariz punitivo ou humanitário’ foram sempre moralmente justificadas (*i.e.* ‘guerras justas’ – *zhengyi zhangzheng*) como um ‘mal necessário’ em nome do interesse do Estado e espelho de um ‘realismo moral’ que remonta aos ‘Sete Clássicos Militares’ e que expressa a concatenação de influências filosóficas que vão do moralismo de Confúcio, ao legalismo de Shang Yang e Han Feizi, ao marxismo-leninismo de Mao Zedong, onde a dimensão moral é secundarizada face à defesa do interesse nacional.

De facto, quando transposto para a contemporaneidade, e desde a proclamação da República Popular da China em 1949, o seu comportamento geoestratégico e de emprego do poder militar, tem-se caracterizado por associar uma narrativa de cunho defensivo e moralista (assente na capacidade em se defender no limite geográfico das suas fronteiras ou um pouco para além destas); na ênfase em mecanismos de dissuasão, e numa capacidade em preservar constantemente uma estrita hierarquização dos seus objetivos políticos em caso de conflito (primeiro os internos e só depois os externos)¹¹⁶.

Luntan n.º 2 (Forum Educação e Cultura), p. 42.

114 William Mott IV e Jae Chang Kim (2006). *The Philosophy of Chinese Military Culture: Shih vs Li*. London: Palgrave MacMillan, p. 42. Ver ainda Kurtis Hagen (1996). “A Chinese Critique on Western Ways of Warfare”. *Asian Philosophy* n.º 3, pp. 207-218. O conceito de *shashonjian* (‘arma decisiva ou carta de trunfo’) é emblemático deste aspeto. Para um *thriller* na melhor tradição de Tom Clancy sobre o emprego de uma *shashonjian* num conflito militar com os EUA ver o livro de um ex-analista da CIA, Mark Henshaw (2012). *Red Cell*. New York: Touchstone.

115 Esta moldura inclui as categorizações de ‘preparações militares’ (*wuqi wenhua*), ‘sistemas militares’ (*bingzhi wenhua*) e ‘pensamento militar’ (*sivei wenhua*). Ni Lexiong (2001). “Zhongguo Gudai Junshi Wenhua Guannian di Shijie Heping de Yiyi” (Significado das Antigas Conceções Militares Chinesas na Paz Mundial). *Junshi Lishi Yanjiu* n.º 2 (Estudos de História Militar), p. 152. Sobre a ausência de consenso ver Yu Zemin (2006). *Lengning Liang Qian duo Nian de Junshi Sixiang: Zhongguo Gudai Zhanlue di dang dai Yingyong* (Condensando Dois Mil Anos de Pensamento Militar: Aplicação Contemporânea das Estratégias Clássicas Chinesas). Beijing: Jiefangjun chubanshe. Para uma análise mais detalhada sobre este debate ver Alexandre Carriço (2006). *Op. Cit.*, pp. 51-58. Para um magistral *background* analítico sobre a cultura militar imperial chinesa ver Nicola di Cosmo (ed.) (2009). *Military Culture in Imperial China*. Cambridge: Harvard University Press.

116 A expressão em mandarim para ‘país’ (*guojia*) é composta por dois caracteres, *guo* (Estado) e *jia* (família), as duas unidades fundamentais de organização humana. Historicamente o Estado tem sido encarado mais como o protetor do que o opressor da população: protetor da ‘raça’ (*zhong*), da ‘cultura’ (*jiao*) e do ‘território’ (*lingtu*). Esta formulação é espelhada em axiomas milenares como ‘país derrotado, casa perdida’ (*guo po jia wang*), ‘proteger as nossas casas e defender o nosso país’ (*bao jia wei guo*), ‘defender o nosso país e proteger a nossa cultura’ (*bao guo bao jiao*) e ‘enriquecer o Estado e fortalecer o poder militar’ (*fuguo qiangbing*). Para uma análise sobre a ligação entre o *shi*, o Estado, a população, a moralidade e o direito interno na China ver

Os líderes chineses seguem a máxima de ‘agir com cautela, mas com vantagem’ (*you li, you li, you jie*) na forma como contemplam o recurso ao poder militar quando crises podem ameaçar a integridade territorial e a segurança e defesa nacional, numa ‘evolução na continuidade’ do preceituado por Mao Zedong durante a guerra contra o Japão e precursor da estratégia militar de ‘defesa ativa’:

- (1) “Não atacar a não ser que o sejamos. Nunca atacar outros sem provocação, mas uma vez atacados, responder proporcionalmente. Esta é a natureza do princípio de defesa ativa.
- (2) Não entrar em combates decisivos a não ser que se tenha a certeza de os vencer. Explorar as contradições entre os adversários. Aplicar os nossos pontos fortes nos pontos fracos do inimigo. Esta é a natureza limitada do combate.
- (3) Ser pragmático e consciente da natureza limitada dos objetivos políticos e da força militar. Com uma potência mais forte devemos estabelecer objetivos adequados, não excedendo as nossas capacidades. Saber quando parar, quando evitar e quando efetuar um combate. Parar quando os objetivos forem alcançados; repensar a estratégia se não se conseguir alcançar os objetivos. Não se entusiasmar com o sucesso. Este é sempre temporário e faz parte da natureza do combate. Retirar opções de emprego da força ao adversário é sempre melhor que combatê-lo”¹¹⁷.

A estratégia chinesa face a um conflito regional continua a ser expressa em doze carateres: ‘empregar todos os meios diplomáticos para impedir uma guerra’ (*lizheng zhibi*); ‘garantir a vitória se a guerra for inevitável’ (*quebao dasheng*); e terminá-la rapidamente e em condições favoráveis, quando os ‘objetivos pré-determinados tenham sido atingidos’ (*jianhao jiushou*)”¹¹⁸.

Esta determinação da liderança chinesa expressa tanto no seu discurso como na temporização das ações militares a ele associado é um elemento essencial do seu processo de dissuasão e controlo de uma escalada conflitual, caracterizando-se por uma sinalização prévia das suas intenções através de declarações formais ou de mensagens transmitidas a terceiros, seguidas de subsequentes demonstrações de força¹¹⁹. Tal reflete o racionalismo

William Mott IV e Jae Chang Kim (2006). *Op. Cit.*, pp. 18-22.

117 Mao Zedong (1938). “On Protracted War” em *Selected Works of Mao Zedong*. Disponível em https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2_09.htm [acedido em 14 de abril de 2014]. Ver ainda Paul Godwin (1984). “Soldiers and Statesmen in Conflict: Chinese Defense and Foreign Policies in the 1980’s” em Samuel S. Kim (ed.), *China and the World: Chinese Foreign Policy in the Post-Mao Era*. Boulder: Westview Press, pp. 215-234.

118 Chen Kehou (ed.) (1989). *Zhangzheng Heping yu Guofang* (Guerra, Paz e Defesa Nacional). Beijing: Jiefangjun chubanshe, pp. 115-117. Sobre os princípios da ofensiva estratégica ver Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 288-294.

119 Entre 1950 e 1979 o emprego da força militar por parte da China dividiu-se em três categorias assentes na motivação em: (1) deter um ataque percebido por parte de uma das superpotências (guerra da Coreia); defender a soberania territorial ou recuperar áreas por si reclamadas (guerra sino-indiana e conflito fronteiriço sino-soviético); (3) preservar o ‘balance of power’ regional (guerra sino-vietnamita). Estas não são mutuamente exclusivas, pois por vezes a decisão resultou da concatenação das três motivações a que se juntaram considerações de política interna. Ver Alexandre Carriço (2006). *Op. Cit.* e Taylor Fravel (2008). *Strong Borders, Secure Nation: Cooperation and Conflict in China’s Territorial Disputes*. New Jersey: Princeton University Press.

e flexibilidade do seu pensamento estratégico e da sua política externa relativamente às reais capacidades de dissuasão do país e à sua projecção no espaço e no tempo. Quando o equilíbrio de poderes for mais favorável, é mais benéfica a adoção de estratégias coercivas ainda que sob uma justificação moralista; quando é menos favorável, é preferível optar por estratégias defensivas e de acomodação de forma a ganhar tempo até que o equilíbrio de forças se altere novamente¹²⁰.

Nesta lógica, no pior dos casos e em último recurso, o emprego limitado e concentrado da ‘força militar’ (*fabin*) a curto prazo coordenado com manobras diplomáticas para prevenir o inimigo de lançar um ‘grande ataque’ (*famou*), é justificável sob a argumentação de que uma conflitualidade limitada no espaço e no tempo pode servir objetivos positivos de dissuasão a longo prazo, desde que enquadrados pela análise correta da envolvente à crise, do potencial e das capacidades da China e do adversário (*i.e. shi*) – qual ponte entre os estudos de ‘*rational choice*’ (*i.e. homo strategicus* global) e os de determinismo cultural estratégico.

Em conclusão, existe atualmente um dualismo ‘internalista e externalista’ na cultura estratégica e de segurança e defesa chinesa, que caldeia o seu *modus operandi* no plano político e diplomático, numa mistura entre ‘supernacionalismo e hiper-soberanismo’; com a obsessão pela continuidade do crescimento económico que concatena ‘gaullismo francês’ com ‘republicanismo conservador norte-americano’; e uma dose de leninismo com algumas *nuances* de isolacionismo defensivo, em prol da preservação *tout court* da estabilidade interna (quadro 1).

Os fatores endógenos são o resultado de elementos históricos, socioculturais e político-ideológicos que pautam o seu pensamento estratégico e onde influências milenares como as de Sun Zi, Lao Zi, Confúcio e Mozi, entre outros, se conjugam instrumentalmente com *inputs* de Mao Zedong e Deng Xiaoping, formando um corpo de fundamentação teórica e moralmente justificativa da aplicação do poder e do recurso à força militar em defesa da sua integridade territorial e soberania¹²¹.

Os fatores exógenos extrapolam-se da imperatividade do regime político chinês se adaptar à gestão das contingências da envolvente internacional, que deseja como ‘pacífica, harmoniosa e cooperativa’, ao abrigo de um véu operativo ‘confucionista e realista’ no qual a busca e consolidação do ‘poder nacional abrangente’ é a força motriz para a sua legiti-

120 Allen Whiting conclui que os sete critérios definidos por Alexandre George e empregues pela China na gestão de crises não são diferentes dos empregues por outros Estados. Ver Allen Whiting (1975). *The Chinese Calculus of Deterrence: India and Indochina*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, pp. 217-219 e pp. 233-234. Ver ainda Abram Shulsky (2000). *Deterrence Theory and Chinese Behavior*. Santa Monica: RAND. Mark Burles e Abram Shulsky (2000). *Patterns in China's Use of Force: Evidence from History and Doctrinal Writings*. Santa Monica: RAND. Disponível em http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2007/MR1160.pdf. [acedido em 14 de abril de 2014]. Michael Swaine e Ashley Tellis (2000). *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future*. Santa Monica: RAND.

121 Ver Li Bin (2008). “Insights into the Mozi and their Implications for the Study of Contemporary International Relations”. *Chinese Journal of International Politics* n.º 2, pp. 421-454. Ver ainda Shi Yinhong (2010). *Quangüixing de Tiaozhan yu Zhongguo: Duoshi zhibi qiu yu Zhongguo de Zhanlue Xuyao* (A China e os Desafios Globais: Necessidades Estratégicas da China numa Era de Muitos Problemas). Changsha: Hunan Renmin chubanshe. Sobre este racional ver ainda Huiyun Feng (2007). *Op. Cit.*

dade interna. Este ‘poder nacional abrangente’ só pode ser consolidado se tiver um instrumento militar que permita assegurar uma capacidade de dissuasão, de preservação da iniciativa, de independência e de defesa da soberania nacional numa lógica ‘realista defensiva’¹²².

Quadro 1 – O Dualismo da Cultura Estratégica e de Segurança da China

Visão	Inviolabilidade da soberania do Estado chinês; Complementaridade de interesses; Discurso moral e normativo alternativo ao ocidental.	Prioridade absoluta à autonomia, soberania territorial e defesa nacional; Segurança de ‘banda larga’ através da cooperação multilateral e bilateral.
Identidade Nacional	China como ‘Reino do Meio’ e como ‘potência responsável’.	Reequilíbrio estratégico da ordem internacional em prol de uma multipolaridade; Respeito pelo Direito Internacional; Defesa da coexistência e desenvolvimento pacífico.
Preferências Instrumentais	Emprego da força apenas em caso de absoluta necessidade, de forma proporcional e moralmente justificada.	Emprego da força militar intrínseco ao Estado/PCC; <i>Soft power</i> ; Conduta harmoniosa; Governança virtuosa.
Preferência de Atuação	Unilateralismo em caso de ameaça à soberania e integridade territorial Segurança como defesa; Multilateralismo abrangente e contextual; Responsabilidade coletiva.	Estratégia militar de ‘defesa ativa’; Doutrina militar de ‘guerra limitada sob condições de infomecanização’.

Fonte: Adaptado a partir de Anthony Coates (2010). “China: Power, Complementarity and Reflexivity” em Emil Kirchner e James Sperlings (eds.), *National Security Cultures: Patterns of Global Governance*. London: Routledge, p. 213.

Os líderes chineses acreditam que podem evitar conflitos através do diálogo, persuasão, dissuasão e consenso (ainda que este não signifique harmonia, como enfatiza Confúcio nos ‘Analectos’ – *Lun Yu*), sendo no entanto avessos discursivamente ao emprego preventivo do poder militar nas relações entre Estados por acreditarem que é possível gerir adequadamente o *shi* - ao contrário dos seus congéneres ocidentais (*i.e.* norte-americanos)

122 Como enfatizou Deng Xiaoping, “a China é um país pobre, [então] porque é que se fala sobre o grande triângulo estratégico formado pela China, Estados Unidos e Rússia? Tal deve-se ao facto de atuarmos defensiva e independentemente e de mantermos a iniciativa nas nossas mãos”. Citado em Andrew Scobell (2003). *Op. Cit.*, p. 148.

historicamente mais inclinados para estratégias de *li* (quadro 2)¹²³. Como corolário, numa estratégia de *li* todas as batalhas são decisivas; numa estratégia de *shi* algumas batalhas – não todas – são irrelevantes.

Quadro 2 – Duas Tipologias de Estratégias Nacionais: *Shi vs Li*

Estratégia de <i>Shi</i>	Estratégia de <i>Li</i>
Decide, inicia e termina as guerras com base no <i>shi</i>	Decide, inicia e termina as guerras com base no <i>li</i>
Constrói o <i>shi</i> através do <i>Dao</i>	Constrói o poder através do <i>li</i>
Poder baseia-se na gestão do <i>shi</i> (poder imaterial)	Baseado no poder material (<i>li</i>)
Erode o <i>shi</i> do inimigo	Ignora o <i>shi</i>
Visa objetivo final	Visa ganhos imediatos
Estratégia indireta	Estratégia direta
Enfoque na causa	Enfoque no efeito
Coordenação de meios militares com meios não-militares	Emprego preferencial de meios militares exclusivamente
Preferência por vencer guerras sem as combater	Vencer as guerras combatendo-as

Fonte: William Mott IV e Jae Chang Kim (2006). *Op. Cit.*, p. 36.

Note-se no entanto que não é refutada a possibilidade de o país recorrer à força desde que justificada moralmente, pois o ‘desenvolvimento pacífico’ não implica uma recusa em combater, e o assumir do compromisso solene de preservar a paz e a harmonia não significa abandonar o emprego da força militar em prol da manutenção da paz e da criação da paz¹²⁴. Quando o recurso a esta se tornar inevitável, “deve sê-lo feito de forma decisiva, limitada e proporcional aos objetivos a atingir, sem descuidar a integração e coordenação sinérgica do processo negocial diplomático com as operações militares em curso”¹²⁵ – o que revela uma consonância com a *realpolitik* clausewitziana.

123 Ver por exemplo John Mearsheimer (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton. Aaron Friedberg (2011). *A Contest for Supremacy: China, America, and the Struggle for Mastery in Asia*. New York: Norton e Edward Luttwak (2012). *Op. Cit.*

124 Ver Niu Hanzhang (2007). “Shixi Haixia Liangan de Yitihua Quxiang” (Análise da Tendência de Integração no Estreito de Taiwan) em Liang Shoude e Li Yihu (eds.), *Quanjinhua yu Hexie Shijie* (Globalização e Mundo Harmonioso). Beijing: Shijie Zhishi chubanshe, pp. 360-369. Chen Shilei (2014). “Commentary: A Militarily Strong China Conducive to World Peace”. *Xinhua*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-06/06/content_5943928.htm [acedido em 7 de junho de 2014].

125 Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 91-92 e p. 472.

Sendo a China uma potência ‘pacífica mas não-pacifista’ esta qualificação continua a gerar um desfasamento percetivo externo que se expressa na diferença entre a narrativa política e os discursos de alguns líderes do EPL, que não se escusam a proferirem declarações públicas e a publicarem artigos e livros onde prevalece uma linha cursora excessivamente belicista, em prol da inquestionável e absoluta defesa da soberania e da integridade territorial da China face a ameaças externas¹²⁶. Sendo ‘o EPL um Exército de Partido sob a capa de um Exército de Estado’ estas declarações acabam por influenciar negativamente a imagem de benignidade que pretende ver projetada e consolidada no exterior.

Concomitantemente é a segunda dimensão – a de uma China ‘não-pacifista’- que tende a ser explorada externamente de forma negativa para os seus interesses, sendo ilustrada em acusações quanto à sua ‘falta de transparência militar’, de dissimulação das capacidades, e de gestão/manipulação das perceções externas, como elementos primordiais de gestão do *shi*¹²⁷.

Dada a dificuldade ocidental em interpretar alguns dos conceitos filosóficos clássicos chineses e a lógica a eles associada - para muitos estrategistas chineses esta opacidade é “uma clara vantagem que deve ser preservada”, ilustrando-a com exemplos como o facto de “a estratégia de defesa ativa contemplar ações ofensivas com objetivos defensivos, que torna difícil aos outros países descortinar onde está definida a ‘linha vermelha’”¹²⁸. Como a China se vê uns níveis abaixo na escala de poder relativo face aos EUA, é defendido que a transparência militar é um privilégio dos mais fortes, não dos mais fracos e vulneráveis; entendendo-se as acusações de falta de transparência como “tendo o intuito de gerar a percepção de que o seu programa de modernização militar é excessivo e por isso ilegítimo”¹²⁹.

126 Ver Sem Autor (2013). “Zhongguo wu Jianngling: Heping Jueqi Bushi Mianzhan Kefu Kongmei Kongri (Cinco Gerais Chineses: Ascensão Pacífica não Significa Abdicar da Guerra por Medo da América). *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/mil/2013-11/13/c_125693846.htm [acedido em 2 de novembro de 2013]. Zhang Jianguang (2014). “Wu Rang Heping Fazhan zhi kun Shoujiao Biyao shi Dongwu Wanquan Zhengdang” (Não Deixemos que o Desenvolvimento Pacífico nos Prenda as Mãos e os Pés no Uso Legítimo da Força). *Huanqiu Shibao* (Tempos Globais). Disponível em <http://mil.huanqiu.com/observation/2014-06/5015795.html> [acedido em 11 de junho de 2014].

127 Quanto à dissimulação das capacidades e à gestão/manipulação das perceções externas à China ver Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 203-204 e pp. 223-224. Zhu Jinning (1991). *The Asian Mind Game*. New York: Rawson Associates, p. 44. Ver ainda a excelente obra sobre as estratégias de deceção e manipulação empregues durante o período dos ‘Estados Guerreiros’ de James Crump (1964). *Intrigues: Studies of the Chan-kuo Tse’s* [Estados Guerreiros]. Ann Arbor: University of Michigan Press.

128 Yan Xuetong e Xu Jin (eds.) (2009). *Wangba Tianxia Sixiang ji Qiyou* (Pensamentos sobre a Liderança Mundial e suas Implicações). Beijing: Shijie Zhishi chubanshe, p. 271. Por exemplo esta estratégia militar de ‘defesa ativa’ interligada com o conceito de ‘negação de acesso’ se aplicada ao adversário norte-americano contempla quatro pilares: (1) político (através da exploração das fragilidades de apoio político regional asiático a Washington); (2) geográfico (incrementando a distância entre as bases e os alvos das forças militares dos EUA na Ásia); (3) militar (condicionando a projeção regional de forças dos EUA através do incremento do risco operacional e da degradação de capacidades em caso de intervenção); e (4) autoconhecimento (tornando os custos dessa intervenção tão elevados que só restará aos EUA não intervirem). Todas elas são tidas como vetores de uma gestão eficaz do *shi*.

129 Ver Xu Jia (2008). “Junshi Toumingdu yu Zhong mei Junshi bu xin” (Transparência Militar e Confiança Militar Mútua Sino-Americana). *Heping yu Fazhan* (Paz e Desenvolvimento) n.º 2, pp. 15-18.

Não obstante, esta ‘menor transparência’ dá à China uma ‘dissuasão psicológica’, sendo também um facto que os EUA e outros países também não disponibilizam toda a informação no âmbito militar, por razões associadas à salvaguarda da segurança nacional¹³⁰. Se dúvidas houvesse quanto ao entendimento chinês do que é a transparência militar, basta referir a definição inserida na edição de 2011 do *Dicionário de Terminologia Militar do EPL* no qual “as intenções estratégicas e as capacidades militares são pontos fundamentais da transparência, sendo os indicadores mais importantes quanto à perceção se um país consubstancia uma ameaça à comunidade internacional. Cada país determina o quanto transparente quer ser, de acordo com o seu interesse nacional”¹³¹.

Adicionalmente, são utilizados mais dois argumentos justificativos: o facto de a transparência militar chinesa ter vindo a aumentar progressivamente; e o de que a forma mais importante de transparência é a ‘transparência das intenções estratégicas’, ao invés da das capacidades militares e da doutrina, enfatizada por países como os EUA¹³².

Em defesa destes três argumentos refira-se que quando se fala da falta de ‘transparência estratégica e militar’ da China, é importante desmitificar esta asserção segundo sete pontos.

Primeiro, é universalmente reconhecido, mas pouco divulgado, “a existência de diferentes critérios quanto ao entendimento do que é ‘transparência estratégica e militar’ ou ‘transparência no setor da defesa’, o que agudiza as perceções de (in)segurança entre os Estados”¹³³. Por exemplo, enquanto os norte-americanos entendem a transparência

130 Diálogos do autor com vários oficiais superiores do EPL durante o *International Symposium Course on Asia-Pacific Security* de 2007.

131 Junshi Kexueyuan (Universidade de Defesa Nacional) (2011). *Zhongguo de Zhongguo Renmin Jiefangjun Junshi Shuyu* (Dicionário do EPL de Terminologia Militar). Beijing: Junshi Kexue Xueyuan chubanshe, p. 1064.

132 Teng Jianqun (2012). “Strategic Transparency”. *Beijing Review*. Disponível em http://www.china.org.cn/opinion/2012-03/07/content_24828853_2.htm [acedido em 2 de novembro de 2013]. Wen Bing (2010). “Cong Yusuan Zengfu Xiajiang kan Zhongguo Guofangfei” (Examinando as Despesas com a Defesa Baseado no Decréscimo do Aumento do Orçamento). *Zhongguo Baodao* n.º 2 (Relatório da China), p. 46.

133 Michael Kiselycznyk e Philip Saunders (2011). *Assessing Chinese Military Transparency*. National Defense University. Disponível em www.ndu.edu/inss/docUploaded/China%20FINAL.pdf, p. 6 [acedido em 23 de abril de 2014]. Segundo a definição do Institute on Global Conflict and Cooperation: “a transparência no setor da defesa é um processo contínuo em que os governos transmitem com credibilidade informação oportuna, relevante e suficiente sobre o seu poder militar, as suas atividades, questões orçamentais, e intenções para permitir que outros Estados e o público em geral possam avaliar a consistência dessas informações com os interesses estratégicos declarados e as obrigações institucionais de forma a reduzir as perceções erradas, garantir a boa governação e reforçar a confiança mútua.” University of California, Institute on Global Conflict and Cooperation (sem data). “Defining Defense Transparency”. *Northeast Asia Defense Transparency Project*. Disponível em <http://www-igcc.ucsd.edu/research/regional-diplomacy/neasia-defense-transparency-project/defining-defense-transparency.htm> [acedido em 23 de abril de 2014]. Para uma outra definição ver Peter Stalenheim e Eamon Surry (2006). *Transparency in Military Expenditure and Arms Production*. SIPRI. Disponível em http://www.sipri.org/research/armaments/milex/publications/unpubl_milex/unpubl_milex_default/xiangshan, p. 2 [acedido em 23 de abril de 2014]. Para uma argumentação no sentido de que a China tem vindo a aumentar paulatina - mas seletivamente - a sua transparência militar da qual as várias edições dos ‘Livros Brancos da Defesa Nacional’ são um subproduto do processo de internalização gradual deste conceito, ainda que com incontornáveis nuances de propaganda, ver Alexandre Carriço (2012). *Op. Cit.* e Adam Liff e Andrew Erickson (2013). “Demystifying China’s Defense

militar através da descrição das estratégias, planos, intenções e catálogo de forças, da sua composição, articulação e capacidade operacional dos sistemas de armas disponíveis, como sendo fulcrais para a criação de confiança mútua (instrumentalizando-a a seu favor, por estarem numa posição de superioridade tecnológica, estratégica e operacional quase esmagadora), os chineses defendem que é essencial manter alguns segredos no plano das capacidades e da doutrina de forma a preservarem um potencial de dissuasão face às forças norte-americanas, especialmente em caso de um conflito em Taiwan¹³⁴.

Este desfasamento quanto ao entendimento de qual o grau de transparência militar a ser concedido, é mais vincado no âmbito da ciberdefesa, por três ordens de razão: a primeira resulta do facto de a China gerir um enorme aparelho de espionagem industrial apoiado em parte nas capacidades cibernéticas do EPL¹³⁵; a segunda deriva das acusações e dos documentos divulgados por Edward Snowden sobre as atividades de ciberespionagem da *National Security Agency* dos EUA, que reforçaram a posição político-diplomática de Pequim em torno da sua proposta de um mecanismo de gestão global do ciberespaço, retirando das luzes da ribalta as suas próprias ações de ciberespionagem; ao abrigo da terceira razão, todos os estudos chineses sobre a guerra da informação advogam a retenção de um grau elevado de incerteza e ambiguidade em torno das capacidades de ciberataque do país, entendendo a transparência como sendo apenas útil na preservação e estabilização do *statu quo* entre dois países, não quando existe uma dissimetria de poder entre eles que vulnerabiliza a exploração do elemento surpresa por parte do mais fraco¹³⁶.

Em resumo e em termos práticos, estas três razões espelham o reconhecimento tácito da ‘hegemonia da rede’ (*wangluo baquan*) por parte dos EUA, primordial na construção e ges-

Spending: Less Mysterious in the Aggregate”. *The China Quarterly* n.º 216, pp. 805-830.

134 Como referiram o professor Shen Dingli da Universidade de Fudan e o general Xiong Guangkai do Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais, “não podemos ser tão transparentes quanto possamos desejar, pois não revelamos a forma como vamos derrotar as forças militares de Taiwan e dos EUA em caso de conflito no Estreito”. Comunicações efetuadas, respetivamente, no *Center for American Studies* da Universidade de Fudan em 1 de novembro de 2007 e do general Xiong Guangkai, diretor do Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais em 9 de novembro de 2007 durante o *International Symposium Course on Asia-Pacific Security* organizado pela Universidade de Defesa Nacional do EPL. Estas declarações geraram uma forte resposta do adido de defesa dos EUA em Pequim que também frequentou o simpósio, levando-o a afirmar que “*cooperation is a two way street*” (notas do autor). Ver ainda Yang Liming (2013). “Senior Official Stresses Military Secrecy”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-11/26/c_132920416.htm [acedido em 28 de novembro de 2013].

135 Ver o excelente estudo de William Hannas, James Mulvenon e Anna Puglisi (2013). *Chinese Industrial Espionage: Technology Acquisition and Military Modernisation*. London: Routledge. Ver também o relatório da Mandiant (2013). *Exposing One of China’s Cyber Espionage Units*. Disponível em http://intelreport.mandiant.com/Mandiant_APT1_Report.pdf [acedido em 4 de maio de 2014]. Timothy Thomas (2013). *China’s Cyber Incursions: A Theoretical Look at What They See and What They Do It Based on a Different Strategic Method of Thought*. Fort Leavenworth. Disponível em <http://fmso.leavenworth.army.mil/documents/China’s-Cyber-Incursions.pdf> [acedido em 4 de maio de 2014].

136 A obra de referência continua a ser a de Zheng Lianqing, Liu Zengliang e Wu Yaoguang (eds.) (2002). *Zhanchang Wangluo Zhan* (Guerra em Rede no Campo de Batalha). Beijing: Junshi Kexue chubanshe.

tão da atual arquitetura da internet, mas também uma percepção quanto a intuítos agressivos desta hegemonia, que na sua ótica justificam uma menor ‘transparência militar’¹³⁷.

Segundo, a relativa transparência militar da China - quando comparada com a dos EUA e com a do Japão - não viola normas internacionais, sendo na realidade similar à de Estados da ASEAN e da Índia¹³⁸.

Terceiro, a China publica os seus ‘Livros Brancos da Defesa Nacional’ com uma periodicidade igual ou superior à de muitos outros Estados da região asiática. Ainda que elaborados na maioria do seu conteúdo pelo EPL, têm a chancela do Conselho de Estado, órgão que os publica e divulga publicamente, conferindo-lhes uma perspetiva mais ampla sobre a segurança e defesa da China.

Quarto, os ‘Livros Brancos da Defesa Nacional’ dos vários países asiáticos não seguem um articulado estandardizado entre si, facilitador de uma comparação *inter alia*.

Quinto, o governo chinês divulga frequente e publicamente informação relevante sobre a política de defesa nacional, a qual não é publicada nos ‘Livros Brancos’ para não se tornar redundante (como a publicação em 2005 do livro ‘*The Science of Military Strategy*’¹³⁹ e da criação em janeiro de 2015 do primeiro *website* com o intuito de tornar pública a sua Lei de Programação Militar e a aquisição de armamento e equipamento¹⁴⁰). A divulgação desta informação assume um duplo objetivo: informar e moldar positivamente as percepções da opinião pública nacional e internacional.

Sexto, após várias solicitações dos EUA, a China tem acedido a que diversos militares norte-americanos como o CHOD e o comandante do PACOM visitem unidades militares como o Centro de Treino de Armas Combinadas em Nanjing, o Centro de Controlo

137 Liang Jun e Gao Yanan (2014). “China Voice: Spy Charges Expose U.S. Cyber Hegemony Mentality”. *China Daily*. Disponível em <http://english.peopledaily.com.cn/n/2014/0522/c90883-8730699.html> [acedido em 28 de maio de 2014]. Ver ainda o relatório publicado pela China em 26 de maio de 2014 no qual denuncia as ações de ciberespionagem dos EUA na China. Internet Media Research Center of the People’s Republic of China (2014). “The United States’ Global Surveillance Record”. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-05/27/c_133363178.htm [acedido em 27 de maio de 2014]. O general Sun Jianguo, subdiretor do Departamento Geral de Estado-maior do EPL, acusou os EUA de serem o “maior ciberladrão mundial”. Sem Autor (2014). “Chinese General Labels U.S. No.1 Cyber Thief”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2014-05/28/c_133368644.htm [acedido em 28 de maio de 2014].

138 Ver University of California, Institute on Global Conflict and Cooperation (2012). “Northeast Asia Defense Transparency Index”. Disponível em <http://www-igcc.ucsd.edu/research/regional-diplomacy/neasia-defense-transparency-project/dti/> [acedido em 23 de abril de 2014].

139 Por força do grande número de atividades desenvolvidas pelo EPL a informação disponibilizada ao público em geral é bem mais ampla que a fornecida por muitos Ministérios da Defesa de países ocidentais, entre os quais Portugal. O último destes relatórios publicados pela China foi o primeiro ‘*Space Situation Assessment Report*’ em abril de 2014 no qual se expõem as atividades associadas ao seu programa espacial no contexto dos programas espaciais de outros países. Guo Renjie (2014). “China Publishes First ‘Space Situation Assessment Report’”. *China Military Online*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-04/18/content_5870959.htm [acedido em 20 de abril de 2014].

140 Zhang Tao (2015). “China Starts Military Procurement Website to Boost Transparency”. *PLA Daily*. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2015-01/07/content_6300288.htm [acedido em 7 de janeiro de 2015].

Aeroespacial em Pequim e o Quartel-General (QG) do 39.º Grupo de Exército¹⁴¹. Em novembro de 2011, o então Secretário da Defesa dos EUA, Robert Gates, visitou o QG da Segunda Artilharia do EPL (forças de mísseis convencionais e nucleares) algo que já havia ocorrido com o seu antecessor, Donald Rumsfeld, em outubro de 2005. O sucessor de Gates, Leon Pannetta, visitou em 2012 o QG da Esquadra do Mar do Norte da Marinha do EPL, e em abril de 2014, o anterior Secretário da Defesa, Chuck Hegel, visitou o porta-aviões ‘*Liaoning*’, sendo referido na ocasião pelo EPL “que este era mais um importante passo para reduzir as críticas norte-americanas à sua falta de transparência”¹⁴².

No entanto, e curiosamente, o convite feito por Chuck Hegel para que o general Fang Fenghui, diretor do Departamento Geral de Estado-Maior do EPL, visitasse na sua subsequente deslocação aos EUA o porta-aviões ‘*Ronald Reagan*’ e o navio de combate costeiro ‘*Colorado*’, foi interpretado como uma manobra de ‘intimidação’ à China, através da exibição e demonstração das sofisticadas capacidades que cada um deles dispõe¹⁴³. Esta dicotomia interpretativa é também notória nas declarações de 2012 do general Qian Lihua, diretor do Gabinete de Relações Internacionais do MDN, nas quais critica os EUA por não deixarem as delegações militares chinesas verem o avião F-22, mas a China deixar as delegações militares americanas verem o Su-27¹⁴⁴.

Sétimo e último ponto, aquando da primeira participação da MEPL nos exercícios RIMPAC 2014, enviando o destroyer ‘*Haykon*’ e a fragata ‘*Yueyang*’ (ambos de última geração), o navio-hospital ‘*Peace Ark*’ e o navio de reabastecimento ‘*Qiandaobu*’, numa manobra paralela de diplomacia pública e de transparência militar, foi anunciado que seria autorizada a visita ao *destroyer* apesar de este possuir um sistema de defesa similar ao ‘*Aegis*’ norte-americano e classificado como secreto pela MEPL¹⁴⁵.

Não obstante estas desconfianças, é notório que está em curso uma reconsideração gradualmente positiva mas cautelosa das atitudes tradicionalmente cétricas da China quan-

141 Heidi Holz e Kenneth Allen (2010). “Military Exchanges with Chinese Characteristics: The People’s Liberation Army Experience with Military Relations” em Roy Kamphausen, David Lai e Andrew Scobell (eds.), *The PLA at Home and Abroad: Assessing the Operational Capabilities of China’s Military*. Carlisle Barracks: SSI, p. 455. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=995> [acedido em 4 de agosto de 2010].

142 Zhang Tao (2014). “Carrier Visit Underscores Transparency”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/pla-daily-commentary/2014-04/08/content_5844795.htm [acedido em 3 de maio de 2014]. Zhang Tao (2014). “China’s Opening Military Facilities to U.S. Not Fresh News”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/pla-daily-commentary/2014-04/09/content_5846640.htm [acedido em 3 de maio de 2014].

143 Zhang Chi (2014). “Wojun Zongzhang Fang mei Xingcheng you Xuanji: Meijiang Yong Hangmu Xiaohu Zhongguo ren” (O Programa da Visita às Forças Armadas dos EUA tem um Objetivo: Querer Assustar a China). *Renmin Ribao* (Diário do Povo). Disponível em <http://military.people.com.cn/n/2014/0515/c1011-25020179.html> [acedido em 15 de maio de 2014].

144 Gao Jiquan (2012). “Ministry of National Defense Foreign Affairs Office Director Qian Lihua Interviewed on Military Diplomacy”. *PLA Daily*. Disponível em http://www.military.china.com.cn/2012-09/25/content_26623447.htm [acedido em 3 de maio de 2013]. Refira-se em boa verdade, e em termos de reciprocidade equitativa, só se a China facultasse o acesso norte-americano aos protótipos de teste do J-20 ou do J-31.

145 Guo Renjie (2014). “We Learn Ourselves from Others — Chinese Navy’s Debut in ‘RIMPAC-2014’ Joint Military Exercise”. *PLA Daily*. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn/> [acedido em 23 de julho de 2014].

to ao valor da transparência militar¹⁴⁶, como é reconhecido no estudo de Michael Kiselycznyk e Philip Saunders e nos relatórios anuais do Departamento de Defesa dos EUA, os *‘Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China’*¹⁴⁷. Ainda que se continue a assistir à exploração do argumento (válido) de que a maior transparência militar só beneficia os mais fortes, já existem *nuances* interpretativas significativas e documentação de acesso ao público em geral que espelham um assinalável progresso quanto ao entendimento do conceito, resultado de uma maior autoconfiança quanto ao crescimento do seu potencial e das capacidades militares relativas e absolutas, mas também do valor dissuasor que a divulgação muito seletiva das intenções, das capacidades militares e das doutrinas pode ter¹⁴⁸. Quando esta discussão é transposta para a esfera pública chinesa permite alimentar um interessante debate através do fomento do conhecimento da população sobre a defesa nacional bem como justificar e obter o seu apoio face às opções associadas ao investimento na modernização militar do país.

A progressiva ‘transparência militar’ tem contribuído para uma modelação mais positiva da perceção e da imagem externa da China e a forma como se vê a consistência da sua narrativa de segurança e defesa. Por outro lado, o facto de, na melhor tradição comunista, continuar a ser dada relevância à organização pomposa de paradas e exercícios militares devidamente coreografados e instrumentalizados como demonstrações de capacidades operacionais (muitas delas nunca devidamente testadas em situações reais), revela também a persistência utilitária e propagandística interna e externa da gestão político-militar das perceções. Estas e outras técnicas geram, ao inverso, uma imagem nem sempre positiva do país. Exemplo disso é a operacionalização da denominada doutrina das ‘três guerras’ do EPL, na condução da ‘guerra política’¹⁴⁹.

146 Yao Jianing (2014). “Stronger Military Makes Effort to Increase Transparency”. *China Daily*. Disponível em http://europe.chinadaily.com.cn/china/2014-01/14/content_17233453.htm [acedido em fevereiro de 2014].

147 Como ilustra o quadro-resumo das seis edições de ‘Livros Brancos’ analisadas (1998 a 2008) que regista uma evolução positiva na transparência militar em 11 áreas, regressão numa área (número de efetivos) e constância noutras quatro. Michael Kiselycznyk e Philip Saunders (2011). *Op. Cit.*, p. 26. Os diversos relatórios do Departamento de Defesa dos EUA estão disponíveis em <http://www.defense.gov/pubs/> [acedido em 20 de abril de 2014]. Ver ainda Alexandre Carriço (2012). *Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China, 1998-2010: Uma Desconstrução do Discurso e das Perceções de (In)segurança*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

148 Desde 2010 que a conferência de imprensa do MDN de divulgação pública do ‘Livro Branco da Defesa Nacional’ passou a contar com a presença da maioria dos adidos de defesa estrangeiros sediados em Pequim que recebem na ocasião cópias em papel que também são distribuídas aos jornalistas presentes. Sem Autor (2011). “Foreign Militaries Comment on PLA Development”. *CCTV*. Disponível em <http://english.cntv.cn/program/china24/20110331/109731.shtml> [acedido em 3 de setembro de 2011].

149 Não deixa de ser notável, sobre este aspeto propagandístico, o facto de aquando da parada militar comemorativa dos 60 anos da RPC terem desfilado pela primeira vez companhias exclusivamente femininas com uniformes de cores dificilmente conotadas com as forças armadas (vermelho, rosa e botas brancas das milícias femininas de Pequim). Esta foi uma clara operação de charme e manipulação imagética externa. A visualização do desfile destes elementos está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=3cbMLeeV1ww> e a parada militar na sua quase totalidade está acessível em <http://www.youtube.com/watch?v=pr3Hc3zFALo>.

A ‘Guerra Política’ e a Doutrina das ‘Três Guerras’

A ‘guerra política’ (*zhenzheng zhan*) “visa influenciar emoções, motivações e comportamentos, condicionando a análise lógica e objetiva da realidade por parte de governos estrangeiros, organizações, grupos e indivíduos de forma favorável aos interesses nacionais chineses. Pode ser combinada com o recurso ao poder militar, à pressão económica, à subversão e à diplomacia, mas a sua dimensão primordial está associada ao emprego de palavras, imagens e ideias através do emprego de técnicas de propaganda”¹⁵⁰.

A propaganda requer uma entidade (o DCP do PCC) responsável pelo planeamento, coordenação, disseminação e execução destas ações, socorrendo-se de temas capazes de manipular as emoções e as crenças ligando-as a conceitos como os de paz, patriotismo, unidade cultural e etnicidade.

A ‘guerra política’ é similar à diplomacia pública no objetivo da gestão das perceções. Mas é distinta desta porque só é implementada quando a diplomacia pública não logra atingir o objetivo. Enquanto a ‘guerra política’ envolve a manipulação calculada e coerciva das estratégias do oponente, da sua política de defesa e das normas internacionais vigentes em proveito próprio, apresentando falsas escolhas através da eliminação de eventuais ambiguidades na mensagem transmitida, a diplomacia pública visa a disseminação de uma mensagem positiva de forma transparente, através dos canais mediáticos e da interação com a população em geral, procurando influenciar a sua opinião¹⁵¹.

No plano estratégico, a gestão e modelação das perceções assumiu desde 2003 a denominação doutrinária de ‘três guerras’ (*sanzhong zhanfa*), que passou a fazer parte do ‘Regulamento de Trabalho Político do EPL’ e foi reforçada na sua revisão de 2010¹⁵² (figura 1). No espaço de uma década tem sido alvo de um interesse crescente tanto de estrategistas e investigadores chineses como norte-americanos¹⁵³.

150 Zhang Yuliang (ed.) (2006). *Op. Cit.*, p. 123. Ver também Michael Waller (ed.) (2008). *Strategic Influence: Public Diplomacy, Counterpropaganda, and Political Warfare*. Washington: Institute of World Politics Press. Disponível em http://jmw.typepad.com/files/strategicinfluenceclass_copy.pdf [acedido em 2 de maio de 2014].

151 Ver Paul Smith (1989). *On Political Warfare*. Washington: National Defense University Press.

152 Sem Autor (2010). “Zai Renmin Jiefangjun de Zhengzhi Gongzuo Tiaoli Xiuding?” (Revisão do Regulamento de Trabalho Político do Exército Popular de Libertação). Disponível em <http://www.allzq.com.cn> [acedido em 18 de abril de 2012]. Ver também Peter Callamari e Derek Reveron (2003). “China’s Use of Perception Management”. *International Journal of Intelligence* n.º 1, pp. 1-15.

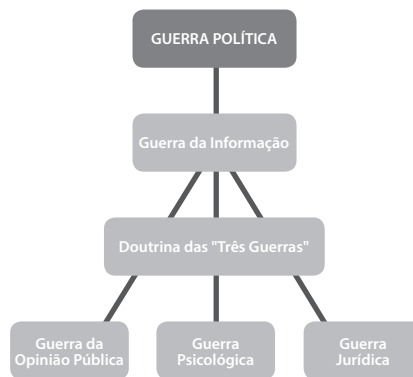
153 Os melhores estudos de análise em língua inglesa sobre as perspetivas chinesas da ‘guerra da informação’ são de James Mulvenon (1999). “The PLA and Information Warfare” em James Mulvenon e Richard Yang (eds.) (1999). *The People’s Liberation Army in the Information Age*. Santa Monica: RAND, pp. 175-186. Disponível em http://www.rand.org/pubs/conf_proceedings/CF145.html#download [acedido em 21 de abril de 2012]. Timothy Thomas (2007). *Decoding the Virtual Dragon: Critical Evolutions in the Science and Philosophy of China’s Information Operations and Military Strategy*. Fort Leavenworth: Foreign Military Studies Office. Larry Wortzel (2014). *The Chinese People’s Liberation Army and Information Warfare*. Strategic Studies Institute: Carlisle Barracks. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=1191> [acedido em 14 de abril de 2014]. Os estudos chineses de referência são Zhu Wenquan e Chen Taiyi (1999). *Xinxi Zuozhan* (Operações de Informação). Beijing: Guofang Daxue chubanshe. Shen Weiguang, Jie Xijiang, Ma Ji e Li Jijun (eds.) (2005). *Zhongguo Xinxi Zhan* (Guerra da Informação da China). Beijing: Xinhua chubanshe. Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 336-346. Wang Zhengde (ed.) (2007). *Xinxi Duikang Lun* (Teoria da Confrontação da Informação). Beijing: Junshi Kexue chubanshe. Wei Yufu e Zhao Xiaosong (2008). *Junshi*

A doutrina das ‘três guerras’ é a operacionalização do conceito de ‘guerra da informação’ (*xinxin zhan*) na condução da ‘guerra política’, sendo a ‘guerra da informação’ entendida como “as ações dirigidas contra os sistemas de detecção de informação, canais de informação e do seu processamento e de tomada de decisão do inimigo, preservando as nossas capacidades com vista à obtenção de uma superioridade de informação”¹⁵⁴.

A ação do PCC no âmbito da ‘guerra da informação’ em caso de conflito militar contempla dez vertentes: (1) mobilização militar e propaganda; (2) adaptação e fortalecimento dos recursos humanos ligados ao PCC; (3) promoção da democracia militar e encorajamento das massas populares em prol do aperfeiçoamento das táticas militares; (4) combater o inimigo, anunciando feitos heroicos e as vitórias gloriosas alcançadas; (5) manter a disciplina no campo de batalha e entre as massas populares; (6) combater as ações de guerra psicológica do inimigo para garantir a pureza, solidez e segurança das nossas forças; (7) desintegrar as forças inimigas, cumprindo o preceituado internacionalmente quanto ao tratamento dos prisioneiros de guerra; (8) conduzir o trabalho político junto das milícias populares e dos trabalhadores; (9) cuidar dos feridos; e (10) conduzir trabalho ideológico junto daqueles que atuam na retaguarda em apoio dos combatentes¹⁵⁵.

Em tempo de paz é defendido que não se deve descurar a relevância da continuidade das operações de ‘guerra da informação’ na gestão e modelação das perceções externas, dada a natureza evasiva e ubíqua desta se o valor da instrumentalização dos *media* e da interação cultural¹⁵⁶. Comum às duas situações de guerra e paz é o “intuito de minar a política de alianças do adversário e de limitar as opções e ações de terceiros que possam condicionar negativamente os interesses da China”¹⁵⁷.

Figura 1 – Inserção da Doutrina das “Três Guerras” na ‘Guerra Política’



Xinxì Youshì Lùn (Teoria da Superioridade Militar nas Informações). Beijing: Guofang Daxue chubanshe.

154 Zhang Yuliang (ed.) (2006). *Op. Cit.*, p. 155.

155 Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 364-368.

156 Idem, p. 374.

157 Zhu Wenquan e Chen Taiyi (1999). *Op. Cit.*, pp. 349-350.

Cada uma das ‘três guerras’ (guerra da opinião pública, guerra psicológica e guerra jurídica) pode ser conduzida separadamente ou em conjunto, “harmonizando as ações do EPL com os objetivos do PCC e do governo, tanto no plano interno como externo ao país”¹⁵⁸. As três são tidas como “um método de condução de uma campanha visando obter um impacto estratégico”¹⁵⁹.

Na condução da ‘guerra da opinião pública’ (*yulun zhan*) as ações do EPL visam influenciar públicos-alvo chineses e estrangeiros de forma a recolher a maior base de apoio possível para a condução das suas operações militares, ao mesmo tempo que procura minar a justificação para um adversário poder desencadear ações contrárias aos interesses da China¹⁶⁰.

No plano interno implica um controlo apertado dos *media* chineses, para que disseminem as ações de propaganda, ‘orientando e unificando a opinião da população chinesa’, de acordo com os objetivos definidos pelo PCC para fazer frente às ameaças e riscos à segurança nacional.

No plano externo passa por conduzir uma campanha de informação sobre a posição da China em torno de temas candentes nos *media* internacionais tanto chineses como estrangeiros, através da publicação de anúncios, entrevistas e artigos escritos por líderes políticos e militares, bem como académicos chineses de renome. Esta ‘guerra pela opinião pública’ deve ser conjugada com ações de diplomacia pública e de diplomacia militar junto da população e das elites estrangeiras, bem como da comunidade chinesa residente no exterior, em prol do reforço do poder representacional da China¹⁶¹.

158 Ver Timothy Walton (2012). *China's Three Warfares*. Delex Systems. Disponível em <http://delex.com/pub/dsr/Three%20Warfares.pdf> [acedido em 18 de junho de 2013]. Dennis Blasko estrutura estas ações como sendo efetuadas através do envio de sinais políticos por meios diplomáticos oficiais e ofícios, do emprego dos *media* chineses e estrangeiros para veicularem declarações oficiais e artigos de opinião de chineses influentes, do recurso a ações não-militares como a restrição de concessão de vistos de entrada, e o recurso a demonstrações de força através de exercícios militares. Citado em Larry Wortzel (2014). *Op. Cit.*, p. 35.

159 A hierarquia das operações de combate é definida em três níveis: guerra (*zhanzheng*); campanhas (*zhanyi*); e batalhas (*zhandun*) a que correspondem respetivamente a estratégia (*zhanlue*), os métodos de campanha (*zhanyi fangfa*) e a tática (*zhanhu*). James Mulvenon e David Finkelstein (2005). *China's Revolution in Doctrinal Affairs: Emerging Trends in the Operational Art of the Chinese People's Liberation Army*. CNA Corporation. Disponível em <http://www.defensegroupinc.com/cira/pdf/doctrinbook.pdf>, p. 22 [acedido em 12 de novembro de 2009].

160 Daí o facto de os jornalistas civis e militares chineses não estarem autorizados a investigar e a publicar artigos sobre questões de segurança e defesa que sejam entendidas como podendo pôr em causa a segurança nacional e a ação do EPL e da Polícia Popular Armada. Os artigos carecem sempre de prévia autorização do Departamento Central de Propaganda do PCC ou do Departamento Geral de Política do EPL.

161 Recentemente, o Departamento Central de Propaganda do PCC, através da ‘Associação Chinesa para o Intercâmbio Internacional’, iniciou um plano de visitas entre generais e almirantes chineses e norte-americanos com o intuito de moldar as percepções destes, numa coordenação com o Departamento de Relações Internacionais do PCC e o 2.º Departamento do Departamento Geral de Estado-maior do EPL. Designa-se por ‘*Sanya Initiative*’ e realiza-se nesta cidade da ilha de Hainan. Bill Gertz (2012). “China Using Retired U.S. Officers to Influence Policy”. *The Washington Times*. Disponível em <http://www.times247.com/articles/china-using-retired-u-s-officers-to-influence-policy> [acedido em 16 de março de 2012].

Na ‘guerra psicológica’ (*xinli zhan*) visa-se a fragilização dos valores e das crenças do adversário, procurando fomentar divisões nas suas alianças e coligações, reduzindo a confiança no seu potencial. O objetivo é o de degradar a moral e a determinação da população civil e das elites políticas do adversário, bem como a capacidade das suas forças armadas para conduzirem operações militares contra a China, através do recurso a estratégias e a ações indiretas e de propaganda, nas quais a instrumentalização da internet ocupa um papel preponderante¹⁶².

Na condução da ‘guerra jurídica’ (*faqu zhan*) o EPL instrumentaliza o Direito Internacional para justificar as suas ações em nome da defesa do interesse nacional e em detrimento das do adversário, ao procurar estabelecer uma argumentação normativa capaz de formalizar um precedente jurídico no plano deste ramo do Direito, conectando-o sempre que possível com a norma do Direito Interno da China, mas assumindo-se a segunda como condicionadora da primeira. O Direito Internacional prefigura-se assim para o EPL como um instrumento bastante atrativo para acusar o inimigo, recolher simpatia e apoio entre a comunidade internacional para as posições chinesas, obter a iniciativa estratégica junto da opinião pública internacional, e para potenciar o ‘poder nacional abrangente’.

Em caso de conflito, a ‘guerra jurídica’ servirá ainda o propósito de reforçar e justificar normativamente as ações conducentes ao emprego da força por parte da China, através da prévia e sustentada construção de um *casus belli* - como aquando do conflito na Coreia (1950-1953), com a Índia (1962), com a União Soviética (1962) e com o Vietname (1979)¹⁶³ – ou “em áreas como a defesa dos ‘*global commons*’, ainda que sempre sob a justificação da defesa do superior interesse nacional”¹⁶⁴. Para tal é essencial conduzir atempadamente ações de propaganda, ações psicológicas e jurídicas com o intuito de obter o apoio da opinião pública nacional e internacional assim que as hostilidades se iniciem¹⁶⁵.

162 Ver Timothy Thomas (2003). “New Developments in Chinese Strategic Psychological Warfare”. *Special Warfare* n.º 1. Disponível em <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/fmso/chineseopsop.pdf> [acedido em 8 de maio de 2014]. Ver ainda a *webpage* da Associação ‘*Dongfang Yi*’ que em 2009 criou um laboratório dedicado à investigação e desenvolvimento da doutrina das ‘três guerras’ na Universidade Tsinghua em Pequim. Disponível em <http://www.dongfangyi.org/> e Sem Autor (2012). “Tsinghua University Establishes Future Media Warfare Research Lab”. Disponível em <http://www.dongfangyi.org/tuozhanshiye/tuozhanshikulianneng/2012-06-01/tuozhan9168.html> [acedido em 12 de junho de 2014].

163 Liu Zhongshan (2002). “Ziwei quan yu Zhuquan” (Soberania e o Direito de Autodefesa). *Zhanlue yu Guanli* n.º 1 (Estratégia e Gestão), p. 50. Ver Le Hucheng e Zhang Yucheng (2005). “Faluzhan zai Junshi Douzheng Zhunbei Zhong de Diwei he Zuoyong” (A Utilidade e Posição da Guerra Jurídica na Preparação do Conflito Militar) em Liu Jixian e Liu Zheng (eds.), *Xin Junshi Geming yu Junshi Fazhi Jianshe* (A Nova Revolução nos Assuntos Militares e a Construção de um Sistema Jurídico Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe, pp. 355-362.

164 Ver Liu Jixian e Liu Zheng (eds.) (2005). *Xin Junshi Geming yu Junshi Fazhi Jianshe* (A Nova Revolução nos Assuntos Militares e a Construção de um Sistema Jurídico Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe, p. 581.

165 Zhang Shanxin e Pan Jiangang (2005). “Fazhizhan de Hanyi yu Yunyong” (Utilidade e Implicações da Guerra Jurídica) em Liu Jixian e Liu Zheng (eds.), *Xin Junshi Geming yu Junshi Fazhi Jianshe* (A Nova Revolução nos Assuntos Militares e a Construção de um Sistema Jurídico Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe, pp. 428-434.

Neste contexto é também interessante sublinhar a ênfase dada pelo EPL à formação dos seus quadros no âmbito do Direito Internacional Humanitário - uma subdimensão importante da 'guerra jurídica'. A narrativa empregue para justificar a importância conferida a este tipo de formação e treino enfatiza a histórica tradição humanista chinesa, alicerçada no conceito de Confúcio de 'amor ao próximo' (*renai*), de 'amor universal' (*jianai*) de Mozi e de 'governo benevolente' (*renzhen*) de Mencio, que são instrumentalizados no pensamento estratégico do EPL¹⁶⁶.

Das 'três guerras', Peng Guangqian e Yao Youzhi, conferem maior importância à 'guerra jurídica e à guerra da opinião pública'¹⁶⁷, em sintonia com o proposto seis anos antes pelos coronéis-superiores, Qiao Liang e Wang Xiangsui, da Força Aérea do EPL, no seu livro 'Guerra Ilimitada' (*Chao Xian Zhan*) e pelo general Liu Yazhou, que relembra que Mao Zedong foi pioneiro na condução da 'guerra da opinião pública' quando convidou o jornalista americano Edgar Snow a entrevistá-lo, permitindo a publicação do que seria o *bestseller* '*Red Star over China*' nos EUA e gerando um subsequente reforço do prestígio e estatuto internacional de Mao e da China¹⁶⁸.

Esta valorização dentro da doutrina das 'três guerras' resulta de dois fatores: (1) a permanente enfatização narrativa da defesa da soberania e da integridade territorial do país, que se tem expandido para áreas até há pouco tempo não contempladas, como o espaço, o ciberespaço, o mar e os recursos energéticos (alvos de crescente competição e disputa entre os Estados e espelho, nalguns casos, de um vácuo ou ambiguidade interpretativa, por vezes intencional, da legislação internacional); e (2) o facto de a opinião pública ocidental ter acesso irrestrito a *media* independentes e não ser alvo de mecanismos de censura editorial, o que pode ser explorado pela China.

A gestão e modelação das perceções ao abrigo desta doutrina são articuladas entre o Departamento Central de Propaganda do PCC, o Departamento Geral de Política do EPL (através do seu Gabinete de Propaganda e das suas duas secções: de propaganda externa e interna), o Ministério da Defesa Nacional (através do seu Gabinete de Relações Externas) e o 2.º Departamento do Departamento Geral de Estado-Maior do EPL (Informações Militares).

Na dimensão interna compete ao DGP do EPL através da Secção de Propaganda Interna (via Gabinetes de Trabalho Político existentes em cada unidade, estabelecimento ou órgão dele dependente) supervisionar e implementar as ações de gestão das perceções da população chinesa, de onde se relevam, pelo papel fulcral que têm na disseminação da informação e da propaganda, o Museu Militar, a Academia de Artes do EPL, a pro-

166 Sobre o EPL e o Direito Internacional Humanitário ver Wang Wenjuan (2013). *The PLA and International Humanitarian Law: Achievements and Challenges*. Institute for Security & Development Policy. Disponível em <http://www.isdp.eu/images/stories/isdp-main-pdf/2013-wang-pla-international-humanitarian-law.pdf> [acedido em 2 de dezembro de 2013].

167 Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 79.

168 Liu Yazhou (2008). "A New Type of War and a New Type of Army". *Chinese Law and Government* n.º 1, p. 61. Edgar Snow (1994 [1938]). *Red Star over China: The Classic Account of the Birth of Chinese Communism*. New York: Grove Press.

dutora cinematográfica ‘1.º de Agosto’ (*Bayi*), as duas editoras do EPL, os vários jornais e revistas militares, as orquestras, bandas e companhias de ópera e de bailado, as equipas desportivas ‘*Bayi*’ e os núcleos militares na agência de notícias *Xinhua*, na Televisão Central da China e na Rádio Nacional da China. Os temas omnipresentes na manobra de propaganda interna são a estabilidade, a paz, a harmonia étnica e a prosperidade económica, algo que só o PCC pode assegurar, como legítimo herdeiro da longa história e cultura chinesa.

Sempre que estes órgãos desenvolvem ações com potencial impacto na imagem e perceção externa do país, é efetuada uma articulação prévia com a Secção de Propaganda Externa do DGP, que coordena as interações externas e é responsável ao seu nível pela investigação e condução das operações de ‘guerra política’ e da doutrina das ‘três guerras’, sendo também responsável por supervisionar ‘operações defensivas’, como a monitorização da internet, das emissões de rádio e de televisão por satélite, de forma a impedir a disseminação de notícias tidas como potencialmente subversivas da ordem interna e vulnerabilizadoras da educação e lealdade ideológica dos militares ao PCC.

A sua missão consiste em identificar membros de governo, de organizações estatais e não-governamentais, investigadores e especialistas civis e militares estrangeiros que possam ser classificados como alvos preferenciais destas ‘operações de intercâmbio amigável’. Estas são conduzidas em articulação com o Gabinete de Ligação do DCP do PCC através de organizações como a ‘Associação Chinesa para os Contactos Amigáveis Internacionais’, o ‘Fórum Filantrópico da China’, o ‘Fórum Internacional Sanya’ e o ‘Comité do Fundo de Energia da China’; ou no plano do EPL, o ‘Centro de Comunicação Cultural Internacional da China’, o ‘Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais’ e a ‘Fundação Chinesa para os Estudos Estratégicos’. Durante estes intercâmbios, e socorrendo-se de diplomatas, militares e académicos bastante prestigiados (mas já reformados), são transmitidas direta ou subliminarmente mensagens associadas a temas como a “benevolência, o desejo de paz e de amizade do povo chinês para com os outros povos, a cooperação e a confiança internacional que deve haver para com o seu governo e as suas Forças Armadas, ao abrigo da máxima ‘usar o poder dos *media* e o contacto com os estrangeiros para propagandar a China”¹⁶⁹.

Quatro casos ilustram a forma como a doutrina das ‘três guerras’ tem vindo a ser testada e aperfeiçoada desde a sua ratificação, com resultados assinaláveis na ótica da defesa dos interesses nacionais, mas com impacto negativo na imagem externa da China. São eles a promulgação da Lei Antissecessão de Taiwan em 2005; a utilização do espaço para fins militares; as disputas territoriais no Mar do Sul da China; e a declaração de uma zona de identificação de defesa aérea (ZIDA) sobre grande parte do Mar do Leste da China em 2013.

169 Zhou Guobao e Zhang Shengxia (eds.) (2005). *Waisbi Guanli Shixu* (Gestão Prática das Relações Externas). Guangzhou: Huanan Gongye Daxue chubanshe, p. 138.

A Promulgação da Lei Antissecessão de Taiwan em 2005

A 8 de março de 2005 o Congresso Nacional do Povo da RPC promulgou a Lei Antissecessão de Taiwan, que estipula nos artigos 8 e 9, que caso sejam esgotadas as possibilidades de reunificação pacífica, Pequim pode recorrer a meios coercivos e outros para proteger a soberania e integridade territorial da China, mas que minimizaria os danos colaterais resultantes de eventuais das operações militares.

“Article 8: In the event that the ‘Taiwan independence’ secessionist forces should act under any name or by any means to cause the fact of Taiwan’s secession from China, or that major incidents entailing Taiwan’s secession from China should occur, or that possibilities for a peaceful reunification should be completely exhausted, the state shall employ non-peaceful means and other necessary measures to protect China’s sovereignty and territorial integrity.

The State Council and the Central Military Commission shall decide on and execute the non-peaceful means and other necessary measures as provided for in the preceding paragraph and shall promptly report to the Standing Committee of the National People’s Congress.

Article 9: In the event of employing and executing non-peaceful means and other necessary measures as provided for in this Law, the state shall exert its utmost to protect the lives, property and other legitimate rights and interests of Taiwan civilians and foreign nationals in Taiwan, and to minimize losses. At the same time, the state shall protect the rights and interests of the Taiwan compatriots in other parts of China in accordance with Law”¹⁷⁰.

Após as anteriores ‘demonstrações de força’ em 1995 e 1996 do EPL no sentido de condicionarem a não reeleição do Presidente Lee Teng-hui, que não lograram alcançar os objetivos determinados¹⁷¹, a promulgação desta Lei cumpriu três objetivos, articulando habilmente a diplomacia coerciva com a determinação em empregar de forma credível e ‘juridicamente legítima’ o seu poder militar: (1) dissuadir os separatistas taiwaneses; (2) justificar internamente uma eventual ação militar do EPL no Estreito de Taiwan; e (3) fornecer uma moldura jurídica explicativa da posição da China face à reunificação de Taiwan, passível de ser empregue como argumento em futuras negociações ou ações.

A operacionalização da doutrina das ‘três guerras’ foi notória na forma como nos dois meses anteriores à promulgação da Lei, o governo chinês através de uma campanha mediática nacional e internacional foi sensibilizando as respetivas opiniões públicas para a possibilidade de Pequim vir a reequacionar a sua relação com Taiwan, ao abrigo da qual estabeleceu uma agenda política que divulgou e repetiu de forma sistemática (*i.e.* guerra da opinião pública). Esta ação gerou uma pressão junto do governo de Taipé (*i.e.* guerra psicológica) porque setores da opinião pública de Taiwan, começaram a questionar a sua autoridade e capacidade para fazer face às ameaças de Pequim (*i.e.* guerra jurídica e

170 National People’s Congress (2005). “Full Text of Anti-Secession Law”. *People’s Daily*. Disponível em http://english.peopledaily.com.cn/200503/14/eng20050314_176746.html [acedido em 27 de abril de 2014].

171 Ver Alexandre Carriço (2006). *Op. Cit.*, pp. 368-393.

psicológica), ao mesmo tempo que através de uma formulação jurídica interna a China havia criado uma justificação para uma eventual intervenção militar, isolando ainda mais Taiwan no plano internacional (*i.e.* guerra jurídica)¹⁷².

Os efeitos da aplicação desta doutrina não tardaram a surtir efeito, nomeadamente através da eleição em março de 2008 de Ma Ying-jeou, do Partido Nacionalista (*Kuomintang*) que ao contrário da postura conflitual do seu antecessor Chen Shui-bian, optou por desenvolver uma relação mais cooperativa com Pequim, fomentadora de uma maior interação económica, materializada desde então na assinatura de 21 acordos comerciais entre os dois lados do Estreito¹⁷³.

Estes desenvolvimentos positivos levaram Ye Zicheng a defender a necessidade de Pequim lançar uma campanha de ‘sensibilização’ da opinião pública de Taiwan entre os 20 e os 30 anos (*i.e.* doutrina das ‘três guerras’), que a leve a decidir racionalmente entre a reunificação e a independência. Segundo a sua lógica, se estes “atenderem a questões como quais serão os seus interesses no futuro e que benefícios práticos a reunificação poderá trazer, escolherão a reunificação como a melhor opção”¹⁷⁴.

Não é pois despidendo o facto de na primeira edição da *‘Quadrennial Defense Review’* do Ministério da Defesa Nacional de Taiwan publicada em 2009, este identificar a doutrina das ‘três guerras’ como uma ameaça séria à segurança e defesa do país, propondo o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação junto da sua opinião pública, da da China e dos países da região, por forma a reforçar a *‘soft dimension’* da estratégia de segurança e defesa da ilha (denominada popularmente de *‘hard ROC strategy’*¹⁷⁵).

A Utilização do Espaço com Fins Militares

Ainda que importante na regulação das atividades dos diversos países e na manutenção da ordem e da promoção da cooperação espacial, o atual regime jurídico de utilização do espaço é visto pela China como insuficiente para prevenir a sua militarização ou resolver questões como as do lixo espacial. O governo chinês tem apoiado e advoga

172 Ver David Huang (2007). “China’s Triple Warfare and Cross-Strait Economic Interactions”. *Mainland Affairs Council*, Taipé. Disponível em <http://www.docstoc.com/docs/654256/Chinas-Triple-Warfare-And-Cross-Strait-Economic-Interactions> [acedido em 28 de abril de 2014].

173 Sem Autor (2014). “On the Antlers of a Dilemma”. *The Economist*. Disponível em <http://www.economist.com/news/asia/21599812-ambitions-ma-ying-jeou-taiwans-president-collide-popular-suspicion-china> [acedido em 28 de abril de 2014]. Ver também o excelente artigo de André Beckershoff (2014). “The KMT-CCP Forum: Securing Consent for Cross-Strait Rapprochement”. *Journal of Current Chinese Affairs* n.º 1, pp. 213-241. Disponível em <http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/jcca/article/view/728/726> [acedido em 2 de maio de 2014].

174 Ye Zicheng (2011). *Op. Cit.*, p. 251. Para o melhor estudo existente sobre a forma como o DGP do EPL, o Ministério da Defesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China estão a operacionalizar esta doutrina, através de uma descrição dos principais agentes dentro de cada uma destas instituições, ver Mark Stokes e Russell Hsiao (2013). *The People’s Liberation Army General Political Department: Political Warfare with Chinese Characteristics*. Project 2049 Institute. Disponível em http://www.project2049.net/documents/PLA_General_Political_Department_Liaison_Stokes_Hsiao.pdf [acedido em 4 de novembro de 2013].

175 Ver Ministry of National Defense, Republic of China (2009). *Quadrennial Defense Review*, pp. 40-41. Disponível em http://www.us-taiwan.org/reports/taiwan_2009_qdr.pdf [acedido em 28 de abril de 2014].

a assinatura de um instrumento jurídico capaz de preservar a paz no espaço e de ajudar a encontrar soluções para novas questões relativas à exploração espacial. Em 2008, em articulação com a Rússia, apresentou na Conferência de Desarmamento (CD) da ONU um primeiro *draft* de um ‘Tratado de Prevenção e Utilização de Armas no Espaço Sideral e de Ameaça ou Emprego da Força contra Objetos no Espaço Sideral’, tendo um ano depois apresentado um *‘working paper’* que respondia a questões colocadas pelos membros da CD¹⁷⁶.

Muito deste trabalho de natureza jurídica passou pelo Departamento Geral de Política do EPL, que tem vindo a desenvolver aturados estudos ao nível da ‘guerra jurídica’ no âmbito da utilização do espaço sideral. A importância crucial deste pilar dos *‘global commons’*, tanto na dimensão económica como na dimensão militar, tem levado a que diversos estrategistas chineses se debrucem sobre as múltiplas dimensões de uma eventual guerra no espaço¹⁷⁷, enquanto os seus juristas buscam formas e argumentos capazes de salvaguardar a liberdade de ação e de justificar as ações do país no plano normativo internacional, em prol da salvaguarda da segurança e defesa nacional. Enquanto os EUA advogam a utilização para fins pacíficos do espaço por parte de todos os Estados (de acordo com o Direito Internacional), a China tem vindo a desenvolver documentação jurídica passível de justificar ataques a satélites e outros objetos espaciais, pelo recurso a paralelismos com um outro *‘global common’*: o mar.

Para o major-general Cai Fengzheng, “a área acima do território nacional terrestre e marítimo (espaço aéreo e espaço sideral) é una e inseparável, pelo que pode ser legítimo por parte de um Estado condicionar atividades ilícitas de reconhecimento do seu território por satélites que possam pôr em causa a sua soberania (mesmo aqueles que se encontrem em órbitas geossíncronas), reservando-se o direito de tomarem medidas defensivas”¹⁷⁸. Segundo Cai, qualquer Estado pode defender-se e controlar o espaço sideral de acordo com o alcance das armas ao seu dispor. Neste enquadramento, pode ‘entender-se’ o emprego de um *laser* em dezembro de 2006 para inutilizar temporaria-

176 Disponíveis respetivamente em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/604/02/PDF/G0860402.pdf?OpenElement> e em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G09/631/75/PDF/G0963175.pdf?OpenElement> [accedidos em 12 de junho de 2014].

177 Zhang Qinghai e Ji Xiaohai (2005). “Tai Kongzhan: you Gouxian dao Xianshi” (Guerra Espacial: da Visão à Realidade). *Zhongguo Junshi Kexue* n.º 1 (Ciência Militar da China), pp. 34-36. Huang Tie Gang, Zhou Xin Chu, Chen Jun e Liu Ya Jing (2004). “Weilai de si Zhanchang: Taikong” (O Quarto Campo de Batalha do Futuro: Espaço Sideral). *Xiandai Fangyu Jishu* n.º 1 (Moderna Tecnologia de Defesa), pp. 8-14. Sem Autor (2009). “China’s PLA Eyes Future in Space, Air: Air Force Commander”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/2009-11/01/content_12369608.htm [accedido em 12 de abril de 2014].

178 Cai Fengzhen e Tian Anping (eds.) (2006). *Kongtian Yiti Zuozhan Xue* (Operações Aeroespaciais Integradas). Beijing: Jiefangjun chubanshe, pp. 90-91. Ver ainda Ren Xiaofeng (2002). “Zhuan yu Jingji qu Junshi Liyong de Falu Wenti: Zhongguo de Guanjiao” (Questões Jurídicas sobre Atividades Militares de Recolha de Informação na ZEE e Espaço Aéreo Adjacente: uma Perspetiva Chinesa). Disponível em <http://vip.chinalawinfo.com/newlaw2002/slc/slc.asp?db=art&gid=33557856> [accedido em 16 de junho de 2003]. Zhao Erquan (2005). “Lun Xinxihua Zhanzheng dui Wuzhuang Chongtu fa de Shenyan Yinxiang” (Uma Discussão sobre os Efeitos Abrangentes da Guerra da Informação nas Leis do Conflito Armado) em Liu Jixian e Liu Zheng (eds.), *Op. Cit.*, pp. 498-505.

mente a capacidade de reconhecimento de um satélite norte-americano, e a destruição em janeiro de 2007 de um satélite meteorológico chinês através do lançamento de um míssil balístico, não apenas como manobra de ‘guerra psicológica’ mas também como preâmbulo demonstrativo de uma capacidade passível de autojustificar a condução de uma ‘guerra jurídica’¹⁷⁹.

Em resumo, dada a extrema importância comercial das comunicações via satélite, a China tende a considerar as leis da guerra aplicadas ao espaço sideral, de uma forma coadunante com a ocidental, mas começam a surgir discrepâncias quanto ao entendimento do que podem ser violações da soberania nacional, resultado de uma interpretação ‘literalmente vertical’ quanto à defesa da integridade territorial nacional. Quando combinada com os testes de ataque a satélites, a ‘guerra jurídica’ assume uma segunda vertente (de ‘guerra psicológica’) com o intuito de incrementar a capacidade de dissuasão de Pequim ante a supremacia espacial norte-americana.

Se a estas duas dimensões somarmos o ambicioso programa espacial que a China está a desenvolver e que tem tido um impacto substancial entre a opinião pública nacional e estrangeira (*i.e.* ‘guerra da opinião pública’) graças à integração sinérgica da doutrina das ‘três guerras’, o *Zhongnanhai* acaba por catalisar o prestígio e o estatuto internacional do país como potência mundial na vanguarda da investigação tecnológica espacial (com impacto positivo no seu poder representacional), mas gera reticências de outras potências espaciais quanto às eventuais vantagens de uma cooperação com a China (com impacto negativo no poder reputacional)¹⁸⁰.

179 A destruição do satélite lançou uma enorme quantidade de detritos em órbita, originando críticas internacionais, não apenas pela ação em si, como pelo facto de esta agravar os riscos de danos em satélites, por estes poderem colidir com os detritos. Warren Ferster e Colin Clark (2006). “NRO Confirms Chinese Laser Test Illuminated U.S. Spacecraft”. *Defense News*. Disponível em <http://www.spacenews.com/article/nro-confirms-chinese-laser-test-illuminated-us-spacecraft> [acedido em 30 de maio de 2014]. Shirley Kan (2007). *China’s Anti-Satellite Test Weapon Test*. CRS Report for Congress. Disponível em <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RS22652.pdf> [acedido em 30 de maio de 2014]. Geoff Forden (2007). *A Preliminary Analysis of the Chinese ASAT Test*. Massachusetts Institute of Technology. Disponível em <http://web.mit.edu/stgs/pdfs/A%20Preliminary%20Analysis%20of%20the%20Chinese%20ASAT%20Test%20handout.pdf> [acedido em 30 de maio de 2014].

180 Em 2003 a China tornou-se na terceira nação a enviar um homem para o espaço, inserido num programa espacial próprio. Em 2011 colocou em órbita a sua primeira estação espacial (*‘Tiangong I’*). Em 2013 enviou para a Lua a sua primeira sonda espacial. Até 2020 a China conta ter cobertura completa do globo através do seu sistema de geoposicionamento *‘Beidou’* (concorrente do *‘Global Positioning System’* norte-americano, do *‘Glonass’* russo e do *‘Galileo’* da UE, com a qual a China cooperou inicialmente na investigação e desenvolvimento, retirando-se posteriormente do mesmo pelas limitações impostas por pressão dos EUA à transferência de tecnologia e as não garantias da UE quanto à não interrupção do sinal). Ver Mark Stokes e Dean Cheng (2012). *China’s Evolving Space Capabilities: Implications for U.S. Interests*. Project 2049 Institute. Disponível em http://project2049.net/documents/uscc_china-space-program-report_april-2012.pdf [acedido em 28 de maio de 2014]. Para uma visão geral do programa espacial chinês ver Brian Harvey (2013). *China in Space: The Great Leap Forward*. Chichester: Springer. Para uma boa sistematização dos prós e contras de uma cooperação com a China ver Erik Seedhouse (2010). *The New Space Race: China vs. the United States*. Chichester: Springer, pp. 209-218. Ver ainda James Clay Moltz (2011). “China, the United States, and Prospects for Asian Space Cooperation”. *Journal of Contemporary China* n.º 68, pp. 69-97.

As Disputas Territoriais no Mar do Sul da China

Para o governo chinês a política de “secundarização das divergências nas disputas territoriais em prol do desenvolvimento conjunto dos recursos (*gezhi zhuquan gongtong kai-fu*) assenta em quatro pontos: (1) no reconhecimento das partes relativamente à soberania da China sobre as áreas em disputa; (2) que as divergências podem ser secundarizadas se não houver um consenso quanto à forma mais adequada de as ultrapassar; (3) que as áreas em disputa podem ser exploradas e desenvolvidas conjuntamente; e (4) que o intuito do desenvolvimento conjunto é o de melhorar o entendimento mútuo através da cooperação, como potenciadoras de no futuro levar a um acordo definitivo”¹⁸¹.

Como o primeiro ponto inviabiliza logo à partida o sucesso de todo e qualquer processo negocial, a China tem recorrido à ‘guerra jurídica’ nas disputas territoriais que tem no Mar do Sul da China com o Brunei, Malásia, Filipinas, Taiwan, Vietname e Indonésia, através da coordenação dos seus peritos em Direito do Mar com as ações de várias agências marítimas e da Marinha do EPL, com o intuito de moldar a opinião pública internacional quanto a uma interpretação mais rígida do conceito de liberdade de navegação estipulada na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) de 1982 e dentro dos limites territoriais das 200 milhas náuticas da Zona Económica Exclusiva, das 12 milhas do mar territorial dos Estados, do espaço aéreo sobre estes e do espaço sideral¹⁸².

Para este desiderato, Pequim procura criar uma fundamentação e um precedente jurídico capaz de validar as reivindicações de jurisdição através de normas de Direito Interno como a promulgação em 1992 pelo Congresso Nacional do Povo da ‘Lei dos Mares Territoriais e Zonas Contíguas’ (LMTZC) - ao abrigo da qual reivindica a soberania no Sul e no Leste do Mar da China, uma área de mais de três milhões de quilómetros quadrados que é devidamente assinalada no mapa apenso à ‘Lei sobre o Mar do Sul da China’ (ou ‘mapa dos 9 traços’)¹⁸³- e da Lei de Prospecção e Mapeamento em 2002¹⁸⁴. Ao mesmo tempo que através das ações da Marinha do EPL e de várias agências marítimas, tenta condicionar ou impedir o acesso não autorizado de meios aéreos e navais militares estrangeiros, em nome da defesa da soberania nacional e do preconizado nos artigos 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 12.º e 13.º da LMTZC, mas em violação do estipulado pela UNCLOS nos seus artigos 87.º da parte VII e 58.º da parte V, sobre os quais faz uma interpretação intencionalmente ambígua, por instrumental¹⁸⁵.

181 Li Jingzhi e Pu Ping (2014). *Reconstructing China: The Peaceful Development, Economic Growth, and International Role of an Emerging Superpower*. New York: McGraw Hill, p. 125.

182 Como é preconizado por Zheng Shenxia e Liu Yuan (eds.) (2006). *Guofang be Jundui Jianshe Guanshe Luoshi Kexue Fazhan Guan Xuexi Tiyao* (Matérias de Estudo para a Construção Completa da Defesa Nacional e Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe, pp. 192-194. Ver ainda Alexandre Carriço (2006). *Op. Cit.*, pp. 393-423.

183 Ver Euan Graham (2013). “China’s New Map: Just Another Dash?”. *RUSI Newsbrief*. Disponível em <https://www.rusi.org/publications/newsbrief/ref:A5225D72CD72F8/> [acedido em 2 de maio de 2014].

184 People’s Republic of China (2002). *Surveying and Mapping Law of the People’s Republic of China*. Order of the President of the People’s Republic of China n.º 75. Disponível em http://english.gov.cn/laws/2005-10/09/content_75314.htm [acedido em 4 de maio de 2014].

185 Asia LII (1992). *Law of the People’s Republic of China on the Territorial Sea and the Contiguous Zone*. Disponível em

Não foi inocente o facto de no ano da promulgação da ‘Lei de Prospecção e Mapeamento’ a China ter assinado com os 10 países da ASEAN um ‘Código de Conduta para o Mar do Sul da China’, que não sendo vinculativo, preconiza a resolução pacífica das disputas sem recurso à força ou ameaça do seu emprego, assegurando o respeito pela liberdade de navegação e de sobrevoo no e do Mar do Sul da China, tal como é preconizado na UNCLOS¹⁸⁶.

Mas os incidentes que têm ocorrido no Mar do Sul da China desde 2009 e a declaração do EPL em julho de 2010 de que este era um interesse vital do país, ainda que de acordo com os ‘quatro pontos’, violam a letra e o espírito da UNCLOS e do ‘Código de Conduta’. Com efeito, os meios navais das cinco agências marítimas chinesas¹⁸⁷ e da MEPL têm sido empregues contra navios de pesca vietnamitas e filipinos a operarem legalmente no Mar do Sul da China e contra navios de guerra e oceanográficos da Marinha dos EUA¹⁸⁸, exemplos de que desde 2009, as ações de ‘guerra psicológica e de guerra jurídica’ conduzidas por Pequim têm aumentado de intensidade e amplitude.

Em maio de 2011 um navio hidrográfico da MEPL cortou um cabo de prospecção sísmica de um navio da *Petrovietnam*. Em abril de 2012, navios de pesca chineses passaram a estar fundeados no recife de Scarborough (reivindicado pelas Filipinas), após um ‘braço de ferro’ com um navio da Marinha filipina que acabou por se retirar da área. Dois meses

<http://www.asianlii.org/cn/legis/cen/laws/lotprocottsatz739/> [acedido em 2 de maio de 2014]. United Nations (1982). *UNCLOS*. Disponível em http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf [acedido em 5 de maio de 2014]. Commission on the Limits of the Continental Shelf (2013). “Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 Nautical Miles from the Baselines: Submission by the People’s Republic of China”. Disponível http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_chn_63_2012.htm [acedido em 5 de março de 2014]. Para uma discussão sobre esta diáde relacional de Direito Interno/Direito Internacional explorada pela China ver Hyun-soo Kim (1994). “The 1992 Chinese Territorial Sea Law in Light of the UN Convention”. *International and Comparative Law Quarterly* n.º 4, pp. 894-904.

186 Association of Southeast Asian Nations (2002). *Declaration on the Conduct of Parties in the South China Sea, November 4*. Disponível em <http://www.asean.org/asean/external-relations/china/item/declaration-on-the-conduct-of-parties-in-the-south-china-sea> [acedido em 3 de maio de 2014].

187 Do Departamento de Controlo de Fronteiras da Polícia Marítima, da Administração para a Segurança Marítima, do Comando de Controlo das Pescas, da Administração de Alfandegas e da Administração Estatal dos Oceanos.

188 Entre 8 de março de 2009 e 5 de maio de 2014 foram contabilizados 13 incidentes entre navios da MEPL e das agências marítimas chinesas e navios de guerra e oceanográficos dos EUA, navios de pesca do Vietname e das Filipinas. Ver Steven Groves e Dean Cheng (2014). “A National Strategy for the South China Sea”. *Background* n.º 2908. Heritage Foundation. Disponível em <http://www.heritage.org/research/reports/2014/04/a-national-strategy-for-the-south-china-sea> [acedido em 4 de maio de 2014]. Sam LaGrone (2014). “Hanoi: Chinese Ships Rammed Vietnamese Patrol Boats in Escalating Oilrig Dispute”. *USNI News*. Disponível <http://news.usni.org/2014/05/07/hanoi-chinese-ships-rammed-vietnamese-patrol-boats-escalating-oilrig-dispute> [acedido em 8 de maio de 2014]. Ernest Bower e Gregory Poling (2014). “China-Vietnam Tensions High Over Drilling Rig in Disputed Waters”. CSIS. Disponível em <http://csis.org/publication/critical-questions-china-vietnam-tensions-high-over-drilling-rig-disputed-waters> [acedido em 9 de maio de 2014]. Para imagens vídeo de duas das várias confrontações navais sino-vietnamitas ver Isabel Quan (2014). “Revealed Footage of Shocking Chinese-Vietnamese Sea Vessel Confrontation”. *Shanghaiist*. Disponível em <http://shanghaiist.com/2014/01/05/chinese-vietnamese-vessels-collide-sea.php> [acedido em 2 de maio de 2014].

depois a *China National Offshore Oil Corporation* lançou um convite a empresas petrolíferas estrangeiras para licitarem a adjudicação de blocos de exploração em águas reivindicadas pelo Vietname. Em julho de 2012 foi criada a guarnição militar de Sansha nas ilhas Parcel e os diplomatas chineses lograram impedir pela primeira vez em 45 anos de história da ASEAN, uma declaração final conjunta, devido a diferenças entre os seus membros quanto à referência ou não aos recentes incidentes no Mar do Sul da China. Ainda neste mês, começaram a ser emitidos passaportes nacionais tendo como marca de água um mapa da China que incorpora Taiwan, o Mar do Sul da China, e áreas reivindicadas pela Índia¹⁸⁹. Em janeiro de 2013 a editora de cartografia oficial, *Sinomaps Press*, publicou o mais recente mapa do país onde estão incorporados o Mar do Sul da China e Taiwan¹⁹⁰. Desde maio de 2013 que navios da Guarda Costeira chinesa passaram a patrulhar o recife Thomas, reivindicado pela Filipinas como fazendo parte da sua plataforma continental. Por fim, em novembro de 2013, a província de Hainan publicou um conjunto de novos regulamentos marítimos destinados a validar as ações de abordagem e aprisionamento de barcos de pescas estrangeiros que sejam detetados a operarem dentro das 12 milhas nas áreas reivindicadas pela China¹⁹¹.

Estas ações acabaram por extravasar a dimensão regional levando a que o ‘palco jurídico da ONU’ fosse explorado pelos países que reivindicam soberania sobre as várias ilhas e recifes do Mar do Sul da China, como umas das poucas formas que têm ao dispor para pressionar Pequim, que no entanto não se deixou intimidar.

Numa carta enviada ao Secretário-Geral da ONU, a 7 de maio de 2009 - um dia depois do Vietname e da Malásia terem submetido uma proposta conjunta à Comissão da ONU dos Limites da Plataforma Continental de alargamento das suas plataformas continentais¹⁹² -, a Missão Permanente da China na ONU reiterou a soberania inquestionável de Pequim sobre grande parte do Mar do Sul da China, caracterizando a proposta malaio-vietnamita como uma séria violação da soberania chinesa, afirmando que “*China has indisputable sovereignty over the islands in the South China Sea and the adjacent waters, and enjoys sovereign rights and jurisdiction over the relevant waters as well as the seabed and subsoil thereof*”¹⁹³. Neste mesmo mês, as Filipinas recorreram a um expediente jurídico contemplado na

189 Em resultado muitos países não carimbam estes passaportes e emitem um visto em separado. Malcolm Moore (2012). “China’s Neighbors Protest its Passport Map Grab”. *The Telegraph*. Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/china/9695732/Chinas-neighbours-protest-its-passport-map-grab.html> [acedido em 2 de maio de 2014].

190 Sem Autor (2013). “New Maps Highlights South China Sea Islands”. *Xinhua*. Disponível em http://www.china.org.cn/china/2013-01/12/content_27665192.htm [acedido em 26 de abril de 2013].

191 Taylor Fravel (2012). “Hainan’s New Maritime Regulations: An Update”. *The Diplomat*. Disponível em <http://thediplomat.com/2013/01/hainans-new-maritime-regulations-an-update/> [acedido em 20 de fevereiro de 2013].

192 United Nations Commission on the Limits of the Continental Shelf (2009). “Joint Submission by Malaysia and the Socialist Republic of Viet Nam”. Disponível em http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_mysvnm_33_2009.htm [acedido em 2 de maio de 2014].

193 Permanent Mission of the People’s Republic of China to the United Nations (2009). *Letter to Ban Ki-moon*. Disponível em http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/mysvnm33_09/chn_2009re_mys_vnm_e.pdf [acedido em 3 de maio de 2014].

UNCLOS (o mecanismo obrigatório de resolução de disputas via seu Tribunal de Arbitragem Permanente - TAP) – para obstar às reivindicações chinesas e à sua interpretação lata da UNCLOS, o que lhe valeu a acusação de estar a violar o consenso estabelecido no ‘Código de Conduta’ para o Mar do Sul da China, recusando-se Pequim a apresentar qualquer defesa, emitindo apenas a 7 dezembro de 2014 um ‘*Position paper*’, no qual critica Manila “por tentar pressionar politicamente Pequim e não tentar alcançar uma resolução pacífica da disputa”¹⁹⁴.

Esta argumentação demonstra a intenção de subalternizar a UNCLOS face ao ‘Código’, que no entanto, e paradoxalmente, é visto por Pequim como não vinculativo, ao contrário da UNCLOS, que ratificou. A ambiguidade da posição chinesa é ainda mais realçada quando lemos a declaração do general Wang Guangzhong, subdiretor do Departamento Geral de Estado-Maior do EPL, aquando da sessão de 2014 do ‘*Shangri-La Dialogue*’ sobre a justificação para o mapa dos ‘nove traços’ e a aplicabilidade da UNCLOS às reivindicações territoriais de Pequim, ao acusar os EUA de “estarem a manipular a Convenção e a incentivarem outros países a porem em causa a soberania legítima da China sobre esta área, quando não têm a coragem de ratificar a Convenção”¹⁹⁵.

No início de maio de 2014 - curiosamente alguns dias depois da *tournee* asiática do Presidente Barack Obama – e em resultado, quiçá, da exploração de uma janela de oportunidade estratégica resultante da crise ucraniana e da perceção de uma certa impotência dos EUA face à Rússia, bem como das crescentes divisões internas na ASEAN - Pequim fundeu a plataforma petrolífera ‘*Haiyang Shiyou 981*’ da *China National Offshore Oil Corporation* a cerca de 120 milhas náuticas da costa do Vietname e a 17 milhas náuticas da ilha de Tritão (sob o seu controlo), estabelecendo um perímetro de segurança em redor e em regime de rotatividade com navios das cinco agências marítimas, protegidos à distância por helicópteros e navios da MEPL. Esta foi uma opção de instrumentalização da plataforma petrolífera como uma ‘arma geopolítica e económica’ ao classificá-la como sendo ‘território móvel nacional’, numa ação consubstanciadora de mais uma aplicação da doutrina das ‘três guerras’¹⁹⁶.

194 The Republic of the Philippines vs. The People’s Republic of China, Permanent Court of Arbitration. Disponível em http://www.pca-cpa.org/showpage.asp?pag_id=1529 [acedido em 4 de abril de 2014]. Sem Autor (2013). “China Rejects Philippines’ Arbitral Request”. *China Daily*. Disponível em http://www.chinadaily.com.cn/china/2013-02/19/content_16238133.htm [acedido em 5 de março de 2014]. Ver também People’s Republic of China Ministry of Foreign Affairs (2014). “Position Paper of the Government of the People’s Republic of China on the Matter of Jurisdiction in the South China Sea Arbitration Initiated by the Republic of the Philippines”. Disponível em http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1217147.shtml [acedido em 7 de dezembro de 2014].

195 Yao Jianing (2014). “Chinese General Expounds Nine-Dotted Lines in Shangri-La Dialogue”. *Ministry of National Defense*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2014-06/03/content_4513762.htm [acedido em 8 de junho de 2014].

196 Na viagem de inauguração da plataforma, em maio de 2012, estiveram presentes administradores executivos da *China National Offshore Oil Corporation*, *China Shipbuilding Corporation*, da *Shanghai Waiqiao Shipbuilding Corporation*, do Ministério da Terra e dos Recursos, do Ministério dos Transportes, do Ministério da Segurança Pública, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Administração Estatal para a Segurança no Trabalho, da Administração Estatal dos Oceanos, do Ministério das Finanças, do Ministério da Agricultura,

Este *modus operandi* expressa a noção dos estrategistas chineses de que o emprego preferencial de meios navais não-militares funciona como uma ‘almofada’ entre as Mari-nhas de guerra dos países litigantes e ajuda a evitar crises ou a potencial escalada destas - desiderato longe de ser comprovado. Em resultado, ocorreram várias manifestações populares no Vietname nas quais foram incendiadas fábricas de empresas chinesas e de Taiwan e mortos dois chineses, com os *media* vietnamitas a darem larga cobertura aos acontecimentos, numa ‘guerra pela opinião pública’ que inflamou ainda mais os senti-mentos nacionalistas¹⁹⁷.

Mas para Hanói o drama é que ao contrário das Filipinas, não pode - de acordo com um axioma popular vietnamita - confiar na ‘água distante (*i.e.* EUA) para combater um fogo próximo’ (*i.e.* China). Ciente da crescente pressão regional exercida sobre Pequim, em finais de maio e com o agudizar da disputa, o Vietname passou a contemplar a pos-sibilidade de, tal como as Filipinas, recorrer ao mecanismo do TAP da UNCLOS, após um dos seus navios de pesca ter sido afundado numa colisão com navios chineses perto da plataforma petrolífera, ao mesmo tempo que anunciava a visita do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros a Washington, em setembro de 2014¹⁹⁸.

Em resposta, e numa manobra típica da ‘guerra jurídica’, em junho de 2014, en-quanto enviou a Hanói o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros e atual conselheiro de Estado Yang Jiechi para reuniões bilaterais com o Ministro dos Negócios Estrangeiros vietnamita Pham Binh Minh (e que não tiveram grande sucesso¹⁹⁹), Pequim apresentou ao Secretário-geral da ONU um ‘*Position paper*’ formal sobre a disputa, com um pedido anexo de que o fizesse circular pelos 193 Estados-membros²⁰⁰.

O objetivo visou obter o apoio ou a neutralidade da maioria dos países da Assembleia Geral da ONU, pois poucos são os que têm interesses em jogo na disputa sino-vietnamita. No entanto a manobra apresentou lacunas relativamente à interpretação que se faz no ‘*Position paper*’ quanto ao que é a área contígua às águas territoriais e onde se localizava a

da Administração Geral Aduaneira, da Administração Estatal dos Impostos, da Administração Nacional da Energia e do EPL. Erica Downs (2014). “Business and Politics in the South China Sea: Explaining HYSY 981’s Foray into Disputed Waters”. *China Brief* n.º 12. Disponível em http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=42519&tx_ttnews%5BbackPid%5D=25&cHash=1b53c60653e8048c2a7452b2b176425e [accedido em 19 de junho de 2014]. Ver também Nozomu Hayashi (2014). “China Approved South China Sea Oil Drilling in Early 2014”. *Asahi Shimbun*. Disponível em <http://ajw.asahi.com/article/asia/china/AJ201405290049> [accedido em 1 de junho de 2014].

197 Sem Autor (2014). “Getting in the Way”. *The Economist*, May 17th, p. 50. Ver também Yang Ziwei (2014). “Sovereignty is Indisputable”. *China Daily*. Disponível em http://www.china.org.cn/opinion/2014-05/26/content_32488243.htm [accedido em 27 de maio de 2014].

198 Sem Autor (2014). “Vietnam Boat Sinks after Collision with Chinese Vessel”. *BBC*. Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-asia-27583564> [accedido em 29 de maio de 2014].

199 Kristine Kwok (2014). “State Councillor Yang Jiechi Tells Vietnam to Stop ‘Hyping Up’ Oil Rig Tensions”. *South China Morning Post*. Disponível em <http://www.scmp.com/news/china/article/1535514/china-vietnam-both-look-for-ease-tensions-south-china-sea> [accedido em 19 de junho de 2014].

200 Sem Autor (2014). “China Takes Dispute with Vietnam to UN”. *The Washington Post*. Disponível em http://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/china-takes-dispute-with-vietnam-to-un/2014/06/09/6f987dac-f020-11e3-ba99-4469323d5076_story.html [accedido em 11 de junho de 2014].

plataforma petrolífera (até 17 e não até 12 milhas náuticas da ilha de Tritão). O documento é contraditório em algumas das asserções, pois tanto se apoia no Direito Internacional Marítimo quando este lhe é vantajoso, como o refuta quando não lhe convém²⁰¹.

Em julho, e após uma reunião do Comité Central do Partido Comunista Vietnamita dedicada exclusivamente a debater a disputa territorial marítima com a China e a visita do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros aos EUA, numa inteligente manobra de ‘preservação da face’ Pequim usou como pretexto o tufão Rammasun, para anunciar a retirada por ‘razões de segurança’ da plataforma petrolífera da área em disputa. No entanto declarou um mês depois que iria construir faróis em cinco ilhas do Mar do Sul da China, em resposta ao anúncio de Hanói de que iria construir um hospital numa das ilhas Spratly²⁰².

Na vertente exclusivamente jurídica prevê-se que só haja um acórdão do TAP em 2015, podendo este variar entre o sancionamento (indireto) da doutrina das ‘três guerras’ ou uma decisão que consubstancie um grave revés para a China, abrindo uma janela de oportunidade para os EUA reforçarem juridicamente a sua posição como ‘guardiões’ da segurança marítima regional (apesar de não terem ratificado a UNCLOS) e dos países da ASEAN que têm disputas com a China poderem adiar *sine die* a opção de negociações bilaterais proposta por Pequim.

No primeiro caso, o TAP pode decidir que não tem jurisdição para julgar o caso (tal como argumenta Pequim, com base na sua recusa em apresentar defesa), o que na sua ótica, invalida o cumprimento da decisão que vier a ser tomada, ainda que exista um precedente jurídico estabelecido em 2006 no processo de arbitragem entre Barbados e Trinidad e Tobago e o artigo 9 do anexo VII da UNCLOS que estipula que “a ausência de uma das partes ou recusa em apresentar defesa não constitui um entrave aos procedimentos jurídicos”. Esta possibilidade não deverá acontecer.

Um outro argumento mais convincente por parte da China, resulta na natureza e substância da disputa. A UNCLOS determina que os Estados submetam uma declaração formal ao Secretário-Geral da ONU no sentido de este informar todas as partes que uma delas recusa aceitar os procedimentos compulsivos associados a determinadas categorias de disputas relacionadas com a soberania territorial. Em 2006, a China efetuou uma declaração formal neste sentido, o que teve como consequência que as reivindicações filipinas sobre as diversas ilhas, recifes e rochas não têm validade, a não ser que o tribunal estabeleça a delimitação das fronteiras marítimas, de forma a determinar quem tem o direito à soberania ou a exercer a jurisdição sobre as mesmas.

201 Ver Carl Thayer (2014). “China’s Information Warfare Campaign and the South China Sea: Bring It On!”. *The Diplomat*. Disponível em <http://thediplomat.com/2014/06/chinas-information-warfare-campaign-and-the-south-china-sea-bring-it-on/> [acedido em 19 de junho de 2014]

202 O Vietname tem faróis em 9 das 20 ilhas que ocupa no Mar do Sul da China; a Malásia, as Filipinas e Taiwan também têm mais do que um farol. A construção de um farol não garante direitos de soberania sobre a ilha ou recife no qual é construído, mas esta intenção está implícita. Para uma relação, descrição, fotos e localização dos faróis existentes no Mar do Sul da China ver Lighthouse Directory (2014). “Lighthouses of the Spratly Islands”. Disponível em <http://www.unc.edu/~rowlett/lighthouse/spr.htm> [acedido em 2 de agosto de 2014].

Se o TAP decidir que tem competência para julgar o caso, a questão que se colocará será sobre que áreas é que irá emitir acórdão. Se decidir que o ‘mapa dos nove traços’ da China é uma questão de mares territoriais, então poderá julgar só parte das reivindicações filipinas (*i.e.* considerando que a maioria das áreas reivindicadas são rochas às quais serão atribuídas 12 milhas náuticas de águas territoriais).

Uma terceira possibilidade é a do TAP emitir um acórdão sobre o ‘mapa dos nove traços’. Tal é pouco provável, dado o facto de Pequim ainda não ter apresentado as coordenadas precisas dos ‘nove traços’, nem ter esclarecido se a linha estabelece uma reclamação de soberania apenas sobre as ilhas, recifes e rochas dentro desta, ou sobre tudo o que está dentro dela. Se o fizer, o TAP deverá decidir que o ‘mapa dos nove traços’ é incompatível com a UNCLOS.

Em suma, caso o TAP decida que tem jurisdição sobre a questão, a China ficará perante um dilema: ou aceita a decisão (pouco provável) ou ao rejeitá-la (ainda que fique sob o opróbrio da comunidade internacional – o mais provável) o seu governo não perderá ‘a face’ perante a opinião pública chinesa – desiderato bem mais importante para o PCC²⁰³.

Se a posição jurídica da China vier a ser sancionada - o que é improvável – tal colocará em causa a posição dos EUA, que por ainda não terem ratificado a UNCLOS são um dos alvos mais expostos a esta ‘guerra jurídica’ no seio da ONU²⁰⁴ mas também de ‘guerra psicológica’²⁰⁵. Como única potência marítima global, os EUA veriam a liberdade

203 A opção pelo Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) não é viável pois ainda que as Filipinas a ele recorram, a China não assumiu qualquer compromisso que reconheça a jurisdição do TIJ, ao contrário do TAP da UNCLOS.

204 Will Rogers (2012). “Security at Sea: The Case for Ratifying the Law of the Sea Convention”. *Policy Brief*. Center for a New American Security. Disponível em http://www.cnas.org/sites/default/files/publications-pdf/CNAS_SecurityAtSea_Rogers_0.pdf [acedido em 2 de maio de 2014].

205 A Marinha do EPL tem vindo a conduzir de forma progressiva várias missões de recolha de informações dentro das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) do Hawai e de Guam, numa resposta direta ao mesmo tipo de ações desenvolvidas pela Marinha dos EUA na ZEE da China. Ver Kimberley Hsu e Craig Murray (2013). *China’s Expanding Military Operations in Foreign Exclusive Economic Zones*. U.S.-China Economic and Security Review Commission Staff Research Background. Disponível em http://origin.www.uscc.gov/sites/default/files/Research/Staff%20Background_China%20in%20Foreign%20EEZs.pdf [acedido em 3 de janeiro de 2014]. Em julho de 2014, aquando dos exercícios RIMPAC, nos quais participou, a MEPL enviou ainda um ‘navio hidrográfico’ (o 815 da classe ‘*Dongdiao*’) para sul da ilha de Oahu perto da localização do grupo naval do porta-aviões ‘Ronald Reagan’, mas fora das águas territoriais dos EUA e da área delimitada para os exercícios. Ver Liu Yang Wang e Wang Xiaoxing (2014). “Guofang bu Huiying ‘Zhongguo Chuan Jianshi Huan Taijun yan’: Fuhe Guojifa” (Ministério da Defesa Responde Quanto ao ‘Navio Chinês de Vigilância’ no Exercício RIMPAC: Em Conformidade com o Direito Internacional). *Huanqiu* (Global). Disponível em <http://world.huanqiu.com/exclusive/2014-07/5074051.html>. Ver também Andrew Erickson e Emily de La Bruyere (2014). “China’s RIMPAC Maritime-Surveillance Gambit”. *The National Interest*. Disponível em <http://nationalinterest.org/feature/china%E2%80%99s-rimpac-maritime-surveillance-gambit-10970> [acedido em 4 de agosto de 2014]. Em setembro de 2014 enviou um outro navio para a zona económica exclusiva de Guam com o intuito de monitorizar os exercícios navais ‘Valiant Shield’ da Marinha, Exército e Força Aérea dos EUA. Ver Erik Slavin (2014). “Chinese Ship Spies on Valiant Shield — and that’s OK with US”. *Stars and Stripes*. Disponível em <http://www.stripes.com/news/pacific/chinese-ship-spies-on-valiant-shield-and-that-s-ok-with-us-1.304288> [acedido em 27 de setembro de 2014].

de circulação dos seus meios navais constringida numa área de primordial importância estratégica, dada a proximidade da região ao Estreito de Malaca e a ligação que faz entre o Pacífico Ocidental e o Índico, configurando um regresso ao princípio do *mare clausum* face ao princípio vigente de *mare liberum*²⁰⁶. Em resultado, a posição de defesa de negociações bilaterais da China ganharia um ímpeto enorme e colocaria Washington e os seus aliados regionais numa situação geoestratégica mais frágil.

Para concluir, até agora a China tem optado por uma combinação ardilosa de ‘guerra jurídica e de guerra psicológica’, procurando maximizar as vantagens políticas, económicas e militares que possui, para minimizar a aplicabilidade do Direito Internacional a esta disputa, a qual, curiosamente, tem deixado de fora Taiwan²⁰⁷. Mas esta posição tem originado um reforço da cooperação marítima regional, com os países da ASEAN a serem mais receptivos a uma maior atividade militar dos EUA e – ineditamente - do Japão no Mar do Sul da China.

Em resposta, e desde abril de 2014, Pequim começou a publicar editoriais em jornais e revistas, insinuações do potencial emprego de instrumentos coercivos, abrindo a terceira frente das ‘três guerras’ (*i.e.* ‘guerra da opinião pública’), a qual tinha assumido até há pouco uma dimensão secundária²⁰⁸. Ilustrativa foi a declaração da ex-Ministra Adjunta dos Negócios Estrangeiros e atual porta-voz do Comité de Relações Internacionais do Congresso Nacional do Povo, Fu Ying, num painel da edição de 2014 do ‘*Shangri-la Dialogue*’ no qual criticou o Primeiro-Ministro japonês Shinzo Abe, por na sua comunicação “instrumentalizar o Direito Internacional em seu proveito, como se dele fosse dono”,

206 Sobre as várias dinâmicas políticas, económicas, jurídicas, geoestratégicas e militares em torno do Mar do Sul da China ver Robert Kaplan (2014). *Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific*. New York: Random House e United States-China Economic and Security Review Commission (2013). *China's Maritime Disputes in the East and South China Seas*. Washington. Disponível em <http://origin.www.uscc.gov/sites/default/files/transcripts/USCC%20Hearing%20Transcript%20-%20April%204%202013.pdf> [acedido em 2 de maio de 2014]. Gregory Poling (2013). *The South China Sea in Focus*. Washington: Center for Strategic and International Studies. Disponível em https://csis.org/files/publication/130717_Poling_SouthChinaSea_Web.pdf [acedido em 3 de maio de 2014]. Clarence Bouchat (2013). *Dangerous Ground: The Spratly Islands and U.S. Interests and Approaches*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/PUB1187.pdf> [acedido em 3 de maio de 2014]. Patrick Cronin (ed.) (2012). *Cooperation from Strength: The United States, China and the South China Sea*. Center for a New American Security. Disponível em http://www.cnas.org/sites/default/files/publications-pdf/CNAS_CooperationFromStrength_Cronin_1.pdf. Yun Sun (2012). “Studying the South China Sea: The Chinese Perspective”. *East and South China Seas Bulletin* n.º 1. Center for a New American Security. Disponível em http://www.cnas.org/sites/default/files/publications-pdf/CNAS_ESCS_bulletin1.pdf [acedido em 3 de maio de 2014].

207 Taiwan ocupa a ilha de Itu Aba ou Taiping, que é uma das duas do arquipélago das Spratly com um aeródromo, instalações e sistemas de comunicação militares sofisticados, sendo também a única ilha com uma fonte de água doce. Ver Alexandre Carriço (2006). *Op. Cit.*, pp. 409-412.

208 Num dos editoriais mais polémicos é proposto que a China tire partido da fragilidade ocidental relativa à Rússia sobre a questão da Ucrânia para forçar a seu favor uma resolução imediata das disputas no Mar do Sul da China. Sem Autor (2014). “Jiejue Nanhai Wenti: Budai ci shi, Geng dai Heshi?” (Resolver a Questão do Mar do Sul da China: Se Não Agora, Quando?). *Zhongguo Pinglun Ximwen* (Revista de Notícias da China). Disponível em <http://hk.crntt.com/doc/1031/0/9/7/103109771.html?coluid=169&kindid=0&docid=103109771&mdate=042900211> [acedido em 9 de maio de 2014].

aconselhando Tóquio “a dar um melhor exemplo de respeito pelo Direito Internacional se anunciar a proibição da caça às baleias, a qual continua a ser feita sob a justificação de ter propósitos de investigação científica”²⁰⁹.

No entanto, e apesar destes discursos tradicionalmente cáusticos face ao Japão, no que concerne ao Vietname, Pequim optou por filtrar cuidadosamente a divulgação de notícias sobre os incidentes marítimos sino-vietnamitas e as manifestações de protesto contra a China em Hanói, transmitindo apenas informação anódina sobre os acontecimentos e desdramatizando os mesmos. Ainda que aconselhando uma redução do investimento chinês no país, o intuito foi o de não se questionar internamente as ações e posições do governo e de não se inflamar um nacionalismo/patriotismo irracional²¹⁰.

A Declaração de Zona de Identificação de Defesa Aérea sobre as Ilhas Diaoyu/Senkaku

A 23 de novembro de 2013 Pequim declarou a criação de uma Zona de Identificação de Defesa Aérea (ZIDA), que por abranger uma parcela significativa do Mar Oriental da China onde se incluem as ilhas Diaoyu/Senkaku reivindicadas por si ao Japão, se sobrepôs com a ZIDA deste e da Coreia do Sul (neste caso a oeste da ilha de Jeju)²¹¹. No dia seguinte, dois aviões da Força Aérea do EPL (FAEPL) efetuaram a sua primeira patrulha da zona. Esta decisão em conjugação com a intensificação do patrulhamento aéreo e marítimo em redor das ilhas (ainda que para além das 12 milhas náuticas), consubstanciou a reação chinesa ao alargamento da ZIDA do Japão em 2010 e à nacionalização das ilhas por parte de Tóquio em setembro de 2012²¹², materializando mais uma aplicação da doutrina das ‘três guerras’.

Em resposta ao anúncio da nacionalização, Pequim divulgou em 12 de setembro de 2012 sob a rara denominação de ‘Comunicação do Governo da China’ (que quando utilizada expressa uma decisão ao mais alto nível do governo e a coordenação prévia das posições entre civis e militares) as ‘Linhas-Base do Mar Territorial das Diaoyu e Ilhas

209 Sem Autor (2014). “Freedom of Navigation More Important to China: Fu Ying”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-05/31/c_126570096.htm [acedido em 2 de junho de 2014].

210 Ver Andrew Chubb (2014). “China’s Information Management in the Sino-Vietnamese Confrontation: Caution and Sophistication in the Internet Era”. *China Brief* n.º 11. Disponível em http://www.jamestown.org/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=42471&tx_ttnews%5BbackPid%5D=7&cHash=56c082da85eb6c4694504727d9841037 [acedido em 5 de junho de 2014].

211 Esta medida já tinha sido proposta por Ni Guoan e Qi Wentao (eds.) (2008). “Wo Yinggai Chuangjian Quyu Biaozhi he Hangkong Guofang Jinkuai” (É Necessário Criar uma Zona de Identificação e Defesa Aérea Nacional o Mais Cedo Possível) em *Guofang he Jundui Jianshe zai xin Shiji xin Shidai* (Defesa Nacional e Construção das Forças Armadas no Novo Século e na Nova Era). Beijing: Jiefangjun chubanshe, pp. 148-163. Para análise da disputa sino-japonesa em torno das ilhas ver a excelente obra de Unryu Suganuma (2000). *Sovereign Rights and Territorial Space in Sino-Japanese Relations: Irredentism and the Diaoyu/Senkaku Islands*. Honolulu: University of Hawai’i Press e ainda Alexandre Carriço (2006). *Op. Cit.*, pp. 423-442.

212 Ministry of Foreign Affairs of Japan (2012). “Press Conference by Minister for Foreign Affairs Koichiro Gamba, September 12”. Disponível em http://www.mofa.go.jp/announce/fm_press/2012/9/0912_01.html [acedido em 3 de maio de 2014].

Adjacentes’, submetendo subsequentemente o documento à ONU, perante os protestos diplomáticos do Japão e dos EUA, e incrementando as ações de patrulhamento aéreo e naval em torno das mesmas²¹³.

A fórmula voltaria a ser repetida aquando da ‘Declaração da ZIDA do Mar Oriental da China’ feita pelo Ministério da Defesa Nacional, no dia 23 de novembro de 2013, que neste caso não ficou isenta de alguma dessintonia quanto ao seu anúncio²¹⁴. De facto no final do dia foi feita uma segunda comunicação onde se expuseram as normas associadas à ZIDA, na qual o Ministério da Defesa Nacional afirmou que passaria a exigir o plano de voo, a identificação-rádio, do *transponder* e do ‘logotipo’ da companhia de aviação das aeronaves que entrassem na zona, enfatizando que “as novas regras estabelecem que todas as aeronaves que entrem na ZIDA devem comunicar os seus planos de voo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da China e à Administração de Aviação Civil. Se uma aeronave não fornecer o seu plano de voo, o EPL reserva-se o direito de adotar medidas defensivas e de emergência como resposta, pois o Ministério da Defesa Nacional tem responsabilidades administrativas completas sobre a ZIDA”²¹⁵.

Este ponto das ‘medidas defensivas de emergência’ do EPL foi particularmente criticado, levando a que os EUA, o Japão e a Coreia do Sul respondessem extemporaneamente que uma ZIDA não é sinónimo de espaço aéreo nacional, questionando a validade e gravidade da decisão chinesa pelo facto de as regras de identificação definidas não fazerem uma distinção entre as aeronaves que voassem na ZIDA paralelamente ao seu litoral e as que voassem em direção ao espaço aéreo chinês²¹⁶.

O anúncio a dois tempos da criação da ZIDA conferiu um protagonismo inicial quase total ao Ministério da Defesa Nacional, relegando para segundo plano o Ministério dos Negócios Estrangeiros, gerando dúvidas interpretativas por parte das companhias aéreas

213 People’s Republic of China (2012). “Statement of the Government of the People’s Republic of China on the Baselines of the Territorial Sea of Diaoyu Dao and Its Affiliated Islands”. Disponível em http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/DEPOSIT/chn_mzn89_2012_e.pdf [acedido em 4 de maio de 2014]. Sem Autor (2013). “Zhongguo Junyong Feiji, Bingzai Daolian Zhanjian ‘de Huodong’” (Atividades de Aviões Militares e Navios Chineses na ‘Cadeia de Ilhas’). *Renmin Ribao* (Diário do Povo). Disponível em <http://military.people.com.cn/n/2013/0910/c1011-22868640.html> [acedido em 4 de novembro de 2013].

214 Sem Autor (2013). “Statement by the Government of the People’s Republic of China on Establishing the East China Sea Air Defense Identification Zone”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-11/23/c_132911635.htm [acedido em 4 de dezembro de 2013]. Ver Michael Swaine (2014). “Chinese Views and Commentary on the East China Sea Air Defense Identification Zone (ECS ADIZ)”. *China Leadership Monitor* n.º 43, pp. 26-27. Disponível em <http://carnegieendowment.org/files/CLM43MSCarnegie013114.pdf> [acedido em 7 de maio de 2014].

215 Sem Autor (2013). “Announcement of the Aircraft Identification Rules for the East China Sea Air Defense Identification Zone of the P.R.C.”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-11/23/c_132911634.htm [acedido em 3 de dezembro de 2013].

216 Uma explicação pode ter a ver com a criação de uma intencional ambiguidade interpretativa por parte de Pequim, que lhe conferirá uma eventual liberdade de ação na destruição de UAV’s japoneses e norte-americanos que entrem na ZIDA.

cujos aviões sobrevoariam a zona, sobre o procedimento administrativo que deveriam seguir. Quem e como deveriam informar sobre os planos de voo? O Ministério da Defesa ou o Ministério dos Negócios Estrangeiros? Ou os dois, dadas as responsabilidades administrativas completas do MDN? As dúvidas só seriam esclarecidas na conferência de imprensa do Ministério da Defesa Nacional – a terceira comunicação pública do dia 23 de novembro²¹⁷.

O impacto regional deste anúncio a três tempos não se fez tardar. Washington através dos Secretários de Estado e da Defesa declarou que a liberdade de utilização dos ‘*global commons*’ é essencial para a prosperidade, estabilidade e segurança do Pacífico e tanto os EUA como o Japão não requerem os procedimentos exigidos pela China nas respetivas ZIDA (*i.e.* comunicação atempada dos planos de voo mesmo que os aviões não venham a entrar no espaço aéreo nacional). Reiterou-se ainda que a ação de Pequim não iria alterar os procedimentos de voo dos aviões militares norte-americanos e japoneses, acrescentando que se o objetivo era reforçar as reivindicações de soberania sobre as ilhas Diaoyu/Senkaku tal não teria sucesso, lembrando-se para tal o artigo V do ‘Tratado de Defesa Mútua entre os EUA e o Japão’²¹⁸.

Tóquio através das declarações do Primeiro-Ministro, Shinzo Abe, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Fumio Kishida, caracterizou o anúncio chinês como uma perigosa tentativa de alteração do *statu quo* no Mar Oriental da China, apresentando um protesto formal ao embaixador da China no Japão, Cheng Yonghua, e exigindo – ao contrário dos EUA - a revogação da ZIDA, por a considerar ilegal em termos de Direito Internacional, visto incorporar parte do espaço aéreo nacional japonês (*i.e.* ilhas Senkaku)²¹⁹.

Para Seul o anúncio da ZIDA chinesa fez com que esta se sobrepusesse parcialmente com a sua ZIDA em torno da ilha de Jeju e do rochedo de Ieodo/Suyan Jiao, reivindicado por Pequim. O governo sul-coreano divulgou que não reconheceria esta ZIDA e que iria alargar a sua em mais 200 milhas náuticas, reforçando as operações de patrulhamento militar aéreo e naval na área²²⁰.

Taipe teve uma reação moderada, referindo que a decisão da China não interferiria com o espaço aéreo e a soberania de Taiwan, mas que a mesma tinha prejudicado a

217 Sem Autor (2013). “Defense Spokesman Yang Yujun’s Response to Questions on the Establishment of the East China Sea Air Defense Identification Zone”. *Ministry of National Defense of the People’s Republic of China*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/Press/2013-11/23/content_4476151.htm [acedido em 2 de maio de 2014].

218 U.S. Department of Defense (2014). “Joint Press Conference with Secretary of Defense Chuck Hagel and Japanese Minister of Defense Itsunori Onodera”. Disponível em <http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=5407> [acedido em 10 de maio de 2014]. No dia seguinte dois bombardeiros B-52 dos EUA entraram na ZIDA chinesa sem comunicarem os planos de voo, não tendo sido intercetados por aviões da Força Aérea do EPL.

219 Japan Ministry of Foreign Affairs (2013). “Press Conference by Minister for Foreign Affairs Fumio Kishida”. Disponível em http://www.mofa.go.jp/press/kaiken/kaiken4e_000023.html [acedido em 8 de maio de 2014].

220 Zachary Kech (2013). “South Korea to Expand Its Air Defense Identification Zone”. *The Diplomat*. Disponível em <http://thediplomat.com/2013/12/south-korea-to-expand-its-air-defense-identification-zone/> [acedido em 4 de maio de 2014].

estabilidade regional, mostrando-se disponível para uma colaboração construtiva com Washington, Tóquio e Seul²²¹.

A contra-argumentação jurídica chinesa passou pela justificação de que a criação de ZIDAs foi iniciada pelos EUA e Canadá na década de 1950 (os primeiros operam cinco ZIDAs e mais duas em conjunto com o Canadá) e desde então mais de 20 países o fizeram, tendo o Japão expandido por duas vezes (em 1972 e em 2010) a sua ZIDA no Mar Oriental da China²²². Quanto à comunicação atempada dos planos de voo, este era um quesito que cada um dos países com ZIDAs poderia estabelecer, porque não existia qualquer normativo jurídico internacional que o impedisse, o que é verdade²²³.

Para Pequim esta foi uma decisão estratégica de importância fundamental para a salvaguarda da soberania nacional, de acordo com a situação de segurança regional então vigente. Visou manter a ordem e a segurança dentro da ZIDA através do seu controlo (*i.e.* monitorização dos voos), em respeito pela Carta da ONU e dos princípios internacionalmente estabelecidos de direito à autodefesa por parte dos Estados²²⁴.

Numa conferência de imprensa do Ministério da Defesa Nacional, no dia 3 de dezembro de 2013, foi sublinhada a intenção da China em “não querer condicionar excessivamente os voos na ZIDA, pois esta não era uma zona de exclusão aérea, nem espaço aéreo nacional. O seu objetivo era a monitorização do tráfego aéreo em prol da segurança, da defesa nacional e da estabilidade regional, não sendo uma decisão que tenha como alvo qualquer país ou que se consubstancie como uma ameaça”²²⁵.

Ilustrativo da forma como a China tem vigiado a ZIDA é o facto de ter sido anunciado que entre 23 de novembro e 26 de dezembro de 2013 foram monitorizados mais de 800 aviões estrangeiros de 56 companhias aéreas oriundas de 23 países num total de

221 Ver Lee Shu-hua e Y. L. Kao (2013). “President Defends Taiwan’s Stance on China’s ADIZ Declaration”. *Focus Taiwan*. Disponível em <http://focustaiwan.tw/news/aipl/201312110024.aspx> [acedido em 2 de maio de 2014].

222 Esta última sem avisar previamente Taiwan, o que gerou um incómodo diplomático entre Tóquio e Taipé. Curiosamente o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Taiwan, Timothy Yang, reconheceu o direito de cada país definir a sua ZIDA e que quando existissem sobreposições deveria ser estabelecido um acordo prévio. Shih Hsiu-chuan (2010). “Japan Extends ADIZ into Taiwan Space”. *Taipei Times*. Disponível em <http://www.taipetimes.com/News/front/archives/2010/06/26/2003476438> [acedido em 4 de maio de 2014]. Ver ainda Peter Dutton (2009). “*Caelum Liberum*. Air Defense, Identification Zones outside Sovereign Airspace”. *American Journal of International Law*, Vol. 103, pp. 1-19. Disponível em [https://www.usnwc.edu/Research---Gaming/China-Maritime-Studies-Institute/Publications/documents/Dutton-NC-1st-proofs-\(9-29-09\)-\(3\)1.pdf](https://www.usnwc.edu/Research---Gaming/China-Maritime-Studies-Institute/Publications/documents/Dutton-NC-1st-proofs-(9-29-09)-(3)1.pdf) [acedido em 13 de maio de 2014].

223 Sem Autor (2013). “Foreign Ministry Spokesperson Qin Gang’s Regular Press Conference on November 29, 2013”. *Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China*. Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/xwfw/s2510/t1104103.shtml> [acedido em 2 de maio de 2014].

224 Sem Autor (2013). “Air Defense Identification Zone a Strategic Decision: Experts”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2013-11/24/c_132913427.htm [acedido em 25 de novembro de 2014]. Zhou Yongsheng (2013). “China will not Revoke ADIZ, Due to its Military and Diplomatic Necessity”. *Global Times*. Disponível em <http://www.globaltimes.cn/content/829869.shtml> [acedido em 6 de dezembro de 2013].

225 Sem Autor (2013). “Defense Ministry Spokesman on China’s Air Defense Identification Zone”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-12/03/c_132938762.htm [acedido em 2 de maio de 2014].

21.475 voos, dos quais 87 foram alvo de controlo direto por parte de aviões da Força Aérea do EPL²²⁶. O que ficou por saber foi quantos destes aviões eram militares e se comunicaram os seus planos de voo²²⁷.

A tónica discursiva oficial foi mais agressiva para o Japão, numa resposta proporcional à retórica empregue por este, reservando para a Coreia do Sul, Taiwan e EUA expressões enfatizadoras da vontade de prosseguir com consultas bilaterais, apesar do facto de Seul ter alargado a sua ZIDA e das críticas de Washington²²⁸.

Em conclusão, a criação da ZIDA pela China demonstrou a integração sinérgica das doutrina ‘três guerras’ gerando, quer se queira quer não, entre os Estados vizinhos a perceção de que Pequim deu mais um passo no sentido de reforçar subliminarmente ante a opinião pública nacional e internacional as suas reivindicações de soberania sobre as ilhas Diaoyu/Senkaku. Esta estratégia incrementalista com alguns riscos efetivos de gerar uma escalada conflitual devido à quase ausência de mecanismos multilaterais e bilaterais de gestão de crises no nordeste asiático, teve como maior dividendo o facto de todas as companhias aéreas civis - cujos aviões entram na ZIDA - terem passado a seguir os procedimentos de segurança estipulados por Pequim, conforme foi recomendado pelos EUA, no intuito de evitar incidentes²²⁹.

Observações Conclusivas sobre a Aplicação da Doutrina das ‘Três Guerras’

Os quatro casos descritos como exemplos da operacionalização da doutrina das ‘três guerras’, revelam a crença que uma estratégia metódica e bem estruturada de gestão das ‘vicissitudes impostas pelo *shì*’ pode atingir objetivos específicos de forma tanto científica

226 Sem Autor (2013). “Defense Ministry: China Effectively Monitors ADIZ in East China Sea”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-12/26/c_132999131.htm [acedido em 5 de maio de 2014].

227 Em contrapartida o Japão anunciou que entre abril e junho de 2014 os seus aviões tiveram de descolar em missões de interceção 340 vezes, um aumento considerável face às 110 vezes registadas no período homólogo de 2013. Cerca de 70% das saídas tiveram a ver com a aproximação de aviões russos ao espaço aéreo japonês e os restantes 30% com aviões chineses. Agence France Presse (2014). “Japan Military Jets Scrambled Record 340 Times in April-June”. *Defense News*. Disponível em <http://www.defensenews.com/article/20140709/DEFREG03/307090027> [acedido em 10 Jul 2014].

228 Sem Autor (2013). “Foreign Ministry Spokesperson Hong Lei’s Regular Press Conference on December 6, 2013”. Disponível em <http://cebu.china-consulate.org/eng/fyrth/t1106439.htm> [acedido em 3 de maio de 2014]. Um artigo publicado no ‘Diário do Povo’ defende a destruição de todos os aviões e navios que entrem nas águas e espaço aéreo em redor das ilhas Diaoyu, o apoio ao envio de cidadãos chineses de Macau, Hong Kong e Taiwan para as ilhas sob escolta do EPL, a organização de um exercício militar com lançamento de mísseis em redor das ilhas Diaoyu, a suspensão das negociações com o Japão sobre as ilhas e a submissão à Assembleia Geral da ONU do agendamento de uma discussão sobre as mesmas. Sem Autor (2013). “Zhunbei yong Daodan Hongzha Riben” (Preparemo-nos para Bombardear o Japão com Mísseis). *Renmin Ribao* (Diário do Povo). Disponível em http://bbs1.people.com.cn/post/7/1/2/135843673_1.html [acedido em 13 de dezembro de 2013].

229 U.S. State Department (2013). *State Department Daily Press Briefing, November 27, 2013*. Disponível em <http://www.state.gov/r/pa/prs/dpb/2013/11/218105.htm> [acedido em 4 de maio de 2014].

quanto gradual, na ‘melhor tradição marxista com características chinesas’ de ‘dois passos em frente e um atrás’. No entanto tal pode contribuir para agudizar as percepções negativas externas do país, num aparente contrassenso face à narrativa oficial de ‘harmonia, diálogo e cooperação’.

Para Peter Dutton, a estratégia associada às três disputas marítimas da China (Mar do Sul da China, Taiwan e ilhas Diaoyu/Senkaku) tem três objetivos que são incompatíveis com a consecução de relações estáveis com os outros litigantes: (1) a defesa da soberania territorial por razões de credibilidade e segurança; (2) a jurisdição por recursos e segurança; e (3) o controlo por razões igualmente de segurança e credibilidade²³⁰. Esta estratégia visa, em última análise e pela conjugação do emprego de meios não-militares e militares²³¹, criar uma pressão constante sobre os outros Estados (*i.e.* “guerra psicológica”), gerindo a escalada da tensão e aproveitando as oportunidades que surjam para obter ganhos de acordo com as suas condições e normas legais (*i.e.* “guerra jurídica”).

Quanto à decisão de criação da ZIDA no Mar Oriental da China é direito que assiste a Pequim. Mas como as ZIDAS não têm qualquer base jurídica explícita validativa para além do “direito geral de cada nação em estabelecer condições razoáveis de entrada no seu território”, esta acaba por desestabilizar o já sensível panorama de segurança regional²³². O *vacatio legis* explorado por Pequim contribuiu para agudizar as disputas territoriais regionais com o Japão e a Coreia do Sul, num período particularmente delicado das relações sino-japonesas e sino-norte-americanas, prefigurando mais um teste à aliança entre os EUA e o Japão.

230 Ver Peter Dutton (2011). “Three Disputes and Three Objectives”. *Naval War College Review* n.º 4, pp. 43-67.

231 Por exemplo, a 22 de setembro de 2010 e em resposta à detenção pelo Japão da tripulação de uma traineira chinesa que estava a pescar dentro das 12 milhas náuticas das ilhas Diaoyu/Senkaku e que quando foi interceptada por um navio da Marinha das Forças de Autodefesa do Japão colidiu de forma intencional e repetida com este, Pequim anunciou um embargo de dois meses à exportação de metais raros para o Japão. Algum tempo depois Tóquio anunciou a libertação da tripulação: uma clara vitória diplomática da China. Para imagens de vídeo do incidente ver Sem Autor (2010). “Senkaku Footage Leaked on to Internet Shows Chinese Trawler Ramming Japanese Patrol Boat”. *Japan Probe*. Disponível em <http://www.japanprobe.com/2010/11/05/senkaku-footage-leaked-on-to-internet-shows-chinese-trawler-ramming-japanese-patrol-boat/> [acedido em 15 de janeiro de 2011]. Desde setembro de 2012 que a China incrementou a escala dos exercícios militares direcionados para um possível conflito em torno das ilhas Diaoyu/Senkaku. Os maiores de todos foram os três exercícios da série ‘Mission Action 2013’, realizados em setembro de 2013. Sem Autor (2013). “Zai Daxing Jidong shi wan Dajun shu wan” (Dezenas de Milhares de Militares em Exercícios de Grande Dimensão”. *Renmin Ribao* (Diário do Povo). Disponível em <http://military.people.com.cn/n/2013/0912/c1011-22897974.html> [acedido em 20 de setembro de 2013]. Jonathan Pollack e Dennis Blasko (2014). “Is China Preparing for a ‘Short, Sharp War’ Against Japan?”. *Brookings Institution*. Disponível em <http://www.brookings.edu/research/opinions/2014/02/25-mission-action-2013-jpollack> [acedido em 4 de março de 2014].

232 Ver David Welch (2013). “What’s an ADIZ: Why the United States, Japan and China Get It Wrong”. *Foreign Affairs*, 9 de dezembro. Disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/140367/david-a-welch/whats-an-adiz> [acedido em 10 de maio de 2014]. Ver ainda Kimberly Hsu (2014). *Air Identification Zone Intended to Provide China Greater Flexibility to Enforce East China Sea Claims*. U.S.-China Economic and Security Review Commission. Disponível em <http://origin.www.uscc.gov/sites/default/files/Research/China%20ADIZ%20Staff%20Report.pdf> [acedido em 4 de março de 2014].

Também criticada foi a ausência de uma consulta prévia por parte de Pequim com as capitais da região relativamente ao seu anúncio e que foi agravada pelo facto de não existir entre Pequim e Tóquio um mecanismo integrado e eficaz de comunicação e gestão de crises bilaterais, com o intuito de evitar potenciais escaladas conflituais²³³. Para amenizar estas críticas, o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Tang Jiaxuan, propôs a criação de um diálogo mútuo entre os dois Ministérios da Defesa dedicado à gestão do espaço aéreo (similar ao que já existe mas que ainda não foi implementado no plano marítimo²³⁴), o que simbolizou a opção por uma estratégia incrementalista, ainda que sectorial.

Apesar desta postura construtiva e dialogante de Pequim e do facto de, por enquanto, não terem ocorrido incidentes - ainda que as probabilidades de tal suceder não devam ser descuradas²³⁵ - deve-se referir que existe a possibilidade de que a constituição desta ZIDA possa ser um ‘tubo de ensaio’ para a criação de mais duas: sobre o Mar Amarelo e sobre o Mar do Sul da China, como foi indiciado na conferência de imprensa do Ministério da Defesa Nacional da China, em 23 de novembro de 2013²³⁶. Caso estas duas situações se venham a confirmar o cenário de segurança regional agravar-se-á.

Em conclusão, a aplicação da doutrina das ‘três guerras’ e o seu impacto interno e externo num contexto de manipulação de sentimentos nacionalistas/patrióticos entre as opiniões públicas dos diversos litigantes, prefigurará um dos grandes desafios à imagem interna do governo chinês e externa da China e, inerentemente, à maior ou menor eficácia do seu *soft power*.

Pequim tem dado alguns passos no sentido de melhorar sua imagem externa. Tem publicado de dois em dois anos os ‘Livros Brancos da Defesa Nacional’; concedido livre acesso a algumas das suas principais publicações de relações internacionais e estratégia; efetuado conferências de imprensa periódicas por parte do Ministério da Defesa Nacional em ligação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (que passaram a ser mensais desde 2012 quando antes eram realizadas numa base *ad hoc*); e, principalmente, intensificou de forma exponencial as ações regionais e globais da sua diplomacia militar. Esta é tida como um instrumento potenciador do ‘*soft power* militar’ entendido como “a forma como a cultura militar, o espírito militar, a imagem militar, a diplomacia militar, e outras dimensões não-materiais influenciam e moldam o governo e as Forças Armadas, de forma a atingir os objetivos estratégicos militares, sendo considerado uma componente do

233 Para uma brilhante análise a esta sintomatologia, bem como propostas concretas para a resolver, ver Richard Bush (2010). *The Perils of Proximity: China-Japan Security Relations*. Washington: Brookings Institution Press, pp. 275-315.

234 Guo Renjie (2014). “Chinese General: China, Japan to Sign Maritime Liaison Agreement”. *China Military Online*. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-11/25/content_6241697.htm [acedido em 25 de novembro de 2014].

235 Martin Fackler (2014). “Chinese Flybys Alarm Japan as Tensions Escalate”. *The New York Times*. Disponível em <http://www.nytimes.com/2014/05/26/world/asia/japan-east-china-sea.html> [acedido em 25 de maio de 2014].

236 Sem Autor (2013). “Defense Ministry Spokesman on China’s Air Defense Identification Zone”. *PLA Daily*. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn/> [acedido em 25 de novembro de 2013].

soft power nacional, relevante para a construção de uma imagem mais positiva, da criação de um mundo mais harmonioso e da grande estratégia de ‘desenvolvimento pacífico’²³⁷.

A Operacionalização da Diplomacia Militar

Tal como sucede com a diplomacia tradicional, a diplomacia económica e a diplomacia cultural, a diplomacia militar da China é de longe aquela que apresenta o maior número de interações bilaterais e multilaterais anuais. Nem sempre foi assim.

Segundo Chen Zhiyong, a diplomacia militar do país passou desde 1949 por cinco fases:

- (1) De 1949 até final da década de 50 e devido à sua política de ancoragem à URSS, as prioridades de atuação centraram-se nos países socialistas (URSS, Polónia, Bulgária, Checoslováquia, Coreia do Norte e Vietname) onde estabeleceu os primeiros gabinetes de adidos de defesa e dos quais recebeu armamento, equipamento, formação e treino (maioritariamente da União Soviética).
- (2) Na década de 60 e com a cisão sino-soviética a diplomacia militar passou a enfatizar as relações com países asiáticos, africanos e latino-americanos, e em alguns casos o apoio a movimentos de independência e libertação.
- (3) Na década de 70 com o crescendo da ameaça soviética e a aproximação aos EUA, a China começou a incorporar no *staff* das suas embaixadas em países ocidentais os primeiros adidos de defesa.
- (4) Nos anos 80 graças ao estabelecimento e divulgação do seu conceito de ‘paz e desenvolvimento’, a sua diplomacia militar expandiu-se a todos os continentes.
- (5) Na década de 90 e até 2009 a situação internacional no plano da segurança alterou-se drasticamente tendo a China proposto um ‘Novo Conceito de Segurança’, o que permitiu que a diplomacia militar passasse a estar mais intimamente ligada à sua política externa, aumentando progressivamente a transparência e a interação nos planos bi e multilateral.²³⁸

De acordo com a ‘Enciclopédia Militar Chinesa’ (*Zhongguo Junshi Bailiao Quanshu*), a diplomacia militar é “um conjunto de atividades diplomáticas que representam os interesses militares da nação [...], sendo considerada de caráter estratégico e de apoio à consecução dos objetivos de segurança nacional de segurança e desenvolvimento”²³⁹. Assente na “política externa independente de paz e em prol da diplomacia estatal da defesa nacional e da modernização das Forças Armadas [a diplomacia militar], procura incrementar a

237 Wang Hongwei (2009). “Zhongguo Junshi Waijiao ji Guoji Xianxiang” (A Diplomacia Militar da China e a Sua Imagem Internacional). *Dangdai Shijie* n.º 4 (Mundo Contemporâneo), pp. 50-52. Tian Xiang, Chen Yongqian e Ding Jun (2010). “Dasha Cong Ruan Shili Junshi de Jiaodu kan: Yingchao de Xingxiang Fenxi” (Uma Análise à Imagem do EPL: Construção a Partir de uma Perspetiva de *Soft Power* Militar). *Zhongguo Junshi Kexue* n.º 4 (Ciência Militar da China), pp. 116-124.

238 Ver Chen Zhiyong (2009). “Xin Zhongguo Junshi Waijiao Huigu Sikao” (Retrospectiva e Pensamento sobre 60 Anos de Diplomacia Militar na Nova China”. *Zhongguo Junshi Kexue* n.º 5 (Ciência Militar da China), pp. 34-39.

239 Junshi Kexue Yuan (Academia de Ciências Militares) (2002). *Zhongguo Junshi Bailiao Quanshu* (Enciclopédia Militar Chinesa). Beijing: Junshi Kexue Yuan chubanshe, pp. 280-282.

compreensão mútua, a amizade e a cooperação com as Forças Armadas de outros países na defesa de um mundo mais pacífico, estável e de desenvolvimento conjunto, sem que ponha em causa ou comprometa a soberania nacional”²⁴⁰.

Para o general Qian Lihua, diretor do Gabinete de Relações Internacionais do MDN, “a diplomacia militar é o reflexo do desejo de aprofundamento da confiança estratégica e da cooperação mútua entre a China e os outros países, sendo uma janela para uma melhor compreensão externa do EPL e da sinceridade do seu desenvolvimento pacífico [...] perante manobras de distorção intencional da imagem internacional do EPL, o MDN não hesitará em esclarecer e clarificar a opinião pública nacional e mundial”²⁴¹. Para Qian, a diplomacia militar da China pode ser classificada segundo o tipo de relacionamento militar que a China tem com os vários países, de acordo com a seguinte caracterização: (1) relações com as grandes potências: estáveis; (2) relações com países vizinhos: boas; (3) relações com países em desenvolvimento: práticas; e (4) diálogos de segurança e cooperação multilateral: ativos²⁴².

Para o ex-Ministro da Defesa, o general Liang Guanglie, “a diplomacia militar da China é omnidirecional, não fazendo discriminações entre os países com base no respetivo tamanho ou poder militar, ainda que quantitativamente sejam conduzidas mais atividades com os EUA, a Rússia, o Japão, a Austrália, o Reino Unido, a Alemanha e a França”²⁴³. A edição de 2012 do Livro Branco da Defesa da RPC “*The Diversified Employment of China’s Armed Forces*”, sublinha que o EPL:

“Tem vindo a aprofundar a sua cooperação internacional em termos de segurança de acordo com Parte superior do formulário Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, realizando intercâmbios militares com outros países e desenvolvendo relações de cooperação militar que não sejam encaradas por terceiros como conflituais ou a eles dirigidas. O EPL promove o estabelecimento de mecanismos justos e eficazes de segurança coletiva e mecanismos de reforço da confiança militar. Tendo em mente o conceito de abertura, o pragmatismo e a cooperação, as forças armadas da China têm aumentado as suas interações e a cooperação com outras forças armadas [...] As Forças Armadas da China trabalham para promover o diálogo e a cooperação em matéria de segurança marítima; participam em missões de paz da ONU, na cooperação internacional contra o terrorismo, na proteção internacional da marinha mercante e em

240 Yang Songhe (1999). *Junshi Waijiao Gailun* (Estudo sobre a Diplomacia Militar). Beijing: Junshi Yiwen chubanshe, p. 5. Sem Autor (2002). “China’s Military Diplomacy Forging New Ties”. *Xinhua*. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn/> [acedido em 18 de maio de 2008].

241 Zhou Feng (2010). “Splendor of China’s Military Diplomacy in Past 5 Years”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/Opinion/2010-12/02/content_4213067.htm [acedido em 2 de janeiro de 2011].

242 Gao Jiquan (2012). “Ministry of National Defense Foreign Affairs Office Director Qian Lihua Interviewed on Military Diplomacy”. *PLA Daily*. Disponível em http://www.military.china.com.cn/2012-09/25/content_26623447.htm [acedido em 29 de setembro de 2012].

243 Liang Guanglie (2006). “Zhongguo Junshi Waijiao shi Waijiao yu Shidai Tongbu” (A Diplomacia Militar Chinesa Está Adequada ao Presente). *Jiefangjun Ribao* (Diário do Exército Popular). Disponível em http://www.pladaily.com.cn/site1/big5/./content_1594931.htm [acedido em 6 de janeiro de 2007].

operações de socorro, realizando exercícios e treino conjunto com os seus homólogos estrangeiros; assumem conscienciosamente as suas responsabilidades internacionais; e desempenham um papel ativo na manutenção da paz, estabilidade e segurança no mundo.

Agindo em conformidade com leis, políticas e regulamentos nacionais, as Forças Armadas da China observam a Constituição do país e outras Leis relevantes, em linha com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, e mantêm o seu compromisso de empregar os seus meios de acordo com a Lei. Com base na Carta das Nações Unidas e outras normas universalmente reconhecidas das relações internacionais, o EPL age de forma consistente dentro do quadro jurídico formado por Tratados e acordos bilaterais ou multilaterais, de modo a assegurar a legitimidade das suas operações com as Forças Armadas de outros países”²⁴⁴.

Estas declarações relevam o crescente reconhecimento da primordialidade da diplomacia militar e da sua articulação com a política externa, em quatro áreas: (1) na consolidação da imagem da China como uma ‘potência responsável’; (2) na aquisição e venda de tecnologia militar; e (3) na transmissão de uma mensagem de dissuasão através da demonstração da melhoria das capacidades operacionais do EPL; e por último, e por paradoxal que pareça face ao ponto anterior, (4) a redução de erros de cálculo e a minimização de perceções de segurança e defesa erróneas, num contexto de tensões regionais crescentes resultantes das disputas territoriais existentes.

Os objetivos da sua diplomacia militar são nove: (1) defesa da soberania nacional, unidade, integridade territorial, e segurança; (2) condução de atividades militares e diplomáticas passíveis de obstar à independência de Taiwan, promovendo a unificação e a salvaguarda do princípio de ‘Uma China’; (3) oposição ao imperialismo, colonialismo, hegemonismo, agressão e expansão em defesa da paz mundial; (4) fortalecimento da unidade e cooperação com as Forças Armadas dos países em desenvolvimento; (5) prossecução de uma política externa independente e pacífica, de oposição ao intervencionismo militar e às políticas típicas da Guerra Fria; (6) desenvolver relações militares com todos os países baseadas nos ‘Cinco Princípios da Coexistência Pacífica’; (7) envio de peritos militares em apoio dos diplomatas em discussões bilaterais e multilaterais relacionadas com a definição das fronteiras nacionais; (8) participação em diálogos de cooperação regional bilateral e multilateral e em fóruns internacionais de controlo de armamento; e (9) empregar canais de política externa para incrementar o intercâmbio entre os Ministérios da Defesa, as Forças Armadas, as academia militares, os *think tanks* militares e as indústrias de defesa²⁴⁵.

244 Information Office of the State Council of the People’s Republic of China (2013). *The Diversified Employment of China’s Armed Forces - White Paper 2012*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-04/16/c_132312681.htm [acedido em 23 de abril de 2014].

245 Junshi Kexue Yuan (Academia de Ciências Militares) (2002). *Op. Cit.*, pp. 280-282. Ver também Peng Guanqian, Zhao Zhiyin e Luo Yong (2010). *Op. Cit.*, p. 124.

Os primeiros cinco objetivos (de nível estratégico) são apoiados pelos restantes quatro (de nível operacional), o que associado ao facto de a terminologia empregue ser uma replicação da empregue pelo PCC (*e.g.* ‘paz, pacífica, cooperação’), demonstra que a diplomacia militar não tem um valor intrínseco por si só, sendo um veículo de reforço dos objetivos estratégicos nacionais do PCC e do Estado. É notório que os objetivos da diplomacia militar da China não são substancialmente diferentes dos da maioria dos outros Estados, mas a terminologia discursiva empregue para a descrever, deixa transparecer um ‘excepcionalismo cultural e civilizacional’ em consonância com a narrativa associada à visão de ‘mundo harmonioso’ e à grande estratégia de ‘desenvolvimento pacífico’.

Os princípios operacionais da diplomacia militar chinesa são três:

- (1) Flexibilidade estratégica: está disposta a cooperar com todos os países que subscravam a política de ‘Uma China’, independentemente de poderem ter prioridades estratégicas regionais e globais distintas ou mesmo conflitantes.
- (2) Multilateralismo: ainda que continue a privilegiar diálogos bilaterais, reconhece que uma boa solidez nas relações bilaterais serve de alavanca de reforço a iniciativas multilaterais, as quais, por possuírem maior visibilidade, apresentam um maior potencial mitigador do dilema de segurança.
- (3) Idealismo pragmático: a abertura ao diálogo e cooperação multilateral no âmbito da segurança e defesa não obsta a que haja países tidos como prioritários para este tipo de iniciativas – nomeadamente aqueles que podem influenciar a dinâmica de segurança regional asiática²⁴⁶.

Quanto à tipologia de atividades da diplomacia militar, estruturam-se em quatro grandes áreas, cada uma com várias subdivisões²⁴⁷:

- (1) Atividades ao nível político-estratégico.
 - (a) Parcerias estratégicas, diálogos estratégicos e consultas estratégicas.
 - (b) Visitas de delegações militares de alto nível.
 - (c) Intercâmbio entre adidos de defesa e adidos militares.
 - (d) Vendas de armamento, transferência de tecnologia militar e cooperação técnico-militar com outros países.
- (2) Atividades ao nível operacional.
 - (a) Participação em exercícios multinacionais.
 - (b) Participação em exercícios bilaterais.
 - (c) Convite a observadores estrangeiros para visitarem unidades militares e assistirem a exercícios do EPL.

246 Ver William Tow e Richard Rigby (2011). “China’s Pragmatic Security Policy: The Middle-Power Factor”. *The China Journal* n.º 65, pp. 157-178.

247 Ver Kristen Gunness (2006). *China Military Diplomacy in an Era of Change*. Comunicação apresentada no National Defense University Symposium on China’s Global Activism: Implications for U.S. Security Interests. Disponível em <http://www.ndu.edu/inss/symposia/pacific2006/gunnesspaper.pdf> e Simona Soare (2009). “The Chinese Westward Military Diplomacy”. *CSIS Analysis* n.º 38. Disponível em http://www.csis.ro/publications/csis_analysis_38.html [acedido em 28 de novembro de 2010].

- (d) Participação em organizações e fóruns de segurança regional.
- (e) Escalas de navios da Marinha do EPL em portos de outros países.
- (3) Intercâmbio no âmbito da formação e qualificação militar.
 - (a) Envio de oficiais chineses para frequência de cursos no estrangeiro e formação e treino de forças locais.
 - (b) Frequência de cursos de curta e longa duração na China por parte de oficiais estrangeiros.
 - (c) Convite a militares para lecionarem e investigarem na Universidade de Defesa Nacional e na Academia de Ciências Militares.
- (4) Operações de Não-Guerra (*bi zhanzheng deng zhongda xingdong*).
 - (a) Missões de manutenção da paz da ONU.
 - (b) Missão de combate à pirataria no Golfo de Áden e na Somália.
 - (c) Operações humanitárias (busca e salvamento em caso de desastres naturais, evacuação de cidadãos nacionais, combate a epidemias).

Antes de analisarmos a forma como é operacionalizada a consecução dos objetivos associados à diplomacia militar em cada uma destas quatro áreas, é importante, em primeiro lugar, descrevermos as linhas de autoridade política do PCC sobre o EPL, de modo a podermos enquadrar burocraticamente o Ministério da Defesa Nacional na estrutura governativa do Estado e a forma como é definida e organizada a diplomacia militar, entendida como “um dos principais componentes da política externa da China e supervisionada pelo Politburo do PCC e pela CMC”²⁴⁸.

De acordo com a Lei de Defesa Nacional, o Comité Permanente do Politburo é o acúmen institucional do processo de tomada de decisão política na China. A Comissão Militar Central (CMC) do PCC é o órgão de topo da tomada de decisão militar, sendo os seus membros indigitados pelo Comité Central do PCC. Ambos estão (teoricamente) ao mesmo nível e sob a supervisão direta do Comité Central do PCC. No entanto, e de acordo com a Constituição da China, é a Comissão Militar Central do Estado que lidera as Forças Armadas. O Secretário da CMC Estatal, que é o comandante-em-chefe do EPL, é eleito pelo Congresso Nacional do Povo, sendo os restantes membros também indigitados pelo Congresso ou pelo seu Comité Permanente.

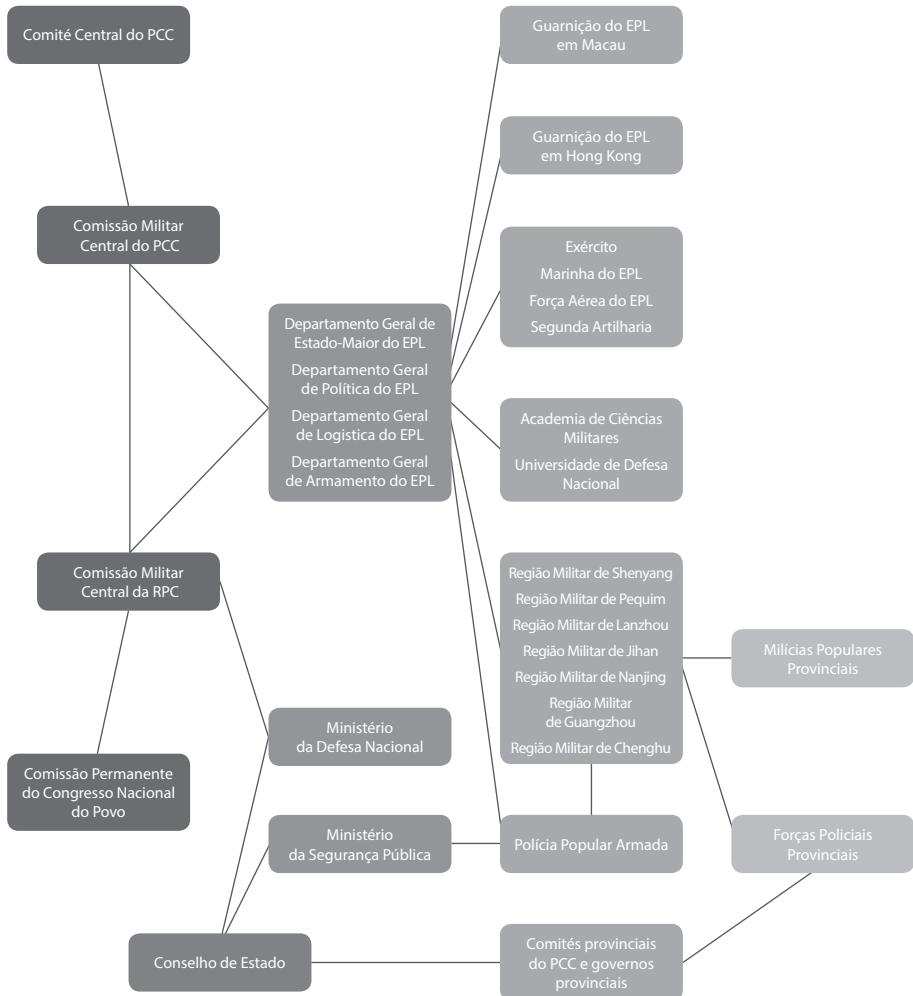
O PCC controla o Exército Popular de Libertação, o governo e o Estado, sendo o EPL ‘um Exército de Partido, não de Estado’. Apesar de o PCC não deter um estatuto jurídico que lhe permita exercer a autoridade sobre o EPL, acaba por o fazer em termos práticos através de um mecanismo subtil denominado ‘uma instituição, dois órgãos’ (*yitao banzhi, yige jigou*) resultante da mesma composição entre a CMC Estatal e a CMC do PCC²⁴⁹. Esta ‘miscigenação normativa’ em termos de comando e controlo político resulta

248 Ver Liang Guanglie (2006). *Op. Cit.*

249 Li Shouchu (ed.) (1997). *Zhongguo Zhengfu Zhidu* (O Sistema de Governação da China). Beijing: Zhongyang Minzu Daxue chubanshe, p. 297. Só em duas situações é que esta norma não foi aplicada: com Deng Xiaoping que liderou a CMC da PRC até abril de 1990 (seis meses após ter-se retirado da presidência da CMC do PCC) e com Jiang Zemin que liderou a CMC da PRC até março de 2005 (nove meses após ter-se retirado da presidência da CMC do PCC).

da relação e interações únicas entre o PCC, o Estado e o EPL; mas é na verdade, um mecanismo com suficiente flexibilidade para conferir autoridade quer a um líder carismático, quer a uma liderança coletiva, quer a um líder que não tenha um *background* militar suficientemente credível (figura 2).

Figura 2 – A Estrutura de Comando e de Organização do Exército Popular de Libertação sob o Partido Comunista Chinês e o Conselho de Estado da China



Nota: Elaboração do autor.

Como a CMC do PCC e o Comité Permanente do Politburo são os dois pilares de funcionamento do Comité Central do PCC, quem exerce as funções de liderança da CMC do PCC - e que por defeito é também membro do Comité Permanente do Politburo - é quem estabelece o nexo de ligação entre o EPL e o PCC, ostracizando o Conselho de Estado, que em termos funcionais está ao mesmo nível do EPL perante o Politburo. Quer isto dizer que em termos práticos nas áreas da segurança e defesa e da política externa, o EPL veicula as suas posições através dos dois vice-Presidentes militares da CMC que têm assento no Politburo, permitindo-lhe comunicar (sem impor) aos principais decisores políticos a perspetiva das Forças Armadas, em troca da lealdade destas ao PCC²⁵⁰.

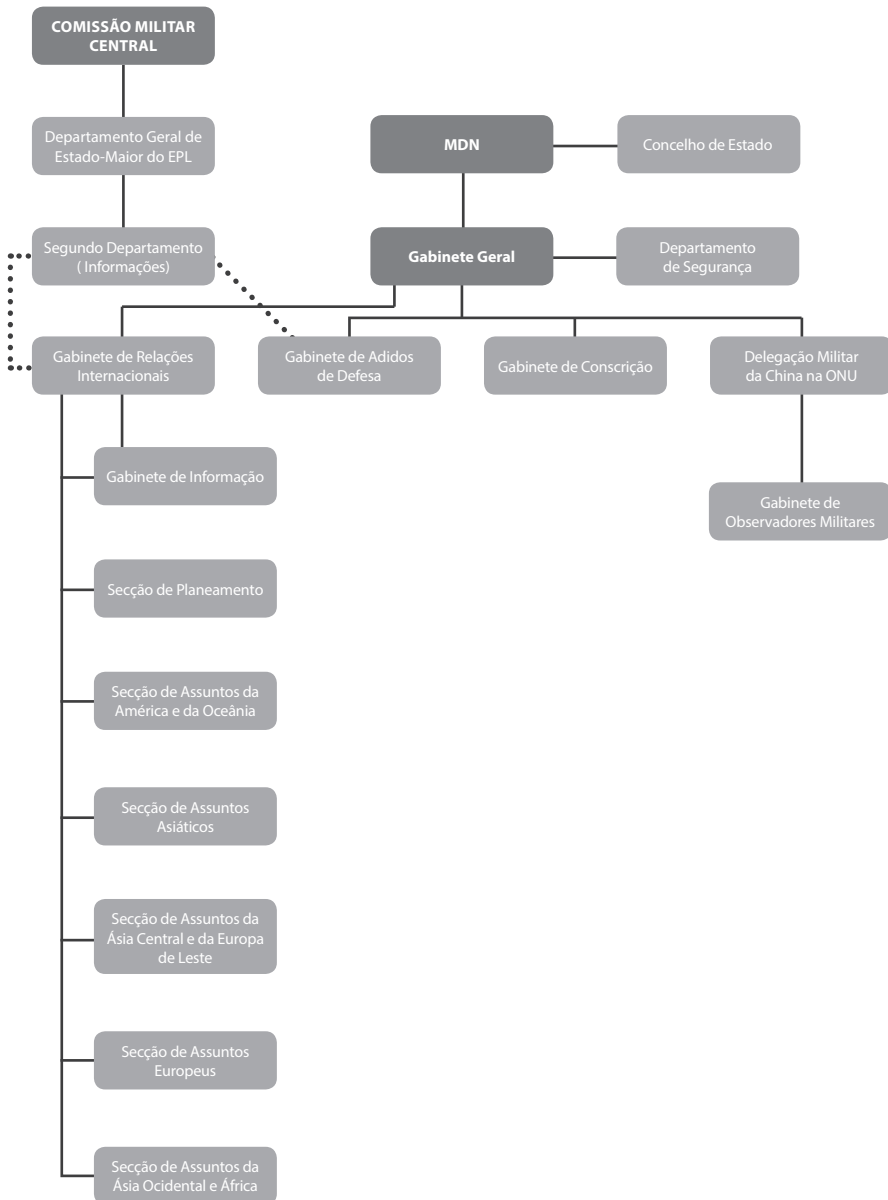
Daqui resulta que o PCC comanda e emprega as Forças Armadas segundo um sistema tripartido de ‘caraterísticas chinesas’ que oferece à China um excelente argumento para continuar a incrementar o seu estatuto, através da capacidade de o EPL em se expandir tanto interna como externamente e de desenvolver intercâmbios cooperativos com Forças Armadas de outros países, através do Ministério da Defesa Nacional e de acordo com os objetivos preconizados para a diplomacia militar.

O Ministério da Defesa está sob a dependência do Conselho de Estado, não detendo qualquer tipo de comando sobre o EPL, funcionando na prática como um ‘gabinete de ligação horizontal’ entre o Conselho de Estado e a CMC em assuntos militares, sendo ainda responsável pela coordenação das ações de diplomacia militar, em ligação com o MNE, quando adequado e necessário.

Compete ao Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional (que é o seu maior Gabinete e é o mesmo em termos de composição que o da Comissão Militar Central e o do Departamento Geral de Estado-Maior do EPL) a condução das atividades ligadas à diplomacia militar. Este Gabinete está subdividido em cinco secções regionais (América e Oceânia, Ásia, Ásia Central e Europa de Leste, Europa, e África) e uma secção de planeamento que coordena a agenda e o apoio logístico (figura 3).

250 Sem Autor (2013). “Jianjue Dizhi ‘Guoyou’ hua Junshi de” (Resistir Resolutamente à ‘Nacionalização’ dos Militares). *Jiefangjun Ribao* (Diário do Exército de Libertação). Disponível em <http://military.people.com.cn/n/2013/1110/c1011-23489856.html> [acedido em 15 de novembro de 2013]. Ji You (2014). “The PLA and Diplomacy: Unraveling Myths about the Military Role in Foreign Policy Making”. *Journal of Contemporary China* n.º 86, pp. 236-254.

Figura 3 – Organização do Ministério da Defesa Nacional (MDN)



Fonte: Atualizado pelo autor a partir de David Shambaugh (2002). *Modernizing China's Military: Progress, Problems, and Prospects*. Berkeley: University of California Press, p. 125.

Em janeiro de 2008 foi criado o Gabinete de Informação do Ministério da Defesa Nacional (*Zhongguo Guofangbu Xinwen Shiwiju*) sob a dependência do Gabinete de Relações Internacionais, tendo duas tarefas: (1) como mecanismo através do qual o EPL pode interagir mais facilmente com estas audiências, disseminando uma imagem mais positiva quanto à sua capacidade, responsabilidade e transparência; e (2) como um meio de ajudar a gerar um consenso público favorável sobre as questões de natureza estratégica e de defesa nacional²⁵¹. Desta forma o EPL passou a ter um instrumento de comunicação sobre as suas ações, permitindo-lhe desenvolver pela primeira vez um processo de informação e moldagem da opinião pública interna e externa à China²⁵².

Em 18 de maio de 2008 foi efetuada a primeira conferência de imprensa, tendo como um dos dois porta-vozes, o coronel-superior Hu Changming. Nela foi transmitida informação sobre as operações de busca e salvamento conduzidas pelo EPL, na sequência do violento e trágico sismo de 12 de maio na província de Sichuan. Nos cinco anos seguintes, as conferências de imprensa passaram a ser usuais, ainda que realizadas com uma frequência variável²⁵³.

Em maio de 2013 o Gabinete de Relações Internacionais do MDN estabeleceu novos procedimentos no sentido de dar a conhecer com maior regularidade aos adidos de defesa e jornalistas estrangeiros o trabalho de produção e divulgação das notícias sobre o EPL, com o intuito de aumentar a transparência e a eficácia da comunicação com a realização de uma conferência de imprensa mensal²⁵⁴. Seis meses depois o sistema de porta-vozes foi alargado, passando a integrar mais sete militares (representantes do Departamento Geral de Política, do Departamento Geral de Logística, do Departamento Geral de Armamento, da Marinha, da Força Aérea, da Segunda Artilharia e da Polícia Popular Armada)²⁵⁵. Em 2014 a Marinha tinha a única porta-voz feminina do EPL, a Capitã-de-fragata Xin Guangmei, e a 31 de julho de 2014 foi autorizado que as conferências de imprensa mensais passassem a ter na assistência jornalistas estrangeiros, e não apenas da China, Macau, Hong Kong e Taiwan, como até então. Até ao início de 2015 apenas os porta-vozes dos Departamentos Gerais de Política, Armamento, Logística e da Polícia Popular Armada não tinham feito comunicações públicas²⁵⁶.

251 Ver Matthew Boswell (2012). “Media Relations in China Military: The Case of the Ministry of National Defense Information Office”. *China Brief*. Disponível em http://www.nbr.org/publications/asia_policy/Preview/AP8_China_preview.pdf [acedido em 28 de maio de 2014].

252 Yang Jiechi (2011). “China’s Public Diplomacy”. *Qinshi* (Em Busca da Verdade) n.º 3. Disponível em http://english.qstheory.cn/international/201109/t20110924_112601.htm. Sem Autor (2012). “China Trains Government Spokesmen”. *Xinhua*. Disponível em <http://english.peopledaily.com.cn/90785/7875512.html> [acedido em 8 de janeiro de 2012].

253 Gao Jiquan (2012). “Qian Lihua Interprets China’s Military Diplomacy in 2011”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2012/01/18/content_4338853.htm [acedido em 20 de janeiro de 2012].

254 Yao Chun e Liang Jun (2013). “FAO Introduces Military News Release of MND to Foreign Military Attaches”. *China Military Online*. Disponível em <http://english.people.com.cn/90786/8279042.html> [acedido em 7 de julho de 2013].

255 Sem Autor (2013). “China Armed Forces Armed with Spokesperson”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-11/21/c_125736109.htm [acedido em 28 de maio de 2014].

256 Zhang Tao (2014). “Review of Chinese Military Spokespersons’ Work in 2014”. *PLA Daily*. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-12/31/content_6291643.htm [acedido em 2 de janeiro de 2015].

Um segundo desenvolvimento relevante foi o facto de a 20 de agosto de 2009 e após aprovação pela Comissão Militar Central, o MDN ter inaugurado o seu primeiro *website* em língua inglesa. A sua missão é distribuir informação oficial e credível sobre as atividades do EPL em nome de uma “maior transparência do processo de modernização militar em curso, da rentabilização das novas tecnologias de informação e do fomento do intercâmbio entre países, com o intuito de promover uma imagem positiva da China no exterior”²⁵⁷. Foi também neste ano, e por ocasião das comemorações do ‘Dia do EPL’, que se passaram a realizar visitas a unidades militares, nas quais são convidados jornalistas estrangeiros que podem entrevistar militares em serviço nas mesmas (tendo como ‘banda sonora’ nos altifalantes das unidades, músicas *pop* ocidentais tocadas em flauta chinesa²⁵⁸).

É notório no âmbito da gestão das perceções externas o acentuado esforço desenvolvido desde 2004 no plano da propaganda/informação externa, com a realização anual na Universidade de Defesa Nacional de um curso com a duração de uma semana visando a sensibilização de diplomatas, militares e jornalistas, no sentido de uniformizarem as suas técnicas de comunicação perante audiências estrangeiras, em prol dos objetivos da diplomacia pública e da clarificação das políticas de segurança e defesa da China. Contando com a participação de especialistas em comunicação, media e opinião pública estrangeira do Gabinete de Comunicação Internacional do Comité Central do PCC, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Administração Estatal dos Oceanos e de cada um dos Departamentos do EPL, e tendo o alto patrocínio da CMC, o curso tem módulos práticos onde os participantes simulam conferências de imprensa, diálogos com adidos de defesa de outros países e a participação em fóruns internacionais²⁵⁹.

Quanto ao Gabinete de Adidos de Defesa do MDN é responsável por coordenar a ação dos adidos militares chineses no estrangeiro, os quais são o primeiro agente de dinamização do intercâmbio militar entre a China e os outros países, sendo indigitados e pagos pelo 2.º Departamento do Departamento Geral de Estado-Maior do EPL (responsável pela recolha de informação militar fora do país).

Por fim, a Delegação Militar da China na ONU, também sob a dependência direta do MDN, coordena a participação de forças do EPL em missões militares e de observação da ONU.

257 Peng Guangqian, Zhao Zhiyin e Luo Yong (2010). *Op. Cit.*, pp. 133-134. Ver a página *web* do Ministério da Defesa Nacional em <http://eng.mod.gov.cn/> na qual estão disponíveis inúmeras conferências de imprensa e uma lista exaustiva dos intercâmbios militares internacionais do EPL. Em termos de conteúdos noticiosos a *webpage* é uma replicação quase direta da *webpage* do ‘Diário do Exército de Libertação’ (*Jiefangjun Ribao*), ainda que com um *layout* diferente, estando disponível em <http://english.chinamil.com.cn/>.

258 Sem Autor (2013). “PLA Air-defense Troops First Open to Overseas Media”. *Xinhua*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2013-07/31/content_5425082.htm [acedido em 16 de setembro de 2013]. Guo Renjie (2014). “China Opens Military Academy to Media for the 1st Time”. *PLA Daily*. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn/> [acedido em 23 de julho de 2014].

259 Dong Zhaohui (2013). “PLA Holds Advanced Seminar on International Publicity Work”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2013-10/30/content_5624619.htm [acedido em 3 de dezembro de 2013].

Este enquadramento institucional e funcional permite passar a analisar as quatro áreas de atividade da diplomacia militar chinesa, para posteriormente aferir-se o respetivo impacto qualitativo como instrumento da ‘escola política de *soft power*’, em termos de gestão das perceções externas e da respetiva coadunação com a narrativa associada ao ‘edifício estratégico’ da China: a defesa da “paz, estabilidade, igualdade, confiança mútua e da cooperação internacional”²⁶⁰.

Atividades ao Nível Político-Estratégico

A China tem relações militares com 150 países e desenvolve em média mais de 400 contactos anuais de diversos tipos²⁶¹. Entre 1980 e 2002 cerca de 1600 delegações militares chinesas visitaram mais de 90 países, tendo Pequim recebido mais de 2500 delegações (metade das quais de alto nível – Ministros e Secretários da Defesa e Chefes de Estado-Maior)²⁶².

Estão definidas três tipos de relações no âmbito da sua cooperação militar: parcerias estratégicas, diálogos estratégicos e consultas estratégicas. As atividades associadas a estas três tipologias podem ser agregadas e/ou reajustadas de acordo com a vontade das partes.

Parcerias estratégicas, diálogos estratégicos e consultas estratégicas

Segundo a conceção política chinesa, as parcerias estratégicas são caracterizadas por: serem uma evolução das relações bilaterais mas sem envolverem uma cooperação multi-lateral; serem um desenvolvimento dos padrões internacionais e de ajustamento das suas relações com as outras potências; serem o ponto de partida e de chegada da sua estratégia internacional; não terem um modelo único definido, nem serem absolutamente estáveis; serem abertas mas não serem dirigidas a países terceiros²⁶³.

Iniciadas em 1993 com o Brasil, em novembro de 2014, a China tinha assinado 52 ‘parcerias estratégicas’ (note-se no quadro 3 a subtil terminologia empregue para as diferenciar), algumas das quais com países com que tem disputas territoriais (e.g. Japão e Vietname) ou relações que define como de competição/rivalidade (e.g. EUA)²⁶⁴. As parcerias assinadas com os EUA e a Rússia foram feitas a pedido destes e, como princípio de boa vontade, a China está disponível para pedidos similares vindos de países com os quais ainda não tenha este tipo de acordo.

260 Information Office of the State Council (2013). *The Diversified Employment of China's Armed Forces White Paper 2012*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-04/16/c_132312681.htm [acedido em 5 de maio de 2013].

261 David Shambaugh (2013). *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford: Oxford University Press, p. 300. Bates Gill (2007). *Rising Star: China's New Security Diplomacy*. Washington: Brookings Institution Press, p. 64.

262 Sem Autor (2002). “New Era for China's Military Diplomacy”. *Xinhua*. Disponível em http://english.peopledaily.com.cn/200211/06/eng20021106_106369.shtml [acedido em 2 de junho de 2014].

263 Li Jingzhi e Pu Ping (2014). *Op. Cit.*, p. 182.

264 A China tinha, em dezembro de 2014, 72 parcerias de diferentes tipos, formas e níveis com 67 países e 5 regiões ou organizações regionais. Wang Yi (2014). “Full Text of Foreign Minister Wang Yi's Speech on China's Diplomacy in 2014(1)”. *Xinhua*. Disponível em http://www.china.org.cn/china/Off_the_Wire/2014-12/25/content_34411440.htm [acedido em 26 de dezembro de 2014].

Apesar desta amplitude na categorização de relações estratégicas, nem todos os países assumem esta qualificação para Pequim em termos de segurança e defesa. Na verdade a aferição desta qualificação só pode ser feita através dos vários desdobramentos que as parcerias estratégicas podem ou não ter. As parcerias estratégicas da China podem incorporar diálogos estratégicos e consultas estratégicas (ambos no plano económico e no plano da segurança e defesa), sendo estas verdadeiramente definidoras da importância da mesma. Ambos os mecanismos têm o intuito de promoverem uma melhor e mais ampla relação de confiança e compreensão entre a China e os países que considera vitais para a preservação da estabilidade regional e internacional²⁶⁵.

No plano da segurança e defesa, os diálogos estratégicos são efetuados com a grande potência (EUA), ‘major powers’ como a Rússia, a França e o Reino Unido (e mais recentemente a Alemanha), sendo conduzidos ao nível político pelos Ministros da Defesa. Os dois mais importantes diálogos estratégicos são os que tem com a Rússia e com os EUA. Em termos de aprofundamento e consolidação, o diálogo estratégico com a Rússia é reconhecido por Pequim como aquele que mais progressos tem registado, como atesta a sua redenominação feita em 2011 de ‘Comprehensive Strategic Partnership’ para ‘Comprehensive Strategic Partnership of Cooperation’²⁶⁶.

Com os EUA só desde 2008 é que passou a existir uma dimensão de segurança e defesa no diálogo estratégico bilateral. O primeiro general chinês a participar no Diálogo Estratégico China-EUA foi o major-general Ding Jingong, então subdiretor do Gabinete de Relações Internacionais do MDN, tendo como interlocutor o adjunto do Secretário da Defesa dos EUA, James Shinn²⁶⁷.

É de referir que o mecanismo de diálogos estratégicos tende por vezes a ser instrumentalizado para manifestar o desagrado de Pequim face à posição que alguns dos países possam assumir relativamente à conduta da China, sendo normalmente suspenso para ser retomado meses mais tarde, após o desanuviamento da tensão (algo que sucede com frequência com os EUA e com o Japão)²⁶⁸.

265 People’s Republic of China Ministry of National Defense (2004). *China’s National Defense in 2004*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2004.htm> [acedido em 2 de junho de 2014].

266 Ver Gao Jiquan (2012). *Op. Cit.*

267 Bai Jie e Chang Lu (2008). “China Sends Military Representative to Attend Fifth Sino-US Strategic Dialogue”. *Xinhua*. Citado em Heidi Holz e Kenneth Allen (2010). *Op. Cit.*, p. 435.

268 Apesar de tudo, e no caso dos EUA, as medidas de criação de confiança no plano militar aeronaval têm vindo a ser paulatinamente aperfeiçoadas desde 1998, ano em que foi assinado o ‘*Military Maritime Consultative Agreement*’. Em 2014, um ano após a proposta feita por Xi Jinping a Barack Obama, Washington e Pequim concordaram em proceder à prévia notificação mútua aquando da realização de exercícios militares na Ásia-Pacífico e em ratificar um ‘Código de Conduta’ com o intuito de minimizar a probabilidade de ocorrência de incidentes militares entre meios aéreos e navais de ambos os países. Ver Bonnie Glaser (2014). “A Step Forward in US-China Military Ties: Two CBM Agreements”. *Asia Maritime Transparency Initiative*. Disponível em <http://amti.csis.org/us-china-cbms-stability-maritime-asia/> [acedido em 25 de novembro de 2014].

Não deixa também de ser curioso referir que em 2002 a China chegou a propor o estabelecimento de um diálogo estratégico com a NATO, apesar de o seu ‘Novo Conceito de Segurança’ criticar as políticas de alianças típicas da Guerra Fria. Mas desde então o assunto não mais mereceu qualquer referência ou registou algum progresso da parte de Pequim²⁶⁹.

As consultas estratégicas têm um cariz estratégico e operacional e desdobram-se em diálogos de Chefes de Estado-Maior, consultas de defesa e segurança, consultas de defesa e estratégicas, consultas de defesa, consultas estratégicas de defesa, encontros, diálogos de cooperação militar, diálogos de segurança e cooperação, consultas estratégicas e de segurança e consultas estratégicas.

Em média, e por ano, a China participa em cerca de 30 reuniões, entre diálogos estratégicos e consultas estratégicas, com 38 países com os quais tem estes tipos de acordos, ainda que na sua maioria o faça numa base ocasional: EUA, Japão, França, Alemanha, Reino Unido, Austrália, Grécia, Rússia, Tailândia, Malásia, Índia, Brasil, Polónia, Paquistão, México, Canadá, Itália, Nova Zelândia, África do Sul, Mongólia, Quirguistão, Cazaquistão, Coreia do Sul, Indonésia, Israel, Espanha, Portugal, Nigéria, Jordânia, Perú, Síria, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Mongólia, Vietname, Filipinas, Singapura e Polónia²⁷⁰.

Quadro 3 - Parcerias Estratégicas da China em 2014

Denominação mais Recente da Parceria Estratégica (ano)	País/ Organização/Ano da Criação da Parceria
<i>Long term and strategic partnership</i>	Brasil (1993)
<i>Strategic partnership of mutual trust and mutual benefit</i>	Austrália (2013)
<i>Comprehensive strategic partnership of coordination</i> (2011)	Rússia (1996)
<i>Building toward a constructive strategic partnership</i>	Estados Unidos da América (1997)
<i>Comprehensive strategic partnership</i>	União Europeia (2003), México (2003), Reino Unido (2004), Perú (2004), Espanha (2005), Portugal (2005), Cazaquistão (2005), Indonésia (2005), Grécia (2006), Dinamarca (2008), Sérvia (2009), Bielorrússia (2013), Argélia (2014)

269 Mo Hong'e (2011). “NATO Hopes to Strengthen Dialogue with China: NATO Chief”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english2010/indepth/2011-09/17/c_131143960.htm [acedido em 17 de junho de 2012].

270 O MDN tem ainda linhas de contacto direto (‘linhas vermelhas’) com os seus congéneres dos EUA, Rússia, Vietname, Coreia do Sul (neste último caso até ao nível dos QG’s das Regiões Militares, da MEPL e da FAEPL), Coreia do Norte, Mongólia, Mianmar, Índia e Paquistão. A primeira ‘linha vermelha’ foi operacionalizada com a Rússia em março de 2008 e mais recentemente (2014) com o Vietname.

Denominação mais Recente da Parceria Estratégica (ano)	País/ Organização/Ano da Criação da Parceria
<i>Strategic partnership</i>	Coreia do Sul (2003), Argentina (2004), Canadá (2005), Chile (2004), Nigéria (2005), Camboja (2006), Angola (2010), Turquia (2010), Mongólia (2011), Ucrânia (2011), Polónia (2011), Uzbequistão (2012), Emirados Árabes Unidos (2012), Tadjiquistão (2013), Turquemenistão (2013), Quirguistão (2013)
<i>New type of strategic partnership</i>	União Africana(2006)
<i>Comprehensive strategic partnership</i> (2010)	África do Sul (2004), Malásia (2013)
<i>Strategic partnership for common development</i>	Venezuela (2001)
<i>Close and lasting comprehensive strategic partnership</i>	França (2014)
<i>All-dimensional strategic partnership</i> (2014)	Alemanha (2004)
<i>Stable, friendly, long-term and sustainable strategic partnership</i>	Itália (2004)
<i>Strategic partnership of mutual benefit</i>	Irlanda (2012)
<i>All-weather strategic partnership</i>	Paquistão (2005)
<i>Strategic and cooperative partnership for peace and prosperity</i>	Índia (2005)
<i>Comprehensive strategic cooperative partnership</i>	Vietname (2008), Mianmar (2011), Tailândia (2012)
<i>Comprehensive strategic partnership of cooperation</i>	Laos (2009)
<i>Strategic and cooperative partnership</i>	Afeganistão (2012), Sri Lanka (2013)
<i>Strategic partnership for peace and security</i>	Associação de Países do Sudeste Asiático (2003)
Strategic partnership featuring mutual respect and common development	Oito Países/Ilhas do Pacífico (Fiji, Micronésia, Samoa, Papua Nova Guiné, Vanuatu, Ilhas Cook, Tonga e Niue) em 2014

Nota: A denominação das parcerias estratégicas com alguns países sofreu ajustamentos semânticos ao longo do tempo. Ver Feng Zhongping e Huang Jing (2014). *China's Strategic Partnership Diplomacy: Engaging with a Changing World*. ESP working paper n.º 8, pp. 18-19. Disponível em http://www.fride.org/download/WP8_China_strategic_partnership_diplomacy.pdf [acedido em 30 de julho de 2014].

Intercâmbio entre adidos de defesa e adidos militares

Nas últimas três décadas o número de adidos de defesa e adidos militares chineses passou de 58 para 308 distribuídos por 112 países e o número de países com adidos de defesa em Pequim passou de 45 para 102²⁷¹. Todos os adidos tanto chineses

271 Zhou Feng (2010). *Op. Cit.* Ao mesmo que tem expandido o número de adidos de defesa, em Portugal e desde 2012 a China deixou de ter um adido residente na embaixada em Lisboa (juntando-se Portugal no âmbito da CPLP a Cabo Verde, à Guiné Bissau e a São Tomé e Príncipe – este último por reconhecer Taiwan e como tal não ter relações diplomáticas com Pequim). O Brasil, Angola, Moçambique e Timor Leste a terem um adido de defesa residente. Em Lisboa ficou um oficial subalterno/capitão como intérprete e

como estrangeiros têm como *interface* institucional o Gabinete de Adidos de Defesa do MDN²⁷².

O papel dos adidos de defesa e dos adidos militares é fundamental na modelação das perceções externas do EPL e da China, não apenas pelos contactos pessoais e atividades profissionais que desenvolvem no âmbito da recolha de informação, da organização de visitas e do *marketing* de tecnologia militar nacional, como da sua supervisão das *webpages* das embaixadas e consulados dos países onde estão acreditados, nomeadamente da ligação para a respetiva secção militar, onde se reproduzem documentos e comunicações oficiais do EPL bem como notícias relativas à cooperação militar bilateral entre os respetivos países²⁷³.

No âmbito da modelação das perceções externas, o MDN organiza anualmente e em nome da ‘transparência militar’ mais de uma dezena de visitas a unidades do EPL para os adidos de defesa estrangeiros sediados em Pequim, que no entanto não têm muitas possibilidades de interagirem com os oficiais do EPL, exceto pelo canal oficial do MDN²⁷⁴. No ‘Dia do EPL’ (1 de agosto) é sempre realizada uma recepção comemorativa nas embaixadas da China que conta com a presença do corpo diplomático e dos adidos de defesa acreditados nesse país. Em Pequim é organizado um jantar anual que reúne todos os adidos e respetivos cônjuges, no qual estão presentes o Ministro da Defesa Nacional ou diretores e subdiretores de cada um dos Departamentos do EPL²⁷⁵. Vários adidos de defesa chineses têm sido louvados pelo trabalho que desenvolveram nos países onde desempenharam funções, contribuindo no léxico oficial para o ‘reforço da cooperação e entendimento mútuos’ (casos dos adidos de defesa na Bulgária, Brasil, Mongólia, Zimbabué, Eslováquia, México e Lituânia)²⁷⁶.

elemento de ligação com o adido de defesa sediado em Madrid, que passou a acumular os dois países. Portugal nunca teve um adido de defesa residente na sua embaixada em Pequim. A ausência de reciprocidade em termos de representação diplomática militar, associada ao inconsistente intercâmbio bilateral existente – com mais forma do que conteúdo - foram duas das justificações para este reajustamento diplomático da China, o que na prática consubstancia uma redução da importância atribuída a Portugal pelo MDN chinês, apesar de existir um mecanismo de diálogo bilateral estratégico em vigor e um acordo de cooperação bilateral de defesa ao nível dos Ramos das Forças Armadas dos dois países (conversa do autor com um diplomata chinês e um oficial do EPL sob regime de anonimato).

272 Yang Songhe (1999). *Op. Cit.*, p. 246.

273 No caso de Portugal a *webpage* da embaixada da China em Lisboa nunca fez referência às atividades de cooperação militar bilateral.

274 Sem Autor (2013). “Foreign Military Attachés Visit Guangzhou Theatre”. *Xinhua*. Disponível em <http://english.peopledaily.com.cn/90786/8235920.html> [acedido em 4 de junho de 2013]. Zhang Tao (2014). “Foreign Military Attaches Visit Armored Engineering Academy”. *Xinhua*. Disponível em <http://english.peopledaily.com.cn/90786/8235920.html> [acedido em 4 de junho de 2014]. Zhang Tao (2014). “Foreign Military Attaches Visit PLA Helicopter Brigade”. *China Military Online*. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-10/16/content_6182633.htm [acedido em 18 de outubro de 2014].

275 Zhang Tao (2013). “Foreign Military Attaché Corps in China Hold Annual Banquet”. *Xinhua*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2013-11/25/content_4476296.htm [acedido em 5 de dezembro de 2013].

276 Sem Autor (2008). “Chinese Military Attache in Bulgaria Awarded Medal for Promotion of Ties”. *Xinhua*. Disponível em <http://english.people.com.cn/90001/90776/90883/6334638.html> [acedido em 2 de maio de 2014]. Chang Qianjin and Qi Zhichong (2010). “Six Chinese Military Attaches Awarded Abroad”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2010-10/25/content_4203318.htm [acedido em 2 de maio de 2014].

A maioria dos adidos de defesa chineses é do Exército, se bem que ao longo da última década tem-se assistido a um incremento do número de adidos de defesa da Força Aérea, sendo que adidos navais e aeronáuticos só existem nos EUA, Alemanha e Reino Unido.

Visitas de delegações militares de alto nível

Desde 2002, anualmente e em média, 60 delegações militares chinesas de diversos níveis visitam entre 40 a 50 países e 80 a 100 delegações militares estrangeiras de cerca de 70 países são recebidas em Pequim. Cada diretor ou subdiretor de Departamento do EPL, chefe dos Ramos do EPL, da Academia de Ciências Militares Chinesas ou da Universidade de Defesa Nacional desloca-se ao estrangeiro duas vezes por ano²⁷⁷. O Ministro da Defesa e o diretor do Departamento Geral de Estado-Maior do EPL participam nas reuniões anuais da Organização de Cooperação de Xangai e da ASEAN Plus, não efetuando cada um mais do que três viagens por ano²⁷⁸.

Por fim e como nota de interesse, refira-se que aquando das visitas presidenciais, é importante verificar quem são os militares inseridos na comitiva oficial, pois permite-nos extrapolar a relevância dada ao país anfitrião em termos de cooperação militar, bem como se a delegação militar chinesa irá assinar algum pacote de medidas de incremento da relação bilateral ou se se limita a declarações protocolares de boas intenções, que são na verdade reflexo de um não aprofundamento da mesma.

Vendas de armamento, transferência de tecnologia militar e cooperação técnico-militar com outros países

Segundo o léxico oficial, “a China auxilia outros países na construção da respetiva defesa nacional, apoiando a utilização pacífica das tecnologias militares-industriais”²⁷⁹. As suas vendas de armamento assentam no respeito pelo Direito Internacional, com base em três princípios (que são uma crítica indireta à forma como os EUA vendem armamento a Taiwan): (1) que correspondam às necessidades justificadas de autodefesa por parte do país recetor; (2) que não afetem a estabilidade regional e internacional; e (3) que não interfiram com os assuntos internos dos países recetores²⁸⁰.

Apesar de a China ter começado em 2007 a enviar à ONU relatórios anuais sobre as despesas com a defesa nacional e continuar a enviar informação geral para o ‘Registo da ONU de Transferência de Armas Convencionais’ nas sete categorias por este definido, Pequim - tal como outras capitais - não divulga os números exatos das vendas de arma-

277 Heidi Holz e Kenneth Allen (2010). *Op. Cit.*, p. 441 e Zhou Feng (2010). *Op. Cit.*

278 Pequim voluntariou-se em 2014 para organizar em 2015 a reunião anual da ‘ASEAN Plus’, rompendo com o modelo até agora vigente de esta reunião ser organizada pelo país da ASEAN responsável pela reunião anual da organização. Yao Jianing (2014). “China ASEAN Defense Ministers’ Meeting Highlights Multilateral Military Diplomacy”. *PLA Daily*. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn> [acedido em 25 de maio de 2014].

279 Peng Guangqian, Zhao Zhiyin e Luo Yong (2010). *Op. Cit.*, p. 115.

280 Evan Medeiros e Bates Gill (2000). *Chinese Arms Exports: Policy, Players, and Process*. Carlisle Barracks: SSI, pp. 24-25. Disponível em http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2000/ssi_gill-medeiros.pdf [acedido em 2 de junho de 2014].

mento. Segundo o *Stockholm International Peace Research Institute*, a China tornou-se em 2012 no quinto maior exportador de armamento, ainda que a grande distância dos EUA (1.º) e da Rússia (2.º), sendo previsível que a curto prazo venha a atingir o terceiro lugar, destronando a Alemanha²⁸¹. Entre 2008 e 2012 as suas exportações aumentaram 162%, tendo na esmagadora maioria como clientes os países em desenvolvimento, em sintonia com a narrativa oficial de reforço do diálogo e cooperação Sul-Sul²⁸².

O relativo baixo custo das armas face à concorrência (segundo a denominação do almirante Guan Youfei vendidas a ‘preços de amigo’²⁸³) tem como maior cliente o Paquistão (com 55% das exportações chinesas em 2013) resultado do ambicioso programa de aquisição de aviões, fragatas e submarinos, que Islamabad pretende receber até 2020. Mas a base de exportação da China tem-se vindo a alargar na última década, com Myanmar a acolher 8% das exportações e o Bangladesh 7%, seguidos de perto pela Argélia, Venezuela e Marrocos, que têm comprado fragatas, aviões, carros de combate e viaturas de combate de infantaria²⁸⁴. Outros países compradores são a Argentina, o Benim, a Bolívia, o Camboja, o Chade, a Colômbia, o Congo, o Equador, o Egito, o Gabão, o Gana, a Indonésia, o Irão, o Quênia, o Laos, a Malásia, o México, a Namíbia, o Nepal, o Níger, a Nigéria, o Perú, o Ruanda, a Arábia Saudita, a Serra Leoa, o Sri Lanka, o Sudão, a Tanzânia, a Tailândia, Timor Leste, a Turquia, o Uganda, a Zâmbia e o Zimbabué.

Estas atividades são desenvolvidas ao abrigo de acordos de cooperação bilateral no âmbito da defesa que envolvem mais de 40 países e resultam de aturados processos negociais, tanto mais dilatados no tempo quanto mais sofisticados e onerosos forem os sistemas de armas a adquirir e as contrapartidas a eles associadas²⁸⁵.

Por fim, graças à evolução tecnológica da sua indústria de defesa, as empresas chinesas já não se limitam a expor os seus produtos no festival aéreo de Zhuhai (que já vai na sua décima edição), tendo desde 2010 começado a participar nos festivais aéreos do Dubai, de Farnborough no Reino Unido e no ‘EuroSatory’ em França.

Atividades ao Nível Operacional

De acordo com o léxico oficial, o EPL participa em exercícios militares bi e multilaterais, em respeito pelos princípios da sua política externa de não-alinhamento e não confrontação com outros países, e em prol do benefício e igualdade mútuos. Esta partici-

281 Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) (2014). *Global Arms Trade 2013*. Disponível em http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_toplist.php [acedido em 2 de junho de 2014].

282 Sem Autor (2013). “China’s Weapons Exports Go Global”. *Global Times*. Disponível em <http://mil.huanqiu.com/paper/2013-10/4488462.html> [acedido em 4 de novembro de 2013]. Para uma relação destes países e a crescente sofisticação tecnológica das armas vendidas pela China ver Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) (2014). *SIPRI Arms Transfers Database*. Disponível em http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php [acedido em 3 de junho de 2014].

283 Citado em David Shambaugh (2013). *Op. Cit.*, p. 303.

284 Michael Martina (2013). “World’s Top 5 Arms Exporters: China Replaces UK in Weapons Trade”. *Huffington Post*. Disponível em http://www.huffingtonpost.com/2013/03/18/worlds-top-5-arms-exporters_n_2899052.html [acedido em 16 de abril de 2013].

285 Yang Songhe (1999). *Op. Cit.*, p. 142.

pação tem sido crescente ao longo da última década, não apenas na quantidade como na qualidade dos meios projetados e na complexidade dos exercícios, revelando uma maior confiança e competência técnica e profissional do EPL na sua interação com as Forças Armadas de outros países.

Participação em exercícios multinacionais

Entre 2002 e 2010 o EPL participou em 44 exercícios conjuntos (32 dos quais entre 2006 e 2010) com 31 países em prol da defesa da confiança mútua, da salvaguarda da estabilidade e segurança regional, e da aceleração da sua modernização militar²⁸⁶.

Por estar mais institucionalizada, a Organização de Cooperação de Xangai tem sido privilegiada, em virtude do seu enfoque no ‘combate ao terrorismo’, que enforma o planeamento e condução dos exercícios da série ‘*Peace Mission*’ desde 2005, ainda que alguns dos resultados efetivos em termos de interoperabilidade das forças possam ser questionáveis²⁸⁷. A primeira participação do EPL em exercícios da SCO foi em 2004, no ‘*Coalition-2003*’, um exercício de combate ao terrorismo na região fronteiriça entre Xinjiang e o Cazaquistão.

Na dimensão marítima, a MEPL participou pela primeira vez em 2007 nos exercícios multinacionais bianuais da série ‘*Aman*’ (Paz) organizados pelo Paquistão no Mar da Arábia. A 23 de abril de 2009 a China organizou pela primeira vez, e por ocasião das comemorações do 60.º aniversário da MEPL, uma parada naval que contou com a participação de 21 navios e 31 aviões de 14 países.

Cinco anos depois, e na comemoração de mais um aniversário, a MEPL organizou pela primeira vez um exercício naval multinacional de busca e salvamento. Denominado ‘*Maritime Cooperation*’, para além de um assinalável número de navios da sua Esquadra do Mar do Norte, contou com a participação de meios navais da Índia, Paquistão, Malásia, Brunei, Bangladesh, Indonésia e Singapura²⁸⁸.

Por fim, e como notável desenvolvimento, apesar de ter estatuto de observador desde 1998, só em junho de 2014 a MEPL participou nos exercícios navais ‘*Pacific Rim*’ (RIM-PAC), organizados pelos EUA, tendo enviado um *destroyer*, uma fragata, um navio de reabastecimento, um navio hospital e um destacamento de operações especiais²⁸⁹.

286 Information Office of the State Council (2013). *The Diversified Employment of China's Armed Forces White Paper 2012*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-04/16/c_132312681.htm [acedido em 5 de maio de 2013].

287 Ver por exemplo Daniel Harnett (2012). “Looking Good on Paper: PLA Participation in the Peace Mission 2010 Multilateral Military Exercise” em Roy Kamphausen, David Lai e Travis Tanner (eds.), *Learning by Doing It: the PLA Trains at Home and Abroad*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, pp, 213-258.

288 A primeira edição do ‘*Maritime Cooperation*’ realizou-se em 2012 e foi um exercício bilateral sino-russo. Chen Jie (2014). “Maritime Cooperation 2014’ Multi-national Maritime Joint Exercise Kicks Off”. *People's Daily*. Disponível em <http://english.peopledaily.com.cn/90786/8609186.html> [acedido em 26 de abril de 2014].

289 Guo Renjie (2014). “Chinese Navy to Assign Naval Vessels for the ‘Rim of the Pacific 2014’ Exercise”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-06/09/content_5948685.htm [acedido em 10 de junho de 2014].

Quadro 4 - Exercícios Multilaterais do EPL entre 2009 e Dezembro de 2014

Ano	Nome do Exercício	Tipo de Exercício	Países Participantes
2009	<i>Aman 2009</i>	Naval	Organizado pelo Paquistão com a participação de 38 países
2010	<i>Peace Mission 2010</i>	Contraterrorismo e Patrulhamento Conjunto de Fronteiras (SCO)	Rússia, Quirguistão, Cazaquistão, Tajiquistão
2011	<i>Tian Shan 2 - 2011</i>	Contraterrorismo	Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão, Uzbequistão
	<i>Aman 2011</i>	Naval	Organizado pelo Paquistão com a participação de 39 países
	<i>Khaan Quest 11</i>	Operações de Manutenção da Paz (observador)	Mongólia, EUA, França, Alemanha, Índia, Japão, Paquistão, Coreia do Sul, Rússia, Tajiquistão, Reino Unido
2012	<i>Peace Mission 2012</i>	Contraterrorismo e Patrulhamento Conjunto de Fronteiras (SCO)	Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão, Uzbequistão
	<i>Cooperation Spirit 2012</i>	Apoio Humanitário e Socorro de Emergência	Austrália e Nova Zelândia
	<i>Khaan Quest 12</i>	Operações de Manutenção da Paz (observador)	Mongólia, EUA, Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, Índia, Rússia, Coreia do Sul, Tajiquistão, Reino Unido
2013	<i>Exercise in Brunei</i>	Naval	ASEAN
2014	<i>Khaan Quest 13</i>	Operações de Manutenção da Paz (observador)	Mongólia, EUA, Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, Índia, Indonésia, Nepal, Coreia do Sul, Rússia, Tajiquistão, Reino Unido e Vietname
	<i>Maritime Cooperation</i>	Naval (Busca e Salvamento)	Índia, Paquistão, Malásia, Brunei, Bangladesh, Indonésia e Singapura
	<i>Komodo</i>	Apoio Humanitário e Socorro de Emergência	Países da ASEAN, EUA, Rússia, Japão, Índia, Nova Zelândia, Coreia do Sul
	<i>Pacific Rim</i>	Naval	EUA, Singapura e Brunei
	<i>Khaan Quest 2014</i>	Operações de Manutenção da Paz (observador)	Mongólia, EUA, Austrália, Bangladesh, Bielorrússia, Canadá, República Checa, França, Alemanha, Hungria, Índia, Indonésia, Japão, Nepal, Paquistão, Polónia, Coreia do Sul, Rússia, Singapura, Turquia, Tajiquistão, Tailândia, Reino Unido
	<i>Peace Mission 2014</i>	Contraterrorismo (SCO)	Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão, Uzbequistão
	<i>Kowary 2014</i>	Busca e Salvamento	Austrália e EUA

Fontes: Information Office of the State Council of the People's Republic of China (2013). *The Diversified Employment of China's Armed Forces - White Paper 2012*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-04/16/c_132312681.htm. *PLA Daily*. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn/>. *Ministry of National Defense of People's Republic of China*. Disponível em <http://eng.mod.gov.cn/>. Yao Jianing (2014). "Kowary-2014' China-Australia-U.S. Joint Military Training Ended". *China Military Online*. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-10/31/content_6205429.htm.

Participação em exercícios bilaterais

O primeiro exercício bilateral conjunto realizado pelo EPL aconteceu em outubro de 2002 com forças militares do Quirguistão, na fronteira entre os dois países, e foi direcionado para o combate a grupos terroristas.

Em janeiro de 2003 iniciaram-se os exercícios bilaterais com a Rússia, ainda que este primeiro exercício realizado na fronteira da província de Heilongjiang tenha tido uma dimensão tão reduzida que não mereceu grande relevo noticioso. Só em julho de 2004 através de um ‘Memorando de Entendimento’ assinado pelos dois Ministros da Defesa é que se institucionalizou a realização anual de exercícios conjuntos.

Ainda neste ano a China iniciou uma série de exercícios bilaterais de combate ao terrorismo com o Paquistão (série ‘*Friendship*’), em Xinjiang.

Em 2006 a China e o Vietname iniciaram as primeiras patrulhas navais conjuntas no Golfo de Beibu, ano que foi ainda relevante porque consubstanciou a primeira vez que a Força Aérea do EPL efetuou uma missão fora da China, no âmbito do exercício bilateral ‘*Coordination-2006*’ de combate ao terrorismo e com o Tajiquistão.

No ano seguinte o EPL participou pela primeira vez no exercício ‘*Hand-in-Hand*’ com o Exército indiano, após uma primeira, mas modesta cooperação bilateral em janeiro de 2003. Em julho levou a cabo o primeiro exercício bilateral conjunto com forças militares de um país com o qual a China não tem fronteira: a Tailândia (série ‘*Strike*’).

Em 2013, aquando da realização do exercício ‘*Joint Sea*’ com a Rússia, a MEPL enviou o maior número e os mais modernos vasos de guerra para exercícios bilaterais (4 *destroyers*, 2 fragatas e 1 navio de reabastecimento). Em novembro o exercício naval de ajuda humanitária e socorro de emergência realizado com os EUA no Havai prefigurou-se - por inédito - como um relevante desenvolvimento na cooperação militar bilateral.

Em conclusão, desta tipologia de exercícios militares nota-se a preponderância atribuída ao combate ao terrorismo e a missões de socorro de emergência em caso de desastres naturais: duas missões fulcrais do EPL, dadas as preocupações associadas ao separatismo tibetano e uighur e o facto de a China ser em todo o mundo o país que mais é atingido anualmente por um largo espectro de desastres naturais, com graves impactos económicos e sociais²⁹⁰.

290 Ver Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (2014). “Complex Emergency Database”. Disponível em <http://cedat.be/>.

Quadro 5 - Exercícios Bilaterais do EPL entre 2008 e dezembro de 2014

Ano	Nome do Exercício	Tipo de Exercício	Países Participantes
2008	<i>Hand-in-Hand 2008</i>	Contraterrorismo	Índia
	<i>Strike 2008</i>		Tailândia
2009	<i>Cooperation 2009</i>	Contraterrorismo	Singapura
	<i>Country-Gate Sharp Sword 2009</i>		Rússia
	<i>Peace Angel</i>	Médico-sanitário	Gabão
	<i>Peacekeeping Mission 2009</i>	Operações de Manutenção da Paz	Mongólia
	<i>Peace Mission 2009</i>	Contraterrorismo	Rússia
	<i>Peace Shield 2009</i>	Contrapirataria	Rússia
	<i>Friendship Operation 2009</i>	Terrestre (Combate em áreas montanhosas)	Roménia
	Sem denominação	Naval	Singapura
	<i>Peace Angel 2009</i>	Médico-sanitário	Gabão
2010	<i>Blue Stryke/Blue Assault 2010</i>	Contraterrorismo	Tailândia
	<i>Cooperation 2010</i>		Singapura
	<i>Friendship 2010</i>		Paquistão
	<i>Friendship Operation 2010</i>	Terrestre (Combate em áreas montanhosas)	Turquia
	<i>Peace Angel 2010</i>	Médico-sanitário	Perú
	<i>Stryke 2010</i>	Contraterrorismo	Tailândia
	<i>Cooperation Spirit 2010</i>	Naval (Busca e salvamento)	Austrália
	<i>Cooperation Spirit 2010</i>	Naval	Nova Zelândia
	Sem denominação	Contrapirataria	Coreia do Sul
	Sem denominação	Busca e salvamento	Taiwan
	Sem denominação	Aéreo	Turquia
	Sem denominação	Terrestre	Turquia
Sem denominação	Naval (Busca e Salvamento)	Vietname	
2011	Sem denominação	Patrulhamento Conjunto de Fronteiras	Cazaquistão
	<i>Shabeen 1</i>	Aéreo	Paquistão
	Sem denominação	Contrapirataria	Tanzânia
	Sem denominação	Contrapirataria	Paquistão
	<i>Sharp Knife 2011</i>	Operações Especiais e Contraterrorismo	Indonésia
	Sem denominação	Naval	Vietname
	<i>Divine Eagle 2011</i>	Aerotransportado	Bielorrússia
	<i>Cooperation 2011</i>	Operações de Manutenção da Paz e Combate em Áreas Urbanizadas	Venezuela
	<i>Cooperation 2011</i>	Operações mecanizadas	Singapura
	<i>Friendship 2011</i>	Contraterrorismo	Paquistão
	<i>Cooperation Spirit 2011</i>	Apoio Humanitário e Socorro de Emergência	Austrália

Ano	Nome do Exercício	Tipo de Exercício	Países Participantes
2012	<i>Maritime Cooperation 2012</i>	Naval	Rússia
	Sem denominação	Contrapirataria	França
	<i>Blue Assault 2012</i>	Naval (Assalto anfíbio)	Tailândia
	<i>Sharp Knife 2012</i>	Contraterrorismo	Indonésia
	Sem denominação	Contrapirataria	Estados Unidos
	Sem denominação	Naval (Busca e salvamento)	Vietname
	<i>Cormorant Strike-2012</i>	Operações Especiais	Sri Lanka
	<i>Cooperation 2012</i>	Contraterrorismo	Colômbia
	Sem denominação	Operações Especiais	Jordânia
	Sem denominação	Apoio Humanitário e Socorro de Emergência	EUA
	<i>Divine Eagle 2012</i>	Aerotransportado	Bielorrússia
2013	Sem denominação	Contraterrorismo	Paquistão
	<i>Peace Mission 2013</i>	Contraterrorismo	Rússia
	<i>Frontier Defense Joint Determination 2013</i>		Quirguistão
	<i>Sharp Knife 2013</i>		Indonésia
	<i>Hand in Hand 2013</i>		Índia
	<i>Strike 2013</i>	Contraterrorismo	Tailândia
	<i>Joint Sea 2013</i>	Naval	Rússia
	Sem denominação	Apoio Humanitário e Socorro de Emergência	EUA
2014	Sem denominação	Patrulhamento Conjunto de Fronteira	Quirguistão
	<i>Joint Sea 2014</i>	Naval	Rússia
	Sem denominação	Naval	Irão
	<i>Peace Angel 2014</i>	Médico-sanitário	Paquistão
	<i>Sharp Knife Airborne 2014</i>	Contraterrorismo	Indonésia
	<i>Cooperation 2014</i>	Operações em áreas montanhosas	Singapura
	<i>Border Defense Cooperation 2014</i>	Contraterrorismo	Rússia
	<i>Hand-in-Hand 2014</i>	Contraterrorismo	Índia

Fontes: Information Office of the State Council of the People's Republic of China (2013). *The Diversified Employment of China's Armed Forces - White Paper 2012*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-04/16/c_132312681.htm. *PLA Daily*. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn/>. *Ministry of National Defense of People's Republic of China*. Disponível em <http://eng.mod.gov.cn/>. *China Military Online*.

Convite a observadores estrangeiros para visitarem unidades militares e assistirem a exercícios do EPL

Os adidos de defesa e/ou adidos militares, militares a frequentarem cursos na China e observadores militares de outros países têm sido convidados desde 2003 pelo MDN – ano do primeiro convite para o exercício *Northern Sword 0308U* realizado na

Mongólia interior - a assistirem a exercícios do EPL das séries ‘Northern Sword’, ‘Dragon’, ‘Warrior’, ‘Sharpening’, ‘Libing’, ‘Qianfeng’, ‘Queshan Vanguard’ e ‘Iron Fist’, registrando-se uma média de presenças de 60 observadores militares por exercício, oriundos de 50 países²⁹¹.

Participação em organizações e fóruns de segurança regional

As principais chefias do EPL têm participado em reuniões setoriais da SCO, nas reuniões dos Ministros da Defesa China-ASEAN, nas reuniões dos Ministros da Defesa ‘ASEAN Plus’ (ASEAN mais China, Japão e Coreia do Sul), no ‘ASEAN Regional Forum’, na ‘Conference on Interaction and Confidence Building Measures in Asia’, no ‘Council for Security Cooperation in the Asia Pacific’, na ‘Munich Conference on Security Policy’, e no ‘Asia Security Summit’, e no ‘The Shangri-La Dialogue’ do *International Institute of Strategic Studies*. No plano estratégico-operacional o EPL tem participado no ‘Western Pacific Naval Symposium’, na ‘Asia-Pacific Submarine Conference’, no ‘Galle Dialogue International Maritime Conference’ e desde 2009 e 2010 passou a organizar anualmente, e respetivamente, o ‘Zhongshan Forum’ e o ‘Xiangshan Forum’ (quadro 6) como plataformas de análise, discussão e propostas de mecanismos de cooperação militar asiática no plano multilateral²⁹². O objetivo é torná-los eventos de importância similar à Conferência de Munique e ao ‘Shangri-La Dialogue’, passando do atual modelo de ‘track two diplomacy’ para ‘1.5 track diplomacy’²⁹³.

No caso das reuniões setoriais da SCO e entre Ministros da Defesa China-ASEAN e da ARF, têm sido organizados em paralelo, exercícios militares multilaterais conjuntos no âmbito de ajuda humanitária e socorro de emergência em caso de desastres naturais.

291 Ver Alexandre Carriço (2010). “A Cooperação Militar Chinesa”. *Relações Internacionais* n.º 26, pp. 25-37. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n26/n26a02.pdf> [acedido em 2 de novembro de 2012]. Zhang Tao (2013). “Foreign Military Attaches Observe ‘Queshan Vanguard-2013B’ Exercise”. Ministry of National Defense. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2013-11/06/content_4474007.htm [acedido em 7 de julho de 2013].

292 Também não deixa de ser curiosa a participação de militares do EPL ou de representantes do Ministério da Segurança do Estado como ligados à Associação Chinesa para a Paz e Desarmamento na qualidade de ‘investigadores civis’ em conferências e seminários internacionais sobre controlo de armamento. Larry Wortzel (2013). *Op. Cit.*, p. 159.

293 Zhang Tao (2014). “China Initiates Multilateral Defense Dialogue”. *China Military Online*. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/news-channels/2014-11/25/content_6240090.htm [acedido em 26 de novembro de 2014].

Quadro 6 - Participação do EPL em Fóruns Internacionais de Segurança e Defesa

Ano de Início da Participação do EPL	Fórum	Enfoque Temático	País Organizador	Países Participantes na 1.ª edição
1988	<i>Western Pacific Naval Symposium</i>	Debate e aprovação de medidas criadoras de confiança no plano marítimo e naval	Rotativo (China pela primeira vez em 2014 e novamente em 2024)	21 países + 3 como observadores
1999	<i>Conference on Interaction and Confidence Building Measures in Asia</i>	Debate formal e multilateral sobre medidas criadoras de confiança e segurança na região da Ásia-Pacífico	Rotativo (China pela primeira vez em 2013). China ocupa a presidência entre 2014-2016	26 países + 11 como observadores
2002	<i>IISS Asia Security Summit: The Shangri-La Dialogue</i>	Intercâmbio oficioso entre representantes dos Ministérios da Defesa dos países da Ásia-Pacífico.	Singapura	Em média 23 países
2002	<i>Munich Conference on Security Policy</i>	Intercâmbio de perspectivas sobre a segurança europeia, transatlântica e global	Alemanha	Em média 28 países
2004	<i>ASEAN Regional Forum</i>	Debate sobre medidas criadoras de confiança e segurança na região da Ásia-Pacífico	Rotativo entre países da ASEAN	27 países
2006	<i>Xiangshan Forum</i>	Debate sobre segurança na Ásia-Pacífico	China	47 países na edição de 2014
2007	<i>Shanghai Cooperation Organization</i>	Cooperação de segurança (em especial, quanto a terrorismo, separatismo e extremismo), económica e cultural.	Rotativo (China detém o secretariado permanente)	6 países + 5 países observadores
	<i>Council for Security Cooperation in the Asia Pacific</i>	Diálogo não-governamental (<i>track II</i>) sobre questões de segurança na região da Ásia-Pacífico	Rotativo (China pela primeira vez em 2013)	20 países
2008	<i>Asia-Pacific Submarine Conference</i>	Medidas criadoras de confiança entre forças de submarinos das Marinhas da Ásia-Pacífico	Rotativo	18 países
2009	<i>Zhongsan Forum</i>	Debate sobre teorias e operações militares	China	87 países presentes na edição de 2014
2010	<i>Galle Dialogue International Maritime Conference</i>	Cooperação marítima e naval no Oceano Índico	Sri Lanka	35 países

Fontes: Sem Autor (2013). “PLAN Attends Asia-Pacific Submarine Conference in Japan”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2013-07/23/content_5416757.htm. Zhang Tao (2013). “PLAN Delegation Attends 4th Galle Dialogue International Maritime Conference in Sri Lanka”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2013-11/26/content_5565454.htm. Yao Jianing (2014). “China Applies to Host 2024 WPNS”. *Xinhua*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-04/25/content_5880152.htm. *China Military Online*.

Escalas de navios da Marinha do EPL em portos de outros países

Hu Jintao afirmou em 2009, aquando das comemorações do 60.º aniversário da MEPL, que “como os oceanos cobrem 70% da superfície da Terra e 80% da população mundial vive em áreas costeiras, é impossível construir um mundo harmonioso sem oceanos harmoniosos, e é impossível alcançar a harmonia mundial sem uma harmonia nos oceanos. O incremento do intercâmbio entre as Marinhas dos diversos países no plano da cooperação e segurança internacional é essencial para este desiderato, pelo que a Marinha do Exército Popular de Libertação participará ativamente na sua concretização”²⁹⁴.

É explícito o reconhecimento da importância vital dos oceanos e das linhas de comunicação marítima para o desenvolvimento económico do país e, paralelamente, a contribuição para reforçar a projeção do *soft power* da China através de uma imagem externa positiva da MEPL como força militar de autodefesa e de paz, por via da sua participação em ações de combate à pirataria, ao contrabando, ao narcotráfico e tráfico humano por via marítima, e à poluição marítima.

As atividades que a MEPL tem levado a cabo no sentido de tornar ‘mais harmoniosos os oceanos’ incluem: receção de navios de Marinhas de outros países em portos chineses e escala dos seus navios em portos de outros países; participação em fóruns navais multinacionais; participação em exercícios navais multinacionais e bilaterais conjuntos; emprego do navio-hospital ‘*Peace Ark*’ em missões humanitárias de apoio médico sanitário em África, na Ásia e na América Latina; participação desde dezembro de 2008 na missão internacional de combate à pirataria e de escolta a navios da marinha mercante no Golfo de Áden e na Somália.

As escalas em portos são importantes em termos de projeção de uma boa imagem da MEPL, porque para além do reabastecimento dos navios permite participar em exercícios navais de busca e salvamento (SAREX) com as Marinhas dos países onde fazem escala (e só iniciados em 2003), desenvolver laços de amizade através de competições desportivas entre as guarnições, efetuar visitas guiadas aos navios por parte de delegações militares ou do público em geral, para além de neles se poderem organizar receções diplomáticas oficiais, reforçadoras da narrativa de ‘harmonia e desenvolvimento pacífico’ - via conceito de ‘oceano harmonioso’ (*hexie haiyang*).

Desde 1990 que a China tem acolhido escalas de navios de guerra de vários países como os EUA, Austrália, Espanha, França, Irlanda, Canadá, Turquia, Malásia, Filipinas, Bélgica, Chile, Itália, Reino Unido, Rússia, Paquistão, México, Índia, Coreia do Sul, Indonésia, Alemanha, Singapura e Japão, sendo a França o país que com mais frequência tem tido navios a fazerem escalas em portos chineses²⁹⁵.

A primeira viagem de intercâmbio cooperativo da MEPL com Marinhas congéneres ocorreu em novembro de 1985, quando uma pequena *task force* naval composta pelo

294 Sem Autor (2009). “China Holds Landmark Naval Parade”. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=0G8JTel6HBY> [acedido em 6 de maio de 2014].

295 Matsuda Yasuhiro (2006). “An Essay on China’s Military Diplomacy: Examination of Intentions in Foreign Strategy”. *NIDS Security Studies* n.º 3, p. 20. Disponível em http://www.nids.go.jp/english/publication/kiyo/pdf/bulletin_e2006_2_Matsuda.pdf [acedido em 18 de novembro de 2012].

destroyer ‘*Hefei*’ e o navio de reabastecimento ‘*Fengchang*’ visitou o Paquistão, o Sri Lanka e o Bangladesh. Entre 1985 e 2000 (com exceção de 1986, 1987, 1988, 1991, 1992 e 1999) uma *task force* da MEPL efetuou escalas em portos no Índico e no Pacífico (incluindo os EUA) e, na sequência, desenvolveram todo um conjunto de atividades operacionais e diplomáticas²⁹⁶.

Entre 2000-2007, em média, e anualmente, duas *task forces* efetuaram escalas em diversos portos, alargando mais o espectro geográfico de projeção naval, passando a incluir países europeus (como Portugal em 2002) e da América do Sul²⁹⁷. Durante este período é de realçar a primeira viagem de circunavegação da MEPL, realizada entre 15 de maio e 23 de setembro de 2002, tendo o destroyer ‘*Qingdao*’ e o navio de reabastecimento ‘*Tai-cang*’ feito escalas em 10 países dos cinco continentes, dando início a uma nova fase desta componente da diplomacia militar chinesa.

O ano de 2007 foi igualmente relevante porque a MEPL participou pela primeira vez no exercício ‘*Aman-07*’ no Paquistão (que envolveu 27 países, oito dos quais enviaram navios de guerra), tendo a MEPL planeado e comandado pela primeira vez o exercício multinacional SAREX com 12 navios de oito países. O sucesso desta participação deu-lhe acrescida confiança para o exercício anual ‘IMDEX’ em Singapura (dois meses depois do ‘*Aman*’) e no ‘*Western Pacific Naval Symposium*’, bem como para enviar uma pequena *task force* com o destroyer ‘*Guangzhou*’ e um navio de reabastecimento pela primeira vez até ao porto de São Petersburgo, por ocasião das comemorações do ‘Ano da China’ na Rússia. No regresso esta *task force* efetuou exercícios SAREX com a Marinha do Reino Unido (e pela primeira vez com um porta-aviões, o ‘*Ark Royal*’) e subsequentemente com a Marinha francesa e a Marinha espanhola aquando de escalas em portos destes países.

O ano de 2008 materializou a terceira fase de projeção internacional da MEPL, com o início da sua participação em dezembro na missão de combate à pirataria no Golfo de Áden, para a qual tem enviado sempre os seus mais recentes e sofisticados *destroyers* (da classe ‘*Lanyang*’ e ‘*Jiangkai II*’) acompanhados alternadamente pelos decanos navios de reabastecimento ‘*Qiandaohu*’ e ‘*Qinghaihu*’, cuja utilização intensiva obrigará à sua substituição a breve trecho.

Sempre que uma *task force* da MEPL conclui a sua missão de 3 a 4 meses no Golfo de Áden aproveita para efetuar escalas em diversos portos e não necessariamente naqueles que fazem parte da rota mais curta de regresso à China²⁹⁸. Por exemplo em dezembro de 2013,

296 Michael McDevitt (2012). “PLA Naval Exercises with International Partners” em Roy Kamphausen, David Lai e Travis Tanner (eds.), *Learning by Doing It: the PLA Trains at Home and Abroad*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, pp. 89-90.

297 Michael McDevitt (2012). *Op. Cit.*, pp. 93-95.

298 Por exemplo duas fragatas (a ‘*Huangshan*’ e a ‘*Hengyang*’) e o navio de reabastecimento ‘*Qinghaihu*’ fizeram uma escala de cinco dias em Lisboa em abril de 2013 antes seguirem para França, para só depois regressarem à China. Esta foi a segunda vez que navios da MEPL fizeram uma escala em Lisboa. Sem Autor (2013). “Marinheiros Chineses Deixam Prateleiras Vazias de Leite em Pó na Partida de Lisboa”. *Público*. Disponível em <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/navios-chineses-deixam-prateleiras-vazias-de-leite-em-p-na-partida-de-lisboa-1591916> [acedido em 10 de abril de 2014]. Não deixa de ser curioso - por pejorativo

e pela primeira vez, um *destroyer*, uma fragata e um navio de reabastecimento da MEPL atravessaram o Estreito de Magalhães, depois de escalas em portos do Brasil, Argentina e Chile, e após terem terminado a missão no Golfo de Áden. O mesmo aconteceu entre maio e junho de 2014 quando outra *task force* fez uma viagem de circunavegação de África para comemorar o 50.º aniversário das relações diplomáticas entre a China e a maioria dos países do continente, aportando na Tunísia, Senegal, Costa do Marfim, Nigéria, Camarões, Angola, Namíbia e África do Sul. É também de realçar o facto de em 2014, e pela primeira vez, um submarino da MEPL ter feito uma escala num porto do Índico (em Colombo no Sri Lanka)²⁹⁹.

Por fim, mas não menos importante como instrumento fundamental ao serviço da diplomacia militar e reforço do conceito de ‘oceano harmonioso’ são as viagens do navio-hospital ‘*Peace Ark*’ e a sua ‘*band aid diplomacy*’. Durante as missões ‘*Harmony 2010*’, ‘*Harmony 2011*’, ‘*Harmony 2013*’ e ‘*Harmony 2014*’, em escalas em portos de diversos países, a sua tripulação prestou um significativo e gratuito apoio médico-sanitário à população local (quadro 7).

Quadro 7 - Missões e Escalas em Portos do Navio-Hospital ‘*Peace Ark*’

Ano	Missões/Exercícios	Escalas em Países/Portos	Apoio Médico-Sanitário Prestado
2009	Mar do Sul da China	Ilhas Spratly e Paracel	Guarnições do EPL estacionadas nestas ilhas
2010	<i>Harmony Mission 2010</i>	Golfo de Áden, Djibouti, Quênia, Tanzânia, Seychelles e Bangladesh	Cerca de 15 mil pacientes atendidos e 97 cirurgias realizadas
2011	<i>Harmony Mission 2011</i>	Trinidade e Tobago, Jamaica, Cuba e Costa Rica	Cerca de 16 mil pacientes atendidos e 118 cirurgias realizadas
2013	<i>Harmony Mission 2013</i>	Indonésia, Brunei, Maldivas, Golfo de Áden, Paquistão, Camboja Índia, Bangladesh e Mianmar	Participação no exercício militar conjunto multinacional organizado aquando da reunião dos Ministros da Defesa da ASEAN+10 e tratamento médico a cerca de 14 mil pacientes
	Filipinas (tufão ‘Haiyan’)	Filipinas	Cerca de 3 mil pacientes atendidos e vacinação de 7 mil pessoas
2014	Exercício naval multinacional RIMPAC	EUA (Hawai)	Militares dos 22 países participantes no exercício
	<i>Harmony Mission 2014</i>	Tonga, Fiji, Vanuatu, Papua Nova Guiné	Cerca de 400 pacientes atendidos por dia em cada porto

Fonte: Ministry of National Defense (2014). *Military Operations Other Than War*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/Database/MOOTW/index_5.htm.

da imagem externa do país - o título escolhido pelo jornal para noticiar a escala dos navios da MEPL em Lisboa, resultante do escândalo de leite-em-pó da marca Sanlu na China.

299 Dong Zhaohui (2014). “PLA Navy Submarine Visits Sri Lanka”. *China Military Online*. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-09/24/content_6152669.htm [accedido em 3 de outubro de 2014].

Lançado ao mar em dezembro de 2008, e após os primeiros testes de mar, o *'Peace Ark'* participou em abril de 2009 na parada naval comemorativa do 60.º aniversário da MEPL, tendo sido um dos três navios que os adidos defesa e adidos navais presentes nas cerimónias puderam visitar, recolhendo rasgados elogios quanto à sua capacidade de apoio médico-sanitário (428 médicos e enfermeiros, 300 camas de hospital e 8 salas de cirurgia). Na verdade, a entrada ao serviço do *'Peace Ark'* foi o culminar de um processo iniciado em 1976 e acelerado a partir de dezembro de 2004 com a promulgação das 'Novas Missões Históricas do EPL' bem como da perceção do governo de que havia perdido uma boa oportunidade de demonstrar o assumir das suas responsabilidades de solidariedade regional aquando do sismo no oceano Índico, que gerou um devastador *tsunami* que provocou dezenas de milhares de vítimas. Ao contrário dos EUA que enviaram o porta-aviões *'Abraham Lincoln'* e o navio-hospital *'Mercy'*, no âmbito da operação *'Unified Assistance'*, a China limitou-se a conceder donativos (que ficaram aquém das expectativas e das suas reais possibilidades) e a enviar algumas equipas médicas e de busca e salvamento (sem apoio logístico próprio). Em resultado, o arguto ex-Presidente de Singapura, Lee Kuan-Yew afirmou que "... os americanos fizeram o melhor e trouxeram o melhor... O *hard power* dos EUA ampliou o seu *soft power*... A China terá de melhorar neste ponto"³⁰⁰. Como sublinhou Bruce Elleman, "quando visto sob o prisma do conceito confucionista de humanismo (*ren*) os meios militares e civis disponibilizados pelos EUA eclipsaram os meios chineses... revertendo a imagem negativa que Washington tinha na região desde o início da guerra do Iraque"³⁰¹.

O *'Peace Ark'* veio colmatar esta lacuna, não deixando de ser importante relevar o facto de, nas notícias sobre as suas missões, ser recorrente o recurso propagandístico às viagens do almirante Zheng He no início do século XV (Dinastia Ming) pelo Mar do Sul da China, Oceano Índico e Pacífico ocidental, como exemplos históricos representativos de elementos confucionistas de 'paz e benevolência da civilização chinesa' no contacto com outros povos. Esta é uma asserção de 'recordação seletiva' ou 'esquecimento seletivo' da história, que simplifica o facto de as expedições terem tido contornos bem mais complexos, associados a manobras internas de luta pelo poder bem como o facto de a força ter sido utilizada pelos soldados chineses, ainda que de forma limitada³⁰².

Poucos meses depois da já referida incapacidade demonstrada pela MEPL em apoiar as populações afetadas pelo *tsunami* no sudeste asiático, as comemorações do

300 Lee Kuan Yew (2005). "Competition in Compassion". *Forbes*. Disponível em <http://www.forbes.com/forbes/2005/0418/039.html> [acedido em 12 de abril de 2013].

301 Bruce Elleman (2007). *Waves of Hope: The U.S. Navys' Response to the Tsunami in Northern Indonesia*. Newport Papers n.º 28. Newport: Naval War College Press, p. 104. Disponível em <http://www.dtic.mil/get-tr-doc/pdf?AD=ada463367> [acedido em 17 de fevereiro de 2012].

302 Edward Dryer classifica as viagens de Zheng He como exercícios de projeção de poder, tendo o almirante recorrido à força militar de forma limitada em Palembang na Sumatra, em Java e em Ayutthaya - atual Tailândia. Edward Dryer (2006). *Zheng He: China and the Oceans in the Early Ming Dynasty, 1405-1433*. Cambridge: Pearson, p. xii. Louise Levathes (1997). *When China Ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-1433*. Oxford: Oxford University Press, pp. 114-118.

600.º aniversário das viagens do ‘almirante-eunuco’, iriam fornecer a oportunidade para minimizar os danos imagéticos gerados tanto no plano interno como externo, fazendo-as coincidir com o reforço da narrativa associada à grande estratégia de ‘desenvolvimento pacífico’: ilustrada na edição desse ano do ‘Livro Branco sobre o Caminho do Desenvolvimento Pacífico’ que refere o “espírito benevolente, cooperativo e não-hegemónico do almirante”³⁰³; na organização entre 2005 e 2006 de uma exposição itinerante do Museu Nacional da China sobre as viagens de Zheng He, que passou por Singapura, Malásia, Bangladesh, Malta e EUA; no apoio à criação em Singapura da ‘Sociedade Internacional Zheng He’, com a missão de divulgar as suas viagens e feitos; no incremento das visitas a portos asiáticos por parte do navio de treino ‘Zheng He’ (construído em 1987 e que visita com frequência portos da Coreia do Sul, Tailândia, Japão, e Vietname³⁰⁴); e na inserção da iconografia associada a Zheng He na cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos em 2008.

As persistentes referências narrativas ao almirante enfatizam quatro mensagens: (1) a grandeza da civilização chinesa, com fomento do patriotismo e reforço da identidade nacional; (2) o contacto pacífico e não colonizador que teve com os povos que encontrou (*i.e.* numa crítica moralista aos países ocidentais e geradora de uma melhor imagem e atratividade da China); (3) que o país tem uma orgulhosa tradição marítima que antecede as viagens de Vasco da Gama, Cristóvão Colombo e Fernão de Magalhães; e (4) que o almirante deve ser visto como o precursor da ‘abertura da China ao mundo’ e do atual processo de ‘rejuvenescimento nacional’ em curso, no qual o mar tem um papel relevante³⁰⁵.

Esta narrativa, tida como atrativa para a população chinesa e para o público-alvo do sudoeste e sudeste asiático e de África (onde a MEPL terá uma cada vez maior preponderância estratégica), não se cansa de sublinhar a mensagem da sua natureza defensiva e pacífica como *standard* operacional, em linha com o conceito de ‘oceano harmonioso’. Ao abrigo deste, o poder naval da China deve ser bem acolhido por ser diferente do das potências ocidentais, que colonizaram alguns desses países no passado – uma tentativa de reavivar a ‘ferida ocidental do estigma colonial’, que por culpa própria nunca foi devidamente sarada.

303 Information Office of the State Council of the People’s Republic of China (2005). *China’s Peaceful Development Road*. Disponível em <http://www.gov.cn/english/2005/Dec/152669.htm> [acedido em 28 de agosto de 2013]

304 Ouyang Dongmei (2007). “First Naval Training Ship Unit Acquires Comprehensive Practice Support Capabilities”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/SpecialReports/2007-05/15/content_4098566.htm [acedido em 14 de abril de 2014].

305 Um editorial escrito em 2005 por ocasião das comemorações é particularmente ilustrativo destes quatro pontos. Sem Autor (2005) “Heping Zhilu, Bosan Wenming: Jinian Zheng He Xia Xiang 600 Zhounian” (Viagem Pacífica, Semente da Civilização: Comemorando o 600.º Aniversário das Viagens de Zheng He). *Renmin Ribao* (Diário do Povo). Disponível em <http://www.people.com.cn/GB/32313/32330/3506449.html> [acedido em 12 de julho de 2011]. Ver também Sem Autor (2005). “People’s Daily Calls for Peaceful Development in Spirit of Ancient Navigator”. *People’s Daily*. Disponível em http://english.peopledaily.com.cn/200507/12/eng20050712_195546.html [acedido em 12 de abril de 2012].

Em resumo, podemos deduzir que a construção do navio-hospital ‘*Peace Ark*’ teve como objetivos: potenciar o orgulho nacional; apoiar operações militares, humanitárias e de socorro de emergência em mares distantes; conduzir ações de diplomacia militar; catalisar a imagem externa do país como ‘potência responsável’ (poder reputacional e representacional da China³⁰⁶). Como afirma o estrategista naval, Zhang Junshe:

“Através de escalas em diversos portos, de missões humanitárias de socorro a vítimas de desastres naturais como aquando do tufão que assolou as Filipinas em 2013, do apoio médico-sanitário a populações necessitadas de países africanos, asiáticos e sul-americanos, das escoltas ao transporte marítimo das armas químicas da Síria em 2014, da participação em missões de combate à pirataria no Golfo de Áden e de missões de busca e salvamento como a do avião desaparecido *Malaysia Airlines* [...] e do seu contributo para a aprovação multinacional formal de um ‘Código de Conduta para Encontros Inopinados no Mar’ no *Western Pacific Naval Symposium* de 2014, (organizado pela China), a MEPL tem vindo a consolidar operacionalmente o conceito de ‘oceano harmonioso’, demonstrando a sua validade”³⁰⁷.

Intercâmbio no Âmbito da Formação e Qualificação de Militares

Esta é uma área na qual a informação disponibilizada pelos *media* chineses é escassa, dado o facto de os sujeitos destas ações serem oficiais superiores entre os postos de tenente-coronel e major-general, ao contrário das visitas de alto nível, das escalas de navios da MEPL em portos estrangeiros, das missões da ONU onde o EPL participa, bem como dos exercícios militares bilaterais e multinacionais. Mesmo assim alguns dados quantitativos que não qualitativos podem ser mencionados.

Envio de oficiais chineses para frequência de cursos no estrangeiro e formação e treino de forças estrangeiras

Entre 1996 e 2003 a China enviou mais de 1300 militares para frequentarem cursos em 20 países (a maioria dos quais para os EUA, França, Alemanha e Reino Unido, mas essencialmente para a Rússia), resultado do extenso programa de aquisição de sistemas de

306 Para um excelente estudo sobre os navios-hospitais da MEPL, ver Peter MacKenzie (2011). *Red Crosses, Blue Water: Hospital Ships and China's Expanding Naval Presence*. CNA China Studies. Disponível em [http://www.cna.org/sites/default/files/research/Red%20Crosses,%20Blue%20Water%20D0025784%20A1%20\(2\).pdf](http://www.cna.org/sites/default/files/research/Red%20Crosses,%20Blue%20Water%20D0025784%20A1%20(2).pdf) [acedido em 3 de outubro de 2011].

307 O Código de Conduta começou a ser elaborado em 2000 e na versão final estabelece um conjunto de regulamentações e de procedimentos de comunicação, bem como direitos e obrigações dos navios de guerra e de aviões em caso de incidentes no mar. Ver Zhang Tao e Yao Jianing (2014). “PLAN Deputy Commander: Promote Peace Together, Achieve Win-Win Cooperation”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-04/25/content_5881528.htm [acedido em 26 de abril de 2014]. Zhang Junshe (2014). “Chinese Navy, Constructive Force in Building Harmonious Ocean”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/pla-daily-commentary/2014-04/23/content_5878120.htm [acedido em 28 de abril de 2014].

armas a Moscovo, iniciado em meados da década de noventa³⁰⁸. Entre 2004 e 2006 foram enviados 500 militares para 20 países³⁰⁹. Este número aumentou entre 2006-2010, com mais de 1.200 militares a frequentarem cursos de formação e qualificação no estrangeiro em quase 100 academias militares, universidades e institutos de 30 países³¹⁰. Em média, e desde então, o país envia cerca de 200 militares (maioritariamente do Exército e da Força Aérea), por ano para cursos em quase 30 países, nomeadamente Estados Unidos, França, Reino Unido, Alemanha, Espanha, Itália, Brasil, Rússia, Canadá, Índia, Paquistão, Austrália, Japão, África do Sul, Israel e Turquia³¹¹.

Na formação técnica de forças a China tem tido um papel bastante ativo na desmilitarização, onde desde 1999 o EPL forneceu treino com a duração de mês e meio a mais de 400 especialistas estrangeiros e doou equipamento a mais de 40 países, fazendo questão de enfatizar que este é um dos vetores mais ilustrativos da sua narrativa de paz, segurança e cooperação internacional³¹².

Frequência de cursos de curta e longa duração na China por oficiais estrangeiros

De acordo com o MDN, desde 1949, a China treinou e formou mais de 50 mil militares estrangeiros de 130 países, dos quais 1.245 entre 1998 e 2003 oriundos de 91 países³¹³ e mais 10 mil entre 2003 e 2010³¹⁴.

Das 67 academias e institutos militares do EPL, cerca de metade estão abertos à frequência de cursos por militares estrangeiros, variando a sua duração entre um mês e três anos.

A referência nacional é o Colégio de Estudos de Defesa da Universidade de Defesa Nacional localizado em Changping³¹⁵, nos arredores de Pequim. O Colégio organiza anualmente, desde 1999, um Curso de Segurança Internacional com a duração de um mês, vocacionado para oficiais superiores e civis especialistas em questões de segurança e defesa da Ásia-Pacífico, contando em média com mais de meia centena de participantes

308 People's Republic of China Ministry of National Defense (2004). *China's National Defense in 2004*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2004.htm>. David Shambaugh (2013). *Op. Cit.*, p. 300.

309 Zhang Qingsheng (2007). "Zhongguo de Junshi Waijiao" (A Diplomacia Militar da China). *Xuexi Shibao* (Tempos de Estudos), p. 24.

310 Ver Zhou Feng (2010). *Op. Cit.*

311 Conversa do autor com oficial do EPL em 2012. Em Portugal, um major do EPL frequentou o Curso de Estado-Maior do Instituto de Altos Estudos Militares (atual Instituto de Estudos Superiores Militares) em 1997 e em 2002, o então adido de defesa (um coronel superior), frequentou o Curso de Auditores de Defesa Nacional do Instituto da Defesa Nacional.

312 Information Office of the State Council of the People's Republic of China (2013). *The Diversified Employment of China's Armed Forces - White Paper 2012*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-04/16/c_132312681.htm [accedido em 23 de abril de 2014]. Chen Jie (2013). "China Provides Mine Clearance Training to Cambodian Soldiers". *Xinhua*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2013-12/06/content_5680426.htm [accedido em 18 de junho de 2013].

313 People's Republic of China Ministry of National Defense (2004). *China's National Defense in 2004*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2004.htm>.

314 David Shambaugh (2013). *Op. Cit.*, p. 301.

315 Sucessor da escola de guerrilha criada no mesmo local em meados da década de cinquenta e que recebeu centenas de alunos de vários países durante quase vinte anos. Anne-Marie Brady (2003). *Op. Cit.*, p. 104 e nota p. 115.

de outros tantos países³¹⁶. Faz também conferências e colóquios internacionais sobre temas de segurança e defesa e três cursos de Estado-Maior com a duração de um ano (exclusiva e respetivamente para oficiais superiores da África francófona, da América Latina e dos países árabes)³¹⁷. Mais recentemente a Universidade de Línguas Estrangeiras em Luoyang (por onde passam os militares ligados ao 2.º Departamento do DGPEM do EPL), abriu as portas à frequência de cursos por alunos estrangeiros.

Segundo o então Presidente da Universidade de Defesa Nacional, o general Pei Huailiang, os “cursos visam aumentar a compreensão dos alunos estrangeiros sobre a história e a cultura chinesa, as políticas de reforma, de abertura ao exterior e de defesa nacional, mas também o entendimento e a confiança mútuos”³¹⁸.

Um exemplo desta ligação entre cultura e defesa foi o facto de em 9 de novembro de 2009, o então Chefe do Estado-Maior da Força Aérea do EPL e atual vice-Presidente da Comissão Militar Central, o general Xu Qiliang, ter liderado a visita a Qufu (cidade natal de Confúcio) de 32 oficiais das Forças Aéreas de outros tantos países e que estiveram presentes no ‘Fórum Internacional sobre a Paz e o Desenvolvimento’. Depois de uma visita à caverna onde Confúcio terá nascido e ao complexo museológico construído por 500 milhões de dólares, os oficiais estrangeiros foram informados que a ‘cidade santa do oriente’ recebe cerca de 4.4 milhões de visitas por ano, ultrapassando a sua ‘congénere’, Jerusalém. As delegações assistiram ainda a uma palestra sobre a vida e os ensinamentos de Confúcio e a perenidade da aplicabilidade dos mesmos ao conceito de ‘sociedade harmoniosa’ e à visão de ‘mundo harmonioso’, tendo no final sido presenteados com uma edição bilingue de luxo dos ‘*Analetos*’ e um CD sobre a vida de Confúcio³¹⁹.

Convite a militares para lecionarem e investigarem na Universidade de Defesa Nacional e na Academia de Ciências Militares

Entre 1997 e 2006 foram convidados a lecionar ou a efetuar palestras na Universidade de Defesa Nacional e na Academia de Ciências Militares, 25 estrangeiros de 14 países. Em média, e por ano, cerca de cinco militares estrangeiros continuam a ser convidados. No mesmo período de tempo a China enviou 330 docentes militares ao estrangeiro, cifrando-se a média anual entre 10 a 15³²⁰.

316 O autor frequentou este curso em novembro de 2007. Não deixa de ser interessante referir que antes do início das aulas todos os alunos eram convidados a cantar em mandarim a ‘canção da amizade’ (*youyi ge*) em nome da ‘harmonia entre os povos’. Um ritual que se repetiu todos os dias e que culminou no último dia com um *ensemble* dos alunos e do *staff* do EPL responsável pela organização do curso. A pós-produção vídeo inseriu grandes planos de adidos de defesa ou adidos militares das principais potências (EUA, Reino Unido, França, Austrália, Japão, Coreia do Sul e Rússia) a cantarem em mandarim e uma ‘peculiar sequência’ do coronel indiano e do major-general paquistanês, com um claro propósito propagandístico.

317 A *webpage* do Colégio tem uma ligação para os vários cursos destinados a oficiais estrangeiros com as respetivas condições de admissão em <http://www.cdsndu.org/en/rxzn/1zysz/zysz.htm#a3>.

318 Citado em David Lampton (2008). *Op. Cit.*, p. 62.

319 Li Jianwen (2009). ‘Foreign Air Force Delegations Visit Confucius Temple’. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2009-11/10/content_4102707.htm [acedido em 15 de novembro de 2013].

320 Ver Alexandre Carriço (2010). *Op. Cit.*

Este intercâmbio entre docentes militares e civis de *think tanks* centra-se essencialmente no Colégio de Estudos de Defesa, na Academia de Ciências Militares, no Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais e na Fundação China para os Estudos Estratégicos Internacionais (todos ligados ao 2.º Departamento do DGEM do EPL). O objetivo é o de explicar e sensibilizar os discentes sobre a posição oficial chinesa em torno das mais diversas questões de segurança e defesa nacional e internacional, sendo também uma forma de diplomacia pública. Os investigadores destes *think tanks* recolhem informação e discutem diferentes perspetivas nacionais através dos seus interlocutores estrangeiros, via ações de ‘*track two*’ e ‘*track three diplomacy*’.

‘Operações de Não-Guerra’ (bi zhanzheng deng zhongda xingdong)

A condução deste tipo de operações pelo EPL enquadra-se no ‘conceito de segurança abrangente’, pilar-mestre do seu ‘Novo Conceito de Segurança’ e na última das ‘Novas Missões Históricas do EPL’, sendo entendida como “o emprego direto ou indireto das Forças Armadas com fins não bélicos [...] para atingir determinados objetivos políticos, económicos e militares, salvaguardar o interesse nacional, manter a estabilidade social, responder adequadamente em caso de desastres naturais, defender as condições de vida e a paz da população, ou em determinadas situações e condições, conduzir ações militares com recurso ao emprego limitado da força”³²¹.

De todos os ramos do EPL a Força Aérea e a Marinha são aqueles que mais têm beneficiado do investimento em equipamento dedicado a este tipo de missões, dadas as necessidades de capacidades de projeção de forças que é necessário deter para levar a cabo com eficácia este tipo de missões, tanto no interior da China como fora dela. As ‘operações de não-guerra’ incorporam as missões de manutenção da paz da ONU, missões de defesa e proteção de linhas de comunicação marítima (como a atual missão de combate à pirataria no Golfo de Áden e na Somália) e operações humanitárias (busca e salvamento em caso de desastres naturais, e evacuação de cidadãos nacionais)³²².

Missões de Manutenção da Paz da ONU

Em 1981, a China votou pela primeira vez favoravelmente a continuação de uma missão de paz da ONU (em Chipre - UNFICYP). No ano seguinte começou a contribuir financeiramente para as operações de paz, tendo em 1988 sido aceite como membro do Comité Especial da ONU para Operações de Manutenção da Paz.

O país participa em missões de manutenção da paz da ONU “respeitando cinco princípios fundamentais: (1) o consentimento das partes; (2) a neutralidade; (3) o não

321 Liu Xiangyang, Xu Sheng, Xiong Kaiping e Zhong Chunyu (2008). “Jiancha Zhuyao Yewu de Qita Zhanzheng” (Uma Análise das Operações de Não-Guerra). *Zhongguo Junsbi Kexue* n.º 3 (Ciência Militar da China), p. 1.

322 Ver o vídeo na *webpage China Military Online* intitulado “Dialogue on MOOTW”. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/site2/2006radioscom/2008-07/30/content_1386710.htm [acedido em 4 de maio de 2013]. Ver também Xu Longdi (2013). “China’s Military Diplomacy in 2012: Relieving Pressure and Attaining New Progress” em Wang Qiang e Su Xiaohui (eds.), *CIIS Blue Book on International Situation and China’s Foreign Affairs*. Beijing: World Affairs Press, pp. 204-221.

emprego da força, exceto em autodefesa ou se autorizada; (4) as decisões de envio dos ‘capacetes-azuis’ devem ser baseadas na praticabilidade e capacidade, desde que estejam reunidas as condições necessárias à sua condução; e (5) os ‘capacetes-azuis’ não devem tornar-se uma parte do conflito”³²³.

A decisão de envio de forças militares e policiais é feita caso a caso, de acordo com “as características da missão de paz e a relação existente entre a prossecução da estabilidade do país em questão e os interesses nacionais da China”³²⁴, sendo indelével a notável qualidade e quantidade da sua participação e da respetiva incidência geográfica, prioritariamente centrada no continente africano.

As forças militares e policiais enviadas desde a sua primeira participação (respetivamente em 1990 com observadores militares na UNTSO no Médio Oriente e em 1999 na então UNAMET e atual UNMIT em Timor Leste), ultrapassam já o total de 25 mil efetivos, dos quais cerca de 2 mil polícias. Em 31 de dezembro de 2014 o país tinha 2.181 militares e polícias em 10 missões de manutenção da paz da ONU (quadro 8)³²⁵.

As unidades militares projetadas providenciam apoio logístico (de engenharia, de transportes e médico-sanitário tanto ao contingente da ONU como à população local) contando-se também o envio de observadores militares (tenentes-coronéis e coronéis do Exército).

Quadro 8 - Participação da China em Missões de Manutenção da Paz da ONU (1990 - dezembro de 2014)

Missão de Manutenção da Paz da ONU	Duração da Missão	Número de Militares		Número de Observadores Militares, Polícias e Oficiais em funções de Estado-maior	
		Atual	Total	Atual	Total
Organização de Supervisão das Tréguas da ONU (Camboja) - UNTSO	1990-...			4	116
Missão de Observação da ONU Iraque-Kuwait - UNIKOM	1991-2003				164
Missão da ONU para o Referendo no Sahara Ocidental - MINURSO	1991-...			10	362
Autoridade da ONU de Transição no Camboja - UNTAC	1991-1993		800		97
Operação da ONU em Moçambique - ONUMOZ	1993-1994				20
Missão de Observação da ONU na Libéria - UNOMIL	1993-1997				33

323 Peng Guanqian e Zhao Zhiyin e Luo Yong (2010). *Op. Cit.*, p. 125.

324 Tang Yongsheng (2003). “China’s Participation in UN Peacekeeping Regime” em Wang Yizhou (ed.), *Op. Cit.*, pp. 93-94.

325 United Nations (2015). “Contributors to United Nations Peacekeeping Operations”. Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml> [acedido em 3 de janeiro de 2015].

Missão de Manutenção da Paz da ONU	Duração da Missão	Número de Militares		Número de Observadores Militares, Polícias e Oficiais em funções de Estado-maior	
		Atual	Total	Atual	Total
Missão da ONU na Serra Leoa - UNAMSIL	1998-2005				37
Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU	1999-...			2	18
Missão Integrada da ONU para Timor-Leste - UNMIT	1999-2012				15
Missão da ONU para a Etiópia e Eritreia - UNMEE	2000-2010		2180		116
Missão da ONU na Libéria - UNMIL	2003-...	564	9265	160	486
Operação da ONU na Costa do Marfim - UNOCI	2004-...			6	64
Operação da ONU no Burundi - ONUB	2004-2006				6
Missão da ONU no Sudão - UNMIS	2005-2011		3480		135
Força Interina da ONU no Líbano - UNIFIL	2006-...	218	3840		58
Gabinete Integrado da ONU na Serra Leoa - UNIOSIL	2007-2008				1
Operação Híbrida da União Africana e da ONU no Darfur - UNAMID	2007-...	233	2656	8	42
Missão de Organização da ONU para a Estabilização da República Democrática do Congo - MONUSCO	2010-...	221	1529	6	59
Força de Manutenção da Paz da ONU em Chipre - UNFICYP	2011-...			2	10
Força Interina de Segurança para Abyei - UNISFA	2011				2
Missão da ONU para a República do Sudão do Sul - UNMISS	2011-...	338	1343	13	39
Missão de Supervisão da ONU na Síria - UNSMIS	2012				9
Missão Multidimensional Integrada de Estabilização da ONU no Mali - MINUSMA	2013-...	401	558		

Fontes: Information Office of the State Council of the People's Republic of China (2013). *The Diversified Employment of China's Armed Forces - White Paper 2012*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-04/16/c_132312681.htm. *PLA Daily*. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn/>. *Ministry of National Defense of People's Republic of China*. Disponível em <http://eng.mod.gov.cn/>. United Nations (2015). "Contributors to United Nations Peacekeeping Operations". Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml> [acedido em 15 de janeiro de 2015]. International Crisis Group (2009). *China's Growing Role in UN Peacekeeping*. Asia Report n.º 166. Disponível em http://www.crisisgroup.org/~media/Files/asia/north-east-asia/166_chinas_growing_role_in_un_peacekeeping.ashx [acedido em 12 de maio de 2011].

Desde 1999 que a China tem pelo menos três representantes militares no Departamento de Operações de Paz da ONU em Nova Iorque: na Unidade de Geração de Forças, no Gabinete de Planejamento Militar e no Gabinete de Operações da Divisão Ásia e Médio Oriente.

Em 2001 foi criado o Gabinete de Operações de Paz no Ministério da Defesa Nacional, com cerca de 50 militares que falam fluentemente inglês e que são enviados pelo EPL para observarem exercícios multinacionais noutros países. Este articula-se externamente com os militares chineses em missão no Departamento de Operações de Paz da ONU.

O diretor do Gabinete de Operações de Paz é um dos subdiretores do 2.º Departamento (Informações) do DGEM do EPL tendo a responsabilidade de supervisionar a seleção de unidades e de militares em ligação com o 2.º Departamento do DGEM do EPL, bem como os ‘centros de formação especializada para operações de paz’ na Região Militar de Pequim (paramédicos e enfermeiros), na Região Militar de Lanzhou (para engenharia militar), na Região Militar de Jinan (para engenharia militar e transportes) e na Academia de Relações Internacionais de Nanjing (também ligada ao 2.º Departamento do DGEM), que ministra cursos e planeia exercícios de treino de operações de paz com a duração de 90 dias.

Em 2002 Pequim aderiu formalmente ao ‘*UN Stand-by Arrangement System*’ tendo em prontidão - com projeção a 90 dias - um batalhão de engenharia (525 efetivos), uma equipa médica (25 elementos) e duas companhias de transporte (160 elementos). Ainda neste ano a China inaugurou em Langfang, o Instituto de Treino de Operações de Paz da Polícia Popular Armada para missões da ONU, que é o maior da Ásia e teve um custo de 19.35 milhões de dólares³²⁶. Em 2007 a China teve no major-general Zhao Jingmin, o seu primeiro comandante militar de uma força da ONU (dos observadores militares da MINURSO no Sahara Ocidental) e em 2013, o major-general Chao Liu, assumiu o comando da Força de Manutenção da Paz da ONU em Chipre³²⁷.

Em 2009, e com um custo de 29 milhões de dólares, foi inaugurado nos arredores de Pequim o Centro de Operações de Paz, que está sob a dependência direta do Gabinete de Operações de Paz do Ministério da Defesa Nacional, e que se destina a treinar militares chineses e estrangeiros para missões de paz da ONU. Um ano depois, o Centro organizou o seu primeiro curso que teve a duração de dois meses e foi coordenado com o Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU, prática que se tem repetido todos os anos³²⁸.

326 David Lampton (2008). *Op. Cit.*, p. 62. Bates Gill (2007). *Op. Cit.*, p. 122. Até junho de 2014 o Centro deu formação através de cursos com a duração de três meses a mais de 1.400 polícias estrangeiros num investimento total orçado 64,5 milhões de dólares. Zhang Yan (2014). “China to Increase Personnel for Peace”. *China Daily*. Disponível em http://www.chinadaily.com.cn/china/2014-06/30/content_17623082.htm [acedido em 1 de julho de 2014].

327 Ouyang Dongmei (2011). “First Chinese Commander of UN Peacekeeping Force Completes Tenure with MINURSO”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2011-04/07/content_4417604.htm [acedido em 8 de abril de 2011].

328 Zhang Tao (2014). “China Trains Foreign Peacekeepers”. Ministry of National Defense. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2014-06/16/content_4516727.htm [acedido em 19 de junho de 2014].

De acordo com o coronel-superior Zhang Ping, a formação e treino do EPL em missões de paz da ONU é conduzida a três níveis³²⁹. O primeiro assenta no envio de militares para frequência de cursos noutros países e observação de exercícios internacionais de treino de forças de manutenção da paz, como os organizados pelo mecanismo ‘*French Reinforcement of African Peacekeeping Capabilities*’ (RECAMP) e apoiado pelo Reino Unido.

O segundo pelo convite a especialistas militares e civis estrangeiros do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU para inspecionarem e validarem o programa de treino das forças chinesas. O último através da organização de seminários internacionais em cooperação com países como o Reino Unido, a Suécia e a Noruega, e organizações regionais (ASEAN) e não-governamentais (Comité Internacional da Cruz Vermelha).

Em 2004, a Academia de Política do EPL em Xi’an (instituição de formação e treino dos comissários políticos) organizou pela primeira vez um seminário sobre conflitos armados e Direito internacional humanitário, que contou com a participação de mais de 20 países. Em 2007 o seminário passou a realizar-se anualmente com o patrocínio do DGP do EPL e sob a designação de ‘*Senior Workshop on International Rules Governing Military Operations*’ (SWIRMO), contando em média com a participação de representantes de 50 países³³⁰.

Em outubro de 2013 a China organizou pela primeira vez um curso de observadores militares da ONU com a duração de três semanas, que contou com a participação de mais de uma dezena de oficiais de 15 países, bem como a 6.ª Reunião da ARF de Peritos em Manutenção da Paz³³¹. Em dezembro do mesmo ano enviou pela primeira vez para uma missão da ONU – a MINUSMA no Mali - uma companhia de infantaria para garantir a proteção da força. Em 2015, o EPL irá enviar pela primeira vez um batalhão de infantaria (700 militares) para uma missão de manutenção de paz (a Missão da ONU para a República do Sudão do Sul), incorporando na força uma secção com 13 militares femininos³³².

Em dezembro de 2014 a China era entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, aquele que mais forças militares e policiais tinha em missões de manutenção da paz (um facto recorrente ao longo da última década³³³), com as suas

329 Bates Gill e Chin-hao Huang (2009). “China’s Expanding Presence in UN Peacekeeping Operations and Implications for the United States” em Roy Kamphausen, David Lai e Andrew Scobell (eds.), *Beyond the Strait: PLA Missions Other Than Taiwan*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, pp. 111-112. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub910.pdf> [acedido em 18 de maio de 2010].

330 Dong Zhaohui (2014). “Foreign Officers Study Battlefield Humanitarianism in China”. *China Military Online*. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-09/23/content_6150995.htm [acedido em 14 de outubro de 2014].

331 Yang Meng e Yao Chun (2013). “China to Continue Active Support to and Participation in UN Peacekeeping Operations”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2013-11/01/content_5628441.htm [acedido em 14 de dezembro de 2013].

332 Xinhua (2014). “China to Send First Infantry Battalion for UN Peacekeeping”. *China Daily*. Disponível em http://www.chinadaily.com.cn/china/2014-12/22/content_19142019.htm [acedido em 26 de dezembro de 2014].

333 A China tinha no final deste mês um total de 2196 efetivos distribuídos por 10 missões, 7 das quais no continente africano (172 polícias, 1986 militares e 38 observadores militares) contra 922 efetivos franceses

contribuições financeiras a cobrirem cinco por cento do orçamento anual das missões de paz, 45 vezes mais relativamente a 1990³³⁴. Entre 2006 e 2012 a China contribuiu com quatro milhões de dólares para o ‘UN *Peacebuilding Fund*’, tencionando começar a atribuir verbas a outros programas de ajuda³³⁵.

Podem sistematizar-se as principais vantagens e ensinamentos para a China da participação em missões de paz da ONU como:

- Maior integração no regime de segurança internacional.
- Uma obrigação, dada a interdependência global dos seus interesses nacionais.
- Projeção de poder e retirada de dividendos estratégicos pela potenciação da sua imagem internacional de ‘potência responsável’, a sua visão de ‘mundo harmonioso’ e a grande estratégia de ‘desenvolvimento pacífico’.
- Incremento da sua capacidade em influenciar as políticas da ONU em geral e as missões de paz que esta deve conduzir em particular, vetando a sua efetivação em países que tenham relações diplomáticas com Taiwan³³⁶.
- Contributo para o aumento da perceção internacional sobre a legitimidade e eficácia das operações de paz, sendo que no futuro a China poderá vir a ser cada vez mais solicitada para incrementar a sua contribuição militar e financeira.
- Incremento da assimilação normativa e capacidade operacional em termos de ‘*security-building, conflict resolution, post-conflict reconciliation and reconstruction*’.
- Previsível alargamento da sua atividade a áreas como as da reforma do setor de segurança, do desarmamento, da desmobilização, da reintegração e da observação de eleições.
- Cumprimento cabal do estipulado na última das quatro ‘Novas Missões Históricas do EPL’ (*i.e.* contribuir para a promoção da paz e desenvolvimento mundial).

(33 polícias, 8 observadores militares, 881 militares), 289 britânicos (4 polícias e 285 militares), 127 norte-americanos (85 polícias, 6 observadores militares e 36 militares) e 75 russos (26 polícias, 46 observadores militares e 3 militares). United Nations (2015). “Contributors to United Nations Peacekeeping Operations”. Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml> [acedido em 15 de janeiro de 2015].

334 Jin Canrong (2014). *Prosperity in China: International Responsibility and Opportunity for a Growing Power*. London: McGraw Hill, p. 41.

335 Chin-Hao Huang (2012). “PLA Engagement with International Partners: PLA Involvement in International Peacekeeping and Humanitarian Assistance and Disaster Relief” em Roy Kamphausen, David Lai, Travis Tanner (eds.), *Op. Cit.*, p. 271.

336 Como sucedeu em 1997 com a Missão de Verificação na Guatemala (MINUGUA), cujo mandato só foi renovado quando Pequim recebeu garantias que a Guatemala iria cortar relações com Taiwan; e em 1999 quando vetou a continuação da missão na Macedónia (UNPREDEP) depois de esta ter passado a reconhecer Taiwan. Em 2003 Pequim pressionou a Libéria a cortar relações diplomáticas com Taiwan sob pena de vetar a continuação da missão da ONU no país, o que fez com sucesso, tendo posteriormente enviado forças militares para o contingente da ONU e concedido a Monróvia um generoso pacote de ajuda financeira. No entanto, e curiosamente, entre 2004-2010 apesar de o Haiti ter relações diplomáticas com Taiwan, a China nunca ameaçou vetar a continuação da missão policial, a não ser que o governo haitiano recebesse visitas de membros do governo de Taiwan. Ver Bates Gill e Chin-Hao Huang (2009). *China's Expanding Role in Peacekeeping: Prospects and Policy Implications*. SIPRI Policy Paper n.º 25, pp. 13-14. Disponível em <http://books.sipri.org/files/PP/SIPRIPP25.pdf> [acedido em 18 de maio de 2011].

- Aquisição de experiência técnica e operacional por parte do EPL, que lhe permite testar os seus armamentos e equipamentos em missões concretas, treinar os seus recursos humanos em ambientes potencialmente hostis e multinacionais, bem como a capacidade de apoio logístico das suas forças e das da ONU.
- Os militares do EPL têm recebido em todas as missões as mais elevadas comendas pelo seu profissionalismo, excelente treino, disciplina e flexibilidade de emprego, começando a assumir funções de comando de missões de paz.

Missão de Combate à Pirataria no Golfo de Áden e na Somália

Em dezembro de 2008 a China enviou pela primeira vez uma *task-force* naval para a missão internacional de escolta a navios mercantes e combate à pirataria no Golfo de Áden e nas costas da Somália, de acordo com as Resoluções 1816, 1838 e 1846 (de 2 de dezembro de 2008) e 1851 (de 16 de dezembro) do Conselho de Segurança da ONU. Antes, e de forma muito progressiva, procurou aferir a receptividade dos restantes membros do CS quanto à sua possibilidade de participação. Vendo que os sinais eram encorajadores, Pequim anunciou publicamente a sua decisão e fê-la acompanhar de uma intensa campanha junto da opinião pública interna e externa tendente a esclarecê-la claramente de forma a não gerar eventuais perceções erradas e com impacto negativo para a sua imagem.

Nas várias conferências de imprensa do MDN, os porta-vozes não se cansaram de enfatizar que o objetivo primordial da missão da MEPL no Golfo de Áden era o de proteger os navios mercantes chineses e os navios do ‘Programa Alimentar Mundial’ que transportavam ajuda humanitária para a Somália, não representando uma alteração na sua política externa de não ingerência nos assuntos internos de outros Estados (tendo obtido da parte do embaixador da Somália na China, Ahmed Awil, um pedido formal para que participasse na missão), ou a possibilidade de ser a primeira de uma sucessão de operações a desencadear noutras áreas geográficas (*i.e.* Mar do Sul da China). Ilustrativamente a primeira *task force* enviada foi batizada pela imprensa oficial chinesa como “a moderna frota de Zheng He”³³⁷.

Para Andrew Erickson e Austin Strange, as razões que terão presidido à inédita autorização da participação da MEPL neste tipo de missão foram: (1) o facto de esta não ferir sensibilidades políticas de outros países; (2) de se poder juntar aos restantes membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU que já tinham meios navais nesta região, antes mesmo da aprovação das Resoluções do Conselho de Segurança da ONU; (3) de a pirataria marítima constituir uma ameaça económica e de segurança transversal a todos os Estados, condicionando a livre circulação em áreas geográficas essenciais para o país, pois 40% dos seus navios mercantes navegam no Oceano Índico; e (4) a cooperação internacional ser a única forma de mitigar o impacto negativo desta ameaça.

337 Li Daguang (2009). “Zai Suomalí Daji Haidao: Zhongguo Xianshi Tupian fu Zeren de Daguoguo” (Combater a Pirataria na Somália: China Exibe Imagem de Grande Potência Responsável). *Shengming yu Zaihai* n.º 1 (Vida e Desastres), p. 23.

A China como ‘nação responsável’ com um crescente estatuto e prestígio internacional e ao abrigo da última das quatro ‘Novas Missões Históricas do EPL’ tinha de participar nestas missões em ‘mares distantes’ (*yuanhai*), um conceito que começava a desenvolver conceitualmente e a querer aplicar operacionalmente, mas sem pretender gerar críticas ou desconfianças internacionais³³⁸.

Desde o início da sua participação e até junho de 2014 a MEPL enviou 17 *task-forces* navais com uma média de 3 navios por *task-force*, num total de 46³³⁹, tendo escoltado mais de 5 mil navios mercantes (um quinto dos quais chineses) e impedido algumas dezenas de ações de pirataria, colaborando com forças navais da NATO, União Europeia, Rússia, Índia, Japão, Coreia do Sul e Austrália³⁴⁰.

As lições que a MEPL tem retirado da participação nesta missão podem elencar-se como: (1) uma melhoria substancial da coordenação entre a instituição militar e agências civis no âmbito da segurança e defesa; (2) um teste aos novos sistemas de armas e de comunicação; (3) um maior protagonismo da MEPL no âmbito da diplomacia militar da China, através da cooperação direta com outras Marinhãs (observando e adotando quando útil as boas práticas destas) e das escalas em portos de vários países; (4) o desenvolvimento de capacidades e competências técnicas de sustentação logística das *task-forces*; (5) o aperfeiçoamento das técnicas de escolta e proteção de navios mercantes; (6) o ganho de uma maior autoconfiança; e (7) o contribuir para a defesa de um dos ‘*global commons*’, fazendo jus ao estatuto de ‘*major power*’ e de ‘potência responsável’³⁴¹.

Operações Humanitárias (busca e salvamento em caso de desastres naturais, evacuação de cidadãos nacionais, combate a epidemias)

Em 2001 a China constituiu uma equipa internacional de busca e salvamento composta por médicos e engenheiros militares que, desde então, tem sido empregue em seis ocasiões, tendo certificação de 12.^a equipa de socorro da ONU. Entre 2002 e junho de 2014, a China participou em 37 missões internacionais de ajuda humanitária e socorro de emergência a 27 países³⁴² e enviou ajuda humanitária a 14 países³⁴³.

338 Michael McDevitt (2012). *Op. Cit.*, p. 87.

339 Dean Wigrin (2014). “Chinese Navy Escort Task Group Visits Cape Town”. *Defense Web*. Disponível em http://www.defencewebsite.co.za/index.php?option=com_content&view=article&id=35123:chinese-navy-escort-task-group-visits-cape-town&catid=51:Sea&Itemid=106 [acedido em 14 de julho de 2014].

340 Não deixa também de ser curioso referir que apesar de a MEPL enviar os *destroyers* e fragatas de última geração para esta missão, nenhum dos quatro *destroyers* da classe *Sovremenny* adquiridos à Rússia foi enviado ou participou em missões internacionais como as de ‘mostrar a bandeira’ quando de escalas em portos.

341 Ver Andrew Erickson e Austin Strange (2013). *No Substitute for Experience: Chinese Antipiracy Operations in the Gulf of Aden*. China Maritime Studies n.º 10. Newport: Naval War College. Disponível em https://www.usnwc.edu/Research---Gaming/China-Maritime-Studies-Institute/Publications/documents/CMS10_Web_2.aspx [acedido em 3 de fevereiro de 2014].

342 Information Office of the State Council of the People’s Republic of China (2013). *The Diversified Employment of China’s Armed Forces - White Paper 2012*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-04/16/c_132312681.htm [acedido em 23 de abril de 2014] e atualização relativa a 2013 e 2014 através da *webpage* do *PLA Daily*.

343 Ver Zhou Feng (2010). *Op. Cit.*

A primeira operação internacional humanitária do EPL (em cumprimento de uma Resolução da ONU) foi em março de 2002 no Afeganistão, após o sismo que afetou o país, quando dois aviões de transporte da Força Aérea do EPL entregaram medicamentos, equipamento médico e tendas ao governo interino afegão em Cabul. Posteriormente o EPL voltou a participar, ainda que modestamente, em operações humanitárias como a quando do grande *tsunami* na Ásia em 2004, do sismo no Paquistão, do furacão ‘Katrina’ nos Estados Unidos, e em vários sismos no Irão, na Indonésia (duas vezes), na Argélia, no Japão (acidente nuclear de Fukushima), e do tufão ‘Hayan’ nas Filipinas, enviando equipas de médicos militares e de engenharia militar bem como meios de transporte aéreo.

Em 2008 o EPL organizou o primeiro *workshop* internacional da ASEAN+3 sobre operações de socorro de emergência em caso de desastres naturais, no qual foi proposto um conjunto de procedimentos comuns a adotar pelas Forças Armadas dos países participantes³⁴⁴.

No âmbito da Organização de Cooperação de Xangai o EPL participou nos dois exercícios de socorro de emergência em caso de desastres naturais organizados em 2009 e 2013, respetivamente na Rússia e na China e que envolveram cerca de mil efetivos dos países da organização³⁴⁵.

Em 2006 o EPL levou a cabo a sua primeira operação de evacuação de cidadãos nacionais, na sequência dos tumultos ocorrido em Timor-Leste, tendo desde então desenvolvido um conjunto de planos de contingência para alguns dos países mais instáveis em África e onde residam mais de uma dezena de milhar de chineses³⁴⁶.

Mas foi na Líbia, entre 28 de fevereiro e 4 de março de 2011, que o EPL conduziu a maior operação de evacuação de cidadãos nacionais (cerca de 35 mil), tendo enviado uma fragata que estava no Golfo de Áden e quatro aviões de transporte IL-76 que fizeram uma ponte aérea entre Trípoli e Cartum. Houve, no entanto, a necessidade de alugar sete navios de cruzeiro à Grécia, Turquia e Malta, efetuar 15 voos *charter* diários e solicitar ao Egipto, Tunísia e Jordânia apoio no *transfer* dos cidadãos chineses, para além de um discreto apoio militar prestado por meios aéreos da NATO na segurança aérea aos portos e aeroportos de Benghazi e Trípoli durante as operações de evacuação³⁴⁷. Internamente a operação envolveu a coordenação entre os Ministérios do Comércio, dos Negócios Estrangeiros, Segurança Pública, Administração da Aviação Civil da China, consulados da China nos países acima referidos, a *China National Petroleum Corporation* (CNPC), a *China Rail Construction* e a empresa de marinha mercante chinesa *COSSCO*.

344 Dennis Blasko (2010). “People’s Liberation Army and People’s Armed Police Ground Exercises with Foreign Forces, 2002-2009” em Roy Kamphausen, David Lai e Andrew Scobell (eds.), *Op. Cit.*, p. 406.

345 Chen Jie (2013). “SCO States Conclude Disaster Relief Drill”. *PLA Daily*. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn> [acedido em 19 de junho de 2013].

346 Um oficial superior do EPL confidenciou ao autor que a principal preocupação e maior dificuldade de planeamento do EPL em termos de operações de evacuação de cidadãos nacionais está atualmente centrada na Nigéria e na Venezuela, em caso de grande instabilidade nestes países.

347 Gabe Collins e Andrew Erickson (2011). “Implications of China’s Military Evacuation of Citizens from Libya”. *China Brief* n.º4. Disponível em http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=37633&cHash=7278cfd21e6fb19afe8a823c5cf88f07 [acedido em 12 de maio de 2013]. Sem Autor (2011). “Chinese Evacuated from Libya”. *CCTV*. Disponível em http://english.cntv.cn/special/libya_evacuation/homepage/index.shtml [acedido em 10 de junho de 2011].

Apesar do sucesso da operação de evacuação, o déficit de projeção e sustentação de poder aéreo e naval veio reforçar vozes no EPL que advogam a imperiosidade da Marinha desenvolver mais rapidamente uma maior e melhor capacidade oceânica, sendo os porta-aviões, respetivos grupos navais e os navios polivalentes logísticos³⁴⁸ instrumentos primordiais não apenas para a projeção de uma imagem e estatuto da China como potência militar (equiparando-se aos restantes membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU que têm porta-aviões), mas também para o cumprimento efetivo do definido nas ‘Missões Históricas do EPL’ quanto à proteção e segurança dos cidadãos chineses a viverem no estrangeiro.

Um novo teste ao EPL, ainda que de natureza bem diferente, surgiu em março de 2014 aquando da queda do avião da *Malaysia Airlines* que fazia o voo MH370 entre Kuala Lumpur e Pequim, cuja maioria dos passageiros era de nacionalidade chinesa. As operações de busca estenderam-se do Mar do Sul da China ao Oceano Índico com os meios aéreos e navais chineses a terem de se apoiar inicialmente para reabastecimento em portos e bases aéreas de países com os quais tem disputas territoriais marítimas ou que são aliados dos EUA³⁴⁹.

Não obstante o relevo dado pelos *media* nacionais e internacionais aos esforços do EPL, esta constatação veio reforçar a posição daqueles que advogam a necessidade de a China assinar acordos de cooperação que permitam a utilização de portos e bases aéreas no Oceano Índico (nas Seychelles por exemplo³⁵⁰) para além dos que já tem utilizado no âmbito da missão de combate à pirataria (portos em Oman, Djibouti e Yemen e de Gwadar no Paquistão) para potenciar a sua capacidade de projeção naval para além da dimensão geográfica exclusivamente regional³⁵¹.

Por fim, e no que se refere ao combate internacional a epidemias, a China tem desde 2000 enviado medicamentos, equipamento médico e especialistas para apoiarem as autoridades sanitárias de países como a Coreia do Norte e o Vietname no controlo de surtos de ‘gripe das aves’, de cólera na Guiné-Bissau, de dengue no Equador e mais recentemente da epidemia do

348 O primeiro porta-aviões, o *‘Liaoning’*, entrou ao serviço da MEPL em setembro de 2012, existindo notícias não confirmadas de que planeia a construção de mais dois porta-aviões. Também em 2012 entrou ao serviço o primeiro navio polivalente logístico *‘roll on/roll off’*, o *‘Qingshandaò’*, estando prevista a construção de mais três.

349 Greg Torode e Michael Martina (2014). “Search for MH370 Reveals a Military Vulnerability for China”. *Reuters*. Disponível em <http://www.reuters.com/article/2014/04/22/us-china-navy-idUSBREA3L1P120140422> [acedido em 13 de maio de 2014]. Para uma síntese dos elogios dos *media* à atuação do EPL ver Yao Jianing (2014). “International Public Opinions in Praise of PLA’s Full Efforts in Searching Missing Airplane”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/pla-daily-commentary/2014-03/27/content_5830018.htm [acedido em 14 de maio de 2014]. À data da conclusão desta análise as operações de busca do avião do voo MH370 prosseguiram no oceano Índico.

350 Jeremy Page (2011). “Chinese Military Considers New Indian Ocean Presence”. *The Wall Street Journal*. Disponível em <http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052970203518404577096261061550538> [acedido em 22 de dezembro de 2011].

351 Sobre este debate ver Andrew Erickson (2010). “Chinese Sea Power in Action: The Counterpiracy Mission in the Gulf of Aden and Beyond” em Roy Kamphausen, David Lai e Andrew Scobell (eds.), *Op. Cit.*, pp. 337-343. Ver também Christopher Yung, Ross Rustici, Scott Devary e Jenny Lin (2014). “Not an Idea We Have to Shun”: Chinese Overseas Basing Requirements in the 21st Century”. *China Strategic Perspectives* n.º 7. National Defense University. Disponível em <http://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratperspective/china/ChinaPerspectives-7.pdf> [acedido em 18 de novembro de 2014].

vírus ébola na África ocidental, num esforço internacional coordenado pela Organização Mundial de Saúde e para o qual contribuiu com o envio de 300 médicos e enfermeiros militares³⁵².

Quadro 9 – Participação do EPL em Missões Internacionais Humanitárias e de Busca e Salvamento (2010 - dezembro 2014)

Ano	País/Área	Causa	Ajuda	Meios Militares
2010	Haiti	Terramoto	Medicamentos, alimentos e tendas	Equipa médica
	Paquistão	Inundações	Medicamentos, alimentos e tendas	Equipa médica e um helicóptero
2011	Japão	Tsunami	Tendas, água e luvas	Equipa de busca e salvamento
	Tunísia	Instabilidade interna	Medicamentos, alimentos e tendas	Envio de aviões IL-76
	Líbia	Guerra civil	Medicamentos, alimentos e tendas	Envio de 4 aviões IL-76, de uma fragata, e de navios mercantes civis para evacuação de cidadãos chineses
	Paquistão	Inundação	Tendas	Envio de aviões IL-76 e helicópteros
	Tailândia	Inundação	Equipamento de purificação de água	Envio de aviões IL-76 e helicópteros
	Tailândia	Inundação	Geradores de energia	Envio de aviões IL-76
	Camboja	Inundação	Medicamentos e alimentos	Envio de aviões IL-76
2012	Cuba	Furação	Medicamentos e camas	Envio de aviões IL-76
2013	Filipinas	Tufão	Medicamentos e alimentos	Navio hospital ‘Peace Ark’
2014	Oceano Índico e Mar do Sul da China	Voo da <i>Malaysia Airlines</i> MH370 (Março - ...)	Busca e salvamento	18 aviões e 24 navios (em regime de rotatividade)
	Oceano Pacífico (Mar de Java)	Voo da <i>Air Asia</i> QZ8501 (Dezembro-Janeiro de 2015)	Busca e salvamento	1 fragata
	Maldivas	Escassez de água doce	Fornecimento de água potável a pedido do governo das Maldivas	Um navio de reabastecimento

Fonte: Ministry of National Defense (2014). *Military Operations Other Than War*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/Database/MOOTW/index_5.htm [acedido em 14 de julho de 2014].

352 Li Jingzhi e Pu Ping (2014). *Op. Cit.*, p. 136. Alguns dos médicos e enfermeiros enviados são militares com experiência no controlo de epidemias, adquirida em resultado da Síndrome de Insuficiência Respiratória Aguda que ocorreu na China em finais de 2002 e dos recorrentes surtos de vírus da ‘Gripe das Aves’ no país. Sem Autor (2014). “Chinese Ebola Doctors to Leave for Africa”. *CCTV*. Disponível em <http://english.cntv.cn/2014/08/10/ARTI1407676304299598.shtml> [acedido em 10 de agosto de 2014]. A China doou 82 milhões de dólares para o combate à epidemia. Sem Autor (2014). “China to Offer \$82 Million in Fourth Round of Ebola Aid”. *Reuters*. Disponível em <http://www.reuters.com/article/2014/10/24/us-health-ebola-china-idUSKCN0ID1MB20141024> [acedido em 3 de novembro de 2014].

Conclusões

O pensamento enformador da cultura estratégica chinesa releva no plano concetual uma correspondência com os preceitos da escola teórica de segunda geração (conjunto de práticas em interação com os discursos, que estabelece uma relação biunívoca na qual a cultura influencia a ação e a ação influencia a cultura), com alguns laivos da escola da primeira geração (*i.e.* a cultura não pode ser separada da ação), particularmente notórios nas omnipresentes referências à herança histórico-cultural milenar para explicar e justificar os particularismos da sua cultura estratégica. Mas a sua operacionalização enfatiza características indelévels da escola de terceira geração (pensamento, teoria e planeamento são condicionados pelas contingências, e a prática é determinada por estas; com o tempo a prática, fruto da experiência acumulada, transforma-se numa cultura estratégica).

Esta ligação entre um dogmatismo cultural e civilizacional discursivo e o seu encaixe adaptativo e evolutivo à prática/ação – na melhor tradição maoísta e denguista de ‘aprender com a prática’ - é consubstanciada terminológica e discursivamente na expressão ‘caraterísticas chinesas’.

A narrativa associada à sua cultura estratégica enfatiza uma China ‘pacífica mas não pacifista’, a qual lhe permite esculpir um ambicioso programa de diplomacia militar que não raras vezes se socorre da instrumentalização de figuras da sua história milenar como sinal demonstrativo das suas intenções de paz e harmonia internacional.

Conceitos como os de ‘oceano harmonioso’ contribuem positivamente (pelo menos assim crê) para o estabelecimento de uma “ligação à visão de ‘mundo harmonioso’, em estrito cumprimento das ‘Novas Missões Históricas do EPL’”³⁵³. O desiderato fulcral é o de forjar uma identidade nacional assente na benevolência e na defesa da paz (ambos com raízes históricas confucionistas), passível de apoiar a sua projeção e moldar a envolvente estratégica segundo os objetivos da sua política externa.

Ao alinhar a identidade nacional e a sua cultura estratégica com as exigências do presente através da sublimação de feitos como os de Zheng He, da consecução da última das quatro ‘Novas Missões Históricas do EPL’ e da condução de ‘operações de não-guerra’, Pequim está a recorrer a um meio e a projetar uma imagem que entende como coadunante com a sua visão positiva da ordem internacional e os objetivos associados à sua grande estratégia, procurando daqui retirar dividendos significativos.

Ao longo da última década a diplomacia militar chinesa registou - segundo o léxico oficial - ‘notáveis alterações históricas’, sancionadas em parte pela promulgação em 2004 das ‘Novas Missões Históricas do EPL’.

As ações de diplomacia militar da China cresceram quantitativa e qualitativamente. A sua diplomacia militar tornou-se mais abrangente e sofisticada, incorporando áreas tão diversas como as reuniões de alto-nível ao abrigo das ‘parcerias estratégicas’, intercâmbios académicos e profissionais, formação e treino, e exercícios militares bi e multilaterais,

353 Weng Ruihua, Dai Zongfeng e Wang Zhenjiang (2011). “‘Peace Ark’ Hospital Ship to Write New Chapter of Harmony”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2011-09/20/content_4680673.htm [acedido em 18 de maio de 2012].

que vão desde o combate ao terrorismo, à pirataria marítima, às operações especiais e à ajuda humanitária e de socorro de emergência em caso de desastres naturais - sendo raro o dia em que não é noticiada a realização de uma ou mais destas atividades.

Adicionalmente novas áreas de intercâmbio começaram a ser exploradas de forma mais sistemática, por exemplo, as ‘Semanas de Cultura Militar Chinesa’ (iniciadas em 2011 no Laos e desde então inseridas nos exercícios ‘*Peace Mission*’ da SCO); as demonstrações militares (como a participação na Rússia em julho e agosto no ‘*Aviadarts 2014*’ e no ‘*Tank Biathlon-2014*’, respetivamente); e o desporto militar³⁵⁴.

A participação da China em missões de manutenção da paz da ONU registou uma significativa evolução em termos quantitativos e qualitativos, resultado de uma interpretação mais flexível ao conceito de soberania absoluta dos Estados, defendendo uma maior integração de dois conceitos: ‘*Responsability to Protect*’ e ‘*Responsible Protection*’³⁵⁵. Esta participação assume uma crescente dispersão geográfica quanto aos países, partindo inicialmente do Sudeste asiático (Camboja), estendendo-se para o Médio Oriente (Iraque) e para as Caraíbas (Haiti), mas tendo a sua maior e contínua presença no continente africano, revelando o seu empenho em disponibilizar meios militares para a ONU nas missões de paz, prioritariamente em países em desenvolvimento. De acordo com a narrativa oficial, sendo a China o maior país em desenvolvimento, defensora e porta-voz autoproclamada destes no seio da ONU, não se pode alhear de colaborar na estabilidade e segurança dos mesmos e do mundo em geral, por existir uma ligação íntima entre a segurança externa à China e a sua própria segurança. Correspondentemente ao longo da última década Pequim foi de entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU aquele que contribuiu de forma sistemática com mais forças militares e policiais para as missões de paz da ONU.

No âmbito operacional, estas atividades do EPL têm permitido uma maior e melhor articulação e integração militar-civil especialmente no plano do apoio logístico, como é o caso da operação de combate à pirataria no Golfo de Áden. Mas realçam também o facto de por não ter bases navais ou aéreas ou acordos de utilização permanente deste tipo de infraestruturas noutros países, estas limitarem a sua capacidade de projeção e sustentação aeronaval em ‘operações de não-guerra’ nos oceanos Índico e Pacífico³⁵⁶.

Este é um dos grandes desafios que o EPL enfrenta, dada a necessidade de ter de proteger interesses de empresas e cidadãos chineses (*haiwai gongmin*) localizados em países distantes e muitas vezes instáveis. Como a maioria do investimento direto externo da China se focaliza em empresas nos setores da energia e das matérias-primas operando nos ‘quatro cantos do mundo’, estas são essenciais para a continuidade do

354 Zhang Tao (2014). “PLA Team Wins Five Gold Medals at WMPC”. *China Military Online*. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-10/16/content_6182537.htm [accedido em 4 de novembro de 2014].

355 Ver Allen Carlson (2005). *Unifying China, Integrating with the World: Securing Chinese Sovereignty in the Reform Era*. Stanford: Stanford University Press.

356 Ver Jonathan Holslag (2009). “Embracing Chinese Global Security Ambitions”. *The Washington Quarterly* n.º 3, pp. 105-118.

crescimento económico do país e que por serem também empresas estatais reforçam a ligação feita pelo governo entre a defesa da estabilidade externa e a estabilidade interna e o apoio crescente da opinião pública chinesa ao ambicioso programa de modernização do EPL.

Parte deste programa de desenvolvimento das capacidades de projeção militar resulta desta constatação, não significando no entanto que Pequim venha a decalcar o modelo norte-americano de projetar e conduzir missões de combate em áreas geográficas distantes do território nacional ou em estacionar forças em bases militares noutros países. As suas capacidades de projeção de forças (*airlift*, *sealift* e apoio logístico) serão cada vez mais relevantes e credíveis, ainda que limitadas e modestas. Se quisermos estabelecer uma comparação, a China aproximar-se-á cada vez mais da Rússia, França ou Reino Unido em termos de capacidades expedicionárias – por incapaz de sustentar autonomamente e no tempo, operações de combate fora da respetiva área regional.

Não obstante note-se que a questão das operações de combate não é a mais relevante, pelo menos a médio prazo. O que o EPL irá ser capaz de implementar durante a próxima década (como o demonstram as ações de cariz operacional levadas a cabo pela sua diplomacia militar referidas no Livro Branco da Defesa Nacional de 2013) será uma capacidade cada vez mais robusta de proteger os interesses marítimos da China (proteção das linhas de comunicação marítima), de conduzir operações de evacuação de cidadãos nacionais residentes noutros países (NEO), de dissuadir outros países de recorrerem à força ou à ameaça do seu emprego em disputas territoriais, de enviar mais e melhores unidades de infantaria para missões de manutenção da paz da ONU (não as limitando ao continente africano).

Tanto nestas operações como nas de ajuda humanitária e de emergência em casos de desastres naturais, o EPL irá ser cada vez mais solicitado a participar por parte da ONU ou da comunidade internacional, obtendo no processo uma validação externa à continuação do desenvolvimento destas capacidades de projeção e sustentação de forças militares, potenciando uma imagem internacional cada vez mais positiva da China, capaz de mitigar as suspeitas regionais asiáticas quanto ao emprego das mesmas e de lhe conferir um papel mais ativo no seu contributo para os 'bens públicos internacionais'.

O amplo espectro de atividades de diplomacia militar é de importância relevante para a prossecução e expansão de uma imagem e reputação externa positivas da China e do EPL, ante uma envolvente complexa que vê como volátil em termos de segurança e de opinião pública. Para o major-general Zhu Chenghu, “a diplomacia militar permite por vezes resolver situações delicadas com um mínimo de esforço, quando a diplomacia tradicional ou o dinheiro não conseguem”³⁵⁷, pelo que “há a necessidade de continuar a aperfeiçoar a arte da diplomacia militar”, como afirmou o major-general Qian Lihua,

357 Sem Autor (2015). “Zhu Chenghu: Tan Shijie Junshi Fazhan: Xanxi hua Wuqi shi Weilai Zhuyao Zuozhan Shouduan” (General Zhu Chenghu: As Tecnologias de Informação são uma das Principais Armas da Guerra Futura). *Renmin Ribao* (Diário do Povo). Disponível em <http://military.people.com.cn/n/2015/0106/c1011-26336440.html> [acedido em 15 de janeiro de 2015].

diretor do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional³⁵⁸, e reforçou Xi Jinping ao definir “2015 como um ano para intensificar a diplomacia militar chinesa em apoio da diplomacia tradicional”³⁵⁹.

O Ministério da Defesa Nacional através dos *media* militares e civis tem contribuído para melhorar o esclarecimento relativo às missões e atividades do EPL, disponibilizando mais e melhor informação sobre as mesmas nomeadamente em língua inglesa, ainda que os resultados em termos de impacto imagético sejam ambivalentes, porque mais pode não ser necessariamente melhor.

Com efeito, o facto de se repetir e projetar sistematicamente a mesma mensagem nos *media* ocidentais não significa que ela seja automaticamente aceite ou não seja questionada a veracidade da informação. Muitos investigadores preocupam-se em verificar as notícias que são transmitidas e não se inibem de realçar algumas das contradições identificadas nessa mensagem, porque os *media* são utilizados como instrumentos primordiais de propaganda, ao abrigo da doutrina das ‘três guerras’, a qual espelha um entendimento tanto ofensivo como defensivo da ténue linha que separa informação pública da propaganda interna e externa, no contexto da ‘guerra política’ e da ‘guerra da informação’.

O grande desafio que se coloca a Pequim é como empregar o seu poder relativo e projetar a narrativa de paz, harmonia e desenvolvimento de forma eficaz, garantindo que este processo de transição na distribuição de poder no plano regional e global seja conduzido de forma estável e pacífica a longo prazo. Daqui decorre que a ‘arte e o engenho’ dos estrategistas e diplomatas chineses estará na forma como conseguirão fazer com que o país prossiga no caminho do desenvolvimento sob a atual unipolaridade norte-americana, sem que esta coloque em causa os interesses vitais da China – algo que não fez até agora.

Os objetivos da China nos próximos anos orbitarão a batalha das ideias, procurando mitigar as desconfianças dos países vizinhos, visando fazê-los entender e, desejavelmente, interiorizarem o seu ‘Novo Conceito de Segurança’ *vis a vis* o dos EUA, porque de acordo com este racional, e em última instância, até os aliados regionais dos EUA deixarão de desconfiar da China se tal colocar em causa o seu próprio desenvolvimento económico e segurança. A solução passa também pela continuação do processo de modernização militar em curso, mitigando as percepções negativas e as suspeitas regionais quanto a esta ascensão, induzindo gradativamente a acomodação dos interesses chineses por parte dos EUA.

Operacionalmente, e para contrariar a preponderância do poder norte-americano vigente no sistema internacional, a prossecução do superior interesse nacional deverá

358 Sem Autor (2013). “MND Foreign Affairs Office Summarizes China’s Military Diplomacy Work in 2012”. *PLA Daily*. Disponível em <http://english.people.com.cn/90786/8111859.html> [acedido em 30 de janeiro de 2013]. Ver Gao Jiquan (2012). *Op. Cit.*

359 Sem Autor (2015). “President Xi Stresses Diplomacy by Military Exchanges”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2015-01/29/c_133956843.htm [acedido em 30 de janeiro de 2015].

passar por desenvolver e implementar uma estratégia de *balancing of threat*³⁶⁰, segundo duas dimensões concatenantes (*balancing* positivo militar interno e *balancing* negativo não militar³⁶¹), de acordo com o objetivo de longo prazo da sua grande estratégia de ‘desenvolvimento pacífico’: numa primeira fase a preponderância regional partilhada com os EUA (até 2021) e, posteriormente (em 2050), a preponderância global partilhada com os EUA, caso estes optem por uma grande estratégia de ‘acomodação defensiva’ e uma estratégia militar de ‘domínio defensivo’ face à ascensão de *major powers* (potências nucleares), como advoga Nuno Monteiro³⁶².

360 Note-se que o *balancing* não altera a estrutura do sistema internacional. O *balancing* face aos EUA depende não apenas do poder destes mas também das suas intenções, que se refletem no comportamento de outros Estados. Ver Stephen Walt (1987). *The Origin of Alliances*. Ithaca: Cornell University Press. Ver Steve Chan (2012). *Looking for Balance: China, the United States and Power Balancing in East Asia*. Stanford: Stanford University Press. Yan Xuetong (2000). *Meiguo Baquan yu Zhongguo Anquan* (A Hegemonia dos Estados Unidos e a Segurança da China). Tianjin: Tianjin chubanshe. Liang Fang, Feng Zhaoju e Wang Xixin (eds.) (2011). *Meiguo Endezhu Shijie Ma?* (Podem os Estados Unidos Suportar o Mundo?). Beijing: Guofang Daxue chubanshe. Ver também Han Xudong (2014). “Zhuanjia: Guodo Kuada Meiguodui Zhongguo Buli Meijunmei Name Qiang” (Perito: Exagerar o Poder dos Estados Unidos não é Bom para a China). *Xinhua*. Disponível em <http://mil.huanqiu.com/observation/2014-07/5050149.html> [acedido em 9 de julho de 2014]. Han Xudong é um prestigiado docente da Universidade de Defesa Nacional.

361 Sobre estas duas dimensões do *balancing* sino-norte-americano associado à defesa da integridade territorial da China ver Alexandre Carriço (2013). “O Mútuo *Balancing* Sino-Americano”. *Revista Militar* n.º 2533/2534. Disponível em http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=805 [acedido em 20 de agosto de 2013]. Robert Pape define *soft balancing* como “implicando uma reação de *balancing* que se aproxima de alianças formais. Ocorre quando os Estados desenvolvem *ententes* limitadas no plano da segurança para fazerem face a um Estado encarado como uma ameaça ou a uma potência em ascensão. É empregue em processos de corrida ao armamento de dimensão limitada, exercícios militares cooperativos *ad hoc*, ou através da colaboração com organizações regionais e internacionais. Estas políticas podem posteriormente converter-se em estratégias abertas de *hard balancing* se e quando a competição de segurança se torna intensa e os Estados mais poderosos se tornam ameaçadores”. Robert Pape (2005). “Soft Balancing against the United States”. *International Security* n.º 1, pp. 7-45. Meng Honghua (2003). “Lengzhan hou Meiguo da Zhanlue de Zhengming ji qi Qishi Yiyi” (Debates sobre a Grande Estratégia da América após a Guerra Fria e suas Implicações”. *Taipingyang Xuebao* n.º 2 (Jornal do Pacífico), pp. 18-26. Para uma análise crítica do conceito de *soft balancing* veja-se Stephen Brooks e William Wohlforth (2005). “Hard Times for Soft Balancing”. *International Security* n.º 1, pp. 72-108. Keir Lieber e Gerard Alexander (2005). “Waiting for Balancing: Why the World is Not Pushing Back”. *International Security* n.º 1, pp. 109-139. Para uma reformulação do mesmo conceito ver Kai He e Huiyun Feng (2008). “If Not Soft Balancing, Then What? Reconsidering Soft Balancing and US Policy Toward China”. *Security Studies* n.º 2, pp. 263-295. T.V. Paul (2005). “Soft Balancing in the Age of U.S. Primacy”. *International Security* n.º 1, pp. 46-71. Paul defende que não existem estratégias de *balancing* não militar dos Estados, mas não identifica os limites e os atributos do *balancing*. O *soft balancing* combina elementos das teorias de Stephen Walt e de Kenneth Waltz, refletindo incentivos sistémicos no sentido de um reequilíbrio de poder bem como um imperativo de prossecução da segurança sob uma envolvente internacional essencialmente anárquica. Refira-se que Waltz argumenta que a sua teoria explica os resultados do *balancing* sem prever necessariamente estratégias de *balancing* dos Estados. Kenneth Waltz (1996). “International Politics is Not Foreign Policy”. *Security Studies* n.º 1, pp. 54-57.

362 Nuno P. Monteiro (2014). *Theory of Unipolar Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 100, p. 103, p. 111 e p. 222.

Desta forma Pequim logrará concretizar o seu desiderato narrativo de construção de um mundo ‘multipolar’ (*duo jibua*), que para o ser, bastará que existam dois polos³⁶³. Até lá terá de estabelecer um delicado equilíbrio entre ‘tofu e canhões’ (*doufu he qiangzhi*) sem hostilizar o unipolo, através do reforço sustentado do seu ‘poder nacional abrangente’ - um direito que lhe assiste, como a qualquer outro Estado.

O grande e exigente desafio para a máquina de informação pública/propaganda interna e externa do Departamento Central de Propaganda do PCC, do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, continuará a residir na capacidade em estabelecer um delicado equilíbrio entre convencer a comunidade internacional que a China não é uma ameaça militar com intuítos revisionistas; os seus cidadãos que o EPL tem capacidade e está determinado a defendê-los onde quer que estejam, bem como aos interesses nacionais; e que a narrativa de consecução da paz, harmonia e cooperação internacional é efetiva e eficazmente materializada por ações correspondentes, de acordo com a imagem que pretende consolidar de “uma potência pacífica, mas não pacifista”.

363 Ver Luo Shou e Wang Guifang (eds.) (2005). *Zhongguo Jueqi ji qi Zhanlue* (A Ascensão da China e a sua Estratégia). Beijing: Beijing Daxue chubanshe. Ver Sem Autor (2014). “Xi Jinping yu Zhongguo Guoji Zhanlue de xin Jingjie” (Xi Jinping e a Nova Estratégia Internacional da China). *Zhongguo Pinglun Ximwen* (Revista de Notícias da China). Disponível em <http://hk.crntt.com/doc/1031/7/0/1/103170107.html?coluid=151&kindid=11513&doid=103170107&mdate=0507000519> [acedido em 14 de maio de 2014]. Esta conceção é distinta da de Kenneth Waltz que considera que para ser multipolar terá de existir no mínimo três polos. Ver Kenneth Waltz (1979). *Op. Cit.*

Bibliografia Seleccionada

- Agence France Presse (2014). “Japan Military Jets Scrambled Record 340 Times in April-June”. *Defense News*. Disponível em <http://www.defensenews.com/article/20140709/DEFREG03/307090027>.
- Asia LII (1992). *Law of the People's Republic of China on the Territorial Sea and the Contiguous Zone*. Disponível em <http://www.asianlii.org/cn/legis/cen/laws/lotprocottsatz739/>
- Association of Southeast Asian Nations (2002). *Declaration on the Conduct of Parties in the South China Sea, November 4*. Disponível em <http://www.asean.org/asean/external-relations/china/item/declaration-on-the-conduct-of-parties-in-the-south-china-sea>.
- Ba, Zhongtan (ed.) (2003). *Zhongguo Guojia Anquan Zhanlue Wenti Yanjin* (Estudo Estratégico das Questões de Segurança da China). Beijing: Jianfanjun chubanshe.
- Beckershoff, André (2014). “The KMT-CCP Forum: Securing Consent for Cross-Strait Rapprochement?”. *Journal of Current Chinese Affairs* n.º 1, pp. 213-241.
- Berenskoetter, Felix e Michael Williams (eds.) (2007). *Power in World Politics*. London: Routledge.
- Bloodworth, Dennis e Ching Ping Bloodworth (1976). *The Chinese Machiavelli: 3,000 Years of Chinese Statecraft*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Booth, Ken (1990). “The Concept of Strategic Culture Affirmed” em Carl Jacobsen (ed.), *Strategic Power: USA/USSR*. London: Macmillan, pp. 121-128.
- Boorman, Scott (1969). *The Protracted Game: a Wei-ch'i Interpretation of Maoist Revolutionary Strategy*. Oxford: Oxford University Press.
- Boswell, Matthew (2012). “Media Relations in China Military: The Case of the Ministry of National Defense Information Office”. *China Brief*. Disponível em http://www.nbr.org/publications/asia_policy/Preview/AP8_China_preview.pdf.
- Bouchat, Clarence (2013). *Dangerous Ground: The Spratly Islands and U.S. Interests and Approaches*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/PUB1187.pdf>.
- Brooks, Stephen e William Wohlforth (2005). “Hard Times for Soft Balancing”. *International Security* n.º 1, pp. 72-108.
- Burles, Mark e Abram Shulsky (2000). *Patterns in China's Use of Force: Evidence from History and Doctrinal Writings*. Santa Monica: RAND.
- Bush, Richard (2010). *The Perils of Proximity: China-Japan Security Relations*. Washington: Brookings Institution Press.
- Cai, Fengzhen e Tian Anping (2006). *Kongtian Yiti Zuozhan Xue* (Operações Aeroespaciais Integradas). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- Callamari, Peter e Derek Reveron (2003). “China's Use of Perception Management”. *International Journal of Intelligence* n.º 1, pp. 1-15.
- Carlson, Allen (2005). *Unifying China, Integrating with the World: Securing Chinese Sovereignty in the Reform Era*. Stanford: Stanford University Press.

- Carricho, Alexandre (2006). *De Cima da Grande Muralha: Política e Estratégia de Defesa Territorial da China, 1949-2010*. Lisboa: Prefácio.
- Carricho, Alexandre (2010). “A Cooperação Militar Chinesa”. *Relações Internacionais* n.º 26, pp. 25-37.
- Carricho, Alexandre (2012). *Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China, 1998-2010: Uma Desconstrução do Discurso e das Perceções de (In)segurança*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Carricho, Alexandre (2013). “O Mútuo *Balancing* Sino-Americano”. *Revista Militar* n.º 2533/2534. Disponível em http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=805.
- Carricho, Alexandre (2014). “O ‘Edifício Estratégico’ da China: Concetualização, Articulação e Objetivos” em Luís Barroso e Luís Escorrega (eds.), *Estudos de Homenagem ao General Abel Cabral Couto*. Lisboa: IESM, pp. 79-107.
- Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (2014). “Complex Emergency Database”. Disponível em <http://cedat.be/>.
- Chan, Steve (2012). *Looking for Balance: China, the United States and Power Balancing in East Asia*. Stanford: Stanford University Press.
- Chen, Kehou (ed.) (1989). *Zhangzheng Heping yu Guofang* (Guerra, Paz e Defesa Nacional). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- Chen, Peiyao e Xia Liping (2004). *Xin Shiji Jiyuqi yu Zhongguo Guoji Zhanlue* (O Período de Oportunidade no Novo Século e a Estratégia Internacional da China). Beijing: Shijian chubanshe.
- Chen-Ya, Tien (1992). *Chinese Military Theory: Ancient and Modern*. Oakville: Mosaic Press.
- Chen, Zhiyong (2009). “Xin Zhongguo Junshi Waijiao Huigu Sikao” (Retrospectiva e Pensamento sobre 60 Anos de Diplomacia Militar na Nova China”. *Zhongguo Junshi Kexue* n.º 5 (Ciência Militar da China), pp. 34-39.
- Chin-Hao Huang (2012). “PLA Engagement with International Partners: PLA Involvement in International Peacekeeping and Humanitarian Assistance and Disaster Relief” em Roy Kamphausen, David Lai e Andrew Scobell (eds.), *Learning by Doing it: The PLA Trains at Home and Abroad*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, pp. 259-277.
- Chubb, Andrew (2014). “China’s Information Management in the Sino-Vietnamese Confrontation: Caution and Sophistication in the Internet Era”. *China Brief* n.º 11. Disponível em http://www.jamestown.org/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=42471&tx_ttnews%5BbackPid%5D=7&cHash=56c082da85eb6c4694504727d9841037.
- Coates, Anthony (2010). “China: Power, Complementarity and Reflexivity” em Emil Kirchner e James Sperlings (eds.), *National Security Cultures: Patterns of Global Governance*. London: Routledge.
- Cohen, Bernard (1963). *The Press and Foreign Policy*. Princeton: Princeton University Press.
- Cohen, Raymond (2004). *Negotiating Across Cultures: International Communication in an Interdependent World*. Washington: United States Institute of Peace Press.
- Collins, Gabe e Andrew Erickson (2011). “Implications of China’s Military Evacuation of Citizens from Libya”. *China Brief* n.º 4. Disponível em http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=37633&cHash=7278cfd21e6fb19afe8a823c5cf88f07.
- Commission on the Limits of the Continental Shelf (2013). “Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 Nautical Miles from the Baselines: Submission by the People’s Republic

- of China”. Disponível em http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_chn_63_2012.htm.
- Cosmo, Nicola di (ed.) (2009). *Military Culture in Imperial China*. Cambridge: Harvard University Press.
- Cronin, Patrick (ed.) (2012). *Cooperation from Strength: The United States, China and the South China Sea*. Center for a New American Security. Disponível em http://www.cnas.org/sites/default/files/publications-pdf/CNAS_CooperationFromStrength_Cronin_1.pdf.
- Crump, James (1964). *Intrigues: Studies of the Chan-kuo Tse's* [Estados Guerreiros]. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Dahl, Robert (1957). “The Concept of Power”. *Behavioral Science* n.º 3, pp. 201-215.
- Davison, William (1974). “News Media and International Negotiation”. *The Public Opinion Quarterly* n.º 2, pp. 174-191.
- Dryer, Edward (2006). *Zheng He: China and the Oceans in the Early Ming Dynasty, 1405-1433*. Cambridge: Pearson.
- Dutton, Peter (2009). “*Caelum Liberam*. Air Defense, Identification Zones outside Sovereign Airspace”. American Journal of International Law, vol. 103, pp. 1-19. Disponível em [https://www.usnwc.edu/Research---Gaming/China-Maritime-Studies-Institute/Publications/documents/Dutton-NC-1st-proofs-\(9-29-09\)-\(3\)1.pdf](https://www.usnwc.edu/Research---Gaming/China-Maritime-Studies-Institute/Publications/documents/Dutton-NC-1st-proofs-(9-29-09)-(3)1.pdf).
- Dutton, Peter (2011). “Three Disputes and Three Objectives”. *Naval War College Review* n.º 4, pp. 43-67.
- Dui Zhongguo de Junshi Lishi Gongzuo zu (Grupo de Trabalho sobre a História Militar da China) (2003). *Zhanzheng zai Zhongguo, Wangchao Monian de Wangzheng Nian Biao* (Cronologia Completa da Guerra na China, Dinastia a Dinastia). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- Elleman, Bruce (2007). *Waves of Hope: The U.S. Navy's Response to the Tsunami in Northern Indonesia*. Newport Papers n.º 28. Newport: Naval War College Press, p. 104. Disponível em <http://www.dtic.mil/get-tr-doc/pdf?AD=ada463367>.
- Erickson, Andrew e Austin Strange (2013). “No Substitute for Experience: Chinese Antipiracy Operations in the Gulf of Aden”. *China Maritime Studies* n.º 10. Newport: Naval War College.
- Erickson, Andrew e Emily de La Bruyere (2014). “China’s RIMPAC Maritime-Surveillance Gambit”. *The National Interest*. Disponível em <http://nationalinterest.org/feature/china%E2%80%99s-rimpac-maritime-surveillance-gambit-10970>.
- Etzioni, Amitai (1975). *A Comparative Analysis of Complex Organizations*. New York: Free Press.
- Fairbank, John King (1974). “Varieties of the Chinese Military Experience” em Frank Kierman e John King Fairbank (eds.), *Chinese Ways of Warfare*. Cambridge: Harvard University Press, pp. 1-16.
- Fackler, Martin (2014). “Chinese Flybys Alarm Japan as Tensions Escalate”. *The New York Times*. Disponível em <http://www.nytimes.com/2014/05/26/world/asia/japan-east-china-sea.html>.
- Feng, Zhongping e Huang Jing (2014). *China's Strategic Partnership Diplomacy: Engaging with a Changing World*. ESP working paper n.º 8. Disponível em http://www.fride.org/download/WP8_China_strategic_partnership_diplomacy.pdf.

- Forden, Geoff (2007). *A Preliminary Analysis of the Chinese ASAT Test*. Massachusetts Institute of Technology. Disponível em <http://web.mit.edu/stgs/pdfs/A%20Preliminary%20Analysis%20of%20the%20Chinese%20ASAT%20Test%20handout.pdf>
- Fravel, Taylor (2008). *Strong Borders, Secure Nation: Cooperation and Conflict in China's Territorial Disputes*. New Jersey: Princeton University Press.
- Fu, Zhongxia (ed.) (2002). *Zhongguo Lidai Zhanzheng Nianbiao* (Cronologia Histórica da Guerra na China). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- Galbraith, John Kenneth (1983). *A Anatomia do Poder* (2.^a edição). Lisboa: Difel.
- Gao, Jiquan (2012). "Ministry of National Defense Foreign Affairs Office Director Qian Lihua Interviewed on Military Diplomacy". *PLA Daily*. Disponível em http://www.military.china.com.cn/2012-09/25/content_26623447.htm.
- Gao, Jiquan (2012). "Qian Lihua Interprets China's Military Diplomacy in 2011". *PLA Daily*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2012'01/18/content_4338853.htm.
- Ge, Dongsheng (ed.) (2006). *Guojia Anquan Zhanlue Lun* (Sobre a Estratégia de Segurança Nacional). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- Geertz, Clifford (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- George, Alexander (1979). "The Causal Nexus between Cognitive Beliefs and Decision-Making Behavior: The 'Operational Code' Belief System" em Lawrence Flakowski (ed.), *Psychological Models in International Relations*. Boulder: Westview Press, pp. 95-124.
- Gill, Bates (2007). *Rising Star: China's New Security Diplomacy*. Washington: Brookings Institution Press.
- Gill, Bates e Chin-hao Huang (2009). "China's Expanding Presence in UN Peacekeeping Operations and Implications for the United States" em Roy Kamphausen, David Lai e Andrew Scobell (eds.), *Beyond the Strait: PLA Missions Other Than Taiwan*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, pp. 99-126.
- Gill, Bates e Chin-Hao Huang (2009). *China's Expanding Role in Peacekeeping: Prospects and Policy Implications*. SIPRI Policy Paper n.º 25.
- Glaser, Bonnie (2011). *A Shifting Balance: Chinese Assessments of U.S. Power*. Center for Strategic and International Studies. Disponível em http://csis.org/files/publication/110613_glaser_CapacityResolve_web.pdf.
- Glaser, Bonnie (2014). "A Step Forward in US-China Military Ties: Two CBM Agreements". *Asia Maritime Transparency Initiative*. Disponível em <http://amti.csis.org/us-china-cbms-stability-maritime-asia/>
- Godwin, Paul (1984). "Soldiers and Statesmen in Conflict: Chinese Defense and Foreign Policies in the 1980's" em Samuel S. Kim (ed.), *China and the World: Chinese Foreign Policy in the Post-Mao Era*. Boulder: Westview Press, pp. 215-234.
- Goldstein, Avery (2005). *Rising to the Challenge: China's Grand Strategy and International Security*. Stanford: Stanford University Press.
- Graham, Euan (2013). "China's New Map: Just Another Dash?". *RUSI Newsbrief*. Disponível em <https://www.rusi.org/publications/newsbrief/ref:A5225D72CD72F8/>
- Gray, Colin (1999). *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press.

- Gray, Colin (2006). *Out of the Wilderness: Prime Time for Strategic Culture*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-out.pdf>.
- Gross, Donald (2012). *The China Fallacy: How the U.S. Can Benefit from China's Rise and Avoid Another Cold War*. New York: Bloomsbury.
- Groves, Steven e Dean Cheng (2014). "A National Strategy for the South China Sea". *Background* n.º 2908. Heritage Foundation. Disponível em <http://www.heritage.org/research/reports/2014/04/a-national-strategy-for-the-south-china-sea>.
- Gu, Zhiming (1997). *Junshi Lunli yu Zhongguo Wenhua de Lishi* (História da Ética e da Cultura Militar Chinesa). Beijing: Haichao chubanshe.
- Gunness, Kristen (2006). *China Military Diplomacy in an Era of Change*. Comunicação apresentada no National Defense University Symposium on China's Global Activism: Implications for U.S. Security Interests. Disponível em <http://www.ndu.edu/inss/symposia/pacific2006/gunness-paper.pdf>.
- Guo, Renjie (2014). "Chinese General: China, Japan to Sign Maritime Liaison Agreement". *China Military Online*. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-11/25/content_6241697.htm.
- Guo, Shuyong (2013). *Daguo Jueqi Yanjiu de Luoji Qidian* (A Lógica da Investigação sobre a Ascensão das Grandes Potências). Disponível em <http://www.tecn.cn/data/detail.php?id=6233>.
- Habermas, Jurgen (1996). *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge: MIT Press.
- Hagen, Kurtis (1996). "A Chinese Critique on Western Ways of Warfare". *Asian Philosophy* n.º 3, pp. 207-218.
- Hall, Todd (2010). "An Unclear Attraction: A Critical Examination of Soft Power as an Analytical Category". *The Chinese Journal of Contemporary Politics* n.º 2, pp. 189-211.
- Han, Xudong (2014). "Zhuanjia: Guodo Kuada Meiguodui Zhongguo Buli Meijunmei Name Qiang" (Perito: Exagerar o Poder dos Estados Unidos não é Bom para a China). *Xinhua*. Disponível em <http://mil.huanqiu.com/observation/2014-07/5050149.html>.
- Handel, Michael (1996). *Masters of War: Classical Strategic Thought*. London: Routledge.
- Hannas, William; James Mulvenon e Anna Puglisi (2013). *Chinese Industrial Espionage: Technology Acquisition and Military Modernisation*. London: Routledge.
- Harnett, Daniel (2012). "Looking Good on Paper: PLA Participation in the Peace Mission 2010 Multilateral Military Exercise" em Roy Kamphausen, David Lai e Travis Tanner (eds.), *Learning by Doing It: the PLA Trains at Home and Abroad*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, pp. 213-258.
- Hartnett, Daniel (2014). "The 'New Historic Missions': Reflections on Hu Jintao's Military Legacy" em Roy Kamphausen, David Lai e Travis Tanner (eds.), *Assessing the People's Liberation Army in the Hu Jintao Era*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, pp. 31-80.
- Harvey, Brian (2013). *China in Space: The Great Leap Forward*. Chichester: Springer.
- Henshaw, Mark (2012). *Red Cell*. New York: Touchstone.
- Holslag, Jonathan (2009). "Embracing Chinese Global Security Ambitions". *The Washington Quarterly* n.º 3, pp. 105-118.

- Holz, Heidi e Kenneth Allen (2010). “Military Exchanges with Chinese Characteristics: The People’s Liberation Army Experience with Military Relations” em Roy Kamphausen, David Lai e Andrew Scobell (eds.), *The PLA at Home and Abroad: Assessing the Operational Capabilities of China’s Military*. Carlisle Barracks: SSI, pp. 429-480.
- Howlett, Darryl (2006). *The Future of Strategic Culture*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-future.pdf>.
- Hsu, Kimberley e Craig Murray (2013). *China’s Expanding Military Operations in Foreign Exclusive Economic Zones*. U.S.-China Economic and Security Review Commission Staff Research Background. Disponível em http://origin.www.uscc.gov/sites/default/files/Research/Staff%20Background_China%20in%20Foreign%20EEZs.pdf.
- Hsu, Kimberly (2014). *Air Identification Zone Intended to Provide China Greater Flexibility to Enforce East China Sea Claims*. U.S.-China Economic and Security Review Commission. Disponível em <http://origin.www.uscc.gov/sites/default/files/Research/China%20ADIZ%20Staff%20Report.pdf>.
- Hu, Jintao (2004). “Renqingxin Shijixin Jieduan Wojun Lishi Shiming” (Compreender as Novas Missões Históricas dos Nossos Militares no Novo Período do Novo Século). Disponível em <http://gfjy.jinagxi.gov.cn/thmnew/11349.htm>.
- Huang, Tie Gang; Zhou Xin Chu, Chen Jun e Liu Ya Jing (2004). “Weilai de si Zhanchang: Tai-kong” (O Quarto Campo de Batalha do Futuro: Espaço Sideral). *Xiandai Fangyun Jishu* n.º 1 (Moderna Tecnologia de Defesa), pp. 8-14.
- Huang, Yingxu (2009). “Lun Zhongguo Gongchandang red de Guojia Liyi Guan” (Sobre a Visão do Interesse Nacional pelos Membros do PCC). *Zhongguo Junshi Kexue* n.º 6 (Ciência Militar da China), pp. 2-6.
- Huntington, Samuel (1998). *The Clash of Civilization and the Remaking of the World Order*. New York: Simon & Schuster.
- Huiyun, Feng (2007). *Chinese Strategic Culture and Foreign Policy Decision-Making: Confucianism, Leadership and War*. London: Routledge.
- Hyun-soo, Kim (1994). “The 1992 Chinese Territorial Sea Law in Light of the UN Convention”. *International and Comparative Law Quarterly* n.º 4, pp. 894-904.
- Information Office of the State Council of the People’s Republic of China (1993). *The Taiwan Question and Reunification of China*. Disponível em <http://www.china.org.cn/e-white/taiwan/index.htm>.
- Information Office of the State Council of the People’s Republic of China (2005). *China’s Peaceful Development Road*. Disponível em <http://www.gov.cn/english/2005/Dec/152669.htm>.
- Information Office of the State Council of the People’s Republic of China (2011). *White Paper on China’s Peaceful Development*. Disponível em http://www.gov.cn/english/official/2011-09/06/content_1941354.htm.
- Jan-Chi, Wang (2004). *General Chiang Pai-Li and His Military Thought*. Bloomington: Author’s House.
- Japan Ministry of Foreign Affairs (2013). “Press Conference by Minister for Foreign Affairs Fumio Kishida”. Disponível em http://www.mofa.go.jp/press/kaiken/kaiken4e_000023.html.
- Ji, You (2014). “The PLA and Diplomacy: Unraveling Myths about the Military Role in Foreign Policy Making”. *Journal of Contemporary China* n.º 86, pp. 236-254.

- Jiang, Zemin (2002). “Full Text of Jiang Zemin’s Report at 16th Party Congress”, Section 9, “On the International Situation and Our External Work”. Disponível em http://english.people.com.cn/200211/18/eng20021118_106985.shtml.
- Jin, Canrong (2014). *Prosperity in China: International Responsibility and Opportunity for a Growing Power*. London: McGraw Hill.
- Johnston, Allastair Iain (1998). *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. New Jersey: Princeton University Press.
- Junshi Kexue Yuan (Academia de Ciências Militares) (2002). *Zhongguo Junshi Bailiao Quanshu* (Enciclopédia Militar Chinesa). Beijing: Junshi Kexue Yuan chubanshe.
- Junshi Kexueyuan (Universidade de Defesa Nacional) (2011). *Zhongguo de Zhongguo Renmin Jiefangjun Junshi Shuyu* (Dicionário do EPL de Terminologia Militar). Beijing: Junshi Kexue Yuan chubanshe.
- Kai, He e Huiyun Feng (2008). “If Not Soft Balancing, Then What? Reconsidering Soft Balancing and US Policy Toward China”. *Security Studies* n.º 2, pp. 263-295.
- Kan, Shirley (2007). *China’s Anti-Satellite Test Weapon Test*. CRS Report for Congress. Disponível em <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RS22652.pdf>.
- Kamphausen, Roy; David Lai e Travis Tanner (eds.) (2014). *Assessing the People’s Liberation Army in the Hu Jintao Era*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute.
- Kaplan, Robert (2014). *Asia’s Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific*. New York: Random House.
- Kech, Zachary (2013). “South Korea to Expand Its Air Defense Identification Zone”. *The Diplomat*. Disponível em <http://thediplomat.com/2013/12/south-korea-to-expand-its-air-defense-identification-zone/>.
- Kier, Elizabeth (1997). *Imagining War: French and British Military Doctrine between the Wars*. Princeton: Princeton University Press.
- Kim, Samuel (2006). “Chinese Foreign Policy Faces Globalization Challenges” em Alastair Iain Johnston e Robert Ross (eds.), *New Directions in the Study of China’s Foreign Policy*. Stanford: Stanford University Press, pp. 276- 306.
- Kiselycznyk, Michael e Philip Saunders (2011). *Assessing Chinese Military Transparency*. Washington: National Defense University Press.
- Knorr, Klaus (1973). *Power and Wealth: The Political Economy of International Power*. New York: Basic Books.
- Koemer, Wolfgang (1998). *Security Sector Reform: Defense Diplomacy*. London: Library of Parliament, Parliamentary Information and Research Services PRB 06-12E.
- Kratochwill, Frederick e Yoseph Lapid (1996). *The Return of Culture and Identity in International Relations Theory*. Boulder: Lynne Rienner.
- Kupchan, Charles (1994). *The Vulnerability of Empire*. Ithaca: Cornell University Press.
- Kurlantzick, Joshua (2007). *Charm Offensive: How China’s Soft Power is Transforming the World*. New Haven: Princeton University Press.

- Lantis, Jeffrey (2006). “Strategic Culture: From Clausewitz to Constructivism”. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-claus.pdf>.
- Lam, Willy Wo-Lap (2012). “China Wages Quasi-Superpower Diplomacy” em Joseph Cheng (ed.), *China: a New Stage of Development for an Emerging Superpower*. Hong Kong: City University of Hong Kong Press, pp. 193-234.
- Lampton, David (2008). *The Three Faces of Chinese Power: Might, Money and Minds*. Berkeley: University of California Press.
- Le, Hucheng e Zhang Yucheng (2005). “Faluzhan zai Junshi Douzheng Zhunbei Zhong de Diwei he Zuoyong” (A Utilidade e Posição da Guerra Jurídica na Preparação do Conflito Militar) em Liu Jixian e Liu Zheng (eds.), *Xin Junshi Geming yu Junshi Fazhi Jianshe* (A Nova Revolução nos Assuntos Militares e a Construção de um Sistema Jurídico Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe, pp. 355-362.
- Liang, Fang; Feng Zhaoju e Wang Xixin (eds.) (2011). *Meiguo Endezhu Shijie Ma?* (Podem os Estados Unidos Suportar o Mundo?). Beijing: Guofang Daxue chubanshe.
- Lee, Shu-hua e Y. L. Kao (2013). “President Defends Taiwan’s Stance on China’s ADIZ Declaration”. *Focus Taiwan*. Disponível em <http://focustaiwan.tw/news/aip/201312110024.aspx>.
- Levathes, Louise (1997). *When China Ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-1433*. Oxford: Oxford University Press.
- Lewis, John Wilson e Xue Litai (2006). *Imagined Enemies: China Prepares for Uncertain War*. Stanford: Stanford University Press.
- Lewis, Mark Edward (1990). *Sanctioned Violence in Early China*. New York: State University of New York Press.
- Li, Bin (2008). “Insights into the Mozi and their Implications for the Study of Contemporary International Relations”. *Chinese Journal of International Politics* n.º 2, pp. 421-454.
- Li, Daguang (2009). “Zai Somali Daji Haidao: Zhongguo Xianshi Tupian fu Zeren de Dagu” (Combater a Pirataria na Somália: China Exibe Imagem de Grande Potência Responsável). *Shengming yu Zaihai* n.º 1 (Vida e Desastres), pp. 20-27.
- Li, Jianwen (2009). “Foreign Air Force Delegations Visit Confucius Temple”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2009-11/10/content_4102707.htm.
- Li, Jingzhi e Pu Ping (2014). *Reconstructing China: The Peaceful Development, Economic Growth, and International Role of an Emerging Superpower*. New York: McGraw Hill.
- Li, Shouchu (ed.) (1997). *Zhongguo Zhengfu Zhidu* (O Sistema de Governação da China). Beijing: Zhongyang Minzu Daxue chubanshe.
- Liang, Guanglie (2006). “Zhongguo Junshi Waijiao shi Waijiao yu Shidai Tongbu” (A Diplomacia Militar Chinesa Está Adequada ao Presente”. *Jiefangjun Ribao* (Diário do Exército Popular). Disponível em http://www.pladaily.com.cn/site1/big5/./content_1594931.htm.
- Lieber, Kier e Gerard Alexander (2005). “Waiting for Balancing: Why the World is Not Pushing Back”. *International Security* n.º 1, pp. 109-139.
- Liff, Adam e Andrew Erickson (2013). “Demystifying China’s Defense Spending: Less Mysterious in the Aggregate”. *The China Quarterly* n.º 216, pp. 805-830.

- Liu, Jie (2004). *Jizhibhua Shengcun: Zhongguo Heping Jueqi de Zhanlue Juece* (Vivendo sob Regimes: A Escolha Estratégica da China no seu Percurso de Ascensão Pacífica). Beijing: Shishi chubanshe.
- Liu, Jingbo (2006). *21 Shiji chu Zhongguo Guojia Anquan Zhanlue* (A Estratégia de Segurança Nacional da China no Início do Século 21). Beijing: Shishi chubanshe.
- Liu, Jixian e Liu Zheng (eds.) (2005). *Xin Junshi Geming yu Junshi Fazhi Jianshe* (A Nova Revolução nos Assuntos Militares e a Construção de um Sistema Jurídico Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- Liu, Shenming (1990). *Junshi Tiaoyue Zhongguo Yige Xiangjin de Cankao Shumu* (Uma Bibliografia Exhaustiva sobre Tratados Militares Chineses). Beijing: Guofang Daxue chubanshe.
- Liu, Xiangyang; Xu Sheng, Xiong Kaiping e Zhong Chunyu (2008). “Jiancha Zhuyao Yewu de Qita Zhanzheng” (Uma Análise das Operações de Não-Guerra). *Zhongguo Junshi Kexue* n.º 3 (Ciência Militar da China), pp. 1-14.
- Liu, Yazhou (2008). “A New Type of War and a New Type of Army”. *Chinese Law and Government* n.º 1, pp. 59-80.
- Liu, Zhongshan (2002). “Ziweiquan yu Zhuquan” (Soberania e o Direito de Autodefesa). *Zhanlue yu Guanli* n.º 1 (Estratégia e Gestão), pp. 41-52.
- Lock, Edward (2010). “Refining Strategic Culture: Return of the Second Generation”. *Review of International Studies* n.º 3, pp. 685-708.
- Luo, Shou e Wang Guifang (eds.) (2005). *Zhongguo Jueqi ji qi Zhanlue* (A Ascensão da China e a sua Estratégia). Beijing: Beijing Daxue chubanshe.
- Luttwak, Edward (2012). *The Rise of China vs the Logic of Strategy*. Harvard: Belknap Press of Harvard University.
- Magi, Gianluca (ed.) (2010). *Os 36 Estratagemas Chineses*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Mahnken, Thomas (2011). *Secrecy & Stratagem: Understanding Chinese Strategic Culture*. Lowy Institute for International Policy.
- Mao, Tse-tung (1964). *Selected Works of Mao Tse-tung* (4 vols.). Peking: Foreign Languages Press (vol. 1).
- Mattern, Janice Bially (2005). “Why ‘Soft Power’ Isn’t So Soft: Representational Force and Sociolinguistic Construction of Attraction in World Politics”. *Millennium* n.º 3, pp. 583-612.
- Matsuda, Yasuhiro (2006). “An Essay on China’s Military Diplomacy: Examination of Intentions in Foreign Strategy”. *NIDS Security Studies* n.º 3. Disponível em http://www.nids.go.jp/english/publication/kiyo/pdf/bulletin_e2006_2_Matsuda.pdf.
- Mazarr, Michael (1996). “Culture and International Relations: a Review Essay”. *The Washington Quarterly* n.º 2, pp. 177-197.
- McDevitt, Michael (2012). “PLA Naval Exercises with International Partners” em Roy Kamphausen, David Lai e Travis Tanner (eds.), *Learning by Doing It: the PLA Trains at Home and Abroad*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, pp. 81-126.
- MacKenzie, Peter (2011). *Red Crosses, Blue Water: Hospital Ships and China’s Expanding Naval Presence*. CNA China Studies. Disponível em [http://www.cna.org/sites/default/files/research/Red%20Crosses,%20Blue%20Water%20D0025784%20A1%20\(2\).pdf](http://www.cna.org/sites/default/files/research/Red%20Crosses,%20Blue%20Water%20D0025784%20A1%20(2).pdf).

- Mearsheimer, John (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton.
- Medeiros, Evan e Bates Gill (2000). *Chinese Arms Exports: Policy, Players, and Process*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute.
- Meng Honghua (2003). “Lengzhan hou Meiguo da Zhanlue de Zhengming ji qi Qishi Yiyi” (Debates sobre a Grande Estratégia da América após a Guerra Fria e suas Implicações”. *Taipingyang Xuebao* n.º 2 (Jornal do Pacífico), pp. 18-26.
- Meng, Honghua (2007). “Zhongguo Ruanshi li Pinggu Baogao” (Avaliação do Relatório sobre o *Soft Power* da China). *Guoji Guancha* n.º 2 (Observador Internacional), pp. 23-34.
- Mercer, Jonathan (1996). *Reputation and International Politics*. Ithaca: Cornell University Press.
- Ministerio de Defensa (2012). *Defense Diplomacy Plan*. Madrid.
- Ministry of Foreign Affairs of Japan (2012). “Press Conference by Minister for Foreign Affairs Koichiro Gamba, September 12”. Disponível em http://www.mofa.go.jp/announce/fm_press/2012/9/0912_01.html
- Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China (2002). “China’s Position Paper on the New Security Concept”. Disponível em <http://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg/gjs/gjzzyhy/2612/2614/t15319.htm>.
- Ministry of National Defense, Republic of China (2009). *Quadrennial Defense Review*, pp. 40-41. Disponível em http://www.us-taiwan.org/reports/taiwan_2009_qdr.pdf.
- Ministry of National Defense (2014). *Military Operations Other Than War*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/Database/MOOTW/index_5.htm.
- Mo Hong’e (2011). “NATO Hopes to Strengthen Dialogue with China: NATO Chief”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english2010/indepth/2011-09/17/c_131143960.htm.
- Moltz, James Clay (2011). “China, the United States, and Prospects for Asian Space Cooperation”. *Journal of Contemporary China* n.º 68, pp. 69-97.
- Monteiro, Nuno P. (2014). *Theory of Unipolar Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Morgenthau, Hans (1978 [1949]). *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace* (5th edition). New York: Alfred A. Knopf.
- Mott IV, William e Jae Chang Kim (2006). *The Philosophy of Chinese Military Culture: Shih vs Li*. London: Palgrave MacMillan.
- Mulgan, Geoff (2007). *Good and Bad Power: The Ideals and Betrayals of Government* (2nd edition). London: Penguin.
- Mulvenon, James (1999). “The PLA and Information Warfare” em James Mulvenon e Richard Yang (eds.) (1999). *The People’s Liberation Army in the Information Age*. Santa Monica: RAND, pp. 175-186.
- Mulvenon, James e David Finkelstein (2005). *China’s Revolution in Doctrinal Affairs: Emerging Trends in the Operational Art of the Chinese People’s Liberation Army*. CNA Corporation. Disponível em <http://www.defensegroupinc.com/cira/pdf/doctrinebook.pdf>.
- Mulvenon, James (2009). “Chairman Hu and the PLA ‘New Historic Missions’”. *China Leadership Monitor* n.º 27. Disponível em <http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/CLM27JM.pdf>.

- Murphy, Jim (2012). "The Need for Defence Diplomacy". *RUSI Analysis* n.º 3. Disponível em <http://www.rusi.org/analysis/commentary/ref:C4FA251046DCE9/>.
- Muthanna, Ka (2011). "Military Diplomacy". *Journal of Defense Studies* n.º 1, pp. 1-15.
- Ni, Guoan e Qi Wentao (eds.) (2008). "Wo Yinggai Chuangjian Quyu Biaozhi he Hangkong Guofang Jinkuai" (É Necessário Criar uma Zona de Identificação e Defesa Aérea Nacional o Mais Cedo Possível) em *Guofang he Jundui Jianshe zui xin Shiji xin Shidai* (Defesa Nacional e Construção das Forças Armadas no Novo Século e na Nova Era). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- Ni, Lexiong (2001). "Zhongguo Gudai Junshi Wenhua Guannian dui Shijie Heping de Yiyi" (Implicações da Cultura Militar Tradicional Chinesa na Paz Mundial) em *Junshi Lishi Yanjiu* (Investigação da História Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- Ni, Lexiong (2001). "Zhongguo Gudai Junshi Wenhua Guannian dui Shijie Heping de Yiyi" (Significado das Antigas Concepções Militares Chinesas na Paz Mundial). *Junshi Lishi Yanjiu* n.º 2 (Estudos de História Militar), p. 149-161.
- Nisbett, Richard (2003). *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently and Why*. New York: Free Press.
- Niu, Hanzhang (2007). "Shixi Haixia Liangan de Yitihua Quxiang" (Análise da Tendência de Integração no Estreito de Taiwan) em Liang Shoude e Li Yihu (eds.), *Quanqiuhua yu Hexie Shijie* (Globalização e Mundo Harmonioso). Beijing: Shijie Zhishi chubanshe, pp. 360-369.
- Nye, Joseph (1990). "Soft Power". *Foreign Policy* n.º 80, pp. 153-171.
- Nye, Joseph (1990). "The Changing Nature of World Power". *Political Science Quarterly* n.º 2, pp. 177-192.
- Nye, Joseph (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.
- Nye, Joseph (2006). "Soft Power: Think Again". *Foreign Policy*. Disponível em http://www.foreign-policy.com/articles/2006/02/22/think_again_soft_power.
- Ouyang, Dongmei (2011). "First Chinese Commander of UN Peacekeeping Force Completes Tenure with MINURSO". *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2011-04/07/content_4417604.htm.
- Pan, Yihe e Yu Xiaofeng (2003). "China's Cultural and Ethical Orientation in International Organizations" em Wang Yizhou (ed.), *Construction within Contradiction: Multiple Perspectives on the Relationship between China and International Organizations*. Beijing: China Development Publishing Press.
- Pape, Robert (2005). "Soft Balancing against the United States". *International Security* n.º 1, pp. 7-45.
- Paul, T.V. (2005). "Soft Balancing in the Age of U.S. Primacy". *International Security* n.º 1, pp. 46-71.
- Peng, Guangqian e Yao Youzhi (2005). *The Science of Military Strategy*. Beijing: Military Science Press.
- Peng, Guangqian; Zhao Zhiyin e Luo Yong (2010). *China's National Defense*. Singapore: Cengage Learning Asia.
- Ping-cheung, Lo (2012). "Warfare Ethics in Sunzi's Art of War? Historical Controversies and Contemporary Perspectives". *Journal of Military Ethics* n.º 2, pp. 114-135.
- Ping-cheung, Lo (2012). "The *Art of War* Corpus and Chinese Just War Ethics Past and Present". *Journal of Military Ethics* n.º 4, pp. 404-446.

- People's Republic of China (2002). *Surveying and Mapping Law of the People's Republic of China*. Order of the President of the People's Republic of China n.º 75. Disponível em http://english.gov.cn/laws/2005-10/09/content_75314.htm.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (1998). *China's National Defense in 1998*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/1998.htm>.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2000). *China's National Defense in 2000*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2000.htm>.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2002). *China's National Defense in 2002*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2002.htm>.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2004). *China's National Defense in 2004*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2004.htm>.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2006). *China's National Defense in 2006*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2006.htm>.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2008). *China's National Defense in 2008*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2008.htm>.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2011). *China's National Defense in 2010*. Beijing. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-03/31/c_13806851.htm.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2013). *The Diversified Employment of China's Armed Forces*. Disponível em http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7181425.htm.
- People's Republic of China Ministry of Foreign Affairs (2014). "Position Paper of the Government of the People's Republic of China on the Matter of Jurisdiction in the South China Sea Arbitration Initiated by the Republic of the Philippines". Disponível em http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1217147.shtml.
- People's Republic of China (2012). "Statement of the Government of the People's Republic of China on the Baselines of the Territorial Sea of Diaoyu Dao and Its Affiliated Islands". Disponível em http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/DEPOSIT/chn_mzn89_2012_e.pdf.
- Permanent Mission of the People's Republic of China to the United Nations (2009). *Letter to Ban Ki-moon*. Disponível em http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/mys_vnm33_09/chn_2009re_mys_vnm_e.pdf.
- Poling, Gregory (2013). *The South China Sea in Focus*. Washington: Center for Strategic and International Studies. Disponível em https://csis.org/files/publication/130717_Poling_SouthChinaSea_Web.pdf.
- Pollack, Jonathan e Dennis Blasko (2014). "Is China Preparing for a 'Short, Sharp War' Against Japan?". *Brookings Institution*. Disponível em <http://www.brookings.edu/research/opinions/2014/02/25-mission-action-2013-jpollack>.
- Porter, Patrick (2009). *Military Orientalism: Eastern War through Western Eyes*. London: Hurst & Company.
- Powell, Robert (1999). *In the Shadow of Power: States and Strategies in International Relations*. Princeton: Princeton University Press.

- Pye, Lucien e Sydney Verba (eds.) (1965). *Political Culture and Political Development*. Princeton: Princeton.
- Qiao, Liang e Wang Xiangsui (1999). *Chao Xian Zhan: Dui Quanqiu bua Shidai Zhangzheng yu Zhanfa de Xiangding* (Guerra Sem Limites: Pensamento e Regras da Guerra numa Era Globalizada). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- Rogers, Will (2012). "Security at Sea: The Case for Ratifying the Law of the Sea Convention". *Policy Brief*. Center for a New American Security. Disponível em http://www.cnas.org/sites/default/files/publications-pdf/CNAS_SecurityAtSea_Rogers_0.pdf.
- Sawyer, Ralph (ed.) (1993). *The Seven Military Classics of Ancient China*. Boulder: Westview Press.
- Sawyer, Ralph (1996). *One Hundred Unorthodox Strategies: Battle and Tactics of Chinese Warfare*. Cambridge: Westview Press.
- Sawyer, Ralph (1999). *The Tao of War: The Martial Tao Te Ching*. Cambridge: Westview Press.
- Schelling, Thomas (1980). *The Strategy of Conflict*. Cambridge: Harvard University Press.
- Scobell, Andrew (2003). *China's Military and the Use of Force: beyond the Great Wall and the Long March*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Scott, David (2009). *China and the International System, 1840-1949: Power, Presence, and Perceptions in a Century of Humiliation*. New York: State University of New York Press.
- Seedhouse, Erik (2010). *The New Space Race: China vs. the United States*. Chichester: Springer.
- Segal, Gerald (1985). *Defending China*. London: Routledge.
- Sem Autor (2002). "China's Military Diplomacy Forging New Ties". *Xinhua*. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn/>.
- Sem Autor (2002). "New Era for China's Military Diplomacy". *Xinhua*. Disponível em http://english.peopledaily.com.cn/200211/06/eng20021106_106369.shtml.
- Sem Autor (2005) "Heping Zhilu, Bosan Wenming: Jinian Zheng He Xia Xiang 600 Zhounian" (Viagem Pacífica, Semente da Civilização: Comemorando o 600.º Aniversário das Viagens de Zheng He). *Renmin Ribao* (Diário do Povo). Disponível em <http://www.people.com.cn/GB/32313/32330/3506449.html>.
- Sem Autor (2005). "People's Daily Calls for Peaceful Development in Spirit of Ancient Navigator". *People's Daily*. Disponível em http://english.peopledaily.com.cn/200507/12/eng20050712_195546.html.
- Sem Autor (2010). "Foreign Ministry Clarifies Parameters of China's Core Interests". *Global Times*. Disponível em <http://news.qq.com/a/20100714/001265.htm>.
- Sem Autor (2011). "Chinese Evacuated from Libya". *CCTV*. Disponível em http://english.cntv.cn/special/libya_evacuation/homepage/index.shtml.
- Sem Autor (2012). "China Trains Government Spokesmen". *Xinhua*. Disponível em <http://english.peopledaily.com.cn/90785/7875512.html>.
- Sem Autor (2013). "Zhongguo Junyong Feiji, Bingzai Daolian Zhanjian 'de Huodong'" (Atividades de Aviões Militares e Navios Chineses na 'Cadeia de Ilhas'). *Renmin Ribao* (Diário do Povo). Disponível em <http://military.people.com.cn/n/2013/0910/c1011-22868640.html>.

- Sem Autor (2013). “Statement by the Government of the People’s Republic of China on Establishing the East China Sea Air Defense Identification Zone”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-11/23/c_132911635.htm.
- Sem Autor (2013). “Announcement of the Aircraft Identification Rules for the East China Sea Air Defense Identification Zone of the P.R.C.”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-11/23/c_132911634.htm.
- Sem Autor (2013). “Defense Spokesman Yang Yujun’s Response to Questions on the Establishment of the East China Sea Air Defense Identification Zone”. *Ministry of National Defense of the People’s Republic of China*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/Press/2013-11/23/content_4476151.htm.
- Sem Autor (2013). “Air Defense Identification Zone a Strategic Decision: Experts”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2013-11/24/c_132913427.htm.
- Sem Autor (2013). “Defense Ministry Spokesman on China’s Air Defense Identification Zone”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-12/03/c_132938762.htm.
- Sem Autor (2013). “Defense Ministry: China Effectively Monitors ADIZ in East China Sea”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-12/26/c_132999131.htm.
- Sem Autor (2013). “Zhunbei yong Daodan Hongzha Riben” (Preparemo-nos para Bombardear o Japão com Mísseis). *Renmin Ribao* (Diário do Povo). Disponível em http://bbs1.people.com.cn/post/7/1/2/135843673_1.html.
- Sem Autor (2013). “Zai Daxing Jidong shi wan Dajun shu wan” (Dezenas de Milhares de Militares em Exercícios de Grande Dimensão). *Renmin Ribao* (Diário do Povo). Disponível em <http://military.people.com.cn/n/2013/0912/c1011-22897974.html>.
- Sem Autor (2013). “China Armed Forces Armed with Spokesperson”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-11/21/c_125736109.htm.
- Sem Autor (2013). “China’s Weapons Exports Go Global”. *Global Times*. Disponível em <http://mil.huanqiu.com/paper/2013-10/4488462.html>.
- Sem Autor (2013). “MND Foreign Affairs Office Summarizes China’s Military Diplomacy Work in 2012”. *PLA Daily*. Disponível em <http://english.people.com.cn/90786/8111859.html>.
- Sem Autor (2014). “Freedom of Navigation More Important to China: Fu Ying”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-05/31/c_126570096.htm.
- Sem Autor (2014). “Xi Jinping yu Zhongguo Guoji Zhanlue de xin Jingjie” (Xi Jinping e a Nova Estratégia Internacional da China). *Zhongguo Pinglun Xinwen* (Revista de Notícias da China). Disponível em <http://hk.crntt.com/doc/1031/7/0/1/103170107.html?coluid=151&kindid=11513&docid=103170107&mdate=0507000519>.
- Sem Autor (2015). “Zhu Chenghu: Tan Shijie Junshi Fazhan: Xanxi hua Wuqi shi Weilai Zhuyao Zuozhan Shouduan” (General Zhu Chenghu: As Tecnologias de Informação são uma das Principais Armas da Guerra Futura). *Renmin Ribao* (Diário do Povo). Disponível em <http://military.people.com.cn/n/2015/0106/c1011-26336440.html>.
- Sem Autor (2015). “President Xi Stresses Diplomacy by Military Exchanges”. *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2015-01/29/c_133956843.htm

- Shambaugh, David (2013). *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford: Oxford University Press.
- Shen, Weiguang, Jie Xijiang, Ma Ji e Li Jijun (eds.) (2005). *Zhongguo Xinxi Zhan* (Guerra da Informação da China). Beijing: Xinhua chubanshe.
- Shi, Yinhong (2010). *Quanguoxing de Tiaozhan yu Zhongguo: Duoshi zhi qiu yu Zhongguo de Zhanlue Xuyao* (A China e os Desafios Globais: Necessidades Estratégicas da China numa Era de Muitos Problemas). Changsha: Hunan Renmin chubanshe.
- Shu, Guang Zhang (1992). *Deterrence and Strategic Culture: Chinese-American Confrontations, 1949-1958*. Ithaca: Cornell University Press.
- Shulsky, Abram (2000). *Deterrence Theory and Chinese Behavior*. Santa Monica: RAND.
- Skocpol, Theda (1979). *States and Social Revolutions: a Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Smith, Paul (1989). *On Political Warfare*. Washington: National Defense University Press.
- Snow, Edgar (1994 [1938]). *Red Star over China: The Classic Account of the Birth of Chinese Communism*. New York: Grove Press.
- Snyder, Jack (1977). *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*. Santa Monica: RAND.
- Soare, Simona (2009). "The Chinese Westward Military Diplomacy". *CSIS Analysis* n.º 38. Disponível em http://www.csis.ro/publications/csis_analysis_38.html.
- Stalenheim, Peter e Eamon Surry (2006). *Transparency in Military Expenditure and Arms Production*. SIPRI. Disponível em http://www.sipri.org/research/armaments/milex/publications/unpubl_milex/unpubl_milex_default/xiangshan.
- Stalnaker, Aaron (2012). "Xunzi's Moral Analysis of War and Some of Its Contemporary Implications". *Journal of Military Ethics* n.º 2, pp. 97-112.
- Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) (2014). *Global Arms Trade 2013*. Disponível em http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_toplist.php.
- Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) (2014). *SIPRI Arms Transfers Database*. Disponível em http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php.
- Stokes, Mark e Dean Cheng (2012). *China's Evolving Space Capabilities: Implications for U.S. Interests*. Project 2049 Institute. Disponível em http://project2049.net/documents/uscc_china-space-program-report_april-2012.pdf.
- Stokes, Mark e Russell Hsiao (2013). *The People's Liberation Army General Political Department: Political Warfare with Chinese Characteristics*. Project 2049 Institute. Disponível em http://www.project2049.net/documents/PLA_General_Political_Department_Liaison_Stokes_Hsiao.pdf.
- Swaine, Michael e Ashley Tellis (2000). *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future*. Santa Monica: RAND.
- Swaine, Michael (2014). "Chinese Views and Commentary on the East China Sea Air Defense Identification Zone (ECS ADIZ)". *China Leadership Monitor* n.º 43, pp. 26-27. Disponível em <http://carnegieendowment.org/files/CLM43MSCarnegie013114.pdf>.
- Switek, Goran (2012). "The Nexus between Public Diplomacy and Military Diplomacy in Foreign Affairs and Defense Policy". *Connections* n.º 2, pp. 79-86.

- Tang, Shiping (2005). "Reputation, Cult of Reputation, and International Conflict". *Security Studies* n.º 1, pp. 34-62.
- Tang, Jiaxuan (2002). "Statement by H.E. Tang Jiaxuan, Minister of Foreign Affairs of The People's Republic of China and Head of the Chinese Delegation, at the General Debate of the 57th Session of The United Nations General Assembly". *United Nations*. Disponível em <http://www.un.org/webcast/ga/57/statements/020913chinaE.htm>.
- Tang, Yongsheng (2003). "China's Participation in UN Peacekeeping Regime" em Wang, Yizhou (ed.), *Construction within Contradiction: Multiple Perspectives on the Relationship between China and International Organizations*. Beijing: China Development Publishing Press, pp. 73-99.
- Tao, Hanzhang (1987). *Sun Tz'e's Art of War: the Modern Chinese Interpretation*. New York: Sterling Publishing.
- Teng, Jianqun (2012). "Strategic Transparency". *Beijing Review*. Disponível em http://www.china.org.cn/opinion/2012-03/07/content_24828853_2.htm.
- Thayer, Carl (2014). "China's Information Warfare Campaign and the South China Sea: Bring It On!". *The Diplomat*. Disponível em <http://thediplomat.com/2014/06/chinas-information-warfare-campaign-and-the-south-china-sea-bring-it-on/>
- The Republic of the Philippines vs. The People's Republic of China, Permanent Court of Arbitration. Disponível em http://www.pca-cpa.org/showpage.asp?page_id=1529.
- Thomas, Timothy (2007). *Decoding the Virtual Dragon: Critical Evolutions in the Science and Philosophy of China's Information Operations and Military Strategy*. Fort Leavenworth: Foreign Military Studies Office.
- Tian, Xiang; Chen Yongqian e Ding Jun (2010). "Dasha Cong Ruan Shili Junshi de Jiaodu kan: Yingchao de Xingxiang Fenxi" (Uma Análise à Imagem do EPL: Construção a Partir de uma Perspetiva de *Soft Power* Militar). *Zhongguo Junshi Kexue* n.º 4 (Ciência Militar da China), pp. 116-124.
- Tow, William e Richard Rigby (2011). "China's Pragmatic Security Policy: The Middle-Power Factor". *The China Journal* n.º 65, pp. 157-178.
- Towmey, Christopher (2006). *Chinese Strategic Culture: Survey and Critique*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/chinese.pdf>.
- Twiss, Summer e Jonathan Chan (2012). "Classical Confucianism, Punitive Expeditions, and Humanitarian Intervention". *Journal of Military Ethics* n.º 2, pp. 81-96.
- Um, Zhongyue e Guoqing Wu (1992). *Zhongguo Zhanzheng Shi* (História das Guerras na China) (2 vols). Beijing: Jinchun chubanshe.
- United Kingdom Ministry of Defence (2000). "Defence Diplomacy". *MoD Policy Paper* n.º 1.
- United Nations (1982). *UNCLOS*. Disponível em http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf.
- United Nations (2015). "Contributors to United Nations Peacekeeping Operations". Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>
- United Nations Commission on the Limits of the Continental Shelf (2009). "Joint Submission by Malaysia and the Socialist Republic of Viet Nam". Disponível em http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_mysvnm_33_2009.htm.

- United States-China Economic and Security Review Commission (2013). *China's Maritime Disputes in the East and South China Seas*. Washington. Disponível em <http://origin.www.uscc.gov/sites/default/files/transcripts/USCC%20Hearing%20Transcript%20-%20April%204%202013.pdf>.
- Unryu, Suganuma (2000). *Sovereign Rights and Territorial Space in Sino-Japanese Relations: Irredentism and the Diaoyu/Senkaku Islands*. Honolulu: University of Hawai'i Press.
- U.S. Department of Defense (2011). *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2011*. Disponível em http://www.defense.gov/pubs/pdfs/2011_cmpr_final.pdf.
- U.S. Department of Defense (2014). "Joint Press Conference with Secretary of Defense Chuck Hagel and Japanese Minister of Defense Itsunori Onodera". Disponível em <http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=5407>.
- U.S. Joint Chiefs of Staff (2006). *Information Operations, Joint Publication 3-13*. Disponível em www.fas.org/irp/doddir/dod/jp3_13.pdf.
- Xia, Min e Lu Chun-long (2012). "How do Chinese People View the World: Intensity and Source?". *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences* n.º 3, pp. 46-63.
- Xu, Changan (1998). "Junshi Wenhua yu Shehui Wenhua" (Cultura Militar e Cultura Social). *Zhongguo Junshi Kexue* n.º 3 (Ciência Militar da China), p. 42-55.
- Xu, Jia (2008). "Junshi Toumingdu yu Zhong mei Junshi bu xin" (Transparência Militar e Confiança Militar Mútua Sino-Americana). *Heping yu Fazhan* (Paz e Desenvolvimento) n.º2, pp. 15-18.
- Xu, Longdi (2013). "China's Military Diplomacy in 2012: Relieving Pressure and Attaining New Progress" em Wang Qiang e Su Xiaohui (eds.), *CIIS Blue Book on International Situation and China's Foreign Affairs*. Beijing: World Affairs Press, pp. 204-221.
- Xu, Zeping (2010). "Cong Zhongxi Fang Junshi Wenhua zhi Bijiao Kanxian Shaoshu Minzu Junshi Wenhua" (Comparando a Cultura Militar Chinesa e Ocidental e Compreendendo a Cultura Militar das Minorias Étnicas do Sudoeste). *Jiaoyu Wenhua Luntan* n.º 2 (Fórum Educação e Cultura), pp. 37- 50.
- Yan, Xuetong (2000). *Meiguo Baquanyu Zhongguo Anquan* (A Hegemonia dos Estados Unidos e a Segurança da China). Tianjin: Tianjin chubanshe.
- Yan, Xuetong e Sun Xuefeng (2005). *Zhongguo Jueqi Jiqi Zhanlue* (A Ascensão da China e a sua Estratégia). Beijing: Beijing Renmin chubanshe.
- Yan, Xuetong (2006). "The Rise of China and its Power Status". *The Chinese Journal of International Politics* n.º 1, pp. 5-33.
- Yan, Xuetong e Xu Jin (eds.) (2009). *Wangba Tianxia Sixiang ji Qiyou* (Pensamentos sobre a Liderança Mundial e suas Implicações). Beijing: Shijie Zhishi chubanshe.
- Yang, Jiechi (2011). "China's Public Diplomacy". *Qinshi* (Em Busca da Verdade) n.º 3. Disponível em http://english.qstheory.cn/international/201109/t20110924_112601.htm.
- Yang, Jiemin (2005). *Da Hezuo: Bianhuazhong de Shijie he Zhongguo Guoji Zhanlue* (Grande Cooperação: o Mundo em Mudança e a Estratégia Global da China). Tianjin: Renmin chubanshe.
- Yang, Songhe (1999). *Junshi Waijiao Gailun* (Estudo sobre a Diplomacia Militar). Beijing: Junshi Yiwen chubanshe.

- Yang, Yi (2006). "Peaceful Development and Strategic Opportunity". *Contemporary International Relations*, September. Disponível em <http://www.cicir.ac.cn/english/ArticleView.aspx?nid=777>.
- Yang, Yi (2007). "Zhongguo Jundui Conglai shi Zhengyi Zhishi Heping Zhishi" (Os Militares Chineses São Sempre uma Força de Justiça e uma Força de Paz). *Renmin Ribao* (Diário do Povo), 8 de janeiro.
- Yao, Chun e Liang Jun (2013). "FAO Introduces Military News Release of MND to Foreign Military Attaches". *China Military Online*. Disponível em <http://english.people.com.cn/90786/8279042.html>.
- Yao, Jianing (2014). "Chinese General Expounds Nine-Dotted Lines in Shangri-La Dialogue". *Ministry of National Defense*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2014-06/03/content_4513762.htm.
- Yao, Jianing (2014). "China ASEAN Defense Ministers' Meeting Highlights Multilateral Military Diplomacy". *PLA Daily*. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn>.
- Ye, Zicheng (2011). *Inside China's Grand Strategy: the Perspective from the People's Republic*. Lexington: University of Kentucky Press.
- Yin, Fan (2008). *Key Perspectives in Nation Image: a Conceptual Framework for Nation Branding*. Working Paper, Brunel University Research Archive.
- Yu, Zemin (2006). *Lengning Liang Qian duo Nian de Junshi Sixiang: Zhongguo Gudian Zhanlue di dang dai Yingyong* (Condensando Dois Mil Anos de Pensamento Militar: Aplicação Contemporânea das Estratégias Clássicas Chinesas). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- Yun, Sun (2012). "Studying the South China Sea: The Chinese Perspective". *East and South China Seas Bulletin* n.º 1. Center for a New American Security. Disponível em http://www.cnas.org/sites/default/files/publications-pdf/CNAS_ESCS_bulletin1.pdf.
- Yung, Christopher; Ross Rustici, Scott Devary e Jenny Lin (2014). "Not an Idea We Have to Shun": Chinese Overseas Basing Requirements in the 21st Century". *China Strategic Perspectives* n.º 7. National Defense University.
- Waller, Michael (ed.) (2008). *Strategic Influence: Public Diplomacy, Counterpropaganda, and Political Warfare*. Washington: Institute of World Politics Press.
- Walt, Stephen (1987). *The Origin of Alliances*. Ithaca: Cornell University Press.
- Walton, Timothy (2012). *China's Three Warfares*. Delex Systems. Disponível em <http://delex.com/pub/dsr/Three%20Warfares.pdf>.
- Waltz, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill.
- Waltz, Kenneth (1996). "International Politics is Not Foreign Policy". *Security Studies* n.º 1, pp. 54-57.
- Wang, Hongwei (2009). "Zhongguo Junshi Waijiao ji Guoji Xianxiang" (A Diplomacia Militar da China e a Sua Imagem Internacional). *Dangdai Shijie* n.º 4 (Mundo Contemporâneo), pp. 50-52.
- Wang, Jianwei (1999). *Limited Adversaries: Post-Cold War Sino-American Mutual Images*. New York: Oxford University Press.
- Wang, Pufeng (eds.) (1993). *Mao Zedong Junshi Zhanlue Lun* (Sobre a Estratégia Militar de Mao Zedong). Beijing: Junshi Kexue chubanshe.

- Wang, Yi (2014). “Full Text of Foreign Minister Wang Yi’s Speech on China’s Diplomacy in 2014(1)”. *Xinhua*. Disponível em http://www.china.org.cn/china/Off_the_Wire/2014-12/25/content_34411440.htm.
- Wang, Wenjuan (2013). *The PLA and International Humanitarian Law: Achievements and Challenges*. Institute for Security & Development Policy.
- Wang, Zhengde (ed.) (2007). *Xinxi Duikang Lun* (Teoria da Confrontação da Informação). Beijing: Junshi Kexue chubanshe.
- Weber, Max (2010 [1920]). *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Weī, Yufu e Zhao Xiaosong (2008). *Junshi Xinxi Youshi Lun* (Teoria da Superioridade Militar nas Informações). Beijing: Guofang Daxue chubanshe.
- Wen, Bing (2010). “Cong Yusuan Zengfu Xiajiang kan Zhongguo Guofangfei” (Examinando as Despesas com a Defesa Baseado no Decréscimo do Aumento do Orçamento). *Zhongguo Baodao* n.º 2 (Relatório da China), pp. 35-48.
- Whiting, Allen (1975). *The Chinese Calculus of Deterrence: India and Indochina*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Willard, James (2006). *Military Diplomacy: an Essential Tool of Foreign Policy at the Theater Strategic Level*. Fort Leavenworth: School of Advanced Military Studies.
- Williams, Michael (2005). *The Realist Tradition and the Limits of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wortzel, Larry (2014). *The Chinese People’s Liberation Army and Information Warfare*. Strategic Studies Institute: Carlisle Barracks.
- Zhang, Ellen (2012). “Weapons Are Nothing but Ominous Instruments: The *Daodejing*’s View on War and Peace”. *Journal of Religious Ethics* n.º 3, pp. 473-502.
- Zhang, Junshe (2014). “Chinese Navy, Constructive Force in Building Harmonious Ocean”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/pla-daily-commentary/2014-04/23/content_5878120.htm.
- Zhang, Qinghai e Ji Xiaohai (2005). “Tai Kongzhan: you Gouxiang dao Xianshi” (Guerra Espacial: da Visão à Realidade). *Zhongguo Junshi Kexue* n.º 1 (Ciência Militar da China), pp. 34-36.
- Zhang, Qinsheng (2007). “Zhongguo de Junshi Waijiao” (A Diplomacia Militar da China). *Xuexi Shibao* (Tempos de Estudos), pp. 20-28.
- Zhang, Shanxin e Pan Jiangang (2005). “Fazhizhan de Hanyi yu Yunyong” (Utilidade e Implicações da Guerra Jurídica) em Liu Jixian e Liu Zheng (eds.), *Xin Junshi Geming yu Junshi Fazhi Jianshe* (A Nova Revolução nos Assuntos Militares e a Construção de um Sistema Jurídico Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe, pp. 428-434.
- Zhang, Tao e Yao Jianing (2014). “PLAN Deputy Commander: Promote Peace Together, Achieve Win-Win Cooperation”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-04/25/content_5881528.htm.
- Zhang, Tao (2014). “China Trains Foreign Peacekeepers”. Ministry of National Defense. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2014-06/16/content_4516727.htm.

- Zhang, Tao (2014). “Review of Chinese Military Spokespersons’ Work in 2014”. *PLA Daily*. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-12/31/content_6291643.htm.
- Zhang, Tiejun (2002). “Chinese Strategic Culture: Traditional and Present Features”. *Comparative Strategy* n.º 21, pp. 73-90.
- Zhang, Yan (2014). “China to Increase Personnel for Peace”. *China Daily*. Disponível em http://www.chinadaily.com.cn/china/2014-06/30/content_17623082.htm.
- Zhang, Yuliang (ed.) (2006). *Zhanyi Tiyao* (Ciência das Campanhas Militares). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- Zheng, Lianqing; Liu Zengliang e Wu Yaoguang (eds.) (2002). *Zhanchang Wangluo Zhan* (Guerra em Rede no Campo de Batalha). Beijing: Junshi Kexue chubanshe.
- Zheng, Shenxia e Liu Yuan (eds.) (2006). *Guofang he Jundui Jianshe Guanshe Luoshi Kexue Fazhan Guan Xuexi Tiyao* (Matérias de Estudo para a Construção Completa da Defesa Nacional e Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- Zheng, Wang (2012). *Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations*. New York: Columbia University Press.
- Zhou, Feng (2010). “Splendor of China’s Military Diplomacy in Past 5 Years”. *PLA Daily*. Disponível em http://eng.mod.gov.cn/Opinion/2010-12/02/content_4213067.htm.
- Zhou, Guobao e Zhang Shengxia (eds.) (2005). *Waishi Guanli Shiwu* (Gestão Prática das Relações Externas). Guangzhou: Huanan Gongye Daxue chubanshe.
- Zhou, Yongsheng (2013). “China will not Revoke ADIZ, Due to its Military and Diplomatic Necessity”. *Global Times*. Disponível em <http://www.globaltimes.cn/content/829869.shtml>.
- Zhu, Jinning (1991). *The Asian Mind Game*. New York: Rawson Associates.
- Zhu, Tiangchang (2000). “Xin Shiji Zhongguo Anquan Zhanlue Gouxiang” (A Estratégia de Segurança da China para o Novo Século). *Shijie Jingji yu Zhengzhi* n.º 1 (Economia e Política Internacional), pp. 11-15.
- Zhu, Wenquan e Chen Taiyi (1999). *Xinxi Zuozhan* (Operações de Informação). Beijing: Guofang Daxue chubanshe.

A DIPLOMACIA MILITAR DA CHINA: TIPOLOGIA, OBJETIVOS E DESAFIOS

Este estudo, tendo como macroenquadrante a cultura estratégica chinesa, analisa quantitativa e qualitativamente o espectro da diplomacia militar da República Popular da China e o seu impacto externo em termos de poder representacional e poder reputacional, relativamente ao desiderato de construção e reforço da sua imagem como uma 'potência pacífica mas não pacifista'.

Parte-se dos pressupostos conceituais da 'escola política chinesa de *soft power*', articulando-os com a visão de 'mundo harmonioso', a grande estratégia de 'desenvolvimento pacífico', o 'Novo Conceito de Segurança' e as 'Novas Missões Históricas do Exército Popular de Libertação', para se aferir a consonância com a narrativa de 'paz, harmonia e cooperação internacional', bem como o impacto a médio prazo das ações da diplomacia militar no desenvolvimento de capacidades expedicionárias das suas forças armadas.

